

Cadernos de Campo:
Revista de Ciências Sociais

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Araraquara

Reitor: Prof. Dr. Pasqual Barretti

Vice-Reitora: Prof. Dra. Maysa Furlan

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Valnice Boldrin

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Dr. Edson Cocchieri Botelho

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CÂMPUS DE ARARAQUARA

Diretor: Prof. Dr. Jean Cristtus Portela

Vice-Diretor: Prof. Dr. Rafael Alves Orsi

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Antonio Ianni Segatto

Comissão editorial: Profa. Dra. Maria Teresa Micelli Kerbauy,
Prof. Dr. Edgar Teodoro da Cunha e Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Cadernos de Campo : Revista de Ciências Sociais / Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Letras. – Vol. 1, n. 1 (1994)-. – Araraquara : Faculdade
de Ciências e Letras, UNESP, 1994–

Semestral

ISSN impresso 1415-0689

ISSN eletrônico 2359-2419

I. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp – Araraquara.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais FCL/UNESP/Araraquara

Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Fone: (16) 3334-6219 (Departamento de Ciências Sociais)

E-mail: cadernosdecampo.fclar@unesp.br

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento de
Ciências Sociais: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 –
CEP 14800-901 – Araraquara – SP

Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais

E-ISSN 2359-2419

<http://doi.org/10.47284/2359-2419.2022.32>

Cadernos de Campo

Araraquara

n. 32

p. 1-370

jan./jun. 2022

CADERNOS DE CAMPO: REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Editores-chefes

Maria Teresa Miceli Kerbauy, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Aline Cristina Ferreira, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Mateus Tobias Vieira, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

Comitê Editorial

Felipe Freitas de Souza, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Isis Caroline Nagami, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Julia Beatriz Giacchetto Barbieri, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Júlia Silva Lobo Campos, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Lucas Flôres Vasques, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Matheus Felipe Silva, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Matheus Garcia de Moura, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Natanael Gomide Junior, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Paulo José de Carvalho Moura, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil
Thiago Rodrigues Costa, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil

Conselho Científico Nacional

Antonio José Pedroso Neto, Universidade Federal do Tocantins (UFT) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM), Brasil
André da Azevedo da Fonseca, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil
Cláudio André Souza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Brasil
Elide Rugai Bastos, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Fernanda Arêas Peixoto, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Henrique Amorim, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Brasil
Isaías Albertin de Moraes, Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil
Ivan Henrique de Mattos Silva, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil
Paulo Gustavo Pellegrino Correa, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil
Gustavo Dias, Universidade Estadual de Montes Claros (UEMG), Brasil
Leon Victor de Queiroz Barbosa, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil.
Marcos Alan S. V. Ferreira, Departamento de Relações Internacionais - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Marcos Chor Maio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasil
Nildo Viana, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Sidney Jard da Silva, Universidade Federal do ABC (UFABC), Brasil
Vera Alves Cepêda, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil
Patrícia Saltorato, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil

Conselho Científico Internacional

Ana Laura Hidalgo, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
Universidad Nacional de San Luis (UNSL), Argentina
Camilo Martín López Burian, Universidad de la República, Montevideu, Uruguai
Denise Ferreira da Silva, University of London, Reino Unido
Frederic Lebaron, Université de Versailles - St-Quentin- en-Yvelines, França
Felip Gascón i Martín, Universidad de Playa Ancha, Valparaíso, Chile
José Briceno Ruiz, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, México
José Passarini, Universidad de la República de Uruguay (UdelaR), Uruguai
João Vargas, University of Texas - Austin, Estados Unidos
Mauro Neves Junior, Departamento de Estudos Luso-Brasileiros, Sophia University, Tóquio, Japão

Revisão e Tradução

Agustina Craviotto Corbellini, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Amanda Fievet Marques, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Fernanda Martins Ferreira de Araujo, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Fernando Januário Pimenta, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Julia Bahia Adams, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
Livia Fernandes Nunes, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Matheus Victor Silva, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Victor Carreão, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Diagramação

STAEPE – Laboratório Editorial

Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara

Imagem da capa

Título: “verde-lima-limão-limonada-tropical-1501735”

Crédito: Jorge Guillen (Fotocitizen)

Fonte: <https://pixabay.com/pt/illustrations/verde-lima-lim%c3%a3o-limonada-tropical-1501735/>

Licença: Pixabay License (grátis para uso comercial / atribuição não requerida)

SUMÁRIO

Apresentação

Equipe Editorial Cadernos de Campo 9

Apresentação do Dossiê

Pensamento político e social no Brasil, áreas em interseção

Kaio Felipe e Mateus Lôbo 11

Dossiê

O liberalismo e os novos intérpretes do Brasil

André Silva de Oliveira..... 19

O materialismo histórico como ciência revolucionária: Florestan Fernandes e o marxismo no pós-revolução *burguesa no Brasil*

Matheus de Carvalho Barros 43

A *Revista Brasiliense* e o PCB: independência relativa na construção do nacionalismo brasileiro

Victor Pugliese..... 67

A busca pelo não-sectarismo intelectual na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982)

Dédallo Neves..... 91

Colonialidade do poder e precariedade governamental: uma reflexão sobre o estado brasileiro à luz do trabalho doméstico remunerado

Ana Julieta Teodoro Cleaver 109

“Não há saída para democracia brasileira sem a energia das mulheres negras”: reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra

Marianne da Silva Rocha..... 137

Para além do cânone: a mulher nos interesses da recepção da sociologia no Brasil
Ivan Fontes Barbosa, Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa e Moisés Cruz Souza ... 157

Intelectuais, literatura e pensamento social brasileiro: um debate teórico-metodológico
Luis Gustavo de Paiva Faria..... 185

Entrevista

A identidade nacional entre o ressentimento e a criatividade: entrevista com Paulo César Nascimento
Kaio Felipe e Mateus Lôbo 213

Seção Livre

¿Cómo entendemos la comunicación en la economía social? Un estudio a partir de las prácticas discursivas de los actores territoriales de San Luis, Argentina
Ana Laura Hidalgo..... 233

A crise da democracia liberal e a difícil saída pela esquerda: uma análise a partir da luta com o MTST-SP
Philippe Scerb 279

Adversidades do trabalho docente em *home office* no período da pandemia: uma análise da educação pública no Distrito Federal
*Maria Solange Melo de Sousa, Daniel Rodrigues Silva Luz Neto e Juanice Pereira Santos Silva.....*307

As espadas-de-ogum que sonham onças-fantasma: ou *habitabilidades de resposta, enraizamentos conceituais*
Rafael Ribeiro Visconti e Rodrigo Quintella Messina 325

As ruas ainda em chamas: cinema e a luta pelo direito à cidade em São Paulo
Armando Manoel Neto 345

APRESENTAÇÃO

A Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara apresenta seu número 32. Este número é dedicado principalmente ao dossiê “Pensamento Político e Social no Brasil, áreas em interseção”, organizado por Kaio Felipe, doutor em Sociologia e mestre em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos; e por Mateus Lôbo, doutorando em Sociologia e mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciências Sociais.

O dossiê temático possui oito artigos de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições do país e do mundo, desde mestrandas (os), doutorandas (os) até doutoras (es), apresentando um tema clássico das ciências sociais, mas que ao mesmo tempo conjuga com debates contemporâneos. Nesse sentido, temos textos que perpassam desde os debates sobre liberalismo e marxismo, até as questões de gênero, raça e classe, além da presença da sociologia da cultura e da arte. O dossiê também conta com uma entrevista com o Prof. Dr. Paulo César Nascimento (UnB), realizada pelos organizadores.

Por fim, o presente número apresenta cinco artigos de temática livre, com assuntos diversificados, tais como análise de discurso; movimentos sociais; trabalho docente e pandemia; Antropoceno; e sociologia do cinema.

O presente número conta com uma diversidade de autoras (es) de renomadas instituições nacionais e internacionais. Do Sudeste e Sul brasileiro, temos colaborações de intelectuais da UERJ, UFF, USP, UFSCar, UFV e UFPR; do Nordeste, temos a presença da UFPB, UFPE e UFS; além do Distrito Federal, com autoras (es) vinculadas (os) à UnB. Por fim, internacionalmente, contamos com autoras vinculadas à Université Paris Cité (França) e à Universidad Nacional de San Luis (Argentina).

Agradecemos a todas e todos que contribuíram para a concretização da presente publicação, desde os organizadores do dossiê, as (os) avaliadoras (es), as (os) revisoras (es) textuais até o Laboratório Editorial e a Biblioteca da UNESP de Araraquara.

Desejamos uma boa leitura!

Equipe Editorial Cadernos de Campo

PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL NO BRASIL, ÁREAS EM INTERSEÇÃO

Kaio FELIPE¹
Mateus LÔBO²

O presente dossiê reúne artigos com uma vasta gama de temas ligados ao campo do Pensamento Político e Social no Brasil. Os trabalhos demonstram a relevância perene da área, bem como uma descentralização em sua produção, sendo evidência disso a circunstância de os estudos ora publicados derivarem de esforços empreendidos por pesquisadores filiados a diversos centros universitários no Brasil e no exterior.

Este dossiê conta com artigos de estudiosos das seguintes instituições: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade de São Paulo (USP) e Université Paris Cité, França.

Cabe ainda ressaltar que os conteúdos desses trabalhos demonstram que o campo de Pensamento Político e Social no Brasil não se volta apenas ao estudo das grandes explicações da formação da sociedade, do Estado e da cultura política em nosso país, mas engloba, igualmente, questões contemporâneas e produções intelectuais com diferentes formatos e personagens para pensar o “enigma” Brasil. Ademais, as pesquisas inéditas que aqui vêm à luz mostram que, além de interseccionado, o campo de Pensamento Político e Social no Brasil apresenta tradições, concepções de mundo e diagnósticos diversificados ao longo do tempo; bem como uma ampliação recente de seus referenciais teóricos e objetos de escrutínio.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutor em Sociologia e mestre em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1207-255X>. kaiofelipe@gmail.com.

² Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciências Sociais, Brasília – DF – Brasil. Doutorando em Sociologia e mestre em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4139-8046>. lobo.mateus@gmail.com.

Curiosamente, um tema que perpassa os trabalhos é a questão de como diferentes pensadores e instituições refletiram sobre problemas político-sociais históricos do Brasil – seja acerca de suas potencialidades sócio-econômicas não realizadas, seja diante de seus preconceitos estruturais, como o racismo. Nesse sentido, abrindo o dossiê, André Silva de Oliveira, em *O liberalismo e os novos intérpretes*, retoma um debate crucial nas leituras a respeito dos obstáculos para o desenvolvimento de uma democracia plenamente moderna no país, isto é, em que medida a adesão, ou não, à ideologia liberal na sociedade nacional impactou a construção e a expansão da democracia no país.

Para tanto, Oliveira investiga posicionamentos que opõem dois intelectuais públicos contemporâneos, os acadêmicos Jessé Souza e Marcus Melo. A conclusão principal do autor é que os distanciamentos entre Souza e Melo reverberam e atualizam uma divisão histórica entre os intérpretes do Brasil no tocante à necessidade da adoção ou da rejeição da crença liberal e de seu consequente aparato institucional na vida societal brasileira. No segundo artigo, *O materialismo histórico como ciência revolucionária: Florestan Fernandes e o marxismo no pós-revolução burguesa no Brasil*, de Matheus de Carvalho Bastos, o objetivo do autor é analisar a relação entre o sociólogo paulistano e a tradição marxista, e em que medida Fernandes, na sua produção madura, se apropriou de Karl Marx para propor uma teoria, bem como uma ciência social, que correspondesse às especificidades da América Latina e do Brasil.

Carvalho conclui que, a partir dos anos 1960, o marxismo, embora tenha sido constante na obra de Florestan Fernandes, deixa de ser apenas um aporte sociológico para este intelectual e passa a ser uma *práxis* ligada à defesa da política socialista e do levantamento das forças sociais capazes de derrubar o capitalismo. Já os dois textos seguintes do dossiê, *Revista Brasiliense e o PCB: Independência Relativa na Construção do Nacionalismo Brasileiro*, de Victor Pugliese, e *A busca pelo não-sectarismo intelectual na revista Encontros com a Civilização Brasileira (1978-1982)*, de Dédallo Neves, formam um conjunto em diálogo a respeito da produção de conhecimento em torno da realidade nacional em dois periódicos ligados também ao campo da esquerda brasileira.

Em seu artigo, Victor Pugliese examina fontes documentais provenientes da *Revista Brasiliense* e dos posicionamentos oficiais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O que emerge desta investigação é que muito embora fizessem parte dos quadros da revista membros do PCB, como Caio Prado Jr., a *Brasiliense* objetivou desde seu início manter uma linha editorial nacionalista e independente do partido e de suas diretrizes. Assim, o autor sinaliza que a *Revista Brasiliense* foi constituída por uma motivação política clara e com-

partilhada, mas também como um espaço aberto à intervenção de diferentes autores e perspectivas.

Por sua vez, em *A busca pelo não-sectarismo intelectual na revista Encontros com a Civilização Brasileira (1978-1982)*, Dédallo Neves explora como em outra revista, a *Encontros com a Civilização Brasileira*, o papel da intelectualidade no Brasil foi colocado. Despontam, segundo Neves, duas correntes no periódico: a primeira associada à crítica ao vanguardismo, enquanto a segunda postulava que o intelectual deveria agir como a vanguarda da sociedade. O resultado disso, constata o autor, é que a tensão presente entre as duas visões e a tentativa de congregar ambas levou a uma linha editorial confusa e eclética na *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Adentrando a discussão das relações de poder e de trabalho no mundo contemporâneo, em *Colonialidade do poder e precariedade governamental*, Ana Julieta Teodoro Cleaver discorre sobre o trabalho doméstico remunerado e suas dimensões de classe, de gênero e de raça. A autora estabelece sua argumentação a partir de um repertório que inclui intérpretes do Brasil, como Abdias do Nascimento; autoras ligadas ao feminismo negro, como Lélia Gonzalez; e contribuições teóricas de autores de países da periferia global, como aquela desenvolvida na América Latina por Aníbal Quijano. Cleaver finaliza seu trabalho propondo que, a despeito da colonialidade do poder, a emancipação social no Brasil só ocorrerá quando forem emancipados aqueles sobre os quais se sustentam os sistemas econômico e político brasileiros, em especial as trabalhadoras domésticas.

Em “*Não há saída para democracia brasileira sem a energia as mulheres negras*”: reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra, Marianne da Silva Rocha apresenta o pensamento político e social na produção intelectual de duas mulheres vindas do campo do feminismo negro, a supracitada socióloga Lélia Gonzalez e a filósofa e escritora Sueli Carneiro. A autora se vale de um referencial teórico que expande as fronteiras da área de Pensamento Político e Social no Brasil para refletir a respeito das relações de gênero e de raça no Brasil.

A questão central, para Rocha, consiste no fato de que a atuação de Gonzalez e Carneiro, por meio de ativismos institucionais, as insere como intérpretes do Brasil inovadoras, pois, a partir do feminismo negro, elas produziram instabilidades em noções hegemônicas de nação, democracia, justiça e desigualdade social no Brasil. Por fim, Rocha indica que as duas autoras estudadas se inscrevem em uma linhagem que renova o Pensamento Político e Social ao pautar uma reinterpretção do Brasil pela compreensão de que o racismo foi e continua

sendo o principal obstáculo para o sucesso do país em termos de cidadania e de desenvolvimento.

No artigo seguinte, *Para além do cânone: A mulher nos interesses da recepção da sociologia no Brasil*, Ivan Fontes Barbosa, Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa e Moisés Cruz Souza perscrutam como a mulher, tanto em sentido lato quanto como um ser social, entrou na agenda dos interesses dos intelectuais que fizeram uso da sociologia como instrumento de investigação da sociedade brasileira na transição do século XIX para o XX. Os autores concentram sua pesquisa no tratamento dado às mulheres nos escritos de três intelectuais do final do oitocentos brasileiro: Tobias Barreto, Tito Lívio de Castro e Florentino Menezes.

É por meio desta análise que os três autores apresentam seu argumento. Segundo eles, embora eivados de muitos preconceitos de época, Barreto, Castro e Menezes inovaram em seu tempo ao inserir a mulher na agenda da nascente ciências sociais no Brasil e ao tratá-la, cada um à sua maneira, como um ser social que não era atavicamente “atrasado”, como diziam muitas teorias no século XIX. Fechando o dossiê, temos o trabalho de Luis Gustavo de Paiva Faria, intitulado *Intelectuais, literatura e pensamento social brasileiro: um debate teórico-metodológico*. Nele, Faria destaca com variados exemplos que não foi apenas ao longo do século XIX que as afinidades entre literatura, intelectualidade e nacionalidade brasileiras foram fortes. Arrematando que essas afinidades podem ser pensadas, durante todo o século XX e no século XXI, por meio de múltiplos movimentos artísticos, tais como o Tropicalismo e a obra dos Racionais MC's.

Para além dos artigos, contamos com uma entrevista realizada com o professor Paulo César Nascimento, docente entre 2005 e 2021 no Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB), atualmente credenciado no Programa de Pós-Graduação em Metafísica (PPGμ) da UnB. A entrevista buscou apresentar um balanço de sua trajetória acadêmica (como, por exemplo, o impacto do marxismo e do pensamento de Hannah Arendt em sua formação) e de seu ponto de vista sobre temas como o nacionalismo, a relevância dos clássicos do Pensamento Social e Político no Brasil, as lições da filosofia política grega para entender fenômenos políticos atuais e como o ressentimento pode ter um papel tanto negativo quanto positivo na constituição de uma identidade nacional.

Por fim, aproveitamos esta apresentação para agradecermos às autoras e aos autores que enviaram seus trabalhos, todos submetidos à avaliação dupla-cega, bem como à equipe da *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, na

pessoa de sua editora-chefe Aline, pela competência, pelo comprometimento e pela disponibilidade.

Desejamos uma excelente leitura!

Os organizadores
Kaio Felipe e Mateus Lôbo

BOSSIÊ

O LIBERALISMO E OS NOVOS INTÉRPRETES DO BRASIL

André Silva de OLIVEIRA¹

RESUMO: Como disciplina autônoma, o Pensamento Político Brasileiro é perpassado pelos debates envolvendo as influências marcantes que prevaleceram na formação do Estado nacional, bem como seu impacto na trajetória histórica (*path dependence*) do desempenho das instituições políticas. Debates públicos recentes, sobretudo na imprensa, reatualizaram a abordagem desse relevante tema, notadamente a polêmica envolvendo o cientista político Marcus Melo e o sociólogo Jessé de Souza. O presente artigo escrutina as posições externadas por cada um dos polemistas apontados, conectando-os com a já rica tradição sobre o tema. A conclusão principal é que a polêmica analisada reverbera, ainda hoje, a profunda divisão nesse campo de estudo sobre a adoção dos pressupostos básicos do liberalismo, agravada pela forte tradição iliberal que permeia a trajetória histórico-institucional dos países latino-americanos, incluindo o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Estado nacional; liberalismo; trajetória dependente.

THE LIBERALISM AND THE NEW INTERPRETS OF BRAZIL

ABSTRACT: *As an autonomous discipline, Brazilian Political Thinking is permeated by debates involving the influences that prevailed in the formation of the national state, as well as its impact on the historical path dependence of the performance of political institutions. Recent public debates, especially in the press, have reanalyzed the approach of this relevant theme, notably the controversy involving the political scientist Marcus Melo and the sociologist Jessé de Souza. The present article scrutinizes the positions expressed by each one*

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife – PE – Brasil. Doutor em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8918-2845>. portocalle62@gmail.com.

of the polemicists mentioned, connecting them with the already rich tradition on the subject. The main conclusion is that the controversy analyzed still reverberates the deep division in this field of study on the adoption of the basic presuppositions of liberalism, aggravated by the strong illiberal tradition that permeates the historical-institutional trajectory of the Latin American countries, including Brazil.

KEYWORDS: *National State; liberalism; path dependence.*

Introdução

Nenhuma dúvida pode haver sobre a centralidade do liberalismo nos debates envolvendo a trajetória histórica (*path dependence*) das instituições políticas nacionais. Dois grandes grupos de intérpretes do país travam uma discussão acerbada sobre como a adoção, ou não, dos pressupostos básicos do liberalismo impactou – ou, para ser mais exato, poderia ter impactado – a construção, a consolidação e a expansão da democracia brasileira. Dois grandes grupos antagônicos de intérpretes do Brasil se formaram desde então e, como se pretende demonstrar aqui, não se forjou uma agenda mínima de convergência entre ambos. De um lado, há o grupo constituído historicamente no passado por Sérgio Buarque de Holanda, Rui Barbosa, Raymundo Faoro e, mais recentemente, por Roberto DaMatta e o próprio Marcus Melo, dentre outros intelectuais, que apontam o *déficit* de liberalismo como causa primordial para o agigantamento excessivo do Estado nacional e sua consequente captura e exploração por elites políticas predatórias em desfavor da população que se vê excluída dos ganhos do processo econômico produtivo. De outro, avulta o grupo antagônico formado no passado por Oliveira Viana, Alberto Torres, etc., que estigmatiza o liberalismo, apontando-o como estranho aos valores culturais nacionais e, no limite, como o grande responsável pelo atraso econômico e, hodiernamente, pelo potencial bloqueio à participação popular nos negócios públicos. Ao eleger a contribuição teórica de Sérgio Buarque de Holanda como alvo explícito de seus ataques no livro *A elite do atraso* (SOUZA, 2019), Jessé Souza filia-se à segunda tradição de cunho marcadamente iliberal, embora empreenda um declarado esforço teórico e metodológico para tentar afirmar a suposta singularidade de sua interpretação da realidade brasileira. A discussão tem relevância autoevidente, porquanto a adoção da visão de um ou outro grupo de intérpretes resultará no modo como as instituições políticas e econômicas serão reformadas, impactando, assim, na manutenção ou na ruptura

com a trajetória histórico-institucional vinculada a um passado de forte viés patrimonialista e socialmente excludente.

Essa discussão tem se estendido ao longo do tempo, chegando ao tempo presente. Assim, seja na academia, seja na imprensa, intelectuais têm reverberado suas posições sobre o potencial *déficit* ou abundância de liberalismo entre nós, tal como se verifica do debate ocorrido, por exemplo, entre o filósofo Ruy Fausto e o economista Samuel Pessoa na revista Piauí².

O presente artigo opta, todavia, por centrar sua análise no debate público ocorrido entre Jessé Souza e Marcus André Melo, talvez o mais emblemático e rico entre os mais recentes.

No primeiro tópico será abordada a polêmica travada entre ambos no jornal Folha de São Paulo, apresentando os argumentos de cada um na tentativa de refutar as razões do oponente. No segundo e terceiro tópicos serão discutidas respectivamente as visões sintetizadas de Melo e Souza sobre o tema proposto, enfatizando seus aspectos relevantes e eventualmente falhos. No livro *A elite do atraso* (2019), por exemplo, Souza critica severamente a tradição liberal interpretativa do Brasil iniciada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936) e, segundo entende, seguida por seus “epígonos” como Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso, Roberto DaMatta, etc. Por fim, na quarta e última parte, a análise crítica recairá sobre o potencial alcance dos argumentos apresentados por ambos e sua efetiva conformidade com a realidade fática. A conclusão principal sugere que se forjem pontos de interseção consensuais mínimos entre as posições antagônicas a propósito da presença do liberalismo na trajetória política brasileira.

As Interações entre Estado e Mercado no Centro da Polêmica

Em longa entrevista concedida ao caderno Ilustríssima do jornal Folha de São Paulo em 10.01.2016, o sociólogo Jessé Souza, então presidente do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) explicitou suas críticas ao tratamento dado hoje ao conceito de patrimonialismo manejado pelos atores e instituições envolvidos naquela ocasião no combate à corrupção estatal. Essa ação institucional concertada contra a apropriação privada do aparato estatal por certos grupos políticos encobriria, na verdade, o fascínio ingênuo dos liberais brasileiros pelo modelo político norte-americano, visto como paradisíaco e pretensamente infenso ao

² Ruy Fausto publicou o artigo “Reconstruir a esquerda” na revista Piauí em outubro de 2016, Samuel Pessoa contestou os argumentos de Fausto no artigo “A armadilha em que a esquerda se meteu” em dezembro de 2016 e, por fim, Ruy Fausto replicou no artigo “Ainda a esquerda”, já em fevereiro de 2017.

patrimonialismo (SOUZA, 2016). Criticando o conceito de patrimonialismo oriundo da matriz inaugurada por Sérgio Buarque de Holanda, Souza (2016, p. 4) entende que o seu uso corrente no contexto político-institucional brasileiro serve a dois propósitos: a) “demonizar o Estado como ineficiente e corrupto e permitir a privatização e a virtual mercantilização de todas as áreas da sociedade”; e b) serve para que o grupo de privilegiados de “1% (um por cento) que controla o dinheiro, a política (via financiamento privado de eleições) e a mídia em geral possa mandar no Estado mesmo sem voto”. Souza (2016, p. 4) aduz que houve “grossa corrupção em todos os governos” da república, mas somente nos governos de Getúlio, Jango, Lula e Dilma – Fernando Collor, afastado por impeachment em 1992, não é mencionado pelo entrevistado – foi acionado o conceito de patrimonialismo como “senha” (das elites privilegiadas) para que se efetuasse a troca de um grupo por outro no poder político.

À conhecida crítica de Sérgio Buarque de Holanda segundo a qual “o homem cordial brasileiro” colocaria as interações pessoais e familiares acima das relações institucionais, Souza (2016, p. 5) responde que o historiador paulista “é o pai do liberalismo amesquinhado e colonizado brasileiro” e põe em dúvida a existência de qualquer “país maravilhoso” que seja orientado “apenas pelo mérito, que não favorece ninguém e onde relações familiares não decidem carreiras”. Sérgio Buarque de Holanda estaria, portanto, por trás da visão hoje predominante e maniqueísta que realiza “a absurda separação entre um Estado corrupto e ineficiente e o mercado reino de todas as virtudes, quando os dois no fundo são indissociáveis [...]” (SOUZA, 2016, p. 5).

Na entrevista, Souza (2016, p. 6) sustenta que a “corrupção grossa”, cujos recursos estatais são drenados em favor de “uma pequena minoria”, se constitui num fenômeno “universal” e acrescenta que a luta de Dilma Rousseff contra “o grande capital especulativo” resultou no *impeachment* da presidente. Souza não indica, todavia, que corporações econômicas integraram o movimento *pro-impeachment* do “grande capital especulativo.”

Por fim, recorrendo a uma análise de cunho classista, Souza (2016, p. 8) afirma que faltou ao governo do PT uma narrativa que opusesse um discurso da “política inclusiva” voltada para a mobilidade social “à leitura individualista da ascensão social da religião evangélica”. Assim, ao ficar dependente da “narrativa liberal”, o PT deixou de enfrentar o “partido político da elite”, cuja imprensa conservadora golpearia, no passado, o governo de Getúlio Vargas, equívocos que explicariam o “fracasso relativo do projeto petista.” (SOUZA, 2016, p. 7-8).

Em 31.01.2016, Melo publica no caderno Ilustríssima da Folha de São Paulo uma réplica à posição defendida por Souza. No artigo *Raízes do Brasil*

político: os caminhos de um projeto iliberal, Melo (2016, p. 1-6) sustenta que, ao contrário da demonização do Estado e consequente glorificação do livre mercado arguida por Souza (2016), “as raízes do Brasil político e institucional passam longe de Sérgio Buarque de Holanda”, assentando-se, antes, “na santificação do Estado”. Melo (2019a, p. 2) argumenta que “as instituições políticas brasileiras foram moldadas por essa visão iliberal” e realiza uma análise regressiva para identificar esse componente atrelado à trajetória político-institucional do país. Para Melo (2016, p. 2-3), “os discípulos diretos dessa visão (iliberal) no século XX são Alberto Torres e Oliveira Vianna”, ambos responsáveis pelo rechaço à adoção de instituições políticas liberais entre nós. Em contraposição ao modelo liberal anglo-saxão, de difícil assimilação pelo povo brasileiro cuja cultura política seria ainda fluída ou insubsistente, o Iberismo forjaria as instituições políticas de modo autóctone, repelindo os conceitos essenciais para o liberalismo, *inter alia*, a ideia de governo limitado com competição político-partidária (MELO, 2016).

Melo (2016, p. 4) pondera que “as democracias maduras fortaleceram o Executivo e aprofundaram a democracia, extirpando a dimensão iliberal; no Brasil só fizeram a primeira tarefa, não a segunda.” Aqui, já se revela a diferença mais substantiva (e claramente inconciliável) entre as visões de Jessé Souza e Marcus Melo a respeito da influência do legado do liberalismo – ou iliberalismo – sobre a trajetória político-institucional brasileira. A consequência da predominância dessa visão iliberal, fomentada por Torres e Vianna, abraçada à direita e à esquerda, foi a preferência manifesta por líderes políticos fortes como o queremismo de Getúlio, pois, “afinal, matava, mas redistribuía” (MELO, 2016, p. 4). Sem dúvida, esse pendor pelo caudilhismo ou messianismo político não é exclusividade brasileira, mas algo recorrente na trajetória político-institucional dos países latino-americanos, sobretudo hispânicos. Todavia, mesmo hoje, quando se vive em um contexto pós-Guerra Fria, a emergência do que a literatura em Ciência Política classifica como regimes híbridos ao redor do planeta sugere que a democracia liberal não se encontra em uma posição consolidada, longe disso.

Melo (2016, p. 5) ressalta que o aprimoramento das instituições políticas com impacto direto no desenvolvimento econômico dos países deve ser compreendido a partir do “chamado novo institucionalismo de (Douglass) North e da nova economia política do desenvolvimento de Daron Acemoglu e coautores”. Esse referencial teórico explicaria, em síntese, porque as nações são bem-sucedidas ou fracassam (MELO, 2016). Temos aqui a segunda grande distinção – de conteúdo metodológico – entre as posições esposadas pelos dois polemistas, uma vez que Melo parte do institucionalismo, mais condizente com o *mainstream* da Ciência Política do tempo presente, ao passo que Souza recorre, em princípio, à

visão classista de dominação econômica do poder político, mais afeita à herança marxista. A despeito disso, porém, não somente uma revisão adequada da literatura existente sobre o tema, mas, sobretudo, o recurso às pesquisas empíricas disponíveis pode indicar se a trajetória político-institucional brasileira está atrelada ao liberalismo (como sugere Souza) ou iliberalismo (como aponta Melo).

Concluindo sua réplica, Melo (2016, p. 6) é enfático ao sustentar que “a forte tradição iliberal é a grande vencedora no processo histórico de construção do Estado no país”, daí porque as raízes do Brasil político estariam imbricadas na santificação do Estado, mas sujeitas a uma transição já iniciada em sentido oposto, “embora a grande variedade de sintomas mórbidos cause perplexidade”.

Depois da referida réplica de Melo, Souza voltou a se manifestar sobre o tema na Ilustríssima da Folha de São Paulo de 22.09.2017, mas sem mencionar, em momento algum, os argumentos sustentados pelo cientista político pernambucano.

Diferentemente do que preconizavam Oliveira Viana e Alberto Torres no passado, as críticas que Souza endereça ao liberalismo no novo artigo não se assentam em sua suposta natureza alienígena e, portanto, são estranhas e incapazes de serem assimiladas pelo povo brasileiro, cuja cultura política seria marcadamente inconsistente com a eventual adoção dos pressupostos básicos daquela doutrina político-econômica. Souza (2017, p. 4) afirma, ao reverso, que os argumentos utilizados contra o chamado populismo político têm, na verdade, por objetivo “mitigar a importância da soberania popular como critério fundamental de uma sociedade democrática – afinal, como os pobres (‘coitadinhos!’) não têm consciência política, a soberania sempre pode ser posta em questão”. Na perspectiva do sociólogo, o combate ao patrimonialismo, sobretudo o trabalho desenvolvido pela Operação Lava Jato contra a corrupção estatal, e ao populismo, encarnado pelos governos do PT e aliados, teriam sido alvo de manipulação da mídia para predispor as classes médias contra a promoção da soberania popular. Essa atuação concertada entre mídia e Lava Jato contra a corrupção estatal teria, portanto, o condão de estigmatizar na esfera pública o Estado e a política “sempre que se contraponham aos interesses da elite econômica” (SOUZA, 2017, p. 3-4). Não são mencionados que grupos compõem essa “elite econômica” cujo propósito é manter a exclusão social da “maioria da população” que se estende desde a escravidão colonial até ao tempo presente, exceto por uma única menção à Rede Globo (SOUZA, 2017, p. 4).

Tais ideias constam do artigo *Escravidão, e não corrupção, define a sociedade brasileira*, publicado em 22.09.2017 no caderno Ilustríssima da Folha de São Paulo. Nele, Souza (2017, p. 1-4) sustenta inicialmente – e este aspecto é

fundamental para a nossa discussão – que a interpretação dominante do Brasil começou com Gilberto Freyre sobre o peso da herança ambígua de Portugal em nossa trajetória histórico-institucional e, mais tarde, foi reinterpretada por Sérgio Buarque de Holanda que, “como pura negatividade em registro liberal”, descreveu o brasileiro mediano como “vira-lata, pré-moderno, emotivo e corrupto”. A visão do historiador paulista desse Brasil refratário ao liberalismo teria, segundo Souza (2017), influenciado fortemente os intérpretes da trajetória histórico-institucional brasileira, indo de Raymundo Faoro a Fernando Henrique Cardoso, dentre outros autores e atores políticos, a ponto de se tornar dominante nas universidades e escolas. Esse ataque à corrente dos intérpretes liberais foi condensado no livro *A elite do atraso – da escravidão à Lava Jato* - em cujo prefácio Souza torna indubitável seu objetivo de criticar os postulados defendidos por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, de 1936, como veremos com mais detalhe no tópico seguinte.

A visão de Souza para o atraso nacional

A visão com a qual Jessé Souza analisa a trajetória político-institucional brasileira é, metodologicamente falando, centrada na luta de classes. No livro *A elite do atraso*, Souza (2019, p. 91) reconhece que “a tese que pretendo defender é que a dinâmica das classes, ou seja, seus interesses e suas lutas, é a chave (metodológica) para a compreensão de tudo o que é realmente importante na sociedade”. Assim, deixar de levar em conta a ideia de classe social e “o desvelamento das injustiças que ela produz desde o berço” serviria para legitimar “o engodo da meritocracia individual do indivíduo competitivo” (SOUZA, 2019, p. 91). Nossa análise se restringirá basicamente às teses defendidas por Souza no livro *A elite do atraso*, considerando que nele é tornado explícito o objetivo de refutar a interpretação liberal forjada por Sérgio Buarque de Holanda e continuada por seus epígonos da trajetória histórico-institucional brasileira. A percepção de Souza é que a interpretação liberal de Sérgio Buarque se tornou hegemônica nas universidades, imprensa e meios intelectuais, desbordando para o conjunto da sociedade civil que a aceita sem se dar conta do quanto é imbecilizada por isto – Souza não poupa adjetivos depreciativos (“tolos”, “imbecis”, etc) para descrever os que aceitam a interpretação do “homem cordial” de Sérgio Buarque ou do “jeitinho brasileiro” de Roberto DaMatta, este um conceito que teria sido derivado do primeiro. Souza se propõe a promover uma refutação completa das teses liberais de Sérgio Buarque e epígonos apresentando uma nova visão totalizante ou holística sobre como deve ser interpretada a trajetória histórico-institucional

brasileira. Segundo o sociólogo, antes dele, outros intelectuais – como Florestan Fernandes, por exemplo (SOUZA, 2019) – teriam falhado nessa tarefa ao realizarem interpretações alternativas limitadas que, ao final, apenas serviram para reforçar a dominação histórica de grupos políticos e econômicos sobre o aparato estatal com o fim de atender a interesses privados sob influência do capital financeiro internacional. Portanto, o projeto de Souza se apresenta como altamente ambicioso – ele promete ao leitor não fracassar na missão de fornecer uma nova visão interpretativa (alternativa e totalizante) da realidade brasileira (SOUZA, 2019) – e tem por escopo dotar a esquerda da “visão que expressa os interesses da maioria esquecida, de uma reflexão que supere a mera proposição de um programa econômico alternativo, que tem sido o que as esquerdas apresentam quando chegam ao poder” (SOUZA, 2019, p. 40).

Tome-se aqui a análise de Souza para o caso da Operação Lava Jato para, a partir dela, explicar como opera o seu modelo interpretativo da trajetória histórico-institucional brasileira. Essa inflexão é necessária por duas razões: a) trata de um caso concreto no qual se pode observar como Souza utiliza o seu modelo teórico interpretativo; e b) pode ser contrastado, como será visto adiante, com o escrutínio que Marcus André Melo, usando modelo interpretativo completamente distinto, dá ao mesmo evento, ou seja, aos resultados da Operação Lava Jato.

Souza considera que a Operação Lava Jato, ao invocar o argumento de combate à corrupção estatal, atua, na verdade, para desacreditar o Estado brasileiro e, assim, preparar o campo institucional para que grupos econômicos privados se apropriem da riqueza nacional mediante a privatização de certas instituições como, por exemplo, a Petrobras. Devidamente demonizado pela Operação Lava Jato, com apoio da grande imprensa e opinião pública, o Estado brasileiro, alvo de grupos políticos predatórios, cederia espaço ao livre mercado supostamente virtuoso. Assim, de acordo com esse modelo interpretativo,

O que a Lava Jato e seus cúmplices na mídia e no aparelho de Estado fazem é o jogo de um capitalismo financeiro internacional e nacional ávido por ‘privatizar’ a riqueza em seu bolso. Destruir a Petrobras, como o consórcio Lava Jato e grande mídia, a mando da elite do atraso, fez, significa empobrecer o país inteiro de um recurso fundamental, apresentando, em troca, resultados de recuperação ridículos de tão pequenos e principalmente levando à eliminação de qualquer estratégia de reerguimento internacional do país. (SOUZA, 2019, p. 13).

Para Souza (2019, p. 13), “essa é a corrupção real” e não a hiperbólica corrupção estatal desvelada pela Operação Lava Jato. O substrato teórico utilizado pelos operadores da Operação Lava Jato teria sido fornecido pela já mencionada tradição liberal e anti-patrimonialista, de modo que “a ‘limpeza da política’ que o procurador Deltan Dallagnol³, o intelectual da operação, preconiza para o país é uma mera continuidade da reflexão de Sérgio Buarque e Raymundo Faoro” (SOUZA, 2019, p. 12).

Souza está convencido de que a denúncia do patrimonialismo feita pela tradição liberal tem o desiderato de mascarar o ponto fulcral para entender a realidade brasileira, vale dizer, o problema nacional não residiria em combater os grupos políticos e econômicos predatórios hospedados no aparelho estatal, mas em identificar os grupos que atuam fora do Estado com o fim de privatizá-lo. Para ser verdadeiro, o eixo da luta contra a corrupção deveria se concentrar em “combater a rapina, pela elite do dinheiro, da riqueza social e da capacidade de compra e de poupança de todos nós para proveito dos oligopólios e atravessadores financeiros” (SOUZA, 2019, p. 13).

Na perspectiva de Souza, as classes populares foram historicamente vencidas por sucessivos pactos excludentes de elites plutocráticas, indo do escravismo do Brasil colonial até o tempo presente. O escravismo da época colonial teria sido substituído pelo preconceito biológico no final do século XIX e início do século XX para, em seguida, ser sucedido pelo presente culturalismo racista conservador de matriz norte-americana. Esses discursos capazes de ocultar o preconceito e a exclusão contra as classes populares teriam sido originados no “culturalismo vira-lata racista entre nós, de Sérgio Buarque a Roberto DaMatta, (que) vê o capital social de relações sociais, apelidado por eles de ‘jeitinho brasileiro’, como se fosse uma jabuticaba que só existe no Brasil” (SOUZA, 2019, p. 98). A tradição liberal acenaria então com o combate ao patrimonialismo e ao populismo, “dois espantalhos criados para tornar possível a aliança antipopular que caracteriza o Brasil moderno desde 1930” (SOUZA, 2019, p. 11).

Souza repete, *ad nauseam*, que o vira-latismo nacional ocorreria em face da subserviência ao modelo político norte-americano e ao livre mercado, apontados equivocadamente como virtuosos e, portanto, dignos de replicação em outros países.

³ Souza (2019, p. 194-195) também nomina o procurador da República como “exponente da fração profascista da classe média” brasileira e cita um texto de Dallagnol com referências a Raymundo Faoro e a Sérgio Buarque de Holanda no Facebook para justificar sua crítica à tradição liberal – ou, como prefere classificar, “culturalismo liberal conservador” – como substrato teórico que serviu à Operação Lava Jato.

Os Estados Unidos estariam bem longe de representarem o paraíso na Terra apontado pela tradição liberal, como o demonstra a crise de 2008, não fazendo, portanto, sentido que sejam apresentados, ao lado do livre mercado, como “vacas sagradas” (SOUZA, 2019, p. 17; p. 33-34).

Reiteradamente, Souza (2019, p. 34) repete que o livre mercado, detentor do poder real em nossa sociedade, “é tornado invisível, como o Estado é tornado o suspeito preferido [...] de todos os malfeitos” pela tradição liberal.

Souza empreende uma divisão bastante dicotômica entre Estado e livre mercado, identificando no último o abrigo privilegiado – ou a fortaleza bem protegida – de onde partem as poderosas forças que atuam para conjurar a construção e a consolidação de instituições realmente democráticas. O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff é, assim, apresentado como “a grande farsa do golpe de maio de 2016”, evento que se conecta a todos os outros golpes antes ocorridos e que tiveram como substrato teórico as “ideias falsas” de combate à corrupção fornecido pela tradição liberal iniciada por Sérgio Buarque. Como será visto logo a seguir, a interpretação de Marcus Melo sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff é completamente diversa porque se escora no referencial de conteúdo institucionalista e não estabelece o fio condutor histórico no qual a luta de classes assume papel central como faz a análise de Souza, embora este critique a suposta natureza economicista dos referenciais liberal e marxista.

Por fim, cabe ressaltar que os ataques de Souza (2019) à tradição liberal, em especial ao pensamento de Sérgio Buarque de Holanda – o declarado alvo preferencial do livro – se apresentam como absolutamente contundentes para dizer o mínimo, uma vez que classifica toda essa já vetusta e rica tradição como pseudo-científica. Se houve excesso na crítica de Souza, talvez esse fato se deva à sua monumental ambição de criar uma interpretação não somente alternativa, mas totalizante da trajetória histórica-institucional do Brasil, capaz de refutar, em definitivo, a matriz interpretativa iniciada pelo historiador paulista em 1936 com *Raízes do Brasil*.

Para este trabalho, importa sobretudo escrutinar os argumentos apresentados na polêmica travada entre Jessé Souza e Marcus Melo e, como foi proposto, apontar a congruência, ou não, da posição defendida por cada um dos novos intérpretes com a efetiva realidade política e econômica nacional.

A visão de Melo para o Brasil democrático

Diferentemente da análise essencialmente classista de Jessé Souza sobre a trajetória político-institucional brasileira, Marcus Melo interpreta a *path depen-*

dence nacional com base no institucionalismo cujas teorias fundamentam majoritariamente a Ciência Política do tempo presente. Há, portanto, mais do que a mera preferência ou repulsa pelo peso da contribuição liberal na trajetória dependente nacional, praticamente um abismo teórico-metodológico entre os dois intérpretes que os levam a resultados diferentes ao escutinar o mesmo tema. Isto não quer dizer que não seja possível aferir qual dos modelos teóricos se apresenta mais condizente com a realidade efetiva como se verá na seção seguinte.

Inicialmente, deve ser ponderado que Melo não estigmatiza a democracia representativa do tipo liberal como um modelo que promove naturalmente a exclusão social através de mecanismos nem sempre visíveis como sustenta a análise de Souza. Ancorado nas teorias institucionalistas do tempo presente, Melo considera certamente a democracia liberal como o resultado de uma longa trajetória de lutas políticas em favor do Estado de Direito (*rule of law*) no Ocidente. O conjunto da obra de Melo parece apontar para a crença de que, embora imperfeitas, as instituições da democracia liberal são capazes de promover gradual e sequencialmente mais inclusão social no campo econômico e, na esfera política, mais controle social sobre os poderes constituídos. Os esforços acadêmicos de Melo têm, portanto, se concentrado na análise comparativa dos diversos modelos ou desenhos institucionais que promovem, ou não, inclusão social e confiabilidade no sistema político. Nesse modelo interpretativo, claro está que a luta de classes como mecanismo de análise cede lugar para avaliações que levem em conta a eficiência dos desenhos institucionais adotados, isto é, importa aferir como as estruturas de incentivos e sanções têm, de fato, funcionado no interior de cada sistema político escrutinado.

Tome-se aqui a visão defendida por Melo e outros autores (2016) no livro *Brazil in Transition – Beliefs, Leadership, and Institutional Change* sobre o funcionamento da democracia brasileira. Nele, é ponderado que, sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil promoveu desenvolvimento institucional ao adotar a responsabilidade fiscal e a inclusão social (ALSTON *et al.*, 2016). Forjaram-se, assim, consensos nacionais sobre essas políticas públicas que habilitariam o país a embarcar em uma “transição crítica” rumo ao seleto grupo de países desenvolvidos (ALSTON *et al.*, 2016, p. 214). A expectativa declarada do livro era de que o Brasil continuasse nessa “trajetória virtuosa” (que compatibiliza políticas públicas de responsabilidade fiscal com inclusão social), apesar dos solavancos ao longo da estrada (ALSTON *et al.*, 2016, p. 214). O que se quer aqui não é, por óbvio, avaliar os eventuais acertos ou erros de uma expectativa tão elevada – capaz, na avaliação dos autores, de modificar nossa deplorável trajetória dependente de um passado secular de atraso econômico –,

mas enfatizar como Melo aposta inequivocamente na capacidade da democracia liberal de promover prosperidade econômica compatibilizada com efetiva inclusão social, um arranjo institucional sequer cogitado por Souza.

Melo apresenta igualmente uma visão completamente distinta de Souza sobre os resultados da Operação Lava Jato. No entendimento do cientista político pernambucano, as instituições que realizam o chamado controle horizontal tiveram os poderes aumentados com a edição da Constituição de 1988 e incrementaram suas ações desde a década de 1990, resultando no necessário contrapeso constitucional aos poderes historicamente fortes do ramo Executivo no Brasil. Nesse passo, o advento da Operação Lava Jato seria o desdobramento do fortalecimento das instituições de controle horizontal:

A Lava Jato representa a parte mais visível e mais impactante da mudança estrutural ocorrida na democracia brasileira. No limite, ela representa um choque no equilíbrio de baixa qualidade da corrupção sistêmica (mudança descontínua ou *big bang*). (MELO, 2017, p. 84-85).

Para além das prescrições constitucionais, Melo (2017) considera que a fragmentação partidária – excessiva no caso brasileiro –, a competição política e a alternância no poder concorreram para a expansão dos papéis do Supremo Tribunal Federal (STF) e Ministério Público, bem como ressalta que atacar as instituições de controle tem um custo reputacional, sendo os limites dados pela opinião pública como sucede nas democracias maduras. Melo (2017, p. 89) concluiu então que “a Lava Jato é irreversível porque [está] ancorada em fortes expectativas e crenças”, contando com apoio massivo da opinião pública, estimado em mais de 90% de acordo com pesquisa IPSOS em 2016.

Portanto, a visão da Lava Jato como instrumento político usado pelas ações ocultas – ou pouco visíveis – das elites dominantes contra o Estado e a política, tal como faz Souza, recebe outro tratamento por Melo. O suposto jacobinismo – ou fúria persecutória, pode-se acrescentar - dos investigadores é descartado: “O rol de investigados não reflete a intensidade do jacobinismo, mas a escala do fenômeno. O jacobinismo é epifenômeno” (MELO, 2019a, p. 2). Ao contrário de Souza que considera a Lava Jato um retrocesso, Melo avalia como bem-vindo o acúmulo de poderes das instituições de controle horizontal, capaz de produzir equilíbrio no jogo político em face do gigantismo dos poderes do Executivo, de modo a representar um claro avanço institucional. As visões de Souza e Melo sobre a Lava Jato são, portanto, abissais: o primeiro considera a Operação como um instrumento ou ferramenta de dominação classista, praticamente o corolário

da politização do Judiciário, e o segundo a reputa como um contrapeso necessário para o equilíbrio do jogo político e constitucional no sentido madsoniano.

Antes mesmo do impedimento da presidente Dilma Rousseff, Melo (2015) já havia prognosticado que uma “tempestade perfeita” ameaçava o governo petista⁴.

Melo (2015, p. 3) não considerou então que o presidencialismo de coalizão apresentava alguma anomalia grave, mas identificou o incorreto manejo do sistema pela presidente Dilma: “Mas isso chegou ao extremo no caso da presidente, pois individualmente ela também não opera a sua coalizão. E tem dificuldades em partilhar e delegar decisões.”

Aqui, igualmente a diferença com o diagnóstico apresentado por Souza é evidente, já que o sociólogo estima que o governo Dilma caiu em razão de um golpe, à semelhança de todos os outros praticados pela “elite do atraso” no Brasil, e não em virtude de má gestão da coalizão governamental ou disfuncionalidade do presidencialismo de coalizão.

Por fim, Melo (2019b, p. 1-2) reitera que o iliberalismo predominante no país, à esquerda e à direita, forneceu “o maquinário intelectual” para a constituição do Estado varguista, igualmente iliberal. O peso da tradição iliberal continuaria a reverberar ainda hoje:

A democracia liberal sempre foi atacada entre nós como farsa: no mínimo como ideia fora do lugar. O “rule of law” (império da lei), por ser imperfeito, era por isso mesmo considerado inatingível. Para inglês ver. E para muitos continua sendo: só é defendido quando produz resultados que interessam. (MELO, 2019b, p. 2).

Fiel à tradição pluralista que remonta à ideia central de Tocqueville segundo a qual os males da democracia se resolvem com mais democracia, Melo (2019b, p. 2) acredita que, a despeito dos “choques (da democracia liberal que) produzem disrupção, confusão, *malaise* política”, “a alternativa requer necessariamente democracia e ‘rule of law’”.

A efetiva interação entre Estado e livre mercado no Brasil

Como pensamos ter deixado evidenciado, as posições defendidas por Souza e Melo na polêmica travada se apresentam como verdadeiramente incon-

⁴ A tempestade perfeita, na avaliação de Melo (2015), consistiria na conjunção de economia em queda, escândalos de corrupção – vivia-se o auge dos escândalos da Petrobrás - e os protestos massivos nas ruas.

ciliáveis sobre o peso efetivo da contribuição liberal em nossa trajetória dependente (*path dependence*). O cerne da polêmica se concentrou fundamentalmente em determinar se há excesso de Estado ou de livre mercado em nossa trajetória político-institucional. Narrativas podem ser construídas livremente nas ciências sociais, mas devem guardar minimamente congruência com a realidade efetiva. Afirmar, por exemplo, que as duas narrativas são rigorosamente verdadeiras seria, por óbvio, cair num árido relativismo que em nada contribuiria para o avanço da discussão. Em 1961, Karl Popper (1988) já advertira para os perigos representados pelo relativismo e defendera, com evidente razão, que é possível determinar a verdade em ciências sociais pela aproximação que as teorias apresentam em relação à realidade efetiva. Sem embargo, uma teoria que afirmasse hoje que os regimes totalitários produzem mais bem-estar econômico e liberdade política do que as democracias liberais seria facilmente refutada pela recente experiência histórica. Acresce que a adoção de ferramentas estatísticas permite hoje mensurar as hipóteses testadas em ciências sociais, de modo a aumentar exponencialmente o grau de confiabilidade dos resultados apresentados.

Nesse passo, organizações independentes dedicadas a mensurar a qualidade da democracia ao redor do planeta apontam em pesquisas recentes a baixa presença do livre mercado e, por consequência, a fortíssima intervenção do Estado na economia brasileira. O *ranking* da organização Heritage Foundation sobre Liberdade Econômica de 2019 coloca o Brasil na 150ª posição, dentre 180 países avaliados. No *ranking*, o Brasil é classificado como “principalmente não livre” (“*mostly unfree*”), sobretudo em razão do inchaço e excessiva centralização no governo federal, de modo a esmagar a liberdade econômica por décadas.

A alta concentração de recursos e dos processos decisórios em Brasília, de modo a desequilibrar o pacto federativo em favor da União, tem clara correspondência com nossa trajetória dependente de um passado igualmente centralizador, marcado pelo *State-building* promovido pela monarquia portuguesa, preocupada fundamentalmente em ocupar um território vasto e inóspito – projeto similar, inclusive, ao que ocorreu na América Hispânica – em contraposição ao modelo adotado nos Estados Unidos (*Nation-building*) no qual os peregrinos fundaram uma sociedade baseada em valores orientados pela instituição e preservação da liberdade (SANTOS, 2007). O advento tardio do regime republicano no Brasil não foi marcado pela adoção de instituições liberais, mas esteve sob forte influência de ideias autoritárias. Dias após a proclamação da República, o historiador Hélio Silva (1998, p. 75-76) afirma que os positivistas já defendiam uma concepção de ditadura que pulverizava o sistema de freios e contrapesos entre os ramos de Poder: “O ditador deveria enfeixar os poderes do Executivo, do Legislativo

e do Judiciário. Ele deveria ter liberdade na escolha de seu sucessor”. No século XIX, as trajetórias desenvolvimentistas entre os Estados Unidos e países hispânicos foram se acentuando exponencialmente em razão das diferentes instituições políticas inclusivas ou extrativistas adotadas (NORTH, 2006; ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Para fazer frente à Grande Depressão, o presidente Franklin D. Roosevelt lançou em 1933 o plano *New Deal*, criou diversas agências reguladoras, etc., ou seja, buscou-se uma resposta para um problema econômico grave dentro das regras do jogo democrático (RANGEL, 2019).

O contraste entre a pujança da democracia norte-americana e o atraso latino-americano ajudou a forjar uma forte tradição iliberal na qual o Brasil se insere. Frequentemente, optou-se por regimes de natureza francamente iliberais – como o varguismo no Brasil, o peronismo (com Juan Perón) na Argentina, o fujimorismo no Peru e o bolivarianismo na Venezuela – como respostas às crises econômicas cíclicas da incipiente democracia representativa do tipo liberal.

A revisão da discussão enfocada passa necessariamente pela avaliação concreta sobre a possibilidade de encontrar modelos alternativos para o nosso secular atraso econômico e político-institucional *fora* das instituições da democracia representativa do tipo liberal. Até aqui, não somente na América Latina, bem como no restante do planeta, a resposta tem sido negativa. O advento dos chamados regimes híbridos – que podem ser definidos como aqueles que concentram poderes no ramo Executivo em detrimento dos atores da oposição (CORRALES, 2015) – demonstra não somente a inexistência de salvaguardas institucionais capazes de evitar o colapso da democracia liberal, mas também a incapacidade de tais regimes cumprirem minimamente as promessas de promover mais liberdade política compatibilizada com prosperidade econômica. Extensa literatura avalia, por exemplo, a degradação institucional da Venezuela chavista, caso mais notório de regime híbrido na América Latina (DIAMOND, 2002; LEVINE, 2002; LEVINE; MOLINA, 2012; KORNBLITH, 2013; CORRALES, 2015; URRIBARRÍ, 2011, 2016; GAMBOA, 2016).

O populismo, à esquerda (bolivarianismo na Venezuela) e à direita (no passado, o fujimorismo no Peru e hoje Viktor Orbán na Hungria), integra a natureza intrínseca dos regimes híbridos ou democracias iliberais.

As visões distintas sobre corrupção e a Operação Lava Jato

Nas democracias do tipo liberal, os temas relativos aos casos de abusos de poder, ineficiência, corrupção e, desde os anos de 1950, inclusão social são

utilizados pelos partidos de oposição contra os governos (ou incumbentes) para desgastá-los ou interdita-los. Trata-se de uma agenda comum aos opositoristas (ou desafiantes), não importa em que posição se encontrem no espectro político. No caso brasileiro, todavia, houve um ponto de inflexão na interpretação do que sucedeu no segundo governo de Vargas. A União Democrática Nacional (UDN), cuja base parlamentar era constituída de juristas respeitáveis tendo à frente Afonso Arinos de Melo Franco e Aliomar Baleeiro, mobilizou o tema da corrupção – de fato, robusta – contra o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). A UDN replicava, assim, o padrão comumente utilizado pelas oposições nas democracias do tipo liberal. No entanto, as forças que apoiavam Vargas passaram a acusar a UDN de ter feito uma opção moralista, de conteúdo meramente administrativo e, portanto, antipopular. Na construção dessa nova narrativa, o elitismo da UDN teria como objetivo evitar o avanço das conquistas sociais de Vargas cuja imagem hiperbólica como Pai dos Pobres havia sido forjada desde o período do profascista Estado Novo.

Essa narrativa prosperou – a argumentação de Souza contra a Operação Lava Jato não é absolutamente inovadora, mas se ancora antes na cauda dessa tradição interpretativa. Até os anos 1960, a literatura considerava que certo nível de corrupção governamental era admissível e até necessário para a promoção do desenvolvimento econômico. Essa literatura pode ser provavelmente sintetizada na famosa sentença de Samuel Huntington, segundo a qual “a única coisa pior do que uma sociedade com burocracia rígida, excessivamente centralizada e desonesta é aquela com uma burocracia rígida, honesta e supercentralizada”.

Corrupção estatal pode afetar o crescimento econômico através de diversos canais, provocando elevação de tributos e impactos negativos sobre a infraestrutura e prestação de serviços públicos em geral (KURER, 2001). No campo político, a corrupção cria barreiras à entrada de novos partidos no mercado político em razão de um regime corrupto já estabelecido (KURER, 2001). Pesquisas empíricas atestam que a corrupção resulta em baixo investimento privado e crescimento econômico, além de erodir a legitimidade das democracias (A. SELIGSON, 2006; GRAYCAR, 2015; TREISMAN, 2000; WEITZ-SHAPIRO; WINTERS, 2015). A situação se agrava exponencialmente quando a análise recai sobre a América Latina cuja forte tradição caudilhistas e, portanto, iliberal resultou, na maior parte das vezes, em fracas instituições de controle no combate à corrupção. Getúlio Vargas não somente agasalhou, por exemplo, no interior do Palácio do Catete, então sede do governo federal, a Guarda Pessoal – evidente herança do período autoritário antecedente – como não conseguiu impedir a corrupção volumosa que a partir dali (mas não somente) se espalhou pela administração

pública. Gregório Fortunato, o chefe da Guarda Pessoal, ostentava negócios e patrimônio incompatíveis com seus ganhos como funcionário público:

Os papéis de Gregório Fortunato trariam revelações catastróficas para o governo. Eles atestavam que o chefe da guarda pessoal, apesar de receber um salário de 15 mil cruzeiros (7,5 mil reais), era dono de um conjunto de bens estimados em 65 milhões de cruzeiros (32,8 milhões de reais) – entre os quais se incluíam imóveis, um mercado em Copacabana e um cavalo puro-sangue.

Havia provas materiais de que Gregório exercia intenso tráfico de influência nos bastidores do poder, o que incluía pequenos favores palacianos ao agenciamento de vultosas quantias. No arquivo, foram encontrados cartas, bilhetes e recibos trocados por ele com autoridades e lideranças empresariais do país. (NETO, 2014, p. 324).

O próprio Vargas, repetindo o bordão do jornalista opositor Carlos Lacerda sobre a corrupção robusta, admitiria que o seu governo estava envolvido em um “mar de lama” (NETO, 2014, p. 306). Souza alega que, nos países avançados, sobretudo nos Estados Unidos, também há corrupção estatal, tentando estabelecer uma espécie de nivelamento com os casos ocorridos no Brasil durante os governos do PT. De fato, a corrupção existe em países ricos e pobres, mas a natureza e a extensão são, em geral, muito diferentes entre os dois grupos (GRAYCAR, 2015). Nos países ricos prevalece a “corrupção pequena” (*petty corruption, flies*) caracterizada pela ação de servidores de baixo escalão que veem oportunidades para fazer o que não é certo como, por exemplo, falsificar relatórios oficiais atestando pagamentos de tributos que, na verdade, não aconteceram (GRAYCAR, 2015). Nos países pobres ocorre a “grande corrupção” (*grand corruption, tigers*) quando políticos manipulam os instrumentos do Estado em seu benefício e, assim, distorcem a execução de políticas públicas com estradas mal construídas, negação de acesso à água limpa e às oportunidades educacionais, etc. (GRAYCAR, 2015).

No caso brasileiro, o trabalho levado a cabo pela Operação Lava Jato resultou altamente controverso provocando pelo menos duas narrativas concorrentes na arena pública sobre sua efetiva natureza e potenciais benefícios ou malefícios em favor do país. De um lado, há a narrativa segundo a qual a Lava Jato foi benéfica ao desmantelar pela primeira vez na história da república as interações promíscuas entre o governo federal e empresas associadas, sobretudo as grandes empreiteiras, desvelando a grande corrupção sistêmica encastelada no centro do

poder. Nesse passo, o livro de Malu Gaspar (2020) se constituiria em uma pesquisa importante ao revelar a trajetória da Odebrechet, a gigantesca empreiteira brasileira, e seus respectivos arranjos predatórios desde o regime militar (1964-1985) até alcançar governos do período da redemocratização sem deixar de estender seus tentáculos a governos sul-americanos. No outro campo narrativo, críticos da Lava Jato apontam uma miríade de supostos abusos cometidos pelas instituições de controle horizontal, dentre os quais se incluem a alegada fúria persecutória desencadeada contra os acusados com a correspondente violação de seus direitos constitucionais à ampla defesa e ao contraditório, espetacularização das prisões, etc. Nesse sentido, as ações da Operação Lava Jato não foram realizadas para promover a aplicação impessoal da lei, mas, ao contrário, se constituiriam em um caso manifesto de *lawfare*, ou seja, o uso manipulativo do arcabouço jurídico como instrumento de combate político a adversários sem o necessário respeito ao devido processo legal. De qualquer modo, resta indubitável que a Lava Jato se encontra em franco recuo em razão de recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que tornou sem efeito algumas de suas sentenças condenatórias. Assim, Lula teria sido alvo da Lava Jato com o objetivo de interditar sua candidatura à campanha presidencial de 2018.

Souza (2019, p. 36) sustenta que a tradição iniciada por Sérgio Buarque de Holanda “tornou possível a grande farsa do golpe de maio de 2016 e de todos os outros golpes – supostamente contra a corrupção”. De 1990 a 2016, o PT protocolou na Câmara dos Deputados 50 pedidos de *impeachment* nos períodos em que se encontrava na oposição (MORAES, 2016). Essa fúria pelo afastamento antecipado do oficialismo ultrapassa facilmente as ações da UDN no mesmo sentido e, como foi mencionado, evidencia que, na oposição, o PT replicou o padrão utilizado comumente por todos os partidos desafiantes. Assim, tanto na análise da interação entre Estado e livre mercado quanto dos impactos da Operação Lava Jato sobre a trajetória dependente de um passado patrimonialista e autoritário, as distinções entre os dois novos intérpretes do Brasil são abissais, existindo poucos pontos de interseção ou convergência.

Em síntese, o Quadro 1 abaixo apresenta os elementos distintivos relevantes entre Jessé Souza e Marcus Melo na polêmica travada sobre a trajetória político-institucional brasileira.

Quadro 1 – Elementos distintivos relevantes das análises de Jessé Souza e Marcus Melo sobre a trajetória político-institucional brasileira

Elementos Distintivos Relevantes	Jessé Souza	Marcus Melo
Ferramenta Metodológica	Luta de classes com ênfase nos aspectos sócio-culturais	Teorias institucionalistas
Visão Geral da Trajetória Dependente	Domínio de grupos oligárquicos que servem ao mercado explorador	Predomínio do “Estado demiurgo” e iliberal
Visão da Trajetória Dependente Hoje	Demonização do Estado e da política/Glorificação do livre mercado Condenação da Operação Lava Jato, avaliada como apropriação do Estado pelas forças ocultas do livre mercado. Argumentação em desacordo com recente literatura sobre corrupção estatal	Indícios da emergência inédita do liberalismo na trajetória dependente Apoio à Operação Lava Jato. Argumentação em consonância com a literatura que aponta a corrupção como bloqueio ao desenvolvimento econômico e causa de erosão da legitimidade democrática

Fonte: Elaboração própria.

Conclusões

As visões distintas entre Marcus Melo e Jessé Souza, sobre o problema enfocado, começam, inicialmente, por questões epistemológicas relevantes, considerando as ferramentas metodológicas a que cada um recorre para interpretar a trajetória político-institucional brasileira. Enquanto Marcus Melo apela às teorias institucionalistas (mas não somente a elas) para fundamentar sua posição, Jessé Souza constrói sua argumentação em torno de uma concepção da luta de classes de conteúdo sócio-cultural com a qual pretende ultrapassar o alegado economicismo do liberalismo e marxismo. As interpretações de ambos apresentam divergências abissais e até mesmo inconciliáveis. Marcus Melo sustenta que nossa trajetória político-institucional foi marcada pela onipresença do Estado nacional forte – ou “Estado demiurgo” – e critica os teóricos, notadamente Alberto Torres e Oliveira Viana, que fundamentaram historicamente o rechaço ao liberalismo entre nós. Por seu turno, Jessé Souza pondera o contrário, apontando a ação deletéria de grupos políticos e econômicos poderosos que, da escravidão colonial

aos dias de hoje, interditarium o acesso ao poder de classes sociais historicamente excluídas.

Há discussões acadêmicas relevantes – provavelmente, para sempre inconclusivas – sobre a capacidade do livre mercado de engendrar incessante riqueza material compatibilizada com a necessária proteção das instituições políticas da democracia representativa do tipo liberal. Há igualmente estudos que atestam a recorrência tanto de falhas de governo quanto do livre mercado, porém, tais temas não são objeto de escrutínio no presente trabalho. Importa ressaltar que a posição defendida por Souza, segundo a qual o livre mercado no Brasil é glorificado como modelo virtuoso, não encontra amparo consistente em nossa história republicana, nem mesmo no tempo presente. O ponto de inflexão nessa trajetória político-institucional estatista em favor de alguma abertura rumo ao liberalismo, como ressalta Melo (2019a), é, de fato, muito recente e não é possível dizer até onde irá nem tampouco se não ocorrerá, no futuro próximo, uma onda reversa em favor da visão do Estado forte, apontado frequentemente como único modelo capaz de cessar a histórica marcha que mantém a exclusão social brasileira.

Do mesmo modo, os ataques de Souza à Operação Lava Jato, vista por ele como instrumento de captura do Estado por forças ocultas do livre mercado em consórcio com alguns grupos midiáticos e políticos, bem como sua justificção de certo nível de corrupção estatal – análise que remete à superada visão de Huntington dos anos 1960 – não encontra o mais comezinho apoio na literatura consolidada sobre o tema. Corrupção estatal inibe os investimentos e o crescimento econômico, assim como concorre fortemente para erodir a confiança nas instituições políticas da democracia.

Por fim, a despeito das posições acadêmicas aparentemente inconciliáveis entre Jessé Sousa e Marcus Melo sobre o peso do legado estatista ou privatista em nossa trajetória político-institucional, cabe conjecturar sobre a possibilidade de (se) forjar um consenso mínimo entre os novos intérpretes do Brasil. Esse consenso mínimo englobaria o reconhecimento de pontos ou aspectos relevantes identificados como essenciais ao funcionamento da democracia como o combate à corrupção estatal – de acordo com a literatura atual –, bem como a admissão de que mercados e governos falham, o que significa aceitar que são interdependentes e não excludentes. Todavia, alcançar esse consenso mínimo parece altamente improvável se uma das tradições dos novos intérpretes do Brasil rechaça, *a priori*, as instituições da democracia liberal como capazes de promover a inclusão social e o incremento da participação política no país.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALSTON, L. *et al.* **Brazil in Transition: beliefs, leadership, and institutional change**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

CORRALES, J. Autocratic Legalism in Venezuela. **Journal of Democracy**, Baltimore, v.26, n.2, p. 37-51, 2015.

DIAMOND, L. Thinking about Hybrid Regimes. **Journal of Democracy**, Baltimore, v.13, n.2, p. 21-35, 2002.

FAUSTO, R. Ainda a esquerda: resposta ao economista Samuel Pessoa. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, n.125, p. 57-61, 2017.

FAUSTO, R. Reconstruir a esquerda: um balanço crítico da experiência histórica e algumas ideias para o futuro. **Revista Piauí**, Rio de Janeiro, n.121, p. 42-58, 2016.

GAMBOA, La. Venezuela: aprofundamento do autoritarismo ou transição para a Democracia? **Relações Internacionais**, Lisboa, n.52, p. 55-66, 2016.

GASPAR, M. **A organização: a Odebrechet e o caso de corrupção que chocou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GRAYCAR, A. Corruption: classification and analysis. **Policy and Society**, Amsterdam, v.34, n.2, p. 87-96, 2015. Disponível em: 10.1016/j.polsoc.2015.04.001. Acesso em: 20 jan. 2019.

HERITAGE FOUNDATION. **Index of Economic Freedom 2019**. Washington: Heritage Foundatio, 2019. p. 1-5, 2019. Disponível em: https://www.heritage.org/index/pdf/2019/book/index_2019.pdf. Acesso em: 1 jul. 2019.

KORNBLITH, M. Chavismo after Chávez? **Journal of Democracy**, Baltimore, v.24, n.3, p. 47-61, 2013.

KURER, O. Why do voters support corrupt politicians? *In*: JAIN, A. K. (org.). **The Political Economy of Corruption**. New York: Routledge, 2001. p. 63-86.

LEVINE, D.; MOLINA, J. E. Calidad de la Democracia en Venezuela. **América Latina Hoy**, Salamanca, v.62, p. 157-175, 2012.

LEVINE, D. The decline and fall of Democracy in Venezuela: ten theses. **Bulletin of Latin American Research**, Hoboken, v.21, n.2, p. 248-269, 2002.

- MELO, M. A. Lava Jato. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2019a, p. 1-2. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2019/06/lava-jato.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2020.
- MELO, M. A. A democracia liberal no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 jan. 2019b, p. 1-3. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2019/01/a-democracia-liberal-no-brasil.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- MELO, M. A. A Malaise política no Brasil: causas reais e imaginárias. **Journal of Democracy**, Baltimore, v.6, n.2, p. 69-95, 2017.
- MELO, M. A. Raízes do Brasil político: os caminhos de um projeto iliberal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jan. 2016. Ilustríssima, p.1-6. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/01/1734970-raizes-do-brasil-politico-os-caminhos-de-um-projeto-iliberal.shtml. Acesso em: 29 abr. 2019.
- MELO, M. A. Tempestade perfeita ameaça o governo Dilma, diz acadêmico: entrevista a Fernando Canzian. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2015, p. 1-4, 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1593286-tempestade-perfeita-ameaca-o-governo-dilma-diz-academico.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- MORAES, C. Quando o PT estava do outro lado: a sigla lidera pedidos de impeachment. **El País**, São Paulo, 18 abr. 2016, p. 1-4. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/18/politica/1460937256_657828.html. Acesso em: 04 fev. 2020.
- NETO, L. **Getúlio 1945-1954**: da volta pela consagração popular ao suicídio. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- NORTH, D. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal e Instituto Millenium, 2006.
- PESSOA, S. A armadilha em que a esquerda se meteu. **Revista Piauí**, n.123, Rio de Janeiro, p. 38-42, 2016.
- POPPER, K. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. v.2.
- RANGEL, C. **Do bom selvagem ao bom revolucionário**. São Paulo: Faro Editorial, 2019.
- SANTOS, W. G. **O paradoxo de Rousseau: uma interpretação democrática da Vontade Geral**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- SELIGSON, M. A. The measurement and impact of corruption victimization: survey evidence from Latin America. **World Development**, Amsterdam, v.34, v.2, p. 381-404, 2006.

SILVA, H. **Nasce a República – 1888/1894**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três AS, 1998.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: GMT, 2019.

SOUZA, J. Escravidão, e não corrupção, define a sociedade brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 2017. Ilustríssima, p. 1-4. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/09/1920559-escravidao-e-nao-corrupcao-define-ciedade-rasileira-diz-jesse-souza.shtml. Acesso em: 24 abr. 2019.

SOUZA, J. A quem serve a classe média indignada? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2016. Ilustríssima, p. 1-8. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/01/1727369-a-quem-serve-a-classe-media-indignada.shtml. Acesso em: 29 abr. 2019.

URRIBARRÍ, R. Venezuela (2015): un Régimen Híbrido en Crisis. **Revista de Ciência Política**, Santiago, v.36, n.1, p. 365-381, 2016.

URRIBARRÍ, R. Courts between Democracy and Hybrid Authoritarianism: evidence from the Venezuelan Supreme Court. **Law & Social Inquiry**, Cambridge, v.36, n.4, p. 854-884, 2011.

TREISMAN, D. The causes of corruption: a cross-national study. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v.76, p. 399-457, 2000.

WEITZ-SHAPIRO, R.; WINTERS, M. Political corruption and partisan engagement: evidence from Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, Hamburgo, v.7, n.1, p. 45-81, 2015.

Recebido em: 18 de setembro de 2021.

Aprovado em: 17 de maio de 2022.

O MATERIALISMO HISTÓRICO COMO CIÊNCIA REVOLUCIONÁRIA: FLORESTAN FERNANDES E O MARXISMO NO PÓS-REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Matheus de Carvalho BARROS¹

RESUMO: O objetivo do presente artigo é analisar o marxismo de Florestan Fernandes a partir de 1975 com a publicação de *A Revolução Burguesa no Brasil*. No contexto de seu embate com a ditadura civil-militar, a partir da década de 1970, Fernandes passa a produzir de forma sistemática trabalhos de análise política. Em uma reconstrução teórico-revolucionária da formação social brasileira, faz emergir um pensador que, a partir de então, se dedica também a tematizar aspectos internos da teoria marxiana e marxista. Além disso, Fernandes passa a se interessar pelos dilemas e pela produção intelectual latino-americana, exemplificado pela descoberta e difusão da obra de José Carlos Mariátegui. Nesse período, destacam-se as obras: *Circuito fechado* de 1976; *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana* de 1979; *Brasil em Compasso de Espera* de 1980; *O que é Revolução* de 1982. Nesta perspectiva, a partir da análise desses escritos, pretendemos examinar como o “velho Florestan” concebe e assimila a tradição oriunda de Marx.

PALAVRAS-CHAVES: Florestan Fernandes; Marxismo; Ciência Revolucionária.

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói – RJ – Brasil. Mestrando em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3895-3961>. carvalho_barros@id.uff.br.

THE HISTORICAL MATERIALISM AS A REVOLUTIONARY
SCIENCE: FLORESTAN FERNANDES AND MARXISM
AFTER THE REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

ABSTRACT: *The objective this article is to analyze the Marxism of Florestan Fernandes from 1975 onwards with the publication of *A Revolução Burguesa no Brasil*. In the context of his struggle with the civil-military dictatorship, from the 1970s onwards, Fernandes began to systematically produce works of political analysis. In a theoretical-revolutionary reconstruction of the Brazilian social formation, a thinker emerges who, from then on, is also dedicated to thematizing internal aspects of Marxian and Marxist theory. In addition, Fernandes became interested in the dilemmas and intellectual production of Latin America, exemplified by the discovery and dissemination of the work of José Carlos Mariátegui. During this period, the following works stand out: *Circuito Fechado* (1976); *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana* (1979); *Brasil em Compasso de Espera* (1980); *O que é Revolução* (1982). From this perspective, based on the analysis of these writings, we intend to examine how the “old Florestan” conceives and assimilates the tradition originating from Marx.*

KEYWORDS: *Florestan Fernandes; Marxism; Revolutionary Science.*

Introdução

Acreditamos que o peso relativo das ideias de Marx – e da tradição marxista – no conjunto das concepções teórico-metodológicas de Florestan Fernandes é geralmente subestimado. O marxismo está presente na vida e na obra do sociólogo paulistano desde a década de 1940, quando Florestan traduz e escreve uma introdução à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx, em 1946, a convite de Hermínio Sacchetta, como parte de suas tarefas de militante do Partido Socialista Revolucionário (PSR) – organização trotskista ligada à Quarta Internacional.

Entretanto, é somente a partir da década de 1960, na medida em que a posição política e científica de Fernandes assume uma postura mais radicalizada, que a relação do sociólogo paulistano com a teoria marxista irá se aprofundar. A tradição oriunda de Marx passa a ter outra conotação na vida e na obra de Florestan. Conotação essa que não é apenas sociológica, mas fundamentalmente ligada à *práxis* política socialista e à investigação das forças sociais capazes de contribuir para a destruição da ordem social capitalista no Brasil.

Em meados dos anos 70, Florestan Fernandes passa a produzir de forma mais intensa e sistemática trabalhos de análise política. Segundo José Paulo Netto (1987), numa reconstrução teórico-revolucionária da constituição da formação social brasileira, faz emergir um pensador que, a partir de então, dedica-se também a tematizar aspectos internos da teoria marxiana e marxista. Nesse sentido, o tema do socialismo se consolida de forma definitiva em seus escritos, particularmente na sua fase assumidamente publicista (nos artigos de jornais, revistas, conferências, simpósios etc.) (TOLEDO, 1998). Nesse período, destacam-se as obras: *Circuito fechado* de 1976; *Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana* de 1979; *Brasil em Compasso de Espera* de 1980; *O que é Revolução* de 1982.

Nessa perspectiva, a partir da análise desses escritos, o objetivo do presente artigo é analisar a relação entre o sociólogo paulistano e a tradição marxista, buscando apontar que a assimilação principal que Florestan Fernandes fará do marxismo em sua fase mais madura se dá em termos do resgate da concepção de revolução, ou da edificação de uma teoria e de uma ciência revolucionária que correspondesse às especificidades do Brasil e da América Latina.

O pós-Revolução Burguesa

Analisando as particularidades da transformação capitalista na periferia, em 1975, Florestan Fernandes publica umas de suas obras mais importantes que, segundo Carlos Nelson Coutinho (2000), é o primeiro texto onde o marxismo é assumido explicitamente como ponto de vista metodológico pelo sociólogo paulistano. Refiro-me aqui à *Revolução Burguesa no Brasil* (FERNANDES, 2006).

Para José de Souza Martins (2006), o livro em formato de ensaio ganha sentido no ambiente intelectual do debate brasileiro sobre o tipo de sociedade capitalista que estava se desenvolvendo no Brasil. Desta forma, *A Revolução Burguesa* poderia ser vista como o último grande estudo do ciclo de reflexões históricas e sociológicas abrangentes sobre o destino histórico do Brasil.

Segundo Martins (2006), *A Revolução Burguesa no Brasil* equivale, em certo sentido, ao *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* de Lenin, um marco nos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo em sociedades diferentes da Europa Ocidental. Martins (2006) argumenta que a interpretação de Florestan sobre o processo da lenta e complicada revolução burguesa no Brasil tem como um dos seus aspectos mais positivos o distanciamento de um marxismo determinista e engessado. Em outras palavras, o marxismo de Florestan Fernandes se contrapôs a todo de tipo de vulgarização da tradição oriunda de Marx que propõe uma concepção de história regida por “etapas inexoráveis, segundo um

modelo abstrato de processo histórico” (MARTINS, 2006, p. 18). Modelo esse que corresponderia a um etapismo mecanicista e a uma visão antidialética da realidade.

A partir da publicação de *A Revolução Burguesa no Brasil*, a questão do *socialismo* não se constituía como um assunto entres outros na obra de Florestan Fernandes. Como nos aponta Caio Navarro de Toledo (1998), para Florestan, particularmente nas últimas décadas de sua produção intelectual, o socialismo era, a rigor, uma questão vital e decisiva em sua obra. Mais do que isso, o socialismo era uma questão existencial, na qual Florestan Fernandes se dedicou integralmente do ponto de vista ético, político e intelectual (TOLEDO, 1998).

Toledo destaca que, em sua militância, Florestan Fernandes jamais abdicou das armas da crítica, da razão analítica e dos recursos da dialética. Nessa perspectiva, a defesa do socialismo não era realizada somente a partir de um ponto de vista ético-humanista. Florestan a fazia a partir de uma rigorosa análise do capitalismo e de suas irreconciliáveis contradições. Desse modo:

A defesa apaixonada do socialismo na escrita do sociólogo, do publicista e do tribuno esteve, assim, sempre apoiada em pesquisa empírica e sólida argumentação teórica, nunca se confundindo com a propaganda ou com a demagogia típicas de certos populismos teóricos, ainda vigentes em alguns setores da esquerda. (TOLEDO, 1998, p. 60-61).

Neste contexto, Lincoln Secco (1998) salienta que o mais impressionante nas avaliações políticas de Florestan Fernandes era justamente a “simbiose” entre o publicista engajado, político e homem de ação, preocupado com a persuasão de seus leitores, e o sociólogo, o cientista, compromissado com a análise objetiva da realidade concreta. Secco argumenta que, desta forma, a sociologia de Florestan funcionava como uma “previsão”, no sentido que Antônio Gramsci conferiu ao termo, ou seja, “como um programa que visa superar a ordem social competitiva e estabelecer o socialismo.” (SECCO, 1998, p. 77).

Segundo Maria Arminda Arruda (2010), se na obra *A Revolução Burguesa no Brasil* Florestan Fernandes rejeitou a posição antes assumida sobre a viabilidade de se “forjar nos trópicos este suporte de civilização moderna” (uma das frases que encerra *A integração do Negro na Sociedade de Classes* (FERNANDES, 1965)), em *Circuito Fechado*, obra publicada em 1976, todas as apostas do sociólogo paulistano estão cristalizadas na força “incoercível” das classes populares para construir um futuro socialista e democrático. Segundo Florestan:

O circuito fechado constitui uma equação metafórica de um dos ângulos da situação que prevalece graças aos tempos retardados da revolução burguesa. A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que “fecham” ou “abrem” os circuitos da história. A América Latina conheceu longos períodos de circuito fechado e curtos momentos de circuito aberto. No entanto, o modo pelo qual se dão as coisas, nos dias que correm, revela que “o impasse de nossa era” não consiste mais no caráter perene da repressão e da opressão. Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o curto-circuito final, que para eles vem a ser o desaparecimento de um Estado antagonico à Nação e ao Povo, ou seja, um Estado que, como todo o Estado elitista, tem sempre de “fechar a história” para os que não estão no poder. (FERNANDES, 2010, p. 24).

Desse modo, Arruda (2010) defende que o livro publicado em 1976 representa a superação da fase caracteristicamente acadêmica de Florestan Fernandes. Para a socióloga da USP, a análise dos rumos assumidos pelo capitalismo no Brasil, sobretudo pós 1964, leva Florestan a abandonar a postura de intervenção racional na promoção de reformas e defender a construção de uma nova ordem social por vias radicais.

No ano de 1978, Florestan se responsabilizou pela publicação de dois textos de Lenin, *O Estado e a Revolução* e *O que fazer?*, além de organizar e escrever uma introdução para uma coletânea de textos do revolucionário russo, publicada pela editora Ática².

Na introdução à coletânea, Florestan Fernandes (1978) ressalta que a total fidelidade de Lenin ao marxismo não pressupunha uma mera repetição de Marx ou uma ossificação dialética, mas sim, uma busca por novos caminhos que só o marxismo podia desvendar, desde que aplicado de forma precisa, exigente “e imaginativa, como um saber vivo, em intrínseca conexão com a vida” (FERNANDES, 1978, p. 2). Sem subestimar a contribuição teórica do líder Bolchevique, Florestan destaca que é no terreno da prática que se acha o eixo da transmutação leninista do marxismo. Isso não significa que esta prática estivesse desvinculada da teoria, pois, dentro do pensamento dialético marxista, teoria e prática nunca estiveram ou poderiam estar separados. Contudo, Fernandes (1978) argumenta que Lenin dedicou a sua vida à adequação instrumental e política do marxismo à concretização da revolução proletária. Desta forma, na

² Apesar de ter sido publicada em 1978, esta introdução foi escrita entre o final de 1972 e o início de 1973, conforme as cartas de Florestan dirigidas a Bárbara Freitag. A esse respeito ver: Freitag (1996).

visão de Florestan, Lenin incorpora ao marxismo um modelo prático de como passar da *ditadura burguesa* à *ditadura do proletariado*. O sociólogo paulistano salienta que esse modelo proposto por Lenin desfoca o âmago do marxismo para a reflexão política, ou seja, para as condições concretas da ação e da transformação política, quando se focaliza dialeticamente as relações de classe como relações de poder (FERNANDES, 1978).

Desse modo, o argumento central de Florestan Fernandes na Introdução de 1978 é que antes de Lenin semelhante elemento político estava incluído no marxismo como uma “previsão e, também, como um momento da vontade política” (FERNANDES, 1978, p. 2). Com Lenin, o aspecto político se converte no ponto central da indagação marxista e do próprio marxismo como movimento político. Nessa configuração, a contribuição de Vladimir Lenin para o marxismo estaria representada substancialmente em duas direções:

Primeiro, ela repôs o marxismo como política em suas bases revolucionárias, avançando do conhecimento da realidade política da sociedade de classes para o modo de organizar politicamente a sua transformação e destruição, como etapa preliminar à instauração do socialismo. Segundo, ela traz consigo a primeira descrição teórica e a primeira formulação prática da revolução proletária como processo histórico e vivido. Embora Lênin se preocupasse mais com as condições, as técnicas e os processos políticos de intervenção revolucionária na realidade, limitando as formalizações abstratas ao conhecimento teórico essencial para atingir tais fins, suas indagações e reflexões introduzem no marxismo um tratamento mais livre e dialético do político. (FERNANDES, 1978, p. 6).

O dilema da revolução brasileira

Como nos aponta José Paulo Netto (1987), a inflexão radical no pensamento de Florestan Fernandes se dá em seu confronto prático e teórico com a contrarrevolução burguesa (forma como Florestan denominava a ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964). O desenvolvimento dessa inflexão é centrado na análise e na explicação da realidade brasileira. Nessa perspectiva, segundo Netto (1987), a compreensão da estrutura interna dos processos históricos-sociais brasileiro e latino-americano exige de Florestan o resgate de categorias próprias da tradição marxista. O decisivo é que tal resgate é processado a partir do material de pesquisa, ou seja, é o movimento real que requer o arsenal

heurístico. Desta forma, “a recuperação categorial marxista não resulta de um exercício intelectualivo: ela se opera no tratamento concreto do material histórico” (NETTO, 1987, p. 297). Nesse contexto, conceitos como “democracia” e “revolução” – inspirados nas formulações de Marx, Engels e Lenin – se tornam fundamentais na produção teórica de Florestan Fernandes.

No texto *Brasil: em Compasso de Espera*, publicado em 1979, Florestan, a partir de um arcabouço teórico marxista, analisa o conceito de “democracia”. Analisando o cenário brasileiro, o sociólogo paulista define *democracia burguesa* da seguinte maneira:

Como forma política da república democrática, uma ditadura dissimulada com fundamento na representação, na divisão de poderes e nos direitos fundamentais dos cidadãos; como forma política dos regimes burgueses de exceção, uma ditadura de classes explícita, pela qual o poder real da minoria se organiza e se impõe sem o consentimento da maioria, garantindo pela força a eficácia da democracia restrita. (FERNANDES, 2011, p. 46).

Florestan (FERNANDES, 2011) argumenta que sempre gravitamos na segunda fórmula, da República Velha ao Estado Novo e à “República constitucional”. Desse modo, a democracia no Brasil sempre foi restrita; e a República Burguesa, como forma política, sempre reduziu a democracia constitucional, representativa e parlamentar a uma concentração ditatorial tácita do poder político estatal nas mãos das elites dirigentes.

Fernandes (2011) ressalta que esse “despotismo burguês” característico dos países de capitalismo periférico é uma variável histórica. A existência e a reprodução das contradições da autocracia burguesa tornam os processos de reação e contrarrevolução endêmicos e, por outro lado, condenam a revolução proletária a fluxos fracos, curtos e esporádicos. Para explicar a razão dessa realidade histórica, Florestan recorre ao *Manifesto Comunista*. Segundo Fernandes (2011), essa configuração histórica específica não é um subproduto orgânico de uma fraqueza congênita do proletariado ou, como muitos pensam, de uma gigantesca reserva de mão de obra. O sociólogo paulistano demonstra que, segundo Marx e Engels (2010), na formação e no início do amadurecimento do regime de classes, o movimento dialético do antagonismo de classes é determinado pelo polo burguês. Sendo assim, se este polo for amorfo ou vacilante, isso resulta em uma “baixa saturação do espaço histórico do proletariado” (FERNANDES, 2011, p.52). Se se transfere esse esquema interpretativo para o contexto dos países situados na periferia do capitalismo, o que se deve levar ao primeiro plano – na

visão de Fernandes – são os efeitos do imperialismo sobre os dinamismos de autoafirmação das classes possuidoras. Para o intelectual paulistano, o capitalismo periférico, em qualquer de seus estágios, exige que as classes burguesas nacionais se associem às burguesias centrais e repartam desigualmente com elas as taxas da mais-valia relativa (FERNANDES, 2011). Portanto, tanto no nível privado quanto no nível estatal, a burguesia brasileira deve abrir mão de parte de sua autonomia.

Essa configuração de dependência gera uma burguesia que não aprofunda sua organização de “classe em si e para si” e, como consequência, também dificulta a manifestação do proletariado como “classe em si e para si”. Florestan Fernandes salienta que a partir da constatação das debilidades intrínsecas das burguesias dependentes, duas coisas fundamentais devem ser ressaltadas:

1º) para proteger-se contra o seu aliado principal, as burguesias nacionais precisam reduzir o espaço político das classes trabalhadoras, em particular no que diz respeito ao uso do conflito institucionalizado por movimentos proletários organizados e por partidos revolucionários operários ou de massas. 2º) para proteger a estabilidade de arranjos logrados e principalmente dos controles conseguidos sobre os recursos materiais e humanos da “nação capitalista hospedeira”, as burguesias centrais precisam fortalecer a dominação de classe e as estruturas de poder das burguesias nativas e, ao mesmo tempo, deprimir a luta de classes, anulando o seu “potencial desestabilizador” e estimulando a conformação das pressões radicais do proletariado e das massas populares pelos padrões de uma democracia “enriquecida por ingredientes autoritários de um socialismo reformista. (FERNANDES, 2011, p. 53-54).

Nesse cenário, Florestan Fernandes (2011) passa a defender que, sob o capitalismo monopolista da periferia e o imperialismo que se constituiu ao final da Segunda Guerra Mundial, a classe trabalhadora deveria acumular forças revolucionárias para conduzir as transformações que, no passado, cabiam às burguesias dos países centrais. Na era do capital monopolista, não são mais os interesses burgueses que imprimem ritmos fortes as transformações políticas democráticas. Florestan Fernandes (2011) aponta que são os interesses do proletariado e de massas populares despossuídas que devem preencher tal função. Pois, ao deixar de ser “competitivo” é mais fácil para o capitalismo e sua classe dirigente esmagarem as divergências do que lidar com elas pela via tradicional do “consenso democrático”. Sendo assim, o sociólogo paulistano argumenta que

o proletariado e as classes populares tiveram que assumir um terrível e complexo “fardo na defesa, na ampliação e na transformação da ordem social competitiva e da correspondente democracia parlamentar e representativa.” (FERNANDES, 2011, p. 56). Em outras palavras, Florestan (2011a) quer apontar que na periferia do capitalismo a “revolução dentro da ordem” deslocou-se para o âmbito da ação política organizada das classes trabalhadoras. E a consequência desse deslocamento é que ele torna ainda mais difícil a preparação e o desencadeamento da “revolução contra a ordem”.

Na concepção de Florestan Fernandes (2011), esse quadro histórico específico impõe ao proletariado a construção de forças revolucionárias – para alimentar o fluxo da “revolução dentro da ordem” ou criar alternativas para a “revolução contra a ordem” – e uma estratégia política de complexidade única. E de onde tirar essas forças? Segundo Fernandes (2011), elas devem sair das condições de vida e de luta que são fomentadas pela realidade concreta da classe trabalhadora. O ex-professor da USP salienta que as transformações que precisam ser desencadeadas na ordem burguesa são tão profundas para que as classes trabalhadoras conquistem um espaço efetivamente democrático para si, que não há “aliança de classe” possível que possa contribuir com esse objetivo. Para Florestan (FERNANDES, 2011), somente o socialismo revolucionário responde às exigências da situação histórica na periferia, o que conferiu ao marxismo uma incrível importância. Nesse contexto, “será preciso o poder demolidor da ação conjunta do proletariado, dos camponeses e de todos os grupos dissidentes para iniciar uma verdadeira revolução democrática.” (FERNANDES, 2011, p. 70).

É importante destacar que nesse momento de sua trajetória, a concepção de “democracia” presente na obra de Florestan Fernandes é claramente inspirada nas formulações teóricas de Marx, Engels, e sobretudo Lenin. No texto *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, escrito em 1918, Lenin argumenta que não se pode falar em democracia pura enquanto existirem classes diferentes. Pode-se falar apenas de democracia de classe. Segundo o revolucionário russo, a democracia burguesa, sendo um grande progresso histórico em comparação com a idade média, continua a ser sempre estreita, amputada e um engano para os explorados. Lenin (1977) aponta que as elites transformam inevitavelmente o Estado em um instrumento de domínio de classe, da classe dos exploradores sobre os explorados. Nesse sentido, também o Estado burguês dito democrático, enquanto houver exploradores que dominem a maioria de explorados, será inevitavelmente uma democracia apenas para as classes dominantes.

Em 1919, no texto *Teses e relatórios sobre a democracia burguesa e a ditadura do Proletariado*, Lenin ressalta que os assassinatos de Karl Liebknecht e Rosa

Luxemburgo foram um acontecimento de importância histórica mundial não só porque morreram tragicamente dois dos melhores elementos da Internacional Comunista, mas também porque se revelou plenamente a essência de classe de um Estado europeu desenvolvido. Segundo o líder Bolchevique:

Se pessoas presas, isto é, colocadas pelo poder de Estado sob a sua proteção, puderam ser assassinadas impunemente por oficiais e capitalistas, conseqüentemente a república democrática em que tal coisa foi possível é uma ditadura da burguesia. (LENIN, 1978, p. 84).

Nessa perspectiva, para Lenin (1978), a ditadura do proletariado é não só inteiramente legítima como meio de derrubar os exploradores e reprimir a sua resistência, mas também absolutamente necessária para toda a massa dos trabalhadores como única defesa contra a ditadura da burguesia. A conquista do poder pelos trabalhadores deve trazer consigo “não só a modificação das formas e das instituições da democracia, mas precisamente um alargamento nunca visto no mundo da utilização efetiva da democracia por parte dos oprimidos pelo capitalismo.” (LENIN, 1978, p.85). No contexto da ditadura civil-militar brasileira, Florestan Fernandes é enfático ao dizer que a tirania da burguesia “nos obriga a rever Lenin e a estudar formas de ação política que introduzam no Brasil a revolução democrática autêntica” (FERNANDES, 2011, p. 145).

Na esteira da discussão sobre “democracia”, Florestan publica em 1981 o ensaio *O que é Revolução?*, traçando elaborações fundamentais sobre o dilema da revolução brasileira. Fernandes (2012) aponta que a época das revoluções burguesas já passou. Os países capitalistas da periferia estariam assistindo uma falsa repetição da história: “as revoluções burguesas em atraso constituem processos estritamente estruturais, alimentados pela energia dos países capitalistas centrais e pelo egoísmo auto defensivo das burguesias periféricas” (FERNANDES, 2012, p. 50). Nesse cenário, o sociólogo paulistano argumenta que o mundo estaria na época das revoluções proletárias e nada importa se elas só tenham aparecido nos “elos débeis” do capitalismo. Segundo Florestan (2012), o que se configurava como um processo que iria dos países centrais para a periferia, de fato caminhará da periferia para o centro.

Nesse momento, mais uma vez Florestan mobiliza o *Manifesto Comunista*. Marx e Engels anunciaram no escrito de 1848 que sob o capitalismo e dentro do capitalismo a revolução no sentido histórico se dá contra a sociedade burguesa e seu Estado democrático-burguês. Revolução essa que, em seu primeiro momento substituiria a dominação da minoria pela dominação da maioria, e em

sua segunda etapa destruiria a sociedade civil e o Estado, fomentando o caminho para a construção de uma nova forma de sociedade - a sociedade comunista (FERNANDES, 2012).

Florestan Fernandes (2012) ressalta que nesse nível, o conceito de revolução aparece saturado de sua especificidade histórica. Ou seja, ele se identifica com as tarefas revolucionárias do proletariado e define um longo horizonte de transformações encadeadas. Marx e Engels (2010) salientaram que no contexto das sociedades capitalistas o proletariado possui funções análogas às que a burguesia preencheu na desintegração da sociedade feudal e na construção de um novo padrão de sociabilidade. Entretanto, Florestan Fernandes (2012) argumenta que para realizar as funções transformadoras tal como apontadas pelos revolucionários alemães, o proletariado precisa, antes de mais nada, conquistar o poder. É só a partir da conquista do poder político que a classe trabalhadora poderá construir sua versão de democracia e, posteriormente, se lançar na constituição de uma sociedade socialista.

Contudo, Florestan (2012) é enfático ao afirmar que a revolução social não constitui uma fatalidade do desenvolvimento capitalista. Se fosse desta forma, o próprio movimento revolucionário seria dispensável. Nesse sentido, os diálogos de Fernandes com Lenin e com o *Manifesto* são cruciais. Para o sociólogo paulistano, a história comprova que o poder burguês não pode ser derrotado de modo tão fácil quanto o poder feudal e que o movimento socialista precisa recalibrar-se para revolucionar as suas próprias técnicas de revolução. Desta forma, segundo Florestan Fernandes (2012), é necessário ler e reler o *Manifesto Comunista*. O texto publicado por Marx e Engels no calor dos acontecimentos de 1848 não é um catecismo e o mundo histórico para qual ele foi calibrado não existe mais. Todavia, Florestan defende que é preciso relê-lo a fundo por outro motivo: “trata-se de como recuperar a verdadeira ótica do socialismo revolucionário e do comunismo” (FERNANDES, 2012, p. 71).

No entanto, como se constituem as situações revolucionárias? Na compreensão de Florestan (2012) as situações revolucionárias não se criam ao sabor da vontade, ou, como diria Lenin, não se produzem por encomenda. Nessa perspectiva, as conjunturas revolucionárias encobertas ou explícitas formam uma sequência em cadeia. O talento inventivo do revolucionário “se mostra na medida em que eles são capazes de atinar com as exigências e com as possibilidades revolucionárias de cada situação” (FERNANDES, 2012, p. 59). Sendo assim, um diagnóstico errado ou uma oportunidade real desperdiçada podem levar a uma perda do movimento revolucionário em cadeia.

No texto *A Falência da II Internacional*, escrito entre 1914 e 1915, Lenin descreve quais seriam os indícios de uma situação revolucionária e das probabilidades da eclosão de uma revolução propriamente dita. Segundo o revolucionário russo:

Estamos certos de não nos enganarmos indicando os três indícios principais seguintes: 1) impossibilidade para as classes dominantes de manter sua dominação sob forma inalterada; crise do vértice, crise da política de classe dominante, o que cria uma fissura pela qual os descontentes e a indignação das classes oprimidas se abrem um caminho. Para que a revolução estoure não é suficiente, habitualmente, que a base não deseje mais viver como antes, mas é ainda necessário que o cume não possa mais; 2) agravamento, mais do que é comum, da miséria e do desespero das classes oprimidas; 3) intensificação acentuada, pelas razões indicadas acima, da atividade das massas [...] (LENIN *apud* FERNANDES, 2012, p. 62).

Lenin argumenta que sem essas transformações objetivas, independente da vontade deste ou daquele grupo, a revolução é, de modo geral, impossível (FERNANDES, 2012). É o conjunto dessas condições que constituem uma situação revolucionária. O líder Bolchevique aponta que se conheceu essas condições em 1905 na Rússia e em todas as épocas de revoluções no Ocidente. Entretanto, essas conjunturas também estiveram presentes nos anos de 1860 na Alemanha, do mesmo modo que em 1859-1861 e 1879-1880 na Rússia, sem que necessariamente desencadeassem revoluções em tais momentos. Por quê? Segundo Lenin, “a revolução não surge de toda a situação revolucionária, mas somente no caso em que, a todas as transformações objetivas enumeradas acima, se acrescente uma transformação subjetiva” (LENIN *apud* FERNANDES, 2012, p. 62). Desse modo, além das condições objetivas, é necessário que as classes subalternas tenham a capacidade de conduzir ações revolucionárias de massa bastante vigorosas para destruir a ordem vigente. Fernandes ressalta que, o “espírito” e o objetivo revolucionário precedem o aparecimento da situação revolucionária e são “eles que decidem se o elemento subjetivo estará presente quando surgir a oportunidade” (FERNANDES, 2012, p. 111). Isso não significa dizer que as relações de força não são determinantes, mas que a ocasião “pode ser perdida se a classe e o partido não estiverem prontos para agarrar a oportunidade pelo cabelo” (FERNANDES, 2012, p. 111).

Florestan Fernandes (2012) sublinha que, como parte do cerco capitalista contra o movimento revolucionário, suscitou-se uma polêmica obstinada sobre

o surgimento de um partido revolucionário que, supostamente, teria substituído a classe trabalhadora por uma vanguarda política e conferido o poder de decisão ou direção a pequenas elites de revolucionários profissionais. Florestan chama a atenção para essa questão, pois, em sua concepção, é necessário deixar claro se o proletariado como classe tem ou não tarefas revolucionárias efetivas. O sociólogo paulistano argumenta que obviamente a polêmica possui origens espúrias, como forma de criar confusão e enfraquecer o movimento político do proletariado. Para Florestan (2012), depois das experiências históricas da Comuna de Paris e, principalmente, em função da dura repressão que a burguesia desencadeou sobre as classes trabalhadoras na Europa, ficou evidente que as tarefas revolucionárias infligiram ao proletariado uma centralização mais eficiente de seu potencial revolucionário. Todavia, Fernandes (2012) argumenta que isso não quer dizer que a constituição do partido revolucionário equivalia à formação de uma elite “exterior” às massas, em típica relação de dominação com ela. No *Manifesto*, Marx e Engels assinalaram que “na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais” (MARX; ENGELS, 2010, p. 51). Nessa perspectiva, os revolucionários alemães destacam que o objetivo dos comunistas é a “constituição do proletariado em classe, a derrubada da supremacia burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado” (MARX; ENGELS, 2010, p. 51). Portanto, Florestan (2012) aponta que a existência de uma classe revolucionária não constituía uma “invenção” da vanguarda política. Sem um proletariado consciente e organizado a revolução nunca passaria de uma miragem.

Um novo tipo de civilização na América: a Revolução Cubana

Antônio Candido (2007) defende que provavelmente o traço principal da obra madura de Florestan Fernandes seja o profundo sentido revolucionário nutrido pela fusão entre o conhecimento rigoroso e a força da convicção. Segundo o amigo de longa data, o esforço quase obsessivo de Florestan para harmonizar o saber sociológico com a paixão socialista faz dos seus escritos uma vigorosa militância (CANDIDO, 2007). Em 1979, Florestan Fernandes publica a obra *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*. No prefácio à edição de 2007, Antônio Candido analisa que Florestan procurou ver a revolução cubana não com referências a modelos teóricos elaborados fora do contexto latino-americano, ou redigido por uma visão demasiado genérica, mas sim, “relacionando-a à especificidade da situação concreta” (CANDIDO, 2007, p. 11).

Florestan ressalta que o fascínio do estudo de Cuba está em que ela desmente todos os dogmatismos possíveis, tanto os especificamente científicos, quanto os puramente socialistas. Na concepção do sociólogo paulistano, nenhum cientista social e nenhum socialista revolucionário poderiam prever a revolução cubana. Pois, no que diz respeito à revolução socialista não existem fórmulas mágicas nem saídas fáceis, e, muito menos determinismo inevitáveis (FERNANDES, 2007). Em uma conjuntura revolucionária tudo é possível, inclusive a revolução. Desta forma, Florestan Fernandes (2007) sublinha que todo socialismo é experimental. Entretanto, entre as grandes revoluções proletárias do século XX, é a revolução cubana que apresenta essa face como a mais saliente e característica. Para Fernandes, a experiência revolucionária na ilha caribenha é “a mais simples, a mais imprevisível e também a mais tocante, pois brota de dentro do homem para fora, dos sentimentos e aspirações mais profundas dos humildes e dos condenados da terra” (FERNANDES, 2007, p. 88).

Analisando o desenvolvimento sócio-histórico cubano, Florestan (2007) chama atenção para um tipo específico de nacionalismo que se construiu na ilha caribenha ao longo de uma evolução secular. Em outros países da América Latina, os sentimentos e ideais nacionalistas foram decepcionados da ideia de nação, visto que o que se definiu como “nação” era uma projeção liberal dos interesses e dos valores das elites (FERNANDES, 2007). Segundo Florestan (2007), essa configuração vinha antes do aparecimento de burguesias mais ou menos consolidadas e, portanto, estava-se muito longe das funções que o nacionalismo representou no desenvolvimento capitalista, atuando como fator de unificação política e de hegemonia de classe. Florestan Fernandes (2007) salienta que particularmente em Cuba, mesmo os rudimentos dessa transformação não se produziram historicamente e o nacionalismo se concentrou nos setores mais radicais das várias camadas sociais da população. Nesse contexto, na ilha caribenha, o nacionalismo se desenvolveu

[...] não a partir da dominação econômica, social e política dos estratos conservadores frequentemente aliados aos controles externos e à própria repressão antinacionalista, mas da confluência de várias forças sociais divergentes, empenhadas na liberação nacional, no combate ao governo colonial e à dominação espanhola ou nas lutas contra o imperialismo e a dominação estadunidense. (FERNANDES, 2007, p. 92-93).

Nesse sentido, Florestan (2007) argumenta que o que ocorreu foi o desenvolvimento de um nacionalismo de baixo para cima, sob uma constante fermen-

tação política radical-nacional. Todavia, esse nacionalismo teria sido paralisado ou neutralizado pela ordem social colonial e, por pouco mais de meio século, pela ordem social neocolonial. Porém, isso não impediu que ele crescesse, amadurecesse e acabasse por constituir uma sociedade “lançada com todo o vigor na aspiração de tornar-se uma nação livre, independente, senhora de seu destino histórico e de sua soberania política” (FERNANDES, 2007, p. 93).

Florestan Fernandes (2007) aponta que nas décadas de 1930 e 1950 o nacionalismo cubano surgiria em um novo clímax histórico. Tendo em vista a penetração imperialista na dominação burguesa, a compulsão contra a ordem neocolonial abrange componentes radicais-burgueses, que poderiam realizar a revolução nacional sob o capitalismo, e componentes estritamente anticapitalistas, que tenderiam a levar a revolução nacional às últimas consequências. Segundo Florestan (2007), na luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista esses dois componentes se mesclaram e ativaram-se mutuamente. Contudo, após a vitória do exército rebelde, os segundos componentes se impuseram e mostraram a verdadeira face revolucionária do nacionalismo cubano. Nenhum país em toda a América Latina conseguiu elaborar um nacionalismo desse tipo, “que pudesse encadear-se quer uma vitória burguesa, com a integração nacional que daí poderia resultar, quer a uma vitória das massas e do proletariado, com a libertação nacional consequente e a transição para o socialismo” (FERNANDES, 2007, p. 94). Nos momentos decisivos do desmantelamento da ordem neocolonial, esse nacionalismo libertário exerceu um papel fundamental na mobilização das massas e na implantação do poder popular.

Para Florestan Fernandes (2007), a regra na América Latina consiste em que as revoluções “nacionais” vitoriosas eram lideradas e ao mesmo tempo freadas pelos setores privilegiados. A revolução nacional consistia em uma “nativização” dos controles econômicos, sociais e políticos. Florestan (2007) sublinha que ao retardar-se, a revolução nacional em Cuba fugiu a esse circuito “nefasto”. Nessa perspectiva, as camadas mais reacionárias e conservadoras da sociedade cubana impediram a total desagregação da ordem colonial e impuseram uma ordem neocolonial que tornava a ideia e a realidade de nação inviáveis (FERNANDES, 2007).

No contexto da ditadura neocolonial de Batista, o nacionalismo militante extremado cairia nas mãos de jovens radicais oriundos de certas camadas da classe média e, sobretudo do proletariado urbano e rural. Desta forma, Florestan (2007) demonstra que à medida que a relação de força decide que o que deveria prevalecer eram os interesses das massas populares organizadas, a revolução nacional teria um novo eixo gravitacional. A partir da crise do governo ditatorial de Fulgêncio Batista, o impulso revolucionário se devia à necessidade de extin-

guir o neocolonialismo em todos os seus níveis. Porém, ao ir tão longe e tão fundo, essa nova conjuntura revolucionária desvincula a revolução nacional do idealismo burguês, do liberalismo e da democracia parlamentar representativa (FERNANDES, 2007). Segundo Florestan Fernandes (2007), esse movimento inverte a tendência predominante no século XIX, ou seja, o conteúdo de classe da revolução nacional viria de baixo para cima. O impulso transformador viria das massas populares, dos destituídos e explorados, dos setores organizados das classes trabalhadoras. Pela primeira vez na América Latina, uma revolução nacional deixaria de dissociar o elemento nacional do elemento democrático e, posteriormente, ao vencer, a ideia de nação arrastou consigo a construção de uma ordem socialista (FERNANDES, 2007).

Um elemento fundamental que deve ser ressaltado na análise da Revolução Cubana é a questão da guerrilha. Para Florestan (2007), a guerrilha foi o ingrediente pelo qual se desmantelou o castelo de cartas e ilusões. Ela surgiu como uma solução militar madura para uma “revolução dentro da ordem” falhada e impossível. Segundo o sociólogo paulista, a guerrilha acionou o golpe de misericórdia que acabou com um regime econômico, social e político arruinado e condenado. (FERNANDES, 2007). O Movimento 26 de Julho liderado por Fidel Castro

[...] não só iluminou o sinal dos tempos novos. A guerrilha transferiu a guerra civil latente para o plano da história vivida dia a dia e da ação direta. Em consequência, ao brotar e garantir seu próprio espaço histórico, ela mudou a qualidade da situação revolucionária preexistente, que a engendrou. Uma revolução dentro da ordem desacreditada, soturna e frouxa, em impasse crônico, converteu-se no contrário, uma revolução contra a ordem cheia de fé, alegre e exuberante, que buscou e descobriu seus caminhos na fusão entre povo, Estado e nação em Cuba. (FERNANDES, 2007, p. 111).

Segundo Florestan (2007), essa via armada – embora instrumental e intrinsecamente política – de chegar ao socialismo só teve semelhante importância em Cuba. Contudo, o sociólogo paulista, a partir de uma perspectiva leninista, ressalta que a situação revolucionária não foi improvisada ou criada na ilha caribenha. Sem as condições objetivas necessárias, a guerrilha estaria fadada ao fracasso, assim como se sucedeu em outros países. Todavia, para Fernandes (2007), isso não significa dizer que Cuba “não se repetirá”, mas que os outros países da América Latina terão de buscar suas próprias vias de revolução socialista,

“imitando os cubanos em tudo o que for possível, mas permanecendo abertos, como eles, às exigências concretas da situação histórica” (FERNANDES, 2007, p. 112).

Portanto, a essência da revolução cubana não está em ter “desatado o nó górdio de neocolonialismo e da dominação imperialista” (FERNANDES, 2007, p. 89), mas sim na construção de um caminho socialista para o futuro. Para Florestan Fernandes (2007), a revolução liderada por Fidel Castro transcende a ilha caribenha. Ela coloca as Américas no próprio circuito de construção, difusão e expansão de um novo tipo de civilização.

O marxismo latino-americano: Florestan Fernandes e Mariátegui

Segundo Deni Rubbo (2016), o interesse de Florestan Fernandes pelos dilemas do continente Latino-Americano, assim como pela produção política e sociológica do marxismo no Novo Continente também tem sido um tema promissor, ainda que pouco estudado por seus especialistas. Rubbo (2016) aponta que é provavelmente no início da década de 1970 que, em meio a um processo de intensa radicalização política, Florestan descobre a obra de José Carlos Mariátegui, elo pioneiro da fusão entre marxismo e América Latina. Como afirmou o sociólogo Adolfo Sanchez Vásquez (1998), o comunista peruano foi um dos pensadores mais originais que procuraram produzir um marxismo que corresponde à realidade latino-americana.

Florestan Fernandes será um dos responsáveis pela divulgação da obra do teórico peruano no país. Mais do que isso, foi justamente o autor de *A integração do Negro na Sociedade de Classes*, “o primeiro grande impulsionador da obra Mariateguiana no Brasil, de fato” (PERICÁS, 2010, p. 345). Foi por incentivo de Florestan que, em 1975, a editora Alfa Ômega conseguiu publicar, pela primeira vez no país, os *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, originalmente publicado em 1928, e considerado como o mais influente estudo histórico de uma nação da América do Sul (RUBBO, 2016).

No texto *O significado atual de José Carlos Mariátegui* – publicado originalmente em 1994 na comemoração do centenário do revolucionário peruano – Florestan relembra a importância histórica de Mariátegui e das suas temáticas inovadoras. Segundo Florestan Fernandes, o comunista peruano era o intelectual marxista mais puro e apto para perceber o que sucedeu, e, se estivesse vivo, para traçar os caminhos “da superação que ligam dialeticamente a terceira revolução capitalista à plenitude madura do marxismo revolucionário” (FERNANDES, 2015, p. 17).

Para Fernandes (2015), Mariátegui se afirmou como o intelectual marxista por excelência da América Latina. Na perspectiva do intelectual peruano, a democracia não se constituía como um valor universal, um valor em si e por si. Na mais precisa tradição clássica do marxismo, a democracia para José Carlos Mariátegui não era uma instituição a ser herdada, mas deveria ser construída coletivamente pelos seres humanos, ao longo de um movimento interrompido exatamente pela dominação burguesa (FERNANDES, 2015). Florestan sublinha que, em Mariátegui, a verdadeira transição democrática deveria quebrar a inércia e repor o processo em termos de novas contradições, “pois é da natureza do socialismo que a maioria componha, de fato, a premissa lógica e histórica de sua constituição e dissolução” (FERNANDES, 2015, p. 20). Nesse sentido, a plenitude democrática dependeria, porém, dos meios socialistas de autoemancipação coletiva suscetíveis de alimentar, intensificar e sustentar o advento do comunismo.

Nessa perspectiva, Florestan Fernandes considera José Carlos Mariátegui

[...] o farol que ilumina dentro da pobreza e do atraso da América Latina, os limites intransponíveis da civilização capitalista e as exigências elementares da civilização sem barbárie, que as revoluções proletárias não lograram concretizar. (FERNANDES, 2015, p. 20).

Segundo o ex-professor da USP, os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* enriqueceram o marxismo fora e acima dos eixos eurocêntricos. Florestan (2015) argumenta que a atração de Mariátegui pelo marxismo brota justamente da descoberta de uma resposta à sua ansiedade em observar e explicar os processos históricos de longa duração e uma proposta revolucionária simultânea, que liga dialeticamente passado, presente e futuro. Desta forma, o jornalista peruano não seria apenas o mais importante e inventivo dos marxistas do continente, mas também um pensador cuja obra, por sua peculiaridade e originalidade, teria um significado universal.

Dentro desse contexto, Deni Rubbo (2016) salienta que é fato que, diante da vastidão da obra de Florestan, Mariátegui figura como uma referência teórica marxista decisiva na fase radicalizada do sociólogo paulista, principalmente como expressão importante de como estudar um país da periferia do capitalismo monopolista através do materialismo histórico. Entretanto, Rubbo (2016) destaca que também não possível dizer que o revolucionário peruano constitui a matriz teórica das reflexões políticas de Florestan, assim como Marx e Lenin, mas certamente não deixa de ser uma referência indispensável, que tratou em profundidade os dilemas sociais da América Latina.

O Materialismo histórico como ciência revolucionária

Florestan Fernandes escreve em 1983 uma introdução à coletânea de escritos de Marx e Engels sobre a história, pela coleção *Grandes Cientistas Sociais* da editora Ática. Segundo Diogo Costa (2007), essa seria, enfim, a obra mais importante para entender a relação do Florestan “maduro” com o marxismo. Nesse momento específico de sua trajetória, a assimilação principal que o sociólogo paulista fará do marxismo se dá em termos do resgate da concepção de revolução ou da edificação de uma teoria revolucionária. Costa (2007) aponta que a leitura detida dos clássicos e dos teóricos marxistas mais atuais possuiria, no caso, esse objetivo mais fundamental de pensar as especificidades da revolução socialista no Brasil e na América Latina. Nesse sentido, não somente na introdução à coletânea de Marx e Engels sobre a história, mas também na introdução da coletânea de escritos de Lenin publicada em 1978, assim como em alguns pequenos textos de intervenção, os aspectos tratados por Florestan Fernandes são justamente os que enfatizam a constituição do materialismo histórico como uma teoria revolucionária.

Florestan (1983) começa a introdução aos escritos de Marx e Engels afirmando que o propósito que o anima consiste em recapturar as ideias centrais dos revolucionários alemães sobre a “ciência da história”. Na leitura do sociólogo paulista, Marx e Engels trabalharam em direção oposta à fragmentação do trabalho científico, defendendo uma concepção unitária de ciência e representando a história como uma ciência de síntese.

Fernandes (1983) argumenta que a crítica da especulação filosófica, da dialética hegeliana, da economia política e do socialismo utópico converteu Marx e Engels em fundadores das ciências sociais. Na concepção do ex-professor da USP, tanto Marx quanto Engels compartilharam uma situação incontestável como criadores do conhecimento científico nessa esfera do pensamento “e coube-lhes encarnar, na história das ciências sociais, os interesses e as aspirações revolucionárias das classes trabalhadoras” (FERNANDES, 1983, p. 11).

Para Florestan (1983), a conexão entre ciência social e revolução no século XIX encontra em Marx e Engels os seus representantes mais completos, íntegros e corajosos. Mas não é apenas isso. Os comunistas alemães teriam levado essa relação às últimas consequências, resolvendo a equação do que deve ser a investigação científica quando esta rompe com os controles conservadores externos ou internos ao pensamento científico propriamente dito. Portanto, Fernandes argumenta que Marx e Engels legaram às ciências sociais um modelo de explicação estritamente objetivo e intrinsecamente revolucionário.

Portanto, na concepção do sociólogo paulista, Marx e Engels teriam inaugurado um tipo de pesquisa histórica revolucionária, em sua forma e em seu conteúdo. Fernandes (1983) defende a necessidade urgente e permanente de dar continuidade a esse padrão específico de trabalho científico inaugurado pelos autores alemães, e aprofundar o significado de suas descobertas teóricas na ciência atual.

Em *A atualidade de Marx*, texto escrito no mesmo ano da introdução à coletânea de Marx e Engels, analisando a relação entre marxismo, ciência e revolução, Florestan Fernandes (1995a) advoga o desenvolvimento de uma ciência social histórica que combine, intrínseca e objetivamente, a crítica de si mesma com o conhecimento crítico da ordem existente. Florestan (1995a) defende uma ciência social que se manifeste como:

[...] teoria e prática, como expressão autêntica da verdadeira ciência em sua capacidade de transcender ao enquadramento ideológico burguês e de fazer parte do movimento que abale o presente estado de coisas, isto é, de ser comunista, de identificar-se com a situação de interesses da classe dos trabalhadores e com o que ela significa para o advento e o desenvolvimento de um novo ciclo histórico revolucionário. (FERNANDES, 1995a, p. 37).

Desta forma, como analisa Diogo Costa (2011), nesses textos, Fernandes quer demonstrar que o marxismo desenvolve um padrão integrativo de ciência ou de conhecimento sócio-histórico e político, envolvendo a apreensão da realidade em diferentes níveis interdependentes. Florestan Fernandes destaca, sobretudo, que a junção entre teoria e prática proposta pela tradição oriunda de Karl Marx, permite que a ciência assuma um caráter instrumental a serviço da revolução social. Nesse sentido, “a capacidade de apanhar a história em processo era vital para questionar se um dado direcionamento da ação política poderia ter eficiência no aprofundamento da revolução democrática e na construção do socialismo.” (COSTA, 2011, p. 17).

Portanto, como nos aponta José Paulo Netto (1987), na produção teórica de Florestan Fernandes no pós *Revolução Burguesa*, a problemática da revolução é central. Netto (1987) argumenta que as condições históricas-sociais sob as quais Florestan recuperou Marx e o marxismo é que determina este traço pertinente de sua produção intelectual. Estamos de acordo com concepção de José Paulo Netto (1987), na qual o privilégio da revolução significa em Florestan que a obra de Marx é toda ela interpretada em função da prática política. Segundo o

professor emérito da UFRJ, “Florestan não pensa Marx senão como teórico da revolução” (NETTO, 1987, p. 300). É óbvio que, em toda sua riqueza teórica-crítica, Florestan Fernandes não reduz a problemática da obra marxiana e marxista à categoria da revolução. Porém, dentro do contexto do embate contra a ditadura civil-militar, o sociólogo paulista repugna qualquer elaboração teórica marxista que descentre a questão da ação política revolucionária. Desta forma,

A recuperação do paradigma marxiano e marxista é inteiramente saturada pela recuperação da categoria de revolução; toda a articulação teórica de Florestan está cristalizada pela absoluta centralidade conferida à revolução proletária. (NETTO, 1987, p. 300).

Considerações finais

Uma das discussões mais recorrentes em torno da obra de Florestan Fernandes tem sido o debate sobre o lugar do marxismo no horizonte teórico do sociólogo paulistano. A maioria dos comentadores de sua obra aceita a noção de que a herança de Marx se configuraria como mais uma das perspectivas, dentre outras, da explicação sociológica presente no pensamento teórico de Florestan. Contudo, a partir desta breve incursão por alguns aspectos da trajetória e da obra do mais importante sociólogo brasileiro, é possível argumentar que a sociologia de Florestan Fernandes sofreu um profundo e constante impacto do marxismo.

Se em um primeiro momento de sua trajetória -mais especificamente na empreitada de consolidar a sociologia como uma ciência no Brasil - a relação de Florestan Fernandes com o marxismo residia na preocupação de identificar as contribuições metodológicas de Marx às ciências sociais, em um segundo momento de sua vida o sociólogo da USP irá ressignificar essa relação.

A partir da segunda metade da década de 1960, o marxismo passa a ter outra conotação na vida e na obra de Florestan Fernandes. Conotação essa que não é mais apenas sociológica, mas fundamentalmente ligada à uma *práxis* política socialista e à investigação das forças sociais capazes de contribuir para a destruição da ordem social capitalista no Brasil. Nesse contexto, numa reconstrução teórico-revolucionária da constituição da formação social brasileira, faz emergir um pensador que, a partir de então, se dedica também a tematizar aspectos internos da teoria marxiana e marxista. A assimilação principal que Florestan Fernandes fez do marxismo em sua fase mais madura se dá em termos do resgate da concepção de revolução, ou da edificação de uma teoria e de uma ciência revo-

lucionária que correspondesse às especificidades do Brasil e da América Latina. Portanto, analisar a trajetória de Florestan Fernandes, sobretudo as suas obras mais “maduras”, significa mergulhar em um dos capítulos mais relevantes da incorporação do marxismo nas ciências sociais brasileira.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. A. N. Prefácio. *In*: FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010. p.09-24.

CANDIDO, A. Prefácio: uma interpretação exemplar. *In*: FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.09-16.

COUTINHO, C. N. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. *In*: COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p.243-266.

COSTA, D. V. A. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural. *In*: CONFERÊNCIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO, 2.; CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area11/area11-artigo5.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

COSTA, D. V. A. O marxismo na sociologia de Florestan Fernandes. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPOCS, 2007. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontro-anual-da-anpocs/st-7/st22-4/2999-diogocosta-o-marxismo/file>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FERNANDES, F. O significado atual de José Carlos Mariátegui. *In*: MARIÁTEGUI: edição de homenagem das editoras. Argentina: Batalla de Ideas; Brasil: Expressão Popular; Índia: Leftword Books; ChinhaPublishers, Vaam: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2015. p.12-29.

FERNANDES, F. O que é Revolução? *In*: PRADO JUNIOR, C.; FERNANDES, F. **Clássicos da Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.55-148.

FERNANDES, F. **Brasil**: em compasso de espera - pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011.

FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. A atualidade de Marx. *In*: FERNANDES, F. **Em busca do socialismo**: últimos escritos políticos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995. p.33-42.

FERNANDES, F. Introdução. *In*: FERNANDES, F. (org.) **K. Marx e F. Engels**: história. São Paulo: Ática, 1983. p.09-143.

FERNANDES, F. Introdução. *In*: FERNANDES, F. (org.) **Lênin**: política. 1. ed. São Paulo: Ática, 1978. p.07-50.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2. ed. São Paulo: Dominus: Edusp, 1965.

FREITAG, B. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.10, n. 26, jan./abr., 1996.

LENIN, V. Teses e relatórios sobre a democracia burguesa a ditadura do proletariado. *In*: LENIN, V. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1978. t.3, p.76-88.

LENIN, V. A ditadura do proletariado e o renegado Kautsky. *In*: LENIN, V. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1977. t.3, p. 1- 75

MARTINS, J. S. Prefácio. *In*: FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006. p.9-24.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P. A recuperação marxista da categoria de revolução. *In*: D'INCAO, M. A. (org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz; São Paulo: Terra: Unesp, 1987. p.292-318.

PERICÁS, L. B. José Carlos Mariátegui e o Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.68, n. 24, p. 335-61, 2010.

RUBBO, D. A. Nosso irmão mais velho: Florestan Fernandes, leitor de Mariátegui. **Lua Nova**, São Paulo, n. 99, p.79-105, 2016.

SECCO, L. A sociologia como previsão: Florestan e a Revolução dos Cravos. *In*: MARTINEZ, P. (org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998. p.75-101.

TOLEDO, C. N. Utopia e socialismo em Florestan Fernandes. *In*: MARTINEZ, P. (org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998. p.60-68.

VÁSQUEZ, A. S. Mariátegui, grandeza e originalidade de um marxista latino-americano. *In*: PERICÁS, L. B.; BARSOTTI, P. (org.). **América Latina: história, ideias e revoluções**. São Paulo: Xamã, 1998. p.45-54.

Recebido em: 05 de outubro de 2021.

Aprovado em: 20 de abril de 2022.

A REVISTA BRASILIENSE E O PCB: INDEPENDÊNCIA RELATIVA NA CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO BRASILEIRO¹

Victor PUGLIESE²

RESUMO: O artigo investiga comparativamente as posições assumidas nos editoriais e em artigos selecionados da *Revista Brasiliense*, um periódico de cultura e política nacionalista publicado entre 1955 e 1964, e as posições oficiais assumidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Justificada pela presença majoritária de militantes ou ex-militantes pecebistas no Conselho Editorial, entre eles Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, suas duas figuras mais importantes, a comparação demonstra a organização de uma posição editorial que se distancia da hegemonia pecebista, se aproxima a uma posição independente, “caiopradiana”, eventualmente divergente da partidária, e executa lances na linguagem política do nacionalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Político Brasileiro; Quarta República; Caio Prado Júnior; Partido Comunista Brasileiro.

THE REVISTA BRASILIENSE AND THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY: THE RELATIVE INDEPENDENCE IN THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN NATIONALISM

ABSTRACT: *The article comparatively investigates the positions taken by the editorials and selected articles from the Revista Brasiliense, a review on nationalist culture and politics published between 1955 and 1964, and the official positions taken by the Brazilian*

¹ Este artigo é produto de uma pesquisa de iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Mestrando em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7388-2441>. victorpugli@gmail.com.

Communist Party (PCB). Justified by the majority presence of activists or former militants from the PCB in the Editorial Board, including Caio Prado Júnior and Elias Chaves Neto, its two most important figures, the comparison demonstrates the organization of an editorial position that distances itself from the pecebist hegemony and approaches an independent, “caiopradian” position, eventually divergent from the partidary position, and executes moves to change the political language of nationalism.

KEYWORDS: *Brazilian Political Thought; Fourth Brazilian Republic; Caio Prado Júnior; Brazilian Communist Party.*

Introdução

Na metade da década de 1950, um grupo de intelectuais decidiu fundar uma revista. Seu principal criador e financiador, Caio Prado Júnior, assumiu a dianteira da iniciativa junto do primo e jornalista Elias Chaves Neto, reunidos para pensar os problemas que assolavam o Brasil. Além da liderança de ambos na revista, o Conselho Editorial contava com um número grande de intelectuais, majoritariamente militantes ou ex-militantes do PCB de São Paulo.³ Em setembro de 1955, é publicada a primeira edição da *Revista Brasiliense*⁴, com as páginas iniciais preenchidas por um manifesto de fundação nacionalista.

No manifesto, lê-se que a revista será um espaço para que “se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos” (BRASILIENSE, 1955). A orientação nacionalista fica explícita no pequeno diagnóstico:

Esse atraso [brasileiro] torna-se particularmente sensível na estreita dependência do estrangeiro para a satisfação de necessidades fundamentais de nossa vida. A exportação de produtos agrícolas ou de matéria-prima já não

³ Bernardo Ricupero percebe este padrão analisando os maiores publicadores da revista: “prova da ligação da *Revista Brasiliense* com certos comunistas é que, além de Caio e Elias Chaves Neto, seus principais animadores, [...] aparece entre os mais importantes colaboradores da revista gente que, num momento ou outro, esteve ligada ao PCB, como: Heitor Ferreira de Lima (28 artigos), Álvaro de Faria (26 artigos), Everardo Dias (22 artigos), Paulo Alves Pinto (22 artigos), F. Pompeo do Amaral (12 artigos), João Cruz Costa (7 artigos), Catulo Branco (7 artigos), Otto Alcides Ohlwieter (5 artigos), e José Chasin (4 artigos). No núcleo central da revista a presença comunista é ainda mais significativa. Dos dez colaboradores mais assíduos da *Revista Brasiliense*, nove deles tiveram alguma ligação com o PCB. Entre eles, apenas Florestan Fernandes (12 artigos), não foi membro do PCB. Portanto, há indícios seguros de que a *Revista Brasiliense*, apesar de sua independência, fazia parte da órbita cultural comunista.” (RICUPERO, 2000, p. 113).

⁴ Referida também, no texto, por “*Brasiliense*” ou “*R.B*”.

é suficiente para atender às exigências do bem-estar do povo, estimuladas por uma prosperidade resultante de duas guerras mundiais, em que fomos compelidos a prover nós mesmos as nossas necessidades. Não escapa também à mais superficial observação a extrema pobreza de densas camadas da população rural e urbana, que não foram atingidas pelos benefícios do surto econômico e industrial do país e continuam vivendo em condições vizinhas da miséria. (BRASILIENSE, 1955, p. 1).

O texto, além de elencar um conjunto de problemas que são vistos como as raízes do atraso brasileiro no desenvolvimento, estabelece a revista como um ambiente aberto a colaborações diversas – sendo o conjunto dos problemas elencados uma sinalização do “tipo” de intelectual com que gostaria de dialogar. Ao fim, reúne a assinatura de quarenta e cinco intelectuais, trinta e sete deles paulistas, entre nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo, Sérgio Milliet, Edgard Cavalheiro, entre outros.⁵ A *Brasiliense* existiria por mais nove anos contados a partir de seu primeiro número, sendo publicada bimestralmente e alcançando 51 volumes no total – sua edição de número 52 já estava impressa quando foi extinta por intervenção do regime militar, em abril de 1964.

Temos, portanto, um periódico nacionalista sobre cultura e política que, apesar de ter em sua composição, tanto entre os autores mais publicados quanto entre membros do seu Conselho Editorial, intelectuais majoritariamente oriundos dos quadros do PCB, faz questão de se anunciar “sem ligação de ordem política e partidária” (BRASILIENSE, 1955, p. 1). A explicação para esta independência e autonomia, argumentamos, é centrada na figura de Caio Prado Júnior – mais especificamente, em sua contribuição teórica, que orienta o projeto editorial da *Revista Brasiliense*. Fernando Limongi (1987), ao escrever o primeiro trabalho de fôlego sobre a revista, já aponta que o grupo de paulistas militantes do PCB que se reúnem no periódico tinham uma história comum de derrotas no interior do Partido, nos episódios da Cisão Sachetta, de 1937, e na Conferência da Mantiqueira, em 1943.

Para além destes embates, a marginalização que Prado Júnior sofre internamente no Partido Comunista é notória (PERICÁS, 2016), fruto em parte de

⁵ Uma prosopografia realizada por Sérgio Montalvão (2017) dos signatários do manifesto indica que o perfil desses intelectuais, com poucas exceções, se liga mais à figura do *intelectual público* do que à do intelectual especializado que estava surgindo naquele momento de institucionalização das ciências sociais. Este quadro seria modificado ao longo da publicação, com a participação de professores universitários ligados à cadeira de Sociologia I da USP, especialmente Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, que lá publicam tanto artigos de intervenção política, quanto os primeiros estudos realizados pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT).

uma divergência fundamental sobre a dinâmica do capitalismo brasileiro, em que se opunham a tese da colonização integrada ao mercado mundial como parte do sistema moderno do capitalismo (PRADO JÚNIOR, 2011), e a tese pecebista sobre as relações semifeudais no campo e a necessidade, portanto, de uma revolução democrático-burguesa no Brasil. A interpretação caiopradiana do Brasil é o que orienta boa parte das análises veiculadas no período e estabiliza o projeto editorial, conforme se vê nas posições manifestas pelos dois principais editores da revista, o próprio Prado Júnior e Chaves Neto, que assinaram quase todos os editoriais publicados. Assim, a independência da *Revista Brasiliense* em relação ao PCB será explicada tanto pela história política de parte do grupo reunido quanto pela matriz teórica comum da revista, fundamentalmente distinta da pecebista.

A relação entre o Partido e a *Brasiliense* é tratada de diferentes maneiras na literatura disponível que menciona o periódico, enfatizando ora um afastamento (LIMONGI, 1987; RICUPERO, 2000), ora uma aproximação, ainda que reconhecendo algum grau de autonomia (BIELSCHOWSKY, 2004; MACHRY, 2017). A questão, contudo, não foi exposta em maior profundidade até então, valendo, portanto, uma incursão comparada entre a revista e o PCB, tanto em relação aos diagnósticos mais gerais do quadro político brasileiro da época, quanto em questões “do calor do momento”, como apoios a candidaturas, debates suscitados pela opinião pública, avaliações de medidas de política econômica pontuais, entre outros casos⁶.

Em um plano geral, a *Revista Brasiliense* se insere em um contexto particular, referente à primeira experiência democrática brasileira: a hegemonia do nacionalismo como uma *linguagem política*, segundo John Pocock (2003) – ponto mencionado também em Machry (2017). Daniel Pécaut chegou a descrever o movimento nacionalista como a tentativa, por parte de diversos agentes, de construir “um idioma político inédito e autóctone”, de forma que “a modernização capitalista, a integração da nação, a revolução eram expressões de uma mesma crença” (PECAUT, 1990, p. 105). Em termos historiográficos, podemos situar a campanha nacionalista como um amplo movimento de opinião pública e ação política, não necessariamente de esquerda, que estendia uma coalizão de parte dos militares (como o marechal Henrique Lott e o general Estillac Leal), dos comunistas, dos trabalhistas e parte da burguesia brasileira, sendo estes dois últimos entrelaçados com o projeto getulista.

⁶ É essencial ter em mente, ao tratar de um periódico bimestral de intervenções políticas e culturais, as suas especificidades enquanto um objeto pensado para o curto prazo, respondendo a uma realidade imediata que, aos leitores futuros, deixa de fazer pleno sentido. Em outras palavras, trata-se de um objeto “sem aura”, pois “toda autenticidad está en un presente, en el que siguen incrustadas, pero que se ha convertido en pasado” (SARLO, 1992, p. 10).

A improvável afinidade eletiva entre estes setores tornaria o movimento permeado de contradições pela falta de uma unidade programática. O programa nacionalista tinha variados candidatos a formuladores: desde os pecebistas, com a revolução democrático-burguesa, passando pela CEPAL, com a industrialização contra a deterioração dos termos de troca, até os isebianos, substrato de fundamentação teórica do governo Juscelino. Ao fim do dia, por caminhos distintos, todos participavam deste balaio pela constatação de que uma coalizão dos setores “progressistas” – que incluía, controversamente, o que era chamado de burguesia nacional – era necessária para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em bases “autenticamente nacionais”. Esse polo aglutinador, que talvez pague a capacidade de agregação com a imprecisão programática, abre terreno para que a *Revista Brasiliense* possa se dedicar, tanto enquanto grupo como enquanto espaço, a tentar especificar e configurar um nacionalismo de esquerda.

Nesse sentido, são metodologicamente sugestivas as propostas do contextualismo linguístico, especialmente como visto em John Pocock (2003), para analisar o nacionalismo em geral como uma linguagem política, e a *Brasiliense* em particular como um grupo que busca manifestamente reelaborar o vocabulário nacionalista posto naquele momento, isto é, executa *lances*⁷ que buscam ser incorporados na linguagem política em disputa. A opção se dá pela própria natureza do objeto que se analisa. O periódico se constitui duplamente, enquanto um grupo unido por uma motivação política clara e compartilhada, e enquanto um espaço aberto à intervenção de diferentes autores, com diferentes perspectivas – e, nisso, uma abordagem que permite tratar minuciosamente a relação entre texto e contexto facilita a identificação da medida em que estes dois polos coexistem. A amplitude e a ascensão do vocabulário nacionalista na República de 1946 também, por sua vez, contribuem para sua análise como um ambiente de disputa.

Os dilemas do Partido Comunista Brasileiro

O PCB figura como um dos partidos mais estudados da história brasileira, seja por sua influência, seja por sua durabilidade, que consegue vencer as barreiras de um sistema partidário fragmentado e que até 1988 não conseguia se enraizar – o que não significa que o Partido tenha desprezado sua participação eleitoral ou não tenha sido afetado pelos reveses do sistema partidário.

⁷ Na dissertação de Marcos Machry (2017), essa ideia é utilizada de forma mais restrita à figura específica de Caio Prado Júnior.

No período da Quarta República, a atuação do PCB é turbulenta e marcada pelas reviravoltas da conjuntura. O curto período legalizado entre 1945 e 1947 demonstrou a força do PCB, que emplacou bancadas expressivas na Constituinte e nas eleições de 1947 – conseguindo a maior bancada da Assembleia do Distrito Federal (SKIDMORE, 2007), e é marcado por uma atuação de endosso às instituições vigentes e da consolidação da democracia (SILVA; SANTANA, 2007). Fato é que a retaliação do governo Dutra, através da cassação do registro partidário do Partido Comunista⁸ ainda em 1947, alinhada com a escalada de repressão aos Partidos Comunistas ao redor do mundo no início da Guerra Fria, será duramente sentida pelo partido, que permanecerá na ilegalidade até a Nova República, cerca de quarenta anos depois. A ilegalidade acabaria por garantir, pela ausência, a possibilidade de reabilitação do varguismo como direção política dos trabalhadores, manifesta no crescimento do PTB nas eleições de 1950, na amplitude do movimento queremista (BRANDÃO, 1997).

A ilegalidade não apenas abriu caminho para a disputa de suas próprias bases como impossibilitou o PCB, em certo sentido, de construir sua própria identidade, o que o enfraqueceu de maneira irreparável. A impossibilidade de materializar sua ação em uma disputa eleitoral com um candidato e um programa acabaram por criar, por exemplo, uma fração da classe trabalhadora capaz de participar de ações sindicais do Partido Comunista ao mesmo tempo em que votava no candidato trabalhista, contrariando as indicações partidárias para as eleições.

Neste cenário de contínuas derrotas e represálias, torna-se compreensível o contexto em que o PCB escreve o *Manifesto de Agosto de 1950*, documento em que se afasta das propostas de união nacional e adota uma linha política de derrubada do governo, passando a priorizar também a disputa por sindicatos. Com o passar do tempo, o PCB novamente reorientaria sua posição política, caminhando no sentido do movimento nacionalista. Raimundo Santos (2003) e José Antonio Segatto e Raimundo Santos (2007) procuram traçar as mudanças de linha política do PCB daquela década como frutos de uma reorganização interna que o Partido sofre a partir de dois acontecimentos: o suicídio de Getúlio Vargas e os debates inaugurados pelo XX Congresso do PCUS após o Relatório Kruschew.

Em poucas palavras, a argumentação de Segatto e Santos sustenta que o suicídio de Getúlio acabaria por forçar o PCB a rever sua política incisiva e

⁸ Skidmore (2007) atribui a cassação do registro partidário do PCB como forma de refrear os avanços que o Partido Comunista estava conquistando no pós-1945. A decisão foi apoiada pelo Exército (que era, inclusive, uma das instâncias de atuação do próprio Partido, o que foi uma surpresa) e pelos constitucionalistas liberais.

insurrecionista e moderar sua linha política rumo à defesa das liberdades democráticas, sendo possível já observar as transformações iniciais nas resoluções do IV Congresso do PCB, realizado ainda em 1954, poucos meses depois do suicídio. Este seria o início de um longo processo de modernização do pensamento político pecebista que produziria o marco da *Declaração de Março de 1958*, ainda que esta não tenha significado o fim do processo. Resgatando também a história dos debates que aconteceram no esteio do XX Congresso do PCUS e como a direção do Partido acabou por dirigi-los, expõe-se uma fratura dentro do Partido, entre “abridistas” e “fechadistas”, posteriormente convertidos em “renovadores” e “conservadores”.

Apesar da vitória dos renovadores, o partido conviveria continuamente com uma dualidade que se tornaria característica, uma “divisão do trabalho”, nas palavras de Carlos Nelson Coutinho, entre uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas com manutenção na linha política – isto é, uma coexistência insustentável entre “marxismo ocidental” e “marxismo-leninismo” (COUTINHO *apud* BRANDÃO, 1997). Na onda deste sopro renovador, vemos florescer também diversas revistas partidárias relativamente mais independentes em termos de elaboração teórica e análise política, como a *Estudos Sociais*, dirigida por Astrojildo Pereira e patrocinada pelo PCB; a *Problemas da Paz e do Socialismo*; o semanário *Novos Rumos* e, dentre elas, a própria *Revista Brasiliense*, lançada antes dos debates do relatório Kruschev, mas posterior ao suicídio de Getúlio e às resoluções do IV Congresso.

De todo modo, a *Revista Brasiliense* se destaca como um caso especial dentre estas por ser a única que não possui um vínculo direto com o PCB, assim como por se equilibrar entre o nacionalismo e o marxismo enquanto programa político – um programa qualitativamente distinto, naquele momento, daquele do defendido pelo partido. Em certo sentido, a relação do PCB com o movimento nacionalista parece se consolidar mais pelo acaso da possibilidade de se criar uma aliança política com os grupos progressistas (notadamente, a burguesia industrial) sob a bandeira do desenvolvimento nacional do que por iniciativa própria de elaboração teórica. De todo modo, a realidade se impôs.

Esse panorama nos faz vislumbrar o movimento do PCB nos processos políticos do período. Processos que, de um modo ou de outro, acabarão por mergulhar o Partido em uma crise da qual não sairá o mesmo e colapsará aquela ordem das coisas. Analisar as ideias que circundaram aquele tempo é procurar o movimento do pensamento que tornou possível aquelas escolhas, os embates e as conciliações. A especificidade da *Revista Brasiliense* surge daí, com sua condição de revista destinada a pensar e fundamentar a ação, dar respostas. Assim, no

decorrer de suas edições, vemos a marcação de um tempo político, suas ideias variam, eventualmente se contradizem, e o pensamento responde à realidade para tentar se adiantar em seu caminho. Um objeto processual que, no calor da hora, tenta responder uma realidade política também processual.

A *Revista Brasiliense* e suas posições

Em agosto de 1954, Caio Prado Júnior apresentou ao concurso da cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo a tese *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. Cerca de vinte anos depois, ao escrever suas memórias, Elias Chaves Neto remetaria a essa tese como o “motivo fundador” da *Revista Brasiliense*, afirmando que com ela

Caio Prado dava, assim, um novo sentido ao movimento nacionalista, tirando-lhe aquele aspecto simplista que consistia em denunciar o abuso de certas atividades de firmas estrangeiras no país, assim como o fato delas irem se apropriando de nossas riquezas naturais, para transformá-lo numa política econômica que tivesse por objetivo criar uma economia nacional destinada a satisfazer as necessidades de consumo do próprio país e não mais voltada para o exterior na qualidade de fornecedora de matérias-primas e gêneros alimentícios. Eram rumos inteiramente novos que se traçava para a economia da nação, visando sua independência econômica, sem a qual a própria independência política não passava de uma ficção. (CHAVES NETO, 1978, p. 141).

Foi sob este “novo” ideário nacionalista que “um grupo de intelectuais, comunistas e não comunistas fundou a *Revista Brasiliense*, num manifesto publicado no seu primeiro número de setembro-outubro de 1955” (CHAVES NETO, 1978, p. 142). A tese em si nos revela alguns elementos que merecem atenção: (a) uma aproximação real com alguns pontos do nacionalismo que se observaria posteriormente nas análises publicadas na *Brasiliense*; (b) uma aproximação de Caio Prado Júnior com elementos que caracterizarão a ação política do PCB; e (c) argumentos para problematizar a abordagem que torna linear a trajetória intelectual de Prado Júnior entre a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e a *Revolução Brasileira* (1964) em relação ao PCB.

A tese se lança ao objetivo geral de contribuir aos debates sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, inserindo-se no amplo contexto de debates sobre modernização e desenvolvimento, efervescentes no Brasil nos anos

1950. Destacamos o diálogo estabelecido por Caio Prado com os “Teóricos do Desenvolvimento”, nomeação dada por ele aos intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sendo referenciados nominalmente “Prebisch, Singer, Nurkse, Furtado, etc.” (PRADO JÚNIOR, 1956a, p. 17). Esses economistas teriam o mérito de reinterpretar os problemas dos países periféricos para além das fórmulas da ortodoxia econômica, compreendendo uma diferença qualitativa entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, mas possuindo a limitação de não compreender as particularidades da estrutura econômica latino-americana que a tornam singular em termos de desenvolvimento e de possibilidades de desenvolvimento. Os Teóricos do Desenvolvimento, segundo Prado Júnior, recaem em ciclos viciosos para explicar a dependência dos países periféricos do regime de exportações (e por conseguinte, o subdesenvolvimento), ao atribuí-la a elementos como o baixo nível técnico e a incapacidade de absorver e utilizar a força de trabalho disponível, deixando de lado as circunstâncias históricas que determinaram aquela situação (PRADO JÚNIOR, 1956a).⁹

Assim, Caio Prado procura construir uma contribuição ao debate que ocupava grande parte dos intelectuais da época, ao mesmo tempo que o faz como uma proposta de implicações políticas e, em algum sentido, que contivesse linhas gerais do que deveria ser – ou, ao menos, de como deveria ser concebida – uma política econômica de caráter nacionalista.

Em seu diagnóstico da economia brasileira e de sua evolução histórica, Caio Prado Júnior reapresenta alguns argumentos já presentes em sua obra ao menos desde *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Afirma que os ciclos econômicos vividos pelo Brasil se estruturavam pela lógica do mercado externo, e isto devido à herança colonial ainda presente, que cria um circuito de ciclos econômicos episódicos e que se repetiam a cada troca de organização do capitalismo central e sua demanda (iniciando no ciclo do pau-brasil até o ciclo cafeeiro, ainda vigente em 1954, segundo o autor). Neste sentido, leva-se à constatação de que todo o resto que se encontra na economia existe precisamente determinado por esta exclusividade da função de exportação de

⁹ João Antônio de Paula, ao analisar, em perspectiva comparada, a contribuição de Prado Júnior com a economia política cepalina, constata: “No campo das convergências citem-se as ênfases que dão às categorias da demanda como eixos dinâmicos do desenvolvimento. Também em sintonia, é a centralidade que dá ao mercado interno, a importância que reconhecem no planejamento e na intervenção estatal. No campo do discrepante destaquem-se: a) a crítica que Caio Prado Júnior faz ao que ele entende ser certo automatismo contido na posição da CEPAL, no referente à propagação do progresso técnico; b) a relativização do caráter cumulativo e linear do processo de substituição de importações; c) a forte ênfase que Caio Prado Júnior dá à necessidade de controle estrito do comércio externo e do câmbio” (PAULA, 2006, p. 10).

mercadorias primárias – e existe para ampará-la e dar-lhe sustentação (PRADO JÚNIOR, 1956a). Deste modo, o nacionalismo ganha o contorno de “modelo qualitativamente distinto” de desenvolvimento que seria possível e romperia com os laços de reprodução do sistema colonial ainda presentes. Por este ponto de vista e por suas propostas, centradas na criação e na estabilização do mercado interno e na reforma agrária, Caio Prado se aproxima do nacionalismo que será empunhado como bandeira pela *Revista Brasiliense* desde seu manifesto de fundação¹⁰.

Todavia, no último capítulo da tese, em que as propostas são apresentadas, encontra-se uma concepção de necessidade do desenvolvimento das forças produtivas dentro do Brasil para a emancipação do imperialismo, sem, contudo, que isso implique a necessidade de se estabelecer o socialismo em terras brasileiras. Sugerir que o socialismo no Brasil dos anos cinquenta fosse possível seria “se não fantasia de visionário, certamente maneira disfarçada de entravar as reformas que desde já se impõem e que não precisam aguardar um socialismo ainda irrealizável” (PRADO JÚNIOR, 1956a, p. 235-236). A operação dualista que coloca o desenvolvimento nacional no capitalismo como pré-história do socialismo acaba por aproximar o autor das posições defendidas pelo PCB desde a sua criação, tese muito distinta da que se veria em *A Revolução Brasileira*. Neste sentido, a análise da *Revista Brasiliense* permite vislumbrar o processo de transformação das posições de Caio Prado.

Detendo-nos nos artigos publicados pelo próprio historiador paulista, há um conjunto de proposições e princípios teóricos de seu nacionalismo que se mantém estável ao longo dos volumes, e que constitui o núcleo duro de sua formulação do nacionalismo enquanto programa. Esse programa é sempre definido como uma mudança qualitativa das bases do desenvolvimento nacional, trabalhando com a oposição capital nacional *versus* capital estrangeiro, centrado na melhoria da vida material da população brasileira. Grande parte do arcabouço apresentado na tese de 1954 é mantido, como a centralidade do mercado interno e a crítica às teorias “unilineares” do desenvolvimento¹¹, já a aproximação

¹⁰ A reforma agrária, inclusive, seria um dos grandes temas de contribuição de Caio Prado Júnior para a *Brasiliense*. Estes seriam posteriormente compilados e publicados em formato de livro sob o título *A Questão Agrária no Brasil*, de 1979.

¹¹ Caio Prado Júnior faz uma crítica à teoria ortodoxa do desenvolvimento, em que se mobiliza “a ideia de uma progressão, dentro do sistema capitalista, unilinear e homogênea, isto é, essencialmente idêntica quaisquer que sejam o país e a situação considerados” (PRADO JÚNIOR, 1956b, p. 10). Assim, esta seria uma visão que observa apenas o lado *quantitativo* do desenvolvimento econômico – “a ‘quantidade’ de progresso econômico” –, enquanto a visão correta seria uma visão *qualitativa* do desenvolvimento, que agrega a crítica ao sistema do capitalismo internacional que conduz alguns países à condição de dependentes de outros para efetuar a manutenção do sistema, sem se interessar (ou permitir) que os países periféricos se desenvolvam.

do PCB pela impossibilidade de implementação do socialismo é revisada, não encontrando eco nos artigos publicados na *Revista Brasileira*.

No artigo que estreia a participação de Prado Júnior como autor, “Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros”, publicado no n. 2 da *R.B.*, afirma-se que a campanha nacionalista “já hoje se situa no mesmo plano da luta da independência e da campanha da Abolição” (PRADO JÚNIOR, 1956b, p. 82). Nele, enfatiza-se a situação periférica do capitalismo brasileiro e sua impossibilidade de trilhar o “caminho clássico” do desenvolvimento, e a necessidade de emancipação em relação à dependência do capital estrangeiro para que o país se desenvolva sob suas próprias bases. Três anos depois, no n. 24, o historiador publica “Nacionalismo e Desenvolvimento”, retomando a tese do déficit estrutural da balança de pagamentos¹² e explorando uma cisão entre as teorias do desenvolvimento nacional. Caio Prado se posiciona contra aqueles que acreditavam que o desenvolvimento nacional seria possível através da abertura para a entrada dos capitais estrangeiros para auxiliarem nos primeiros passos da ampla industrialização, argumentando que os laços de dependência para com o centro do capitalismo seriam apenas rearranjados para a remissão de lucros para o exterior – um assunto de especial importância durante o governo Juscelino.

É também um crítico contumaz dos partidos políticos da época. Em 1956, argumenta que os partidos políticos brasileiros não têm consistência ou coerência programática, “não passam de agrupamentos heterogêneos e fortuitos que servem para dar uma legenda que a lei exige aos pretendentes de mandatos eletivos” (PRADO JÚNIOR, 1956c, p. 7). Segundo o historiador, aos partidos políticos faltaria “existir”, com a afirmação de uma personalidade independente de seus membros, portadores de um programa cujos militantes “não são senão portadores e instrumentos de expressão”. Ao longo dos artigos do autor, são recorrentes as passagens sobre a “mesquinaria” das disputas entre os blocos PSD-PTB e UDN (PRADO JÚNIOR, 1956c, 1958, 1961a). Além da crítica aos partidos institucionais, o autor defende que a tarefa do movimento nacionalista seria acessar a “consciência do povo brasileiro”, levando um programa sistemático e conciso por um “esforço educativo e de difusão cultural” (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 4–5). O didatismo aliado a esta visão das massas fazia parte da produção nacionalista em geral, como demonstra Pécaut (1990). Esta visão da ineficácia dos partidos políticos institucionais e do papel dos movimentos populares de

¹² O argumento de Caio Prado sobre o déficit estrutural da balança de pagamentos trata da situação desigual entre os países industrializados do centro e os de exportação primária da periferia no comércio mundial. Neste sentido, dialoga com a tese de Raul Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca, que apresenta argumento semelhante. É válido mencionar que este debate sobre a industrialização e a situação dos países no comércio mundial se estenderá com o passar do tempo, culminando nos debates sobre a teoria da dependência.

mobilizar a sociedade civil para transformar os mecanismos de representação se mantém até o fechamento da publicação.

De todo modo, é nos temas de política conjuntural que as discordâncias com parte do campo nacionalista se tornam mais claras. No início de 1956, Caio Prado Júnior recebia com otimismo a eleição de Juscelino Kubitschek como Presidente. Acreditava que, apesar de certas ressalvas programáticas e vacilações, Juscelino representava “sem dúvidas, uma situação nova que abre perspectivas promissoras” (PRADO JÚNIOR, 1956d, p. 1). O ponto chave do programa de Kubitschek, para o autor, era o plano de desenvolvimento e a perspectiva de industrialização da economia brasileira. Seu otimismo derivava de que, ainda que o presidente tivesse a crença de que seria capaz de realizar a transformação da economia brasileira com o auxílio dos capitais estrangeiros, ele logo seria “advertido da impossibilidade disso” e, assim, mudaria o rumo da política econômica. Isso, contudo, não aconteceu, e, já no fim daquele mesmo ano, o historiador publicaria um novo artigo elevando o tom: o governo é duramente criticado pela manutenção da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)¹³, que privilegiava a entrada dos capitais estrangeiros no Brasil de forma que seria clara a “pouca simpatia do governo pela indústria estatal” (PRADO JÚNIOR, 1956c). O autor prossegue e afirma que, ainda que Juscelino tenha a iniciativa pessoal de realizar seu programa de campanha, o governo que montou e as elites que o cercam jamais dariam endosso a algo desse gênero. As críticas, entretanto, não se encerrariam aí, encontrando o auge no fim do governo Juscelino, em 1960, quando Caio Prado afirma que Juscelino “foi certamente o mais entreguista, e nunca a economia brasileira assistiu a tamanha orgia imperialista” (PRADO JÚNIOR, 1960, p. 8).

No decorrer deste tempo, a desilusão do historiador paulista não se deu apenas com o governo Kubitschek, mas também com parte dos dirigentes do movimento nacionalista. Em 1958, no contexto da eleição de Carvalho Pinto como governador do estado de São Paulo, expõe forte discordância com grande parte das forças nacionalistas que declararam apoio à candidatura de Ademar de Barros, principal adversário do governador eleito, e afirma que a derrota serviria de lição para as forças políticas nacionalistas não se deixarem atrelar às “ambições personalistas de figurões políticos que nada apresentam em seu favor senão a

¹³ Elias Chaves Neto também faz críticas a diversas instruções da SUMOC entre 1955-1964, enfatizando também a Instrução 113 pela flexibilização da importação de bens de capital brasileiros em câmbio livre. A Instrução 113 do Ministro Eugênio Gudin e a “revolução desenvolvimentista” de J.K. seriam as causas maiores da desvirtualização da industrialização brasileira, condicionando-a a um sistema desenfreado de aplicação de capitais estrangeiros (CHAVES NETO, 1982).

capacidade demagógica pré-eleitoral, sua habilidade na fraude e na mistificação da opinião pública” (PRADO JÚNIOR, 1958, p. 3).

Na base de apoio de Ademar, estavam o PCB e os trabalhistas, sendo os últimos considerados por Caio nada mais que “massa de manobra para políticos ambiciosos” e “trampolim eleitoral”.

Na eleição seguinte, Jânio Quadros foi apresentado por Caio Prado como o candidato representante das elites entreguistas e sua vitória foi tida como a vitória do reacionarismo brasileiro. Insiste, ainda, que Jânio era apenas um “continuador da mesma política econômica de seu antecessor” (PRADO JÚNIOR, 1961b, p. 4). Já no governo João Goulart, após a renúncia de Quadros, o autor analisa a política nacional com base em uma crítica à disputa institucional, com partidos que não se guiavam por diretrizes programáticas que ousassem tocar nas questões do desenvolvimento nacional, como a reforma agrária. Ao contrário, os partidos são retratados como parte de um jogo mesquinho entre governo e oposição, de forma que, mesmo após a vitória de Goulart e das forças populares para ganhar plenos poderes enquanto Presidente, sua política teria sido de constante “adiamento de soluções” e esvaziamento das reformas de base. Para Caio Prado, a sociedade civil não conseguiu se mobilizar ativamente, ainda que o governo tenha recuado diante das reformas prometidas, o que levou os setores entreguistas a barrarem, sem grandes problemas, projetos como o de limitação de remessas de lucros e a reforma agrária (PRADO JÚNIOR, 1962). Nos últimos meses que antecedem o golpe militar e o fechamento da *Brasiliense*, o autor publicou apenas artigos sobre a questão agrária.

Ao fim, os escritos de Caio Prado Júnior representam uma exploração do núcleo duro do programa econômico do nacionalismo, exposto em seus princípios já na tese de 1954, e evidenciam distinções com o resto do campo nacionalista, reelaborações de seus termos. Contemplam também análises políticas que alvejam aspectos mais estruturais (os partidos políticos) e posicionamentos sobre debates cotidianos (como a lei da remessa de lucros), muitas vezes discordando abertamente da posição pecebista. Os artigos publicados por Elias Chaves Neto, diretor responsável da revista, que também assinava os editoriais, endossam grande parte das visões expostas por Caio Prado, assim como apresentam reflexões originais do jornalista, especialmente nos temas mais voltados à conjuntura política, para os quais mais contribuiu.¹⁴

¹⁴ Um dado interessante levantado por Paulo Sérgio Pinheiro é a existência de uma possível “divisão do trabalho” entre Caio Prado e Elias Chaves: relata que os atritos entre Caio Prado Júnior e o PCB foram por suas “revisões precursoras das bases de interpretação da sociedade brasileira”, enquanto com Chaves Neto se dão devido a suas “análises de conjuntura nada convencionais” (PINHEIRO, 1982, p. 14). Assim, Caio Prado publica majoritariamente

Em termos da análise interna dos artigos publicados na *Revista Brasiliense*, Elias Chaves Neto, com um total de 47 artigos publicados, se faz presente como um analista dos grandes acontecimentos da conjuntura política e com posicionamentos firmes que sustentou durante todo o período de publicação. Paulo Sérgio Pinheiro (1982, p. 13) nota, em seus escritos, elementos distintivos que o transformam em “um comunista brasileiro bem estranho”.

Logo em seu primeiro artigo publicado na *R.B.*, “Política de União Nacional” (1955), Chaves Neto revela sua base caiopradiana de interpretação do Brasil, citando diretamente o livro *História Econômica do Brasil*, escrito pelo historiador paulista, e endossando a tese de que a formação econômica do Brasil se deu correspondendo a interesses europeus. Assim, o capitalismo brasileiro não seria “consequência natural das nossas forças de produção”, mas impostas para a satisfação de necessidades externas. Esta característica estrutural da economia brasileira perduraria desde a formação do Brasil e seria a causa fundamental do atraso econômico da nação¹⁵ – diagnóstico compartilhado nas *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. Por ocasião desta formação orientada ao mercado externo, o Brasil teria um déficit de industrialização, de produção para os interesses nacionais, e não teria conseguido formar um mercado interno amplo e estável. Chaves Neto identifica, ainda, dois setores da sociedade brasileira aos quais muito interessaria perpetuar a estrutura econômica atrasada: os “latifundiários reacionários” e “aqueles que defendem em nosso país o interesse do imperialismo norte-americano”. Os primeiros, por verem no progresso uma ameaça ao sistema lucrativo de suas propriedades, e os segundos, porque não lhes interessaria perder a característica de país primário-exportador. Neste panorama, o capital estrangeiro emerge como um dos mantenedores da estrutura atrasada do desenvolvimento nacional, trabalhando para aprofundar a dependência econômica brasileira.

Feito este diagnóstico, Chaves Neto aponta aquilo que chama de *solução nacionalista*: uma emancipação econômica e política do Brasil, isto é, a reorientação da economia nacional para os “interesses da população” e a melhoria das condições materiais de vida da população. Tal mudança se realizaria, segundo o jornalista, pela industrialização do país, com a produção de bens para serem comercializados para a população, alinhada com a divisão da propriedade agrí-

artigos que tratam da política econômica e da “herança colonial” brasileira, enquanto Elias Chaves Neto está sempre preocupado em responder às reviravoltas conjunturais dos instáveis anos 1950-60.

¹⁵ “Essa é, em seus fundamentos, a causa do mal-estar econômico pelo qual o país atravessa e que é preciso buscar, como fez Caio Prado Júnior, na formação histórica de nosso país, para se concluir tratar-se de um mal resultante, não das contingências da vida econômica, mas sim da própria estrutura de nossa economia.” (CHAVES NETO, 1982, p. 23).

cola e a melhoria das condições de vida da população rural para estimular e ampliar um mercado interno que consuma os produtos desta indústria. Chaves Neto ainda ressalta que a solução nacionalista não é necessariamente contrária à utilização do capital estrangeiro, mas se coloca contrário ao capital que “procura o nosso país em vista de uma exploração mais rendosa de nossa mão-de-obra ou com o fito de economizar o pagamento de impostos devidos ao nosso governo” (CHAVES NETO, 1982, p. 27). A industrialização, a revisão da propriedade agrícola e a melhoria das condições de vida da população são, portanto, tidos como elementos fundamentais para o desenvolvimento nacional. O nacionalismo anti-imperialista de Elias Chaves Neto e de Caio Prado Júnior teve grandes inspirações na política soviética de coexistência pacífica¹⁶ – que, na visão dos autores, inaugurou um novo período de paz no mundo – e os princípios aprovados na Conferência de Bandung, que caminhavam no mesmo sentido de respeito à autodeterminação dos povos e à soberania nacional.

O autor avança na proposta da nova política econômica e coloca sua luta nos termos de uma luta essencialmente democrática. A luta econômica para este desenvolvimento nacional deveria, necessariamente, ser encampada dentro dos direitos estabelecidos na Constituição, tornando possível o constante reajuste dos salários segundo as condições da produção. Elias Chaves Neto inova com a defesa da democracia ao mesmo tempo que seu Partido, ao menos em teoria, pedia pela derrubada do governo, sob a vigência do *Manifesto de Agosto de 1950*:

A defesa da Constituição é, portanto, o ponto básico de uma política que visa pela união de todos os brasileiros a resolver os problemas dos quais depende a nossa prosperidade. E esta defesa interessa a todos os brasileiros que se conservam fiéis aos ideais democráticos da revolução francesa aos quais o mundo deve seu extraordinário progresso no século passado, e fundamentais para o desenvolvimento de nosso país. (CHAVES NETO, 1982, p. 29).

A defesa da Constituição Federal tinha, ainda, um ponto fundamental para o autor: a defesa da legalidade do Partido Comunista Brasileiro. Sob a defesa de uma política de união nacional dos setores democráticos, conclama-se a defesa do regime constitucional, que incluía, em seus direitos fundamentais de reunião e associação, a legalidade do PCB, o qual, para ele, “é o intérprete das aspirações da política nacional como uma necessidade que vem restituir às nossas

¹⁶ Caio Prado Júnior compartilhava do entusiasmo de Chaves Neto pela política externa soviética, como expressa no artigo “Convivência Pacífica” (PRADO JÚNIOR, 1961c).

instituições políticas o seu verdadeiro caráter representativo” (CHAVES NETO, 1982, p. 31), ainda que, paradoxalmente, estivesse ele mesmo discordando do Partido no decorrer do texto.

Estes diagnósticos e prognósticos de políticas para o desenvolvimento que aparecem já em seu primeiro artigo serão mantidas em linhas gerais e enfatizadas em praticamente todos os demais artigos até o último, às vésperas do golpe militar.¹⁷ A defesa enfática de Chaves Neto da Constituição e da política nacionalista lhe renderiam, inclusive, uma crítica direta de Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, em artigo publicado no jornal *Voz Operária* de 28 de abril de 1956: acusa-o de “nacional-reformista”, alegando que (1) teria deixado de analisar o imperialismo e o latifúndio para concluir que o problema brasileiro fundamental seria o déficit da balança de pagamentos; (2) o autor tomava a luta pela Constituição como suficiente, por si só, para resolver os problemas nacionais. Esta crítica seria respondida na quinta edição da *R.B.*, no artigo “Emancipação Nacional e Defesa da Constituição”, no qual Chaves Neto contesta as críticas, alegando que Prestes não compreendeu suas posições, reafirmando-as ao mesmo tempo que reafirmava a independência da *R.B.* e seus objetivos para com o nacionalismo.

A guinada à esquerda do PCB nos anos 50, mesmo com a “moderação” da linha política no IV Congresso de 1954, é lembrada por Elias Chaves com muitas críticas. Em 1957, no artigo “Socialismo e Emancipação Nacional”, Elias Chaves (1982, p. 76) afirma que o PCB “não associou de forma alguma a sua luta pela libertação do nosso povo da dominação dos grandes proprietários rurais e do jugo capitalista, à luta pela emancipação econômica do país”, e, quando tentou enfim encarar com realismo a situação política brasileira, “o fez com tamanho desconhecimento da realidade brasileira que a propalada Frente Democrática de Libertação Nacional se transformou numa frase vazia, desprovida de qualquer sentido” (CHAVES NETO, 1982, p. 76).¹⁸

A defesa da democracia como panorama estratégico e não apenas tático é, assim, um elemento diferencial de Elias Chaves Neto. As liberdades demo-

¹⁷ Argumentações semelhantes às do artigo “Política de União Nacional”, de 1955, podem ser vistas em diversos outros artigos ao longo dos anos (CHAVES NETO, 1959a, 1963a, 1963b).

¹⁸ Posteriormente, em suas memórias, Elias Chaves Neto lembra o choque que recebeu da guinada do Manifesto de 1950: “Não me lembro como me veio parar às mãos o Manifesto de Agosto (estávamos em 1950), o qual li durante as horas de calor intenso, na frescura do meu rancho. [...] Li e fiquei perplexo. Todo fundamento teórico de nossa política caía por terra. Não se tratava mais de um resistir; de defender a democracia; o que dava base jurídica a nossa luta, de estarmos defendendo as tradições culturais do nosso povo. Tratava-se agora de derrubar o governo qualificado de ditadura e, este deposto, de organizar as forças democráticas da nação numa Frente de Libertação Nacional, para tanto formando-se um exército popular. Aplicava-se no Brasil o esquema asiático das guerras de libertação que tinham origem na luta contra o colonialismo.” (CHAVES NETO, 1978, p. 125).

cráticas, a defesa da Constituição e a necessidade de legalização do Partido Comunista, reafirmada em diversos artigos, são da mais absoluta importância para o autor, invocando os princípios das revoluções francesa e americana e citando o secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), Palmiro Togliatti, em mais de uma ocasião, para a possibilidade do socialismo em via democrática¹⁹. O que se verifica, inclusive, são essas posições ficando progressivamente mais enfáticas e mais distantes da linguagem usual do PCB, principalmente nos dois últimos artigos publicados sobre a conjuntura: “Revolução Democrática” (CHAVES NETO, 1963a) e “Medidas Concretas” (CHAVES NETO, 1963b). A democracia *de facto* no Brasil significava, para o autor, também a emancipação econômica e vice-versa, quase em associação direta. Em suma,

Não se trata de uma revolução a dois tempos; uma revolução burguesa seguida de uma revolução socialista, mas de um movimento único de democratização do País em progressão para o socialismo. Este é o sentido da revolução brasileira que tem por objetivo acabar com a miséria das massas camponesas, na qual se acham mergulhadas pelo latifúndio, e a exploração do nosso povo pelos inqualificáveis manejos dos trustes internacionais que dominam a nossa economia – revolução democrática que visa a resolver os nossos problemas dentro dos recursos da técnica e a liquidação de todos os privilégios que hoje se opõem ao desenvolvimento do País, os quais procuram recorrer à força para se manterem. (CHAVES NETO, 1982, p. 152).

Nas análises de conjuntura, o exercício da autonomia propiciada pelo espaço da *Brasiliense* também é aproveitado, rendendo avaliações críticas no calor do momento aos rumos da política nacional durante toda a existência da *R.B.* Vimos que Juscelino Kubitschek é recebido por Caio Prado Júnior com surpreendente

¹⁹ É possível que Elias Chaves estivesse atento aos debates que ocorriam no Partido Comunista Italiano sobre socialismo e democracia, citando também Valentino Gerratana: “Esta é a transformação pela qual vem passando o mundo capitalista; o que não quer dizer (pensamento que os chineses atribuem a Togliatti) que a natureza do imperialismo tenha mudado nem que o capitalismo esteja evoluindo para o socialismo. Significa apenas que a luta da classe operária por melhores condições de vida consiste, aceitando esta evolução da sociedade capitalista, em controlar estas organizações gigantes, por um Estado Nacional democrático, sob a hegemonia do proletariado. Esta está sendo nos países europeus a luta da classe operária e pelo socialismo. Aí reside o chamado caminho pacífico para o socialismo que certamente não será um caminho sem árduas lutas, mas luta das grandes massas populares pelo controle político do Estado – processo no qual a luta pela democracia, contra toda forma de opressão das classes dominantes, e a luta pelo socialismo se fundem num processo revolucionário único. Segundo escreve Valentino Gerratana no n. 4 de 1963, da *Revista Internacional*, ao analisar a situação italiana, não se trata ainda da conquista direta do socialismo, nem tampouco da restauração da democracia burguesa, mas de um progresso democrático em relação ao socialismo.” (CHAVES NETO, 1982, p. 151).

otimismo e, com o passar do tempo, todavia a postura se tornaria absolutamente crítica em resposta à relação de J.K. com o capital estrangeiro. Elias Chaves Neto se une ao coro de Caio Prado no artigo “Rumo às Eleições”, de janeiro-fevereiro de 1960, em que faz um balanço da política econômica, reconhecendo o mérito da percepção do presidente sobre a necessidade de impulsionar o desenvolvimento brasileiro para além da condição de primário-exportador, mas com o pecado de “confiar no espontaneísmo das forças econômicas, como se do seu livre curso devesse resultar a prosperidade da qual espera a solução dos nossos problemas” (CHAVES NETO, 1982, p. 128). O governo Juscelino, então, seria avaliado pelo autor como desastroso em resultado da insistência do Presidente da República em acreditar na ação benevolente do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional, o que na verdade estaria apenas agravando a dominação econômica estrangeira, subordinando nossa economia a esses monopólios. Mais ou menos neste mesmo momento, a CEPAL torna-se alvo na Brasiliense em ao menos duas ocasiões, sendo nominalmente mencionada por Elias Chaves Neto, associada às críticas feitas ao governo Juscelino, e criticada pela participação na conferência de Bogotá, em 1960.²⁰

As eleições presidenciais de 1960 parecem criar um cenário de polarização. Em dois artigos publicados antes das eleições, Chaves Neto faz um panorama do cenário eleitoral que se aproximava (CHAVES NETO, 1959b, 1960). De um lado, começava a se estruturar a candidatura de Jânio Quadros, à época Governador do Estado de São Paulo, e de outro, a candidatura de Marechal Lott, militar conhecido pelo papel de liderança no Movimento de 11 de Novembro²¹ e como Ministro da Guerra dos governos Café Filho e Juscelino. A candidatura de Jânio representaria os interesses das classes dominantes brasileiras, sendo compromissado com a manutenção da estrutura econômica brasileira e com a subserviência da economia nacional ao capital estrangeiro. Chaves Neto intui nas camadas populares um sentimento de insatisfação perante a política nacional, e vê potencial para o desenvolvimento de um amplo movimento nacionalista,

²⁰ Em um parágrafo-síntese, Chaves Neto diz: “Essa [difícil situação econômica do País] resulta, sim, do tipo colonial de sua economia, objeto da exploração imperialista, situação agravada pelos desmandos das classes dominantes no poder, principalmente durante a gestão do Sr. Juscelino Kubitschek, quem abriu as comportas para a penetração em massa dos capitais estrangeiros em nosso país. Não é estreitando cada vez mais os laços com o imperialismo, na base de planos de ajuda, os quais no dizer do Sr. Prebisch, Presidente da CEPAL, na conferência de Bogotá, visam a tornar a aplicação dos capitais no continente latino-americano mais rendosa, que poderá ser resolvido o problema da miséria, fome e atraso de grande parte da população do país.” (CHAVES NETO, 1982, p. 155).

²¹ Contragolpe político-militar desencadeado para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, nos ritos da Constituição Federal, contra as posições udenistas e de setores militares – notadamente vinculados à Escola Superior de Guerra – de impedir a posse (SKIDMORE, 2007, p. 188-198).

que poderia ser agregado à candidatura de Marechal Lott, representante de uma continuidade do governo JK, mas com o diferencial de ser, em boa medida, “uma voz discordante”²². Tudo dependeria de Marechal Lott compreender o que seria o verdadeiro sentido do nacionalismo, isto é, “é preciso que ele compreenda que o nacionalismo é um movimento que levanta todos os povos oprimidos da terra, e os dominados economicamente, na luta contra o imperialismo” (CHAVES NETO, 1982, p. 132). As ambições do autor, todavia, não foram concretizadas, e Jânio foi eleito Presidente da República. Durante o governo, as críticas se mantiveram sobre os mesmos fundamentos, em um tom de continuidade da política de Juscelino sobre capitais externos, mas com restritos elogios à sua política externa, que mostrava alguma simpatia com a Revolução Cubana e os países socialistas (CHAVES NETO, 1961a, 1961b).

Em 1961, na ocasião da tentativa, por parte dos ministros militares, de impedir a posse de João Goulart como Presidente da República após a renúncia de Jânio Quadros, Chaves Neto reafirma sua postura de defesa da ordem constitucional e democrática, enfatizando que os debates sobre o rumo que a nação deveria tomar (pensando na luta nacionalista) deveriam ser processados em uma

[...] batalha a se travar dentro da ordem legal e que não pode de forma alguma ser tachada de subversiva, como fazem crer os propagadores de golpes, para os quais toda luta política é apontada como uma ameaça à tranquilidade pública, justificando uma intervenção armada. (CHAVES NETO, 1982, p. 137).

O Presidente João Goulart também seria alvo de críticas do jornalista. Jango é retratado nas páginas da *R.B.*, especialmente nos artigos “Revolução Democrática” e “Medidas Concretas”, como uma figura vacilante, que evita se engajar em uma política de caráter nacionalista e, por isso, fraqueja no trâmite de suas reformas, organizando sua gestão pública nos termos de uma política partidária que já teria sido superada (CHAVES NETO, 1982). Ainda assim, as Reformas de Base de Jango eram vistas como essenciais para o desenvolvimento nacional, mas a própria figura e a política do Presidente não favoreciam sua aprovação, e isto causaria desconfiança inclusive nas camadas populares, que seriam

²² Em termos de política efetiva, Elias Chaves Neto atribui mais continuidade a Jânio Quadros em relação a JK do que ao próprio Marechal Lott: “É difícil, hoje em dia, estabelecer-se uma distinção sensível entre a política desenvolvimentista do Sr. Juscelino Kubitschek, preocupado em atrair os capitais estrangeiros para a nossa terra, e a política ‘renovadora’ do Sr. Jânio Quadros, que defende os princípios da ortodoxia capitalista, únicos, segundo ele, capazes de atrair para o nosso País esses mesmos capitais e fomentar seu progresso.” (CHAVES NETO, 1982, p. 130).

sua base fundamental de sustentação. “Ser ou não ser”, é o dilema no qual se debate” (CHAVES NETO, 1982, p. 153). Hesitante de tomar o lado do povo e, ao mesmo tempo, acusado pela reação de flertar com o comunismo, fomentava cada dia mais sua própria instabilidade. O artigo “Medidas Concretas” – que discorre mais densamente sobre a política de Jango –, publicado no fim de 1963, foi o último de análise política que Elias Chaves Neto publicou. A *Revista Brasiliense* seria extinta poucos meses depois.

Conclusão

Nesse panorama amplo e com uma análise mais atenta aos textos de Caio Prado Júnior e de Elias Chaves Neto, encontramos indicações do lugar ocupado pela *Revista Brasiliense* nos debates amplos da metade do século sobre o desenvolvimento nacional e da realidade brasileira, estabelecendo posições que não chegam ao rompimento direto, mas possuem mais desencontros do que encontros com posições pecebistas: às vezes convergem por motivos distintos, às vezes divergem com ressalvas, flutuando mediante as alterações da própria conjuntura política brasileira. A defesa da democracia como valor estratégico por Elias Chaves Neto parece constituir forte exemplo da execução do postulado de autonomia relativa presente na revista, assim como o são os momentos em que suas análises de conjuntura se distanciam das encampadas pelo Partido Comunista. Se a defesa persistente da legalidade do PCB não deixa dúvidas da inclinação comunista dos autores, assim como sua linguagem abundante em termos do marxismo-leninismo – a construção de um nacionalismo *anti-imperialista* por excelência –, suas posições em relação aos governos, às políticas econômicas e de alianças políticas, junto da negação da revolução democrático-burguesa e da interpretação semifeudal do Brasil, os tornam, certamente, comunistas muito particulares.

Em dois terrenos de comparação, marcam-se distinções: tanto, e principalmente, nas interpretações sobre a formação social e econômica do Brasil – e, por extensão, na forma de analisar a contemporaneidade e a possibilidade de resolver problemas referentes a essa (má) formação –, quanto nas análises imediatas de conjuntura, nas quais os editoriais da *R.B.* usualmente adotam posição mais críticas e eventualmente veem o Partido como parte de uma coalizão insustentável. Isto é, a posição oficial da *Brasiliense* se coloca menos comprometida com a tal “burguesia nacional” e com certos compromissos de conciliação. Esses são os lances que a *Revista Brasiliense* propõe na linguagem nacionalista: a construção de um nacionalismo de origem marxista-leninista distinto em pontos centrais

(e antecessor) daquele que passa a ser defendido pelo PCB depois de 1958, mas ainda umbilicalmente ligado ao movimento comunista, aos seus termos e significados.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASILIANSE, R. Manifesto de fundação. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 1, 1955.

CHAVES NETO, E. **Sentido dinâmico de democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHAVES NETO, E. **Minha vida e as lutas de meu tempo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CHAVES NETO, E. Revolução democrática. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 48, 1963a.

CHAVES NETO, E. Medidas concretas. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 50, 1963b.

CHAVES NETO, E. Jânio Quadros. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 34, 1961a.

CHAVES NETO, E. O Sr. Jânio Quadros e a coexistência pacífica. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 35, 1961b.

CHAVES NETO, E. Rumo às eleições. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 27, 1960.

CHAVES NETO, E. A etapa nacionalista. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 26, 1959a.

CHAVES NETO, E. Polarização das forças. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 22, 1959b.

CHAVES NETO, E. Política de união nacional. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 1, p. 48–65, 1955.

LIMONGI, F. P. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a revista Brasiliense. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 27–46, 1987.

- MACHRY, M. S. **O Horizonte nacionalista de esquerda e a Revista Brasiliense (1955 - 1964):** sociabilidade intelectual e linguagem política. 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- MONTALVÃO, S. de S. Histórias cruzadas: uma prosopografia dos fundadores da Revista Brasiliense (São Paulo, 1955). **História**, São Paulo, v. 36, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-436920170000000007>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- PAULA, J. A. DE. Caio Prado Júnior e o desenvolvimento econômico brasileiro. **Pesquisa & Debate:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, São Paulo, v. 17, n. 1(29), 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11869>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PERICÁS, L. B. **Caio Prado Júnior:** uma biografia política. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PINHEIRO, P. S. Apresentação. *In:* CHAVES NETO, E. (ed.). **Sentido dinâmico de democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1982. p.9-18.
- POCOCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o métier d'historien. *In:* POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Edusp, 2003. p.63-82.
- PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira e a questão agrária no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO JÚNIOR, C. Perspectivas sobre a política progressista e popular brasileira. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 44, 1962.
- PRADO JÚNIOR, C. Panorama da política brasileira. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 38, 1961a.
- PRADO JÚNIOR, C. A Instrução 204 e a política econômica brasileira. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 35, 1961b.
- PRADO JÚNIOR, C. Convivência pacífica. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 33, 1961c.
- PRADO JÚNIOR, C. As eleições de 3 de outubro. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 32, 1960.

PRADO JÚNIOR, C. A lição das eleições de 3 de outubro. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 20, 1958

PRADO JÚNIOR, C. **Diretrizes para uma política econômica brasileira**. São Paulo: Urupês, 1956a.

PRADO JÚNIOR, C. Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 2, 1956b.

PRADO JÚNIOR, C. A política brasileira. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 8, 1956c.

PRADO JÚNIOR, C. O sentido da anistia ampla. **Revista Brasiliense**, São Paulo, v. 4, 1956d.

RICUPERO, B. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. *In*: MORAES, J. Q. de.; REIS, D. A. (ed.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2003. v. 1. p.133-156.

SARLO, B. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América: Cahiers du CRICCAL**, v. 9–10, p. 9–16, 1992.

SEGATTO, J. A.; SANTOS, R. A valorização da política na trajetória pecebista: dos anos 1950 a 1991. *In*: MORAES, J. Q. de.; REIS, D. A. (ed.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2007. v. 6. p.13-62.

SILVA, F. T. DA; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). *In*: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (ed.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101–140.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Recebido em: 04 de novembro de 2021.

Aprovado em: 12 de maio de 2022.

A BUSCA PELO NÃO-SECTARISMO INTELLECTUAL NA REVISTA *ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA* (1978-1982)¹

Dédallo NEVES²

RESUMO: Propomos com este artigo analisar as manifestações na e da *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978-1982) sobre a questão da intelectualidade. A partir da mobilização de diferentes expressões para promover e criticar o engajamento associado ao nacional-popular, a revista pretendeu se desvincular do sectarismo intelectual, tendo em vista que seus editores, Ênio Silveira e Moacyr Félix, foram críticos das interferências em produções intelectuais desde os anos 1950. Para isso, elencamos duas posições passíveis de identificação: a primeira associada à crítica ao vanguardismo intelectual, que emerge nos anos 1970 e 1980; e a segunda que defendia posicionamentos dos anos 1960, em que o intelectual agia como a vanguarda da sociedade. A tensão presente entre as duas visões e a tentativa de congregar ambas levou a uma linha editorial confusa e eclética da revista.

PALAVRAS-CHAVE: Encontros com a Civilização Brasileira; Intelectuais de Esquerda; Sectarismo; Revista Político-Cultural.

THE SEARCH FOR INTELLECTUAL NON-SECTARIANISM IN THE JOURNAL
ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1978-1982)

ABSTRACT: *This article proposes to analyze the manifestations about intellectuality in and of Encontros com a Civilização Brasileira (1978-1982). From the mobilization of different*

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes).

² Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba – PR – Brasil. Doutorando em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1574-0856>. depaula.neves@hotmail.com.

expressions to promote and criticize the engagement associated with the national-popular, the magazine intended to disassociate itself from intellectual sectarianism, considering that the editors, Ênio Silveira and Moacyr Félix, were critical of interference in intellectual productions since the 1950s. For this purpose, we listed two positions that can be identified: the first associated with the critique of intellectual avant-garde, which emerged in the 1970s and 1980s; and the second, which defended positions from the 1960s, in which the intellectual acted as the vanguard of society. The tension between the two views and the attempt to bring them together led to a confused and eclectic editorial line in the magazine.

KEYWORDS: *Encontros com a Civilização Brasileira; Leftist Intellectuals; Sectarianism; Political-Cultural Magazine.*

Introdução

A revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, publicada entre 1978 e 1982, pode ser compreendida como a retomada do projeto editorial da *Revista da Civilização Brasileira* (RCB), que circulou entre os anos 1965 e 1968 (quando foi fechada após o AI-5).

Após uma década de modernização conservadora (ORTIZ, 1999) da ditadura militar, houve uma alteração na intelectualidade brasileira, principalmente a vinculada ao nacional-popular ou à brasilidade revolucionária (RIDENTI, 2010), reorientando as produções expressadas na revista.

Por isso a associação entre a *Encontros* e a RCB deve ser feita cautelosamente. Ainda que a forma de atuação editorial da primeira remetesse à segunda e seus editores, Ênio Silveira e Moacyr Félix, também atuassem com a residualidade (WILLIAMS, 2011) do nacional-popular típico dos anos 1950 e 1960. De uma forma ou de outra, a discussão sobre o papel da intelectualidade esteve presente na última fase³ da *Civilização Brasileira* inserindo longos debates e dossiês sobre o tema.

Propomos com este artigo analisar a manifestação *na e da Encontros* sobre a questão intelectual e como ela mobilizou diferentes eixos para promover o engajamento intelectual como ação política vinculada ao nacional-popular ou para criticar tal perspectiva; e, por fim, analisar sua tentativa de se desvincular do entendimento “sectarismo intelectual” repercutindo os campos em disputa sobre a posição da intelectualidade no final dos anos 1970 e começo dos 1980.

³ Compreendemos como última fase o período entre 1978 e 1982, ano que a editora é vendida ao grupo DIFEL.

Para isso temos em vista a sociologia da cultura de Raymond Williams e sua concepção de “estrutura de sentimento”, cuja intenção é definir qualidades particulares da experiência social e relações sociais que definem uma geração ou um período (WILLIAMS, 1979, p. 133-134). Williams se interessa por significados e valores como são vividos e sentidos ativamente.

Esta é uma maneira de definir formas e convenções na arte e literatura como elementos inalienáveis do processo material social – não pela derivação de outras formas e pré-formas sociais, mas como formação social de um tipo específico que pode, por sua vez, ser considerada como a articulação (com frequência, a única articulação plenamente existente) de estruturas de sentimento que, como processos vivos, são experimentadas de forma muito mais ampla. (WILLIAMS, 1979, p. 135).

De forma a sintetizar, pode-se dizer que uma estrutura de sentimento é o resultado vital de todos os elementos da organização da cultura.

As expressões sobre a intelectualidade na *Encontros com a Civilização Brasileira*

Em 1979, a *Encontros* publicou “Tarefas dos Intelectuais na Revolução Democrática”, no volume 14, texto de Florestan Fernandes (1979) em que é debatida a sua concepção de intelectual e é feita uma defesa da “proletarização” da intelectualidade para que ela fosse posta no mesmo patamar da “massa brasileira”, segundo suas palavras. A argumentação ecoa nas concepções de cultura popular da esquerda católica, em que o papel do intelectual era o de mediador, gerador de ativismo cultural das bases operárias e camponesas, “visando a desencadear um processo coletivo de libertação social e política” (NAPOLITANO, 2017, p. 276).

Em vista disso, passou-se a ser forjado um novo perfil de intelectual, vinculado principalmente ao Partido dos Trabalhadores, após 1980, cuja crítica residia contra os discursos nacionalistas dos anos 1960, o vanguardismo e o frentismo cultural, bases de sustentação da política de cultura do Partido Comunista do Brasil (PCB). Logo, o intelectual, em vez de condutor das massas, deveria criticar as tradições anteriores e possibilitar caminhos, e não indicar um único, “rompendo com uma tradição iniciada com o modernismo e confirmada pelo ISEB⁴

⁴ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um órgão vinculado à presidência da República, criado em 1955 e extinto com o golpe militar. Nomes como Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto compunham-no.

e pelo CPC⁵, que reafirmou o artista e o intelectual como artífices da nação e do povo” (NAPOLITANO, 2017, p. 288).

A ideia de romper com uma *longa tradição modernista*⁶ é crucial no contexto brasileiro da passagem dos anos 1970-80. A “nova esquerda” com seu “novo modelo de intelectual” desestabilizou o entendimento sobre a figura e a ação dos intelectuais, que se renovavam nem sempre com as mesmas matizes, mas sempre em favor da construção da cultura brasileira. Ao fazer isso, a nova esquerda não emplacou um substituto, deixando um vácuo a ser ocupado ou preenchido, porém com menos força (NAPOLITANO, 2017).

O que competia a este intelectual – uma síntese da militância católica com os antipecebistas de esquerda que apregoavam o antiautoritarismo, o antivanguardismo e, até mesmo, o anti-intelectualismo (no sentido do intelectual ser o intérprete universal) – era:

Expor as tensões, nomeá-las, apontar caminhos políticos sem propriamente indicar o único caminho possível necessário de ação, como fazia a vanguarda nacional-popular. [O novo intelectual] Não se arvorava como consciência do futuro, mas como crítico do passado, na tentativa de abrir as possibilidades de ação coletiva no presente. A aposta no criticismo, no basismo e no ativismo dos trabalhadores como antídotos do “nacionalpopulismo” deveria evitar os erros dos intelectuais nacionalistas de esquerda, derrotados em 1964: a doutrinação ideológica, o vanguardismo partidário e o monopólio da consciência histórica. (NAPOLITANO, 2017, p. 287).

Tanto Ênio Silveira quanto Moacyr Félix, e a própria *Civilização Brasileira* como instituição e, conseqüentemente, suas publicações, eram o que devia ser combatido, segundo o intelectual da década de 1980, uma vez que eles eram um dos representantes do nacional-popular pecebista. “Essa perspectiva seria reforçada pela emergência dos operários e dos movimentos sociais de periferia como atores políticos importantes, a partir de 1978” (NAPOLITANO, 2017, p. 284), ano de lançamento da *Encontros*.

Apesar das posições de seus editores, a *Encontros* não deixaria de problematizar as questões, como o já citado Florestan que, em seu texto publicado na revista, aproxima-se mais da perspectiva do intelectual ligado ao PT do que ao PCB.

⁵ O Centro Popular de Cultura (CPC) foi uma organização vinculada à União Nacional dos Estudantes, criada em 1962 e extinta em 1964 pelos militares, após o golpe.

⁶ Definição que está em desenvolvimento, mas podemos dizer que trata de temas e impasses legados pelo Movimento Modernista presentes nos projetos culturais e políticos brasileiros entre os anos 1920 e 1970.

No volume 24, publicado em junho de 1980, o sociólogo e professor Gisálio Cerqueira Filho publicou o texto “O intelectual e os setores populares”, que endossa a tarefa do novo intelectual a tomar como base teórica Antonio Gramsci, bastante difundido no período para discutir o assunto⁷. A crítica ao intelectual nacional-popular é o objetivo do artigo, confirmando o argumento de Napolitano sobre o olhar do passado. E embora não seja possível reduzir uma obra em um artigo, nesse em específico o sociólogo é pouco propositivo, seu objetivo é apontar os equívocos do intelectual que “sabe, mas nem sempre compreende” (citação de Gramsci usada no primeiro parágrafo pelo autor).

Cerqueira Filho afirmou que os comprometidos com a transformação social no Brasil “frequentemente se deparam com a figura intelectual (no sentido corrente do termo)” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 15) – ele faz o parêntese porque adiante diferenciou as modalidades de intelectual conforme Gramsci e para indicar que ele fala do intelectual sectarista e centralista, ou seja, associando ao intelectual pecebista e pondo-o como um entrave da mudança social. “Esse tipo de intelectual (quase sempre jovem universitário, professor, estudioso de Ciências Humanas) se atribui a si mesmo a tarefa pedagógica e se apresenta como o educador por excelência dos setores” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 15). E continua,

O intelectual (no sentido corrente do termo) se distingue de forma imediata dos seus pares. Essa distinção, que no primeiro momento é percebida em termos de postura tanto física quanto ideológica passa também por uma formação científica mais elaborada, refinada e, quase sempre, por um vocabulário mais hermético à compreensão dos oprimidos. Em geral esse tipo de intelectual faz da falta de clareza e do purismo ideológico ao mesmo a sua grandeza e a sua miséria. (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 16).

⁷ A presença de Gramsci nas discussões sobre os intelectuais seria marcante nos anos 1970 e 1980. A própria Civilização Brasileira, a partir de Carlos Nelson Coutinho, estava empenhada em traduzir os Cadernos do Cárcere desde o final da década de 1960, mas em decorrência do AI-5 teve uma primeira recepção tímida (COUTINHO, 1992, p. 119), mesmo com publicações do próprio Coutinho e de Leandro Konder na RCB. Coutinho atribuiu uma “crise da esquerda tradicional” e o declínio da ditadura, ou seja, pós-1976, como fatores que alavancaram a maior recepção da obra do intelectual sardo. Sem a censura desta e com o vácuo das “organizações marxistas tradicionais”, a obra de Gramsci ganhou cada vez mais repercussão. “A difusão do autor dos Cadernos do cárcere superou amplamente as fronteiras da Universidade; alguns de seus conceitos fundamentais, em particular o de ‘sociedade civil’, são cada vez mais utilizados em análises políticas e historiográficas publicadas recentemente no Brasil por autores comunistas, socialdemocratas, cristãos-progressistas e até mesmo liberais. Podemos assim dizer que Gramsci conquistou um espaço próprio na via intelectual brasileira, tornando-se uma força viva e um ponto obrigatório de referência no complexo processo de renovação teórica e política que hoje envolve a esquerda brasileira” (COUTINHO, 1992, p. 120). Segundo Napolitano, na passagem dos anos 1970 e 1980, a reinserção de Gramsci apontada por Coutinho se dá por uma nova chave, o autor eurocomunista, vinculado com ideias revolucionárias não é tão lido quanto o teórico da cultura e educação popular (NAPOLITANO, 2017, p. 291, n. 80).

O autor também acusou as arguições realizadas por esse intelectual, cujo “parâmetro que orienta a ação é dado sobretudo por análises genéricas da realidade que acabam por impedir o acesso ao sentir dos oprimidos (setores populares)” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 16), estes compreendidos por ele como a população que “têm a sua sobrevivência assegurada pelo emprego ou venda da força física de trabalho: operários, lavradores, posseiros, assalariados rurais, boias-frias, trabalhadores manuais autônomos, empregados no setor de serviços [...] e subempregados” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 19). Após apontar alguns “equívocos do intelectual”, Cerqueira Filho chega aos “quatro erros básicos do educador pedante, teórico desligado da prática: elitismo, golpismo, cientificismo e centralismo” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 16). Esses erros foram definidos por Frei Betto (1979) em publicação na *Encontros*, “A educação nas classes populares”, confirmando a presença da Igreja Católica na intelectualidade de esquerda anunciada no início dos anos 1980.

Aqui nos cabe suspender Cerqueira Filho por um breve parágrafo para entender como o frade dominicano definiu os “quatro equívocos”, e apresentar como o debate sobre intelectuais apareceu na *Encontros* de diferentes formas. O *elitismo*, para Betto, consistia na “índole dos instrumentos nascidos fora da base, por iniciativa de setores que não possuem nenhuma vinculação efetiva com as camadas populares, embora estejam interessadas em ajudá-las, salvá-las ou libertá-las” (BETTO, 1979, p. 167); e adiante: “a tendência elitista acredita em seu próprio discurso como expressão da verdade e, por isso, elabora textos e programas que são remetidos à base que deve assimilá-los e nortear-se por eles” (BETTO, 1979, p. 167).

O *golpismo* não parece direcionado aos intelectuais de esquerda, pois segundo Frei Betto era frequentemente encontrado nos instrumentos elitistas e se caracterizava à esfera do poder oficial. “Os adeptos dessa tendência não se perguntam como chegar à base popular, mas sim como chegar ao poder” (BETTO, 1979, p. 167).

O *cientificismo* e o *centralismo* “são filhos bastardos da interpretação errônea, mecanicista, de um dos mestres da ação política, feita fora do contexto, não apenas do conjunto de sua obra, mas sobretudo de sua prática, por quem extrai frases aleatoriamente” (BETTO, 1979, p. 168). Assim como no elitismo, no cientificismo havia um caráter de crítica ao vanguardismo, citado pelo autor no tópico anterior de seu texto⁸, pois segundo ele:

⁸ Diz Frei Betto: “A manipulação vanguardista se caracteriza pelo fato de um grupo arvorar-se em um único intérprete daquilo que é bom e necessário para o povo. Toda iniciativa nasce no interior desse grupo artificialmente

O cientificismo concebe que “a ciência vem de fora do povo”, como se o educador tivesse a completa imunidade frente à ideologia dominante [...] Não leva em conta o saber popular, a capacidade de os educandos aprenderem, à sua maneira, não apenas a realidade em que vivem, mas inclusive um modo próprio de decifrar essa realidade. O saber objetivo, revestido de categorias acadêmicas, e tido como a verdade, cabendo ao educador, messianicamente, “revelar” esta verdade à consciência alienada do povo. Esta postura impede o educador [ou o intelectual] de perceber a intuição de classe das camadas populares e a validade de seus canais de expressão. (BETTO, 1979, p. 168).

E, por fim, o *centralismo* “muitas vezes se apresenta sem o seu caráter democrático” (BETTO, 1979, p. 168, grifo do autor), uma explícita crítica ao PCB, cuja forma partidária baseava-se no centralismo democrático. “Transforma-se num princípio legitimador de uma cúpula que decide sem consulta às bases, como se a ação brotasse de discussões teóricas e não das exigências do real e de uma análise de conjuntura feita a partir e com os educandos. Destes é tirado o poder de decidir” (BETTO, 1979, p. 168).

Posto isso, a forma como Cerqueira Filho citou os quatro erros básicos do intelectual passa a ser um pouco impertinente, pois ele associou o golpismo à figura do intelectual pecebista ou nacional-popular. O que foi detalhado em Frei Betto, é posto como mesmo argumento em Cerqueira Filho, podendo causar uma interpretação equivocada dos leitores da *Encontros*. O que pode se confirmar na continuação após os quatro equívocos no texto de Cerqueira Filho, que se encarregou de fazer a vinculação: “Nada mais correto para aqueles que trabalham lado a lado com os oprimidos do que identificar *esse tipo pernicioso de intelectual* que efetivamente atrapalha as tarefas de conscientização e organização populares” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 16, grifo nosso).

Porém, não seria possível praticar apenas o anti-intelectualismo. Ele encontrou, como muitos no período, em Gramsci a justificativa da figura do intelectual: “O que importa na teoria gramsciana sobre o intelectual é: [...] a consideração na figura do intelectual, da atividade técnica (competência) na sua relação dialética com a prática política” (CERQUEIRA FILHO, 1980, p. 17). A mesma conclusão que Daniel Pécaut chegou ao estudar os intelectuais no Brasil sobre a atuação entre “a mobilização social e as táticas políticas”, nas quais eles tornam-se “mediadores que façam a articulação entre um plano e outro. Essa é

estruturado, bem como o programa político e as normas de ação, e não através das formas próprias de organização da base.” (BETTO, 1979, p. 166-167).

a função desempenhada pelos intelectuais e que lhes permite transformar-se em ator político” (PÉCAUT, 1990, p. 308).

A discussão sobre o intelectual em Gramsci figurou no primeiro texto em que o debate foi elencado com mais destaque, no volume 3, assinado por Luiz Alberto Gómez de Souza, vinculado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Um artigo com características teóricas; no início há elementos que vão no mesmo sentido da deslegitimação do intelectual dos anos 1960 tributário ao nacional-popular.

Quando se fala de intelectual uma imagem vem logo à mente. Trata-se de um cavalheiro com ressaibos de erudição, afogado em terminologia complicada, tropeçando nos meandros de seu próprio discurso, especialista em obscurecer os problemas, sem maior utilidade para as situações quotidianas. Frequentemente a falta de clareza é sua arma e o fato de não chegar aos problemas concretos, defesa para não comprometer-se. Assim, o termo intelectual evoca alguém de expressão ausente, que olha para além do horizonte, na direção de invisíveis galáxias. Não é de estranhar que essa categoria esteja um pouco desprestigiada. (SOUZA, 1978, p. 27).

Por outro lado, ele encontrou outro tipo de intelectual – mais “saudável”. “Mas também entre nós, ao lado do populismo manipulador, encontramos uma tendência que, em reação saudável contra vanguardismos e posições elitistas, proclama a necessidade de uma conversão ao povo” (SOUZA, 1978, p. 28), apesar disso fez uma ponderação em tom de concordância, “Isso vai muitas vezes acompanhado de uma atitude anti-intelectual e de uma desconfiança, *até certo ponto justificada*, pelas chamadas teorizações” (SOUZA, 1978, p. 28, grifo nosso). Isto é, se for recusar os vanguardismos a atitude anti-intelectual seria preferível, pois caberia ao intelectual não teorizar e apontar o caminho, e sim “ir ao povo” (SOUZA, 1978, p. 28). Após uma discussão sobre o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, Gómez de Souza acrescenta: “Com isso, os intelectuais não se reduzem aos tipos mais conhecidos do literato, o filósofo e o artista, mas recebem em seu âmbito o pesquisador, o técnico, o educador, o administrador, os organizadores da sociedade civil e da sociedade política” (SOUZA, 1978, p. 29). E conclui dizendo:

A fonte de um trabalho intelectual que pretende estar a serviço das novas classes populares emergentes devem ser todas estas experiências que estão surgindo [as CEBs] [...] Faz-se necessário escutar o “clamor do povo”,

traduzi-lo, descobrir-lhe os elementos fundamentais e encaminhá-lo numa direção fecunda. É a única maneira de manter a fidelidade aos verdadeiros agentes do processo histórico que nasce. (SOUZA, 1978, p. 38).

A análise de Gómez de Souza indica que é o povo que diz aos intelectuais, e não estes que apontam a direção, como faziam os associados ao nacional-popular, aqueles aos quais estavam vinculados Ênio Silveira, Moacyr Félix e muitos que orbitavam a *Encontros* e o “grupo Civilização”⁹.

As expressões sobre a intelectualidade da *Encontros* com a *Civilização Brasileira*

Mesmo apresentando os debates da ordem daqueles dias sobre o novo intelectual e a opacidade do intelectual vanguardista orientador das massas, vozes da *Civilização Brasileira* também ecoaram confirmando o editorial do primeiro volume, cujo objetivo de “discordar de ‘valores eternos’ [e] ‘verdades indiscutíveis’” (SILVEIRA, 1978, p. 8).

Uma das vozes que dissertou sobre a figura do intelectual e fez coro às posições vanguardistas de seus editores foi Nelson Werneck Sodré, historicamente ligado ao ISEB e ao PCB, com o ensaio “Posição e responsabilidade dos intelectuais” no volume 18, originalmente escrito para o número 23 da RCB, que não saiu por conta do fechamento da revista no número 22 após o AI-5. Temos aqui, portanto, uma perspectiva congelada no tempo, o que Sodré pensava sobre a figura do intelectual naquele ano. Moacyr Félix e Ênio Silveira consideraram o ensaio ainda pertinente à contribuição do debate, a reforçar os marcos da década de 1960 da argumentação dos editores na *Encontros*.

A compreensão da figura do intelectual já se diferencia em seu fundamento dos textos do tópico anterior, Sodré não partiu da concepção gramsciana em que cada classe possui seu intelectual, para ele

[...] a diferença entre o trabalho físico e o trabalho intelectual existe desde que existe a sociedade dividida em classes, e persiste por algum tempo, mesmo depois de surgir a sociedade socialista: o trabalho intelectual é próprio de uma classe, o trabalho físico é próprio de outra. É mais do que sabido, por exemplo, que a denominação de liberais, dada a atividades peculiares aos intelectuais e às suas profissões, esteve, na origem, ligada

⁹ Ver: Vieira (1998).

à condição concreta: à condição de homens livres, isto é, não sujeitos à servidão. (SODRÉ, 1979, p. 100).

Em certa altura, o autor, ao debater a formação do mercado de bens culturais e a “invasão” da indústria cultural no Brasil, embora sem usar exatamente esse aparato teórico, forneceu pistas sobre a posição criticada nos textos acima. Sobre o mercado da música queixa-se que pouco fala sobre o que “é imposto ao gosto do público” como “gosto público”, “cultivada por um aparelho publicitário gigantesco, capaz de fazer crer que o branco é negro” (SODRÉ, 1979, p. 106).

Embora a acusação fosse direcionada à indústria cultural, crítica compartilhada pela esquerda católica e não pecebista, poderíamos identificar uma subestimação e categorização por parte de Sodré do que seria o gosto do público; sobre esse dirigismo intelectual que recaiu sobre a crítica dos novos intelectuais que não compartilhavam do aparato pecebista.

Por outro lado, o autor destacou que à intelectualidade não era inerente uma boa posição política. Ele conferiu maiores possibilidades às “pessoas pouco ilustradas” que “podem ter compreensão política superior à de pessoas muito ilustradas [...] Um operário pode ter – tem, com frequência – posições políticas mais justas, mais lúcidas, qualitativamente superiores às de um intelectual, de um escritor, de um político.” (SODRÉ, 1979, p. 112).

Como o artigo foi escrito em 1967, talvez o auge da relativa “hegemonia cultural de esquerda” (SCHWARZ, 1978), Sodré mencionou ser “fácil constatar, por outro lado, que o pensamento válido, em nosso País, é o pensamento de esquerda, em todos os campos da arte” e citou os campos de atuação no universo cultural dominados pela esquerda, fato duvidoso em dezembro de 1979 em decorrência da indústria cultural. Destacou também a superioridade moral em assumir tal posição.

O predomínio absoluto e indisfarçável do pensamento de esquerda não significa que os indivíduos são melhores por serem de esquerda; melhor, na verdade, é o que eles defendem, e mais fascinante, e mais belo, e mais fecundo, e mais alto e mais progressista e avançado. Por isso é que tal pensamento é válido e o seu antípoda não é, é desmoralizado, é superado, é limitado. (SODRÉ, 1979, p. 116).

Na sequência da citação é que a marca pertinente aos intelectuais pecebistas que viam no intelectual figura de destaque no processo histórico se revela.

Como a pequena burguesia particularmente a urbana, e, nela, determinados grupos, como o dos intelectuais, e dos artistas e escritores, particularizando ainda mais, representa força importante no processo histórico brasileiro, na etapa atual, com papel de relevo, estes tendem naturalmente para a esquerda [...] de sorte que o comum passou a ser a participação do artista na política, enquanto indivíduo. (SODRÉ, 1979, p. 116)

Nas conclusões o autor indicou um compromisso histórico do intelectual para com o país a partir de sua atuação política. Sobre a arte e os artistas, disse que um dos seus objetivos é a representação da verdade, o que ultrapassa a literalidade da realidade, pois a verdade além de ser concreta, pode ser revolucionária. Naquele 1967, Sodré (1979, p. 119) afirmou: “basta ser o artista honesto na representação da realidade para [...] assumir posição revolucionária”.

Sim, os intelectuais cumpriram o seu dever; os artistas, os escritores nisso incluídos. Nos dias tenebrosos de 1964 e de 1965, artistas e estudantes ficaram, praticamente, isolados, lançando os seus protestos, contra todos os desmandos. Deram provas de consciência, de coragem e até de organização. (SODRÉ, 1979, p. 122).

Portanto, além de os intelectuais serem a consciência da realidade e refletirem e intervirem “com o sentido profético que as criações artísticas às vezes contêm”, Sodré apontou, ainda que numa análise preliminar, como o intelectual brasileiro dos anos 1960 cumpriu um papel histórico ao entoar contra o regime de maneira isolada, isto é, enquanto outras categorias – ou classes, seguindo a definição de intelectual do autor – não deram a mesma “prova de consciência”.

O volume 12, publicado em junho de 1979, trouxe um dossiê sobre o intelectual: “Oito enfoques sobre o papel da intelectualidade”; com ele evidenciava-se em certa medida a posição da revista sobre o tema. Mesmo com opiniões críticas aos intelectuais vinculados ao nacional-popular e até contraditórias na percepção entre elas, não é destacado em momento algum o novo perfil de intelectual que emergiria nos anos 1980. Logo, nas 75 páginas do dossiê, temas como basismo, classismo, pedagogia do oprimido, papel da Igreja não são nem abordados. O intelectual ligado à cultura, à ciência e à universidade sim. E mesmo com as contradições, as críticas do novo intelectual sobre o intelectual vanguardista não foram evidenciadas.

Outro ponto que se destaca para compreender que o dossiê é uma posição editorial da revista sobre o intelectual – e com isso não queremos dizer a sua

definição ou mesmo o seu papel na sociedade, mas os termos em que o debate deveria ser colocado – é a data de dois textos em particular: o terceiro: “Dilema político dos intelectuais”, de Manoel Maldonado Denis em que após a minibiografia do autor segue a nota: “Este texto é parte de uma conferência pronunciada em 1961. ECB ora o republica no Brasil por considerá-lo ainda atual em vários aspectos e por tratar de um tema que sempre estará presente em suas coleções: a função e a responsabilidade dos intelectuais.”

Nesse ensaio o autor destacou o lugar privilegiado do intelectual, pois “Enquanto os outros rendem culto ao deus Mammon, ou se inclinam ante os deuses do poder e da dominação, o intelectual procura, mediante a ‘chamada’ que se lhe apresentou, o caminho sempre acidentado, e até labiríntico, da verdade” (DENIS, 1979, p. 194). Em sua perspectiva é correto enaltecer essa posição do intelectual, devido à sua “aguda inteligência”, por isso e pela busca à verdade, ele “é o porta-voz dos conquistados, dos derrotados, dos ‘humilhados e ofendidos’. A sua missão, pela sua própria natureza radical, é a de revelar, mostrando, em toda a sua crueza, tudo o que há de falso, de injusto, de opressivo, na ordem social em que vive” (DENIS, 1979, p. 201).

Assim como, o quarto texto também foi originalmente escrito na década de 1960, embora sem uma data precisa foi indicado que se trata do fim, “O conto na Revolução”, do escritor argentino Júlio Cortázar, cuja nota mencionava: “Conferência pronunciada em Havana, há mais de dez anos atrás [sic]. As palavras de Cortázar guardam atualidade e servem como um dos pontos de partida para o exame e a discussão do fazer literário e seus alcances”.

Cortázar teceu críticas ao escritor que busca escrever sobre a revolução, ou revolucionariamente, a partir de seus termos, o que Sodré no texto acima chamou de “representação naturalística” (SODRÉ, 1979, p. 119).

Creio que o escritor revolucionário é aquele em que se fusionam indissoluvelmente a consciência de seu livre compromisso individual e coletivo, com essa outra soberana liberdade cultural que confere o domínio pleno de seu ofício. Se esse escritor, responsável e lúcido, decide escrever literatura fantástica, psicológica, ou voltada para o passado, seu ato é um ato de liberdade dentro da revolução, por isso é também um ato revolucionário, embora seus contos não se ocupem das formas individuais ou coletivas que a revolução adota. (CORTÁZAR, 1979, p. 210-211).

Moacyr Félix, nos editoriais da revista, debateu constantemente sobre engajamento, submissão da estética ante a ética e qual era o papel que o escritor

devia se prezar. Logo há entre as posições de Cortázar e os outros textos do dossiê uma consonância com as defendidas pelos editores, o que aponta para um descompasso com as críticas realizadas à intelectualidade vanguardista.

Muitos debates foram realizados nos anos 1960 e 1970 no Brasil já com críticas sobre artistas que se submetiam à direção pecebista, o que se acirrou nos anos 1980, sobretudo quando o partido e a cultura de esquerda oriunda dos CPCs entraram em declínio e passaram a concorrer com outras formas de expressão artística, que ganhavam cada vez mais destaque e se cimentavam como a cultura que seria dominante, fazendo do PCB e sua política cultural um resíduo com marcas na indústria de entretenimento.

Em nome de uma sofisticação artística, Cortázar afirmou:

[...] contrariamente ao critério estrito de muitos que confundem literatura com pedagogia, literatura com ensino, literatura com doutrinação ideológica, um escritor revolucionário tem todo o direito de dirigir-se a um leitor muito mais complexo, muito mais exigente em matéria espiritual do que imaginam escritores e os críticos improvisados pelas circunstâncias e convencidos de que seu mundo pessoal é o único mundo existente, de que as preocupações do momento são as únicas preocupações válidas. (CORTÁZAR, 1979, p. 211).

E concluiu com uma crítica aos que defendiam a “arte popular”: “o interesse apaixonado que despertam muitos contos e romances nada simples nem acessíveis, deveria fazer suspeitar aos partidários do mal chamado ‘arte popular’ que sua noção de povo é parcial, injusta e, em última análise, perigosa” (CORTÁZAR, 1979, p. 212).

O primeiro artigo do dossiê, “O compromisso social do escritor”, assinado pelo jornalista Luiz Fernando Emediato e o sociólogo peruano Rúben Elias, apesar de tecer críticas a algumas percepções da cultura nacional popular com foco em Ferreira Gullar e o livro *Vanguarda e subdesenvolvimento*, procurava de forma propositiva, ou seja, diferentemente do criticismo do intelectual da década de 1980, encontrar uma forma de expressão da cultura nacional popular, sua literatura e política, que “só conseguirão expressar-se cabalmente se conseguirem entender a complexidade da realidade presente a partir da indagação de suas probabilidades, através da superação de suas antigas determinações.” (EMEDIATO; ELIAS, 1979, p. 179).

Para a nossa discussão não cabe detalhar todos os artigos, mas gostaríamos, para finalizar, discutir o sétimo: “Os bobos da corte estão levitando”, de Sérgio

Augusto, que apontou algumas contradições dos intelectuais e suas atuações na indústria cultural, particularmente a partir da figura do crítico e do criticado (artistas).

O autor recordou um fato ocorrido meses antes da publicação do texto, em que Caetano Veloso qualificou de “canalha comunista” os críticos que “monopolizam” as seções nos jornais e “obedecem a dois senhores: o dono da empresa e o chefe do partido (leia-se Partido Comunista)” (AUGUSTO, 1979, p. 234). Demonstrando que a “hegemonia de esquerda” apesar de ser constantemente esvaziada pela indústria cultural e pela ditadura militar ao longo dos anos 1970 ainda continuava a reverberar entre aqueles que a constituíram. A frase de Caetano foi dita no contexto da polêmica das “patrulhas ideológicas”, lançada por Cacá Diegues.

Sérgio Augusto afirmou que a imprensa conservadora nunca havia adulado tanto Caetano Veloso quanto no final dos anos 1970. “Dá para desconfiar” (AUGUSTO, 1979, p. 234). “Nos dias correntes, a maneira mais fácil de se angariar espaço permanente nos mais vetustos jornais do país não é ser um grande autor, mas um autor disposto a endossar-lhes a paranoia de que as esquerdas constituem sério obstáculo para a redemocratização do Brasil.” (AUGUSTO, 1979, p. 235).

O autor concluiu seu texto dizendo: “O essencial na capciosa polêmica das patrulhas não é bem saber quem é quem, e sim de que lado estão as forças dominantes, se dos patrulheiros ou dos patrulhados. Pois são elas, em suma, que decidem a questão.” (AUGUSTO, 1979, p. 240-241).

O termo “patrulha ideológica” foi cunhado por Cacá Diegues em entrevista ao *Estadão* após ser acusado de alienado e racista com os filmes *Xica da Silva* (1975) e *Chuvas de Verão* (1978), pois já não reproduziam o padrão de engajamento típico do Cinema Novo, segundo os patrulheiros. Mais do que uma simples polêmica, Napolitano (2017, p. 240) aponta para “um sintoma da crise maior que marcou o fim de um ciclo de engajamento artístico que se iniciou no final dos anos 1950”, ou seja, o nacional-popular.

Como expressão da intelectualidade, o nacional-popular é resultado de um longo processo histórico que combinou características distintas e que consolidou a relação entre arte e política, Napolitano (2017, p. 240-241) cita a “tentativa de articular a expressão estética nacional-popular e as premissas do modernismo”; em termos políticos, o autor fala na “tensão entre o dirigismo partidário e a busca de liberdade de expressão e criação”.

O debate sobre as patrulhas tornou-se então a chance de os liberais e conservadores “isolar e neutralizar a influência de esquerda como um todo,

mas, sobretudo, a hegemonia cultural de esquerda comunista” (NAPOLITANO, 2017, p. 258), fato percebido no calor dos acontecimentos por Sérgio Augusto que acusou em seu ensaio na *Encontros* vários intelectuais de surfarem a onda do mercado: “Num país incrivelmente rico em analfabetos e miseráveis como o nosso, qualquer um que viva de escrever e publicar o que escreve é um elitista, inclusive Jorge Amado, que por sinal possui um padrão de vida superior à quase totalidade dos críticos” (AUGUSTO, 1979, p. 238). Conforme Napolitano (2017, p. 259-260),

[...] o artista de esquerda não poderia mais supor que a ‘a ida ao mercado’ era uma estratégia sem consequências políticas, veículo neutro para expor suas ideias a um público mais amplo [...] Cada vez mais, a indústria da cultura exigia fórmulas estéticas voltadas para o consumo cultural ligado ao entretenimento, o que nem sempre se harmonizava com as exigências políticas em torno da arte engajada. [...] como seria possível uma arte engajada mediada pela lógica do consumo cultural industrializado?

A resistência cultural que outrora uniu artistas e intelectuais de esquerda, em seu processo de redemocratização, revelou um clima de “confusão ideológica e divisionismo”. As discordâncias eram diametralmente sintetizadas entre patrulheiros e patrulhados, “revelando a fragilidade do debate e os dilemas da vida cultural, que eram veículos, por sua vez, dos dilemas da vida política em tempos de ‘abertura’” (NAPOLITANO, 2017, p. 260).

Considerações finais

A pluralidade intelectual da revista, que congregou já no primeiro volume nomes como Darcy Ribeiro, Ecléa Bosi, Eric Hobsbawm e Octavio Ianni, não conseguiu se traduzir num frentismo cultural e/ou democrático aglutinador de ideias e propostas teóricas de intervenção, a não ser pelo fato de estarem reunidas numa mesma publicação, o que não implica em frentismo. Os rompimentos e afastamentos no seio da própria esquerda aconteciam simultaneamente à tentativa de Ênio Silveira e Moacyr Félix promoverem debates não-sectaristas.

Entendemos que naquele momento, na passagem dos anos 1970 para os 1980, o problema do não-sectarismo foi interpretado equivocadamente por Ênio e Félix, que ainda traziam os resíduos pecebistas – inclusive anteriores ao golpe de 1964.

O sectarismo rejeitado pelos editores deveria ter sido interpretado sob nova chave. Em vez de estar associado aos comunistas dogmáticos, como Ênio e Félix entendiam, nos anos 1980, ele estava entre os intelectuais que recusavam qualquer tipo de vanguarda e viam apenas nos movimentos operários a alternativa social e sociologicamente válida. Em outras palavras, para esses grupos o que não era movimento de base era um equívoco interpretativo, um dirigismo intelectual.

Em que pese aos comunistas acusações de dirigismo, vanguardismo e distanciamento das massas, o PCB não estava desatento em relação aos acontecimentos do final da década de 1970 e não foi pego de surpresa quando eclodiu o movimento grevista em maio de 1978.

O editorial da *VO*¹⁰ de setembro de 77, por exemplo, já afirmava com firmeza: “a batalha pelo futuro já está em pleno curso. Para que ela seja travada com êxito, a classe operária [...] precisa – como já o vem fazendo – definir autonomamente [...] seu programa”. Em dezembro, o CC também já havia detectado que “o movimento sindical dá passos importantes em direção à conquista do direito de participar plenamente da vida pública brasileira.” (LIMA, 1995, p. 239).

Se, por um lado, Ênio Silveira e Moacyr Félix foram bem-sucedidos na blindagem do sectarismo comunista dos anos 1960 com a RCB, por outro, a difusão dos debates humanistas em favor da democracia tornou-se uma colcha de retalhos polifônica e polissêmica na *Encontros*, em que não foi possível capitanear a “estrutura de sentimento” (WILLIAMS, 1979) capaz de aglutinar todos os grupos.

O frentismo pecebista em ruína com a emergência do PT foi uma das expressões políticas da ruína editorial da *Encontros*. Em vez de formar uma “rede de sociabilidades” (SIRINELLI, 2003) ou uma “formação cultural” (WILLIAMS, 2000), a revista publicou fragmentos de várias vozes que disputavam a emergência de um projeto de Brasil em tempos de redemocratização. E os seus editores entraram na “batalha” com argumentos dos anos 1960, embora sem o sectarismo e tolhimento de novas vertentes intelectuais.

¹⁰ Voz Operária.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, S. Os bobos da corte estão levitando. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, jun. 1979.
- BETTO, F. A educação nas classes populares. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.13, jul. 1979.
- CERQUEIRA FILHO, G. O intelectual e os setores populares. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 24, jun. 1980.
- CORTÁZAR, J. O conto na revolução. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, jun. 1979.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DENIS, M. M. Dilema político dos intelectuais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, jun. 1979.
- EMEDIATO, L. F.; ELIAS, R. O compromisso do escritor (questões gerais). **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, jun. 1979.
- FERNANDES, F. Tarefa dos intelectuais na revolução democrática. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, ago. 1979.
- LIMA, H. G. **O ocaso do comunismo democrático**: o PCB na última legalidade (1964-84). 1995. p. 499. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- NAPOLITANO, M. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964- 1985). São Paulo: Intermeios, 2017.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- RIDENTI, M. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SILVEIRA, E. Por quê e Para quê. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.1, jul. 1978.
- SIRINELLI, J. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, R. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003. p. 231-269.

SODRÉ, N. W. Posição e responsabilidade dos intelectuais. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.18, dez. 1979.

SOUZA, L. A. G. O intelectual orgânico: a serviço do sistema ou das classes populares. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v.3, set. 1978.

VIEIRA, L. R. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a editora *Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Recebido em: 30 de novembro de 2021.

Aprovado em: 20 de abril de 2022.

COLONIALIDADE DO PODER E PRECARIEDADE GOVERNAMENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTADO BRASILEIRO À LUZ DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO

Ana Julieta Teodoro CLEAVER¹

RESUMO: O trabalho doméstico remunerado é um fato social total no Brasil cuja omnipresença é pouco discutida teórica e analiticamente a partir de sua relação com o Estado brasileiro. Ao articular a perspectiva da colonialidade do poder e da precariedade governamental, o presente artigo busca discutir justamente, desde uma perspectiva teórica, informada pela crítica decolonial e do feminismo negro, o lugar do trabalho doméstico remunerado, com suas dimensões raciais, de classe e de gênero, na sua relação com o Estado. Se analisará, em um primeiro momento, a relação entre a colonialidade do poder e o trabalho doméstico remunerado no Brasil. Em seguida, será abordada a precariedade governamental como governamentalidade da colonialidade do poder e suas consequências para a categoria socioprofissional, em especial durante a pandemia de Covid-19. Por fim, será apresentado o tensionamento entre o “avanço rumo ao passado”, diante do agravamento das condições sociais, e o “retorno do futuro”, graças às mobilizações e projetos emancipatórios.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Doméstico Remunerado; Interseccionalidade; Governamentalidade; Colonialidade do Poder; Decolonialidade.

COLONIALITY OF POWER AND GOVERNMENTAL PRECARIETY: THE BRAZILIAN STATE THROUGH THE LENSES OF PAID DOMESTIC WORK

ABSTRACT: *In the Brazilian context, paid domestic work is a total social fact, which omnipresence is barely discussed in theoretical and analytical terms, in special in its*

¹ Université Paris Cité, Paris – França. Doutoranda em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6619-3990>. teodorocleaver@gmail.com.

relationship with the Brazilian State. This article articulates the perspective of the coloniality of power to the one of governmental precarity, and it debates the role of paid domestic work, including its racial, class and gender aspects, from a theoretical perspective, informed by the decolonial and the black feminism critique, in its relationship with the Brazilian State. First, I will explore the relationship between the coloniality of power and the paid domestic work. Then, I will address the governmental precarity as the governmentality of the coloniality of power, as well as its consequences for the category, particularly during the Covid-19 pandemic. Finally, I will present the tension between the “progress towards the past”, considering that the social conditions have been made worsened, and the “return to the future”, thanks to mobilizations and emancipatory projects. Organized domestic workers have been fighting for decades to expand their rights and guarantee their dignity. In this way, they manage to open decolonial gaps in the social dynamics of the category overexploitation historically established in Brazil.

KEYWORDS: *Paid Domestic Work; Intersectionality; Governmentality; Coloniality of Power; Decoloniality.*

Introdução

A série de desenho animado brasileiro *Irmão do Jorel* encena, como tantas outras séries do mesmo estilo, uma sátira da família, com uma dose de nostalgia da inocência das aventuras infantis. Chama a atenção, nesta representação da família brasileira, o fato de que a trabalhadora doméstica seja um polvo: amorfa, sem voz, sem nome e com oito braços para fazer prestamente tudo aquilo que dela se solicita². Esta representação é apenas uma entre tantas na indústria brasileira do entretenimento. De representações em *blackface* em programas *humorísticos* a belas e talentosas *empreguetes* que viram celebridades ao formarem uma *girlband*, as trabalhadoras domésticas permeiam o imaginário social brasileiro.

Para além do imaginário e da indústria cultural, o trabalho doméstico remunerado é a realidade cotidiana na vida daquelas que atuam profissionalmente no setor e, também, nas milhões de famílias que as empregam. De fato, segundo os dados referentes ao quarto trimestre de 2021 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua do IBGE, o trabalho doméstico remunerado é ocupação de mais de 5 milhões de mulheres brasileiras, ou seja, mais de 13% das mulheres

² Veja, a título de exemplo, o episódio 17 “Uma Odisseia no Espaço Recreativo”, da primeira temporada do desenho. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=IjifoMkAObU. Acesso em: 28 nov. 2021.

ocupadas no Brasil. Trata-se de uma ocupação fortemente marcada pela divisão sexual e racial do trabalho: as mulheres correspondem a mais de 92% das pessoas empregadas nesta categoria socioprofissional e as mulheres negras são quase 65% das mulheres trabalhadoras domésticas³ (FILLETI; GORAYEB, 2022).

Com efeito, o trabalho doméstico remunerado no Brasil é um fato social total: presente em todas as regiões, interconecta as classes médias e altas da sociedade com as classes populares, e muitas vezes estas entre si. Como fato social total, o trabalho doméstico remunerado também articula e mobiliza os marcadores sociais de raça, classe e gênero, de forma a espelhar a diferenciação e a hierarquia socialmente construídas no contexto brasileiro. Esta omnipresença do trabalho doméstico remunerado no Brasil é, no entanto, pouco discutida teórica e analiticamente a partir de sua relação com o Estado. Nesse sentido, parece haver um “silêncio virtual” da literatura sobre a teoria do Estado acerca das “dimensões raciais do Estado moderno” segundo o teórico da crítica racial David Theo Goldberg (ALMEIDA, 2020, p. 87). Ao articular a perspectiva da colonialidade do poder e da precariedade governamental, o presente artigo busca discutir justamente o lugar do trabalho doméstico remunerado, com suas dimensões raciais, de classe e de gênero, na sua relação com o Estado brasileiro desde uma perspectiva teórica, informada pela crítica decolonial e do feminismo negro.

Será discutida, em um primeiro momento, a relação entre a colonialidade do poder e o trabalho doméstico remunerado no Brasil. Em seguida, será abordada a precariedade governamental como governamentalidade da colonialidade do poder e suas consequências para a categoria socioprofissional das trabalhadoras domésticas, em especial durante a pandemia de Covid-19. Por fim, em guisa de conclusão, será apresentado o tensionamento entre o *avanço rumo ao passado*, diante do agravamento das condições sociais vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas, e o *retorno do futuro*, graças às mobilizações e projetos emancipatórios. Nesse tocante, há que se destacar a histórica mobilização e luta por direitos das trabalhadoras domésticas organizadas, que sempre lograram abrir brechas decoloniais na dinâmica de superexploração e opressão por elas vivida (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Colonialidade do poder e o trabalho doméstico remunerado no Brasil

A compilação de relatos publicada por Preta-Rara (2019) dá voz à experiência vivida por trabalhadoras domésticas brasileiras de uma forma pela qual

³ Considerando a prevalência das mulheres nesta categoria socioprofissional, orientarei a análise para as mulheres trabalhadoras domésticas e, portanto, me referirei a elas sempre no feminino.

que a frieza das estatísticas oficiais jamais daria conta. Com efeito, a partir de um depoimento em uma rede social sobre sua experiência como trabalhadora doméstica e sua luta por emancipação, Preta-Rara fez um convite para que fossem compartilhadas experiências de outras pessoas. Milhares de pessoas responderam ao chamado. Diante do engajamento e da mobilização em torno das postagens, assumindo a relevância de seu posicionamento político, Preta-Rara organizou a publicação de 289 destes relatos com o intuito de que “a leitura desse livro gere incômodo *nx* leitorxs, porque eu acredito que através do incômodo nós conseguimos mudar aos poucos essa antiga narrativa, que é de uma escravidão não conclusa” (PRETA-RARA, 2019)⁴. Trata-se de uma efetiva iniciativa de produção de conhecimento organizada *desde dentro*, bastante convergente com as perspectivas e práticas da crítica decolonial e do feminismo negro, portanto. A simultânea diversidade e recorrência das situações relatadas fazem com que a publicação seja um rico *corpus* para a reflexão e análise sobre a temática.

Os relatos publicados foram analisados e indexados a fim de melhor apresentar a realidade das trabalhadoras domésticas presente neste *corpus*. Assim, do universo de 289 relatos publicados, foram considerados 286, pois três estão repetidos. Destaca-se que a quase totalidade dos relatos foi feita por mulheres, sejam elas as próprias trabalhadoras, filhas ou netas de trabalhadoras domésticas, ou empregadoras. Quase a metade (49%) corresponde a relatos de descendentes narrando a experiência de suas mães e avós. Esta ênfase ocorre, provavelmente, pelo fato de terem sido publicados inicialmente por escrito em uma rede social, marcando o caráter geracional do meio de comunicação. Os relatos em primeira pessoa correspondem a 38% e os relatos de empregadoras somam 9%. O trabalho infantil é uma realidade presente neste universo, pois 30% dos relatos indicam que a trabalhadora começou ainda criança (13%) ou adolescente (17%) a trabalhar. Ademais, 13% dos relatos informam que crianças (filhas e netas, principalmente) acompanhavam as trabalhadoras em suas atividades profissionais, ajudando-as no trabalho, muitas vezes. Outro aspecto digno de nota é a menção ao fenômeno de migração interna no Brasil: 13% das depoentes informam terem “saído dos interiores”.

Além disso, os depoimentos publicados trazem uma realidade na qual diversos tipos de violências, práticas opressoras e superexploração são recorrentes. De fato, apenas 12% dos depoimentos relatam experiências positivas de trabalho e na relação com as/os empregadoras/es. Mais de 60% dos relatos mencionam humilhações e abusos psicológicos sofridos. O controle do acesso à comida pare-

⁴ Esta citação está localizada na “Apresentação” do livro, que não está numerada, por isso a página não foi indicada na referência.

ce ser uma prática particularmente presente nas relações hierarquizadas entre trabalhadoras e empregadoras/es, pois 36% dos relatos informam sobre algum tipo de restrição na alimentação da trabalhadora – não poder comer a mesma comida que as/os empregadoras/es, poder comer apenas após as/os empregadoras/es terem se alimentado, ter que comer os restos do dia anterior, entre outros.

A “elasticidade” dos termos do contrato em benefício das/os empregadoras/es, sem resultar no ajuste da remuneração, foi comentada em 32% dos depoimentos: contrata-se uma pessoa para determinadas atividades e, logo, se pede que realize outras tantas; ou, ainda, contrata-se a pessoa para que trabalhe x horas e, pela carga de trabalho, se exige que ela saia apenas quando terminar, sem acréscimo na remuneração, sendo que isso resulta em uma jornada de x + y horas, por exemplo. A suspeição, acusações infundadas de roubo e ameaças de denúncias caluniosas foram mencionadas em 17% dos relatos.

A limitação dos espaços de circulação das trabalhadoras no domicílio das/os empregadoras/es, *da cozinha para fora*, está presente em 14% dos relatos, realidade bem traduzida por Preta-Rara ao afirmar que o quatinho da empregada é a senzala moderna. Também 14% dos relatos trazem algum tipo de violência sexual (assédio, abuso ou estupro) sofrido pela trabalhadora. Considerando a dificuldade de se relatar publicamente tamanho trauma, é muito provável que outras depoentes também tenham passado por situações semelhantes de violência. O racismo é explicitado em 11% dos relatos. Também 11% dos relatos destacam problemas de saúde (física e mental) decorrentes do trabalho. Além disso, 10% dos depoimentos informam situações de risco às quais as trabalhadoras foram expostas pelas/os empregadoras/es, como ter que comer comida estragada, limpar janelas em edifícios sem proteção alguma ou, ainda, a indução ao aborto quando a trabalhadora estava grávida, à sua revelia. Ademais, os relatos trazem situações de cárcere privado, agressão física ou ameaça, fome e cansaço extremo, além de dois relatos explícitos de tráfico de pessoas.

Em que pesem as opressões e violências vividas, a agência das trabalhadoras também está presente nos relatos compilados por Preta-Rara. A resistência que emerge deste *corpus* é, no entanto, vivida individual e cotidianamente, como é a própria atuação profissional da categoria. A despeito dos árduos esforços das trabalhadoras domésticas organizadas e de suas lideranças desde a atuação pioneira de Dona Laudelina de Campos Melo ainda nos anos 1930, ressaltam-se os desafios vividos pelas trabalhadoras da categoria para se organizarem coletivamente (BERNARDINO-COSTA, 2015). Assim, apenas 4% dos relatos indicaram formalização da relação de trabalho e 3% se referiram à judicialização como caminho para o cumprimento dos direitos adquiridos pelas trabalhadoras.

Somente dois relatos apontaram para a inserção da trabalhadora em organizações ativistas: o da própria Preta-Rara e o de uma integrante da UNEGRO – União de Negras e Negros pela Igualdade, organização vinculada ao Partido Comunista do Brasil. Nenhum relato mencionou a sindicalização da trabalhadora.

Paralelamente, 27% dos depoimentos informaram que a educação foi o caminho para o rompimento da hereditariedade do trabalho doméstico, indicando a importância das políticas de ampliação do acesso à educação nos anos de governos progressistas. Na relação direta com as/os empregadoras/es, 20% das narrativas informam terem reagido e dado um limite de alguma forma a uma situação abusiva. Uma saída comum quando as trabalhadoras são levadas ao limite é, pura e simplesmente, “nunca mais voltar naquele lugar”. A busca por romper a hereditariedade do trabalho doméstico também está presente nos relatos, quando cerca de 6% deles trazem os esforços sacrificiais das mais velhas para que suas descendentes não “precisassem trabalhar na casa dos outros”, passando por tudo aquilo que tiveram que passar. De toda sorte, nota-se que a iniciativa de ruptura com o ciclo de violências, subordinação e superexploração prevalece de forma individual, resultante quando muito de uma estratégia familiar.

Cumprido destacar que a ausência do poder público na regulação e na fiscalização das condições de realização do trabalho doméstico remunerado abre os caminhos para o isolamento intramuros das trabalhadoras, para a sua recorrente subordinação, superexploração e vulnerabilização, e para a constante violação de seus direitos. Com efeito, as opressões estruturais presentes na sociedade brasileira, como o racismo, sexismo e classismo, interseccionam-se, sobrepondo-se e se articulando, no exercício profissional desta categoria socioprofissional de forma patente. Ora, cabe aqui trazer a perspectiva da colonialidade do poder, mobilizada por Aníbal Quijano (2003) para se referir ao modelo conformado pela globalização, resultante do processo de formação das Américas e do capitalismo colonial/moderno. Segundo o autor, um dos eixos fundamentais desse modelo de poder é a classificação social da população mundial em termos raciais. Se esse eixo se estruturou durante o período colonial, ele sobrevive ao colonialismo que lhe deu origem. Esta permanência é o elemento de colonialidade do modelo de poder contemporâneo. Nesse contexto, o autor aponta para o fato de que os papéis e lugares na estrutura global de trabalho se organizam com base nos marcadores de raça, associando e reforçando mútua e estruturalmente a divisão do trabalho e a classificação racial, sistematizando a divisão racial do trabalho.

Quijano ressalta o processo pelo qual os grupos dominantes do continente americano buscaram evitar a descolonização de suas sociedades enquanto lutavam pela constituição de Estados independentes. Dessa dinâmica, formaram-se

Estados independentes e sociedades coloniais, onde a colonialidade do poder foi adequada às novas bases institucionais. O autor aponta, assim, para o problema do Estado-nação nas Américas ao referir-se à dificuldade de se reconhecer a verdadeira cidadania da população de origem africana em países como o Brasil, dadas a discriminação e a dominação colonial sobre a população negra. Com efeito, como coloca o autor, a dominação é um requisito para a exploração, sendo a hierarquização racial o seu instrumento de dominação mais eficaz. Daí que o marcador social de raça sirva como classificador universal do modelo atual de poder capitalista operante nos Estados nacionais/coloniais.

Assim, os segmentos populacionais racializados são objeto de dominação, administração e produção de conhecimento que os situa em uma distância controlada e controladora, resultando em uma subjetividade própria da colonialidade do poder (SEGATO, 2021). Como destacado por Lélia Gonzalez (2018), as trabalhadoras domésticas sofrem um processo de internalização da diferença, da subordinação e da *inferioridade* que lhe são atribuídas. Esse processo é reconhecido e denominado de diversas formas pelas feministas negras: é o não-ser, sendo (PIEIDADE, 2017), a irmã *outsider* (LORDE, 2019) e a *outsider* interna (COLLINS, 2019), ou seja, como define bell hooks, “estar na margem é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal” (HOOKS, 2019, p. 23). Da mesma forma, há uma “centralidade ex-centrada” do trabalho doméstico remunerado na sociedade brasileira. Nos termos de Rita Segato (2021), em uma leitura lacaniana, a forclusão da babá é igualmente a forclusão do trabalho de reprodução e da negritude⁵.

Ora, as divisões sexual e racial do trabalho doméstico remunerado, sua continuidade histórica com práticas do período colonial e da escravização africana, e a subalternização das trabalhadoras domésticas ressaltam a relação entre esta atividade econômica e a colonialidade do poder. Segato (2021), em uma perspectiva braudeliana, aponta para o fato de a maternidade transferida ser uma prática de *longa duração*, presente desde os primórdios coloniais até a onnipresença da atualidade. Na mesma tônica, Collins (2019) destaca que a participação das mulheres escravizadas na organização social capitalista as transformou em unidades de trabalho economicamente exploradas, sem peso político, sendo que a circunscrição das mulheres negras estadunidenses nos trabalhos doméstico e agrícola as marcou como “mulas do mundo”, em uma referência à reflexão de Nanny, personagem em Zora Neale Hurston em *Seus olhos viam Deus*. Preta-Rara

⁵ Se neste momento, é enfatizada a divisão racial do trabalho como eixo estruturante da colonialidade do poder, a antropóloga argentina tem absoluta razão em articulá-la com o trabalho reprodutivo. Essa discussão será desenvolvida mais detidamente na segunda parte deste artigo.

(2019) também destaca essa continuidade histórica ao afirmar que “a senzala moderna é o quartinho de empregada” no subtítulo de seu livro. Da mesma forma, diversos dos relatos compilados falam das *sinhás*, quando se referem às empregadoras, em uma clara conotação colonial.

Gonzalez (2018), por sua vez, destaca que é necessário se deter sobre o processo de escravização no Brasil para se melhor compreender o lugar da mulher negra na sociedade brasileira. A autora resume, desta forma, o papel histórico da mucama:

[...] cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre ‘*livre*’ das sinhazinhas. E isto sem contar com as investidas sexuais do senhor branco [...]. Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos, etc., quase mortos de fome e cansaço. (GONZALEZ, 2018, p. 39, grifos da autora).

O trecho acima ecoa em um dos relatos compilados por Preta-Rara, quando a narradora afirma ficar “sempre a pensar que se em mim a lembrança doi, imagino que em minha mãe e que em minha avó doa muito mais, pois de forma mesmo que alegórica, elas aceitavam a ‘chibata’ para podermos comer o pão” (PRETA-RARA, 2019, p. 68).

As práticas de longa duração perduram no tempo e são reforçadas por imagens de controle que naturalizam o lugar subalternizado das trabalhadoras domésticas, como no desenho *Irmão do Jorel*. Com efeito, as imagens de controle são estereótipos negativos atrelados ao lugar das mulheres negras na sociedade que, por serem importantes instrumentos de poder, tendem a fazer com que o racismo, o sexismo e a pobreza pareçam naturais e inevitáveis. As imagens de controle contribuem, assim, para a perpetuação das opressões interseccionadas (COLLINS, 2019). Collins identifica, no contexto estadunidense, quatro estereótipos principais, que funcionam como imagens de controle, relacionados às mulheres negras, a saber: a empregada doméstica fiel e obediente (*mammy*, no texto de Collins), a matriarca, a mãe dependente do Estado e a gostosa.

Vinte anos antes de Collins, Gonzalez (2018) apontava para o fato de que, no contexto brasileiro, a *mãe preta* integra a narrativa sobre o *romance familiar*, mecanismo fundamental para consolidar as crenças e valores do povo brasileiro.

Em seguida, em uma análise embasada na teoria da marginalidade, Gonzalez constata que a tríplice discriminação (raça, gênero e classe) vivenciada pelas mulheres negras brasileiras resulta em seu lugar na força de trabalho: a constituição de uma massa marginal crescente. Diante desta constatação, a autora conclui que “a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou das formas de superexploração e alienação a que está submetida” (GONZALEZ, 2018, p. 49). Consequentemente, a autora identifica que, no Brasil, “a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação ‘profissional’: doméstica e mulata” (GONZALEZ, 2018, p. 45).

Faz-se necessário destacar que, de acordo com Quijano (2003), nas Américas, as pessoas escravizadas foram deliberadamente categorizadas como mercadorias para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. Com isso, a colonialidade do poder estrutura a dominação por meio da superexploração do trabalho, em especial no que se refere à sua divisão racial. O processo de democratização das sociedades coloniais é, portanto, limitado e inviabilizado pela perpetuação e reprodução dos instrumentos da colonialidade do poder, como a exploração e divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2003).

O trabalho doméstico remunerado parece, com efeito, concentrar e potencializar a colonialidade do poder na sociedade brasileira, sendo simultaneamente fundamental e invisibilizado. Nesse sentido, Françoise Vergès (2020, p. 19) enuncia, no prefácio à edição brasileira de *Um Feminismo Decolonial*, que:

‘O’ proprietário do corpo invisível é uma mulher negra, cujo esgotamento é a consequência lógica histórica do extrativismo que construiu a acumulação primitiva do capital – extração de trabalho dos corpos racializados e das terras colonizadas. Essa economia do esgotamento dos corpos está historicamente ancorada na escravatura, período no qual o ventre das mulheres negras, cuja exploração é indissociável da reprodução social (como mostram tantas feministas negras), foi transformado em capital.

O trabalho de limpeza/cuidado, como discutido pela autora, corrobora com o fato de que as identidades históricas, constituídas com base na ideia de raça, foram atreladas a papéis e lugares sociais marcados pelo controle social e do trabalho, em uma contínua lógica de exploração extrativista. Reconhece-se, assim, que a colonialidade do poder, sobre a qual se funda a sociedade brasileira,

impossibilitou a descolonização da sociedade e inviabilizou a sua democratização social e política (QUIJANO, 2003). Note-se que a onnipresença do trabalho doméstico remunerado na sociedade brasileira e as precárias condições de trabalho das profissionais do setor são, ao mesmo tempo, sintoma e causa da colonialidade do poder no Brasil.

A perspectiva da colonialidade do poder dialoga com a discussão político-filosófica feita por Seyla Benhabib (2004) sobre as contradições internas do Estado-nação, no que se refere ao *direito de ter direitos*. A autora estrutura a sua reflexão sobre a apatridia, direito ao refúgio e direito ao asilo, a partir de um diálogo com Hanna Arendt, ao discutir a formulação kantiana do direito cosmopolita à acolhida. Na expressão direito de ter direitos, o uso do primeiro termo *direito* se endereça à humanidade como tal e se refere ao imperativo moral de que seja reconhecido o pertencimento a algum grupo humano. Já o uso do segundo termo se fundamenta no reconhecimento anterior, reivindicando a possibilidade de obrigações recíprocas entre aqueles que se reconhecem como pertencentes da mesma comunidade política. Refere-se ao uso jurídico-legal dos usualmente chamados direitos políticos e civis. Neste caso, o termo *direito* se organiza em um tripé: a pessoa que tem direitos; os outros com relação aos quais a obrigação de reconhecimento dos direitos cria um dever; e, a proteção desses direitos e sua aplicação por meio de um organismo legalmente constituído. Em uma síntese em termos arendtianos, o direito de ter direitos é o direito que a humanidade confere às pessoas para que se tornem membros da sociedade civil, de forma a que possam ter direitos jurídico-civis.

Assim, o direito de ter direitos apenas pode ser realizado em uma comunidade política na qual não há um julgamento sobre as características que definem as pessoas quando de seu nascimento. Neste ponto, Benhabib afirma a contradição inerente ao Estado-nação, pois este sempre portou a exclusão no interior de suas fronteiras e a agressão no seu exterior. As contradições internas do Estado no que se refere à diferenciação e à hierarquização de seus membros, como discutidas por Quijano e por Benhabib, permitem-nos colocar o trabalho doméstico remunerado no centro do debate. O lugar social das trabalhadoras domésticas, com o atravessamento dos marcadores sociais de raça, classe e gênero, constitui-se pela conformação de uma alteridade interna, por meio da qual a dominação possibilita a exploração, nos termos de Quijano, e cujo direito a ter direitos é relativizado, assim como o seu pertencimento à sociedade civil, nos termos de Benhabib.

Precariedade governamental como governamentalidade da colonialidade do poder

Examinou-se, anteriormente, desde a perspectiva da colonialidade do poder, como as trabalhadoras domésticas se constituem como uma alteridade interna no Brasil, categoria socioprofissional na qual se concentram e se potencializam a dominação e a superexploração da sociedade e do Estado coloniais/modernos. Em que pesem a pluralidade de ocupações categorizadas como trabalho doméstico e a diversidade de perfis sociodemográficos das trabalhadoras domésticas (FONTOURA; MARCOLINO, 2021), há que se destacar a histórica e persistente permanência do trabalho doméstico remunerado e de suas trabalhadoras na base da estrutura ocupacional brasileira (LIMA; PRATES, 2019). Assim, neste momento, cumpre analisar de que forma o direito a ter direitos é relativizado pelo Estado brasileiro quando se refere ao trabalho doméstico remunerado. Ou, em outros termos, como se estrutura a precariedade governamental como governamentalidade da colonialidade do poder e quais são as consequências para a categoria das trabalhadoras domésticas. Neste tocante, será necessário examinar a interrelação entre o capitalismo e o Estado liberal moderno/colonial, apontando para a sua contradição inerente no que se refere à esfera socio-reprodutiva.

A complementariedade entre o poder econômico e o poder político é discutida por Claus Offe (1984) ao analisar como o Estado intervém de acordo com os interesses da classe capitalista, atuando como um capitalista global ideal. O autor examina a estruturação do Estado capitalista em instituições políticas que agem segundo uma seletividade própria, mantendo os recursos circunscritos e organizando regras de exclusão sistemáticas e institucionalizadas. O Estado assume, dessa forma, funções de classe, operando a serviço das classes dominantes, sob o pretexto e o argumento de neutralidade. É o que o autor denomina de *álibi do universal* para o exercício do poder particular. Offe ressalta, ainda, que a evidência sociológica da existência de uma população excluída se manifesta na estrutura de privação e repressão de um sistema de dominação, que inviabiliza a satisfação das necessidades da população. Interessante notar que este diagnóstico feito em pleno período dos anos *Trinta Gloriosos*, desde o chamado centro do capitalismo mundial, corrobora a perspectiva da colonialidade do poder desenvolvida a partir dos anos 1980 nas Américas.

No que se refere ao trabalho doméstico remunerado, a seletividade do Estado possibilita a sua onnipresença na sociedade brasileira e a perpetuação das condições precárias de trabalho e de vida das mulheres ocupadas nesta categoria socioprofissional. De fato, o trabalho doméstico remunerado só é possível em

um contexto no qual as desigualdades presentes na sociedade permitam que uma pessoa física, ou uma família, tenha condições de contratar os serviços de outra (s) pessoa (s) física (s) para realizar o trabalho envolto à sua sociorreprodução. Assim, no Brasil, o trabalho doméstico remunerado é tanto um reflexo das estruturais desigualdades existentes na sociedade brasileira, quanto uma atividade que perpetua e reforça tais desigualdades.

Institucionalmente, observa-se que as mobilizações e reivindicações centenárias pelo direito à associação sindical, por direitos trabalhistas e previdenciários equivalentes às demais categorias socioprofissionais, por reconhecimento e valorização profissional resultaram em concessões a conta-gotas, e sempre muito aquém do demandado. No entanto, as trabalhadoras domésticas organizadas estiveram à frente da mobilização por todos os avanços legislativos e acessos a direitos outorgados à categoria (BERNARDINO-COSTA, 2015). Foram necessários 84 anos após a abolição formal da escravização negra, quando da sanção da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para que as trabalhadoras domésticas tivessem direito à carteira de trabalho, ao regime de Previdência Social e a férias.

Desde esta primeira legislação, houve outros avanços graças à luta constante das trabalhadoras domésticas organizadas, culminando, mais de 40 anos depois da Lei nº 5.859, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, em 2 de abril de 2013, que estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre as trabalhadoras domésticas mensalistas e as demais categorias de trabalhadoras/es. Há que se ressaltar, no entanto, que a Emenda Constitucional nº 72, regulamentada pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, marca a distinção entre as trabalhadoras domésticas mensalistas, cujos direitos se equiparam aos direitos das demais categorias profissionais, e as trabalhadoras domésticas diaristas, que seguem em um limbo jurídico, trabalhista e previdenciário, pois para elas não há obrigatoriedade de formalização do emprego, sem garantias de proteção social. Além disso, cabe mencionar que, no âmbito do *esforço* estatal para se ampliar a formalização do trabalho doméstico remunerado, foi adotada a Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, que possibilitou a isenção fiscal às/aos empregadoras/es que fizessem a contribuição à seguridade social de suas trabalhadoras domésticas. Desnecessário mencionar a orientação regressiva desta legislação tributária.

Diante deste cenário de seletividade do Estado no reconhecimento de direitos às trabalhadoras domésticas, retornamos à perspectiva da colonialidade do poder, que produz, aprofunda e perpetua a sua dominação e superexploração. Os dados da PNAD-Contínua/IBGE do quarto trimestre de 2021 são inequívocos quanto à fragilidade da proteção social (não) garantida à categoria, em

especial no que se refere às trabalhadoras negras. Do total de mulheres trabalhadoras domésticas, 9% são mulheres brancas cuja ocupação é formalizada, 15% são mulheres negras com carteira assinada, 26% são mulheres brancas sem carteira de trabalho e 50% são mulheres negras trabalhadoras informais (FILLETI; GORAYEB, 2022). Vale destacar, ainda, que, como provável consequência da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho do setor, entre o quarto trimestre de 2020 e o quarto trimestre de 2021, houve uma relativa recuperação dos postos de trabalho no setor, mas com considerável redução na proporção de mulheres formalizadas como trabalhadoras domésticas, sendo um aumento de 14% de mulheres negras e de 17,4% de mulheres brancas; e, paralelamente, um forte aumento na proporção de trabalhadoras domésticas sem carteira assinada, a saber: 19,5% de mulheres negras e 27,4% de mulheres brancas (FILLETI; GORAYEB, 2022).

A dificuldade histórica da categoria em obter o reconhecimento e a garantia dos direitos relativos à proteção social se expressa nas estatísticas oficiais, que traduzem em números os efeitos da colonialidade do poder e da seletividade do Estado. Digno de nota é o fato de que a exclusão manifestada na estrutura de privação e na repressão do sistema de dominação e superexploração terem sido destacados por Gonzalez (2018, p. 199) há mais de 40 anos ao discorrer, em seus termos, sobre “aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida”:

[...] é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, ‘mãos brancas’ estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país). (GONZALEZ, 2018, p. 199).

Observa-se, aqui, a prática cotidiana da biopolítica foucaultiana, segundo a qual o Estado brasileiro, por meio da colonialidade que o constitui e da sua atuação seletiva, faz viver, permite viver ou deixa morrer. Desta feita, a colonialidade do poder, por meio da seletividade do Estado, imprime normas, práticas e políticas com a justificativa da manutenção da ordem e segurança, e da garantia do funcionamento da economia e das instituições. Neste tocante, as políticas de ajuste fiscal são particularmente implementadas, com o consequente esfacelamento das garantias de proteção social, em momentos de crise, em especial

crises sistêmicas como a que vivemos atualmente. Nestes períodos, é exaltada a autonomia individual, em detrimento do suporte estatal.

Neste ponto, cabe introduzir o conceito de governamentalidade, como apresentado por Michel Foucault em um dos seus célebres cursos do *Collège de France*, em 1978. O autor discute a racionalização do exercício de poder ao relacionar segurança, controle da população e governo em sua forma política (FOUCAULT, 1979). Foucault destaca o caráter circular da soberania com relação ao governo e à disciplina, manifestada na gestão minuciosa da população. Assim, se a população aparece como objetivo final da atuação do governo em resposta às suas necessidades e aspirações, é também por ele objetificada. Nesse âmbito, a governamentalidade é o conjunto de práticas e instituições que permite o exercício do poder sobre a população, controlando a economia política e instrumentalizando os dispositivos de segurança. A governamentalização do Estado, por sua vez, segundo Foucault, é o que permite ao Estado se manter, definindo e atualizando constantemente o que deve ou não ser matéria estatal, o que é considerado público e o que é relegado ao âmbito privado. Ora, justamente, a governamentalidade da colonialidade do poder exclui o cuidado com a vida da preocupação pública e do foco da matéria estatal.

Dessa forma, apesar de o trabalho de reprodução social ser crucial para a manutenção da sociedade, do sistema capitalista e do Estado moderno/colonial, permanece objeto de dominação e superexploração, pois considerado restrito à esfera privada, realizado majoritariamente por mulheres, em especial mulheres racializadas quando se refere ao trabalho doméstico remunerado. Esta contradição entre o capital e o cuidado é abordada por Nancy Fraser (2020), ao problematizar a associação da reprodução social como trabalho de mulheres. Com efeito, Fraser destaca que o capitalismo depende das atividades sociorreprodutivas para que a produção e, assim, a acumulação de valor possam ocorrer. A autora discute as diferentes relações entre capital e cuidado, de acordo com os momentos históricos do capitalismo. Argui que, presentemente, no momento histórico do capitalismo financeirizado, o cuidado se torna uma mercadoria para a parcela da população que pode pagar pelos serviços de cuidado a serem realizados por outrem; e é privatizado para a população que não tem condições materiais de contratar profissionais para realizar estas atividades indispensáveis. A crise do cuidado se revela, então, como uma expressão das contradições do capitalismo financeiro, entrecruzando-se e se alimentando das demais crises inerentes ao capitalismo, como a crise ecológica, a crise política, a crise econômica, e, poder-se-ia acrescentar, a crise sanitária.

Há que se destacar, no entanto, que, no Brasil, o cuidado como mercadoria não é um fenômeno que surge com o advento do capitalismo financeiro ou do neoliberalismo. Pelo contrário, como vimos anteriormente, é um fenômeno social de longa duração omnipresente na sociedade brasileira desde os tempos coloniais, quando era realizado principalmente por mulheres escravizadas, elas próprias tidas como mercadoria pela lógica escravista. Diante desse contexto, o trabalho doméstico remunerado no Brasil dá condições para a perpetuação da colonialidade do poder, da seletividade do Estado e da governamentalidade que exclui as atividades socio-reprodutivas de seu foco. Isso porque as trabalhadoras domésticas garantem, como mercadorias, as atividades socio-reprodutivas indispensáveis à força de trabalho inserida no setor produtivo, material e imaterial. A omnipresença do trabalho doméstico remunerado, a relativo baixo custo para as classes médias e altas brasileiras, esvazia a potencial pressão sobre o Estado para que estructure políticas governamentais e invista em serviços e equipamentos públicos voltados para as atividades socio-reprodutivas, como creches, educação em tempo integral, restaurantes comunitários, lavanderias comunitárias e centros de atenção para a população idosa.

Se o trabalho doméstico remunerado atua como um amortecedor para as demandas que eventualmente poderiam recair sobre o Estado no que se refere à seara socio-reprodutiva, ele também dissipa eventuais tensões no interior das famílias brasileiras das classes médias e altas, em especial. De fato, como consequência da divisão sexual do trabalho, a reprodução social tende a sobrecarregar as mulheres trabalhadoras com a dupla jornada, introduzindo conflitos intrafamiliares quando estas reivindicam uma distribuição mais igualitária entre os membros da família, em especial junto a seus parceiros. A contratação de profissionais para diminuir a carga de trabalho doméstico a ser realizada pela família contribui para com o arrefecimento destes potenciais conflitos.

Mas, como destacado por Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), a externalização e a delegação do trabalho doméstico tende a acirrar as desigualdades de raça e classe, acentuando a polarização entre as mulheres, em especial entre trabalhadoras domésticas e empregadoras. Tem-se, desta forma, uma articulação entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho. Neste tocante, Collins, ao analisar como a imagem de controle da trabalhadora doméstica subserviente oculta as opressões por ela sofrida, afirma que “historicamente, muitas famílias brancas, tanto da classe média como da classe trabalhadora, mantiveram sua posição de classe porque usaram as trabalhadoras domésticas negras como mão de obra barata” (COLLINS, 2019, p. 143).

Ora, a contratação de trabalhadoras domésticas, para que supram grande parte do trabalho socio-reprodutivo das famílias contratantes, é possível apenas em um contexto no qual haja profundas desigualdades socioeconômicas entre as contratadas e as/os contratantes. A existência e perpetuação dessas desigualdades demonstram a incapacidade do Estado moderno/colonial de reverter as precárias condições de vida (pois, as trabalhadoras domésticas seguem precisando vender sua força de trabalho no setor para garantir a sua sobrevivência e de suas famílias) e de trabalho (pois, seguem superexploradas e sem ter acesso aos direitos adquiridos) vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas. A precariedade governamental como governamentalidade da colonialidade do poder parece ser, desse modo, um instrumento político e econômico de governo que ressalta a convergência entre o capitalismo e o Estado moderno/colonial, em especial no que tange à esfera reprodutiva.

A este respeito, Isabell Lorey (2019) atualiza a reflexão foucaultiana sobre a governamentalidade ao apresentar como os ideais da sociedade liberal-capitalista desvalorizam as necessidades de proteção e cuidado. A autora defende que a condição precária (*precariousness*) da humanidade se torna precariedade (*precarity*) em contextos nos quais há discriminações estruturais, como o racismo, o sexismo e o classismo. Assim, Lorey aponta que a precarização governamental (*governmental precarisation*) refere-se à governança estatal e ao autogoverno individualizado combinados com uma tecnologia de governo por meio da insegurança. A autora analisa como essa operação tende a valorizar o ideal masculinizado de autonomia e, conseqüentemente, a desvalorizar a reprodução social, feminilizando a insegurança e a necessidade de proteção.

A precarização governamental se estrutura, portanto, na arquitetura moderna do Estado, da democracia e do capitalismo, fundada em princípios como liberdade, propriedade privada e autonomia individual. Há, desse modo, uma negação da condição precária da humanidade, por um lado, e um processo de normalização da precarização como instrumento político e econômico de governo, por outro. Convergindo à análise de Fraser (2020), Lorey (2019) enfatiza que a ausência de políticas governamentais de cuidado promove a privatização e a mercadorização do trabalho reprodutivo. Segundo a autora, a segurança política garantida por meio da precarização governamental como governamentalidade implica na transferência da insegurança aos indivíduos, em especial àqueles mais precarizados.

Interessante notar que Fraser situa a chamada lacuna do cuidado na era do capitalismo financeiro globalizador, assim como Lorey atrela a precarização governamental à emergência do neoliberalismo, ambos processos resultantes do

declínio do modelo de Estado de bem-estar social. No entanto, desde a perspectiva da colonialidade do poder, não é possível afirmar que, em algum momento da história brasileira, tenha havido um crescimento econômico socialmente distribuído, acompanhado de pleno-emprego e melhorias generalizadas nas condições de vida da população, especialmente por meio de políticas e serviços públicos. Ao contrário, como afirma Segato (2021, p. 72):

“A construção da nação e, sobretudo, do Estado-nação foi conceituada e trabalhada contra a maioria da população, no caso, de pessoas indígenas, negras e mestiças”. Daí decorre que não se pode falar de democracia em nossas nações, onde a linguagem democrática é puramente formal e enunciada por um Estado desarraigado, alienado da sociedade, incapaz de reconhecer o padrão de colonialidade que o estrutura. Em suma, o Estado das repúblicas latino-americanas emerge, neste quadro teórico, como permanentemente colonial e colonizador.

Neste contexto, a lacuna do cuidado não é um processo recente. Mas, uma dinâmica inscrita na própria colonialidade do poder que constitui nossas sociedades e Estados modernos/coloniais. Justamente por não se poder falar da governamentalidade referente a um processo em direção à precariedade (i.e., precarização), mas da governamentalidade de uma condição precária constitutiva (i.e., precariedade), em especial no que tange ao trabalho doméstico no Brasil, que se dá preferência, neste artigo, à expressão conceitual precariedade governamental, em detrimento daquela utilizada por Lorey.

Outro ponto digno de nota é o fato de Lorey e Fraser ressaltarem a importância da cadeia global de cuidado em suas análises, à luz da reflexão inaugural de Arlie Hochschild (2004) sobre a dinâmica estabelecida entre a emigração de mulheres empobrecidas do Sul global para suprir as demandas de cuidados no Norte global, em especial no contexto da chamada crise dos cuidados. A leitura de Lorey converge também à discussão feita por Benhabib (2004) sobre o direito de ter direitos. Com efeito, Lorey (2019) destaca que a hierarquização dos refugiados informa a alocação dos direitos, em especial no que se refere a quem precisa de cuidado, quem garante sua própria autonomia, quem merece ser cuidado, quem cuida e quem trabalha (ou *produz*). Na mesma direção, Fraser (2020) faz uma crítica do capitalismo financeirizado globalizador, uma vez que promove a emigração de mulheres racializadas de países pobres para que assegurem o trabalho reprodutivo nos países ricos, o que Hochschild (2004) cunhou de cadeia global de cuidado.

O Brasil é parte dos fluxos migratórios da cadeia global de cuidado, tanto no que se refere à imigração quanto à emigração. O fluxo migratório de trabalhadoras domésticas em direção ao Brasil não é tão significativo como em outros países da América Latina e Caribe onde se formam, por exemplo, corredores migratórios (Paraguai, Peru e Argentina; Peru e Chile; Guatemala e Fronteira sul do México; Nicarágua e Costa Rica, por exemplo) e migrações circulares (Bolívia e Chile) (VALENZUELA; SCURO; TRIGO, 2020). As trabalhadoras domésticas imigrantes no Brasil são, entretanto, de diversas nacionalidades. São, por exemplo, mulheres bolivianas, haitianas, angolanas, venezuelanas e filipinas, cuja condição migratória se intersecciona às opressões de raça, classe e gênero. Considerando o relativo baixo número de trabalhadoras domésticas imigrantes no Brasil, há uma consequente lacuna de estudos sobre suas trajetórias e condições de trabalho (VALENZUELA; SCURO; TRIGO, 2020).

Já as trabalhadoras domésticas brasileiras emigram principalmente para os países do Norte global, em especial para os Estados Unidos e para a Europa Ocidental. Paralelamente à cadeia global do cuidado, a migração interna, ou a *cadeia nacional do cuidado*, foi particularmente relevante no fluxo migratório de meninas e mulheres dos interiores brasileiros para as cidades, em especial durante o auge do êxodo rural. Os relatos compilados por Preta-Rara mostram muito bem esse processo, como este início de uma das narrativas: “Minha mãe é de um interior minúsculo e aos 13 anos foi mandada para a capital para trabalhar [...]” (PRETA-RARA, 2019, p. 49).

Como dito anteriormente, a precariedade governamental transfere aos indivíduos a insegurança, privatizando a sua gestão, desresponsabilizando o Estado de suas atribuições no que se refere à garantia da vida e perpetuando a acumulação extrativista do capital. Cabe afirmar, portanto, que a precariedade governamental é a governamentalidade da colonialidade do poder, pois mantém a estrutura de dominação e de superexploração moderna/colonial, sem buscar reverter esse quadro. No que tange ao trabalho doméstico remunerado, é a precariedade governamental que mantém as desigualdades sociais e econômicas que possibilitam sua onipresença na sociedade brasileira. Nas palavras de Segato (2021, p. 219), há “evasão do investimento no setor social, graças à continuidade do ‘trabalho invisível e barato das mulheres’”.

Neste momento, faz-se mister destacar argumentos que demonstram que a precariedade governamental é a governamentalidade da colonialidade do poder, no que se refere ao trabalho doméstico remunerado no Brasil. São eles:

1. A precariedade governamental permite que a remuneração do trabalho doméstico como mercadoriamercadorizado se mantenha no nível mínimo necessário para a sobrevivência das trabalhadoras e de suas famílias. Fraser ressalta que as remunerações do trabalho precário na área de serviços ficam abaixo dos custos de reprodução social, engendrando uma “economia de bicos” (FRASER, 2020, p. 278), ou a popularmente chamada *viração*. Gonzalez, por sua vez, destaca como as ocupações “refúgio” da massa marginal crescente implicam “em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc.” (GONZALEZ, 2018, p. 44). Ainda neste tocante, Collins (2019, p. 152) analisa como a imagem de controle da “mãe dependente do Estado” estigmatiza as mulheres pobres, em especial as mulheres negras, como responsáveis de sua condição e daquela de suas comunidades, retirando o foco das razões históricas e estruturais de sua subalternização;
2. A precariedade governamental negligencia sistematicamente a proteção social, direitos e condições dignas de atuação das trabalhadoras domésticas, em benefício das classes dominantes e da acumulação do capital. As trabalhadoras domésticas são consideradas descartáveis em uma lógica extrativista. Vergès ressalta, corroborando com a acadêmica e militante abolicionista estadunidense Ruth Wilson Gilmore, que a indústria de limpeza/cuidado é um dos paradigmas do funcionamento do denominado capitalismo racial, pois nela se produz uma vulnerabilidade à morte (VERGÈS, 2020). Um relato publicado por Preta-Rara (2019, p. 88) resume particularmente bem esta realidade:

Praticamente todas as mulheres da minha família iniciaram suas vidas como empregadas domésticas. Minha avó foi escravizada (porque essa é a palavra certa) desde criança. Minha mãe, ainda adolescente começou como babá em casa de família. Minha tia atualmente está se recuperando de crises de asma e uma pneumonia que adquiriu devido ao excesso de trabalho com água e produtos químicos [...]

3. A precariedade governamental, como governamentalidade da colonialidade do poder, tampouco prioriza os investimentos públicos que poderiam melhorar efetivamente as condições de vida das trabalha-

doras domésticas e de suas famílias. Vergès (2020) aponta para o fato de que o capitalismo racial se estrutura no racismo, na invisibilização, exploração e expropriação de trabalhadoras/es racializadas/os, e organiza o mundo de forma segregada entre limpeza e sujeira, baseando-se em uma divisão racial do espaço urbano e da moradia. Dessa forma, Silvio Almeida (2020, p. 114), ao discutir a articulação entre racismo, biopolítica e necropolítica, ressalta que:

A saúde pública, o saneamento básico, as redes de transporte e abastecimento, a segurança pública, são exemplos do exercício do poder estatal sobre a manutenção da vida, sendo que sua ausência seria o deixar morrer.

Mais adiante, o autor acrescenta: “e que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição” (ALMEIDA, 2020, p. 115). Finalmente, afirma que “a expulsão escolar, a pobreza endêmica, a negligência com a saúde da mulher negra e a interdição da identidade negra seriam, juntamente com o sistema prisional, partes de uma engrenagem social de dor e morte” (ALMEIDA, 2020, p. 124);

4. Em razão do exposto nos três pontos anteriores, pode-se afirmar que é a precariedade governamental que possibilita a reprodução intergeracional do trabalho doméstico remunerado no Brasil, ou seja, que perpetua a sua hereditariedade. A pobreza endêmica, a violação recorrente dos direitos das trabalhadoras domésticas e a ausência de políticas governamentais, que efetivamente enfrentem as desigualdades históricas e estruturais presentes na sociedade brasileira, resultam na vulnerabilização de filhas/os e netas/os de empregadas domésticas, que amiúde se incorporam à massa marginal crescente, nos termos de Gonzalez. Assim, uma das narrativas reunidas por Preta-Rara (2019, p. 68) ilustra este aspecto:

Romper com o ciclo de miséria ao qual nós fomos submetidas é uma tarefa árdua, é lutar contra tudo e todos. A minha avó trabalhou a vida na lavoura, a minha mãe foi empregada

doméstica e eu seguia os mesmos passos. Ir contra tudo isso deixa marcas físicas e na alma.

As políticas de ampliação do acesso à educação e a expansão dos postos de trabalho no setor terciário, durante os governos progressistas das duas primeiras décadas dos anos 2000, resultaram na redução significativa do ingresso de meninas, adolescentes e jovens mulheres no trabalho doméstico remunerado (faixas etárias de 10 a 19 e de 20 a 29 anos de idade), como apontam Márcia Lima e Ian Prates (2019) em sua análise sobre o período de 2002 a 2012. No entanto, como a autora e o autor também indicam, a mudança social decorrente de um cenário político-econômico favorável se vê ameaçada por políticas de ajuste fiscal, como a Emenda Constitucional nº 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos, e pelas Reformas Trabalhista e Previdenciária. Com efeito, Marta Valeriano e Tania Dias Tosta (2021) afirmam que a pandemia de Covid-19, agravada por um contexto de retração econômica e de desmonte do Estado, em especial no que se refere às políticas públicas, resultou na evasão escolar e no ingresso precoce ao mercado de trabalho, em especial no trabalho doméstico remunerado, de filhas de trabalhadoras. Assim, as autoras indicam que o agravamento das condições durante o período pandêmico pode ter um impacto intergeracional considerável, temendo-se o retorno do ciclo vicioso da hereditariedade do trabalho doméstico. Tendência que merece atenção das/os estudiosas/os sobre a temática;

5. Por fim, há que se destacar que a precariedade governamental fez com que as trabalhadoras domésticas brasileiras também tenham tido suas condições de vida e de trabalho particular e diretamente afetadas durante a pandemia de Covid-19. A sua frágil ou inexistente rede de proteção social não lhes garantiu condições de se afastar do trabalho durante o período pandêmico, considerando que o isolamento social foi uma das principais recomendações da Organização Mundial da Saúde para evitar a contaminação ao novo Coronavírus. Embora a Procuradoria Geral do Trabalho tenha emitido a Nota Técnica nº 4/2020, em 17 de março de 2020, com recomendações específicas para a proteção de trabalhadoras/es domésticas/os durante a pandemia, a categoria se viu dividida entre ter que seguir trabalhando, sob altos riscos de infecção, dada a natureza do trabalho, e deixar de trabalhar,

perdendo assim sua fonte de renda. Tampouco foi objeto de uma vacinação anticovid prioritária. Apenas em 17 de junho de 2021, quando da aprovação da emenda nº 12 apresentada pela Deputada Federal Benedita da Silva, a categoria foi incluída entre as ocupações prioritárias para a vacinação, como previsto no Projeto de Lei nº 1.011/2020⁶, que segue em tramitação no Senado Federal. Ou seja, na data da finalização deste artigo, o Projeto de Lei seguia sua tramitação processual no Legislativo. Mais: a aprovação da emenda nº 12 ocorreu mais de um ano após o início da situação pandêmica, sendo que mais de 500.000 vidas tinham sido ceifadas em decorrência da Covid-19. Em meados de junho de 2021, quatro meses após o início da vacinação, mais de 50 milhões de brasileiras/os haviam recebido ao menos a primeira dose de uma vacina anticovid. Em um contexto no qual a precariedade governamental é a governamentalidade da colonialidade do poder, a pandemia de Covid-19 afetou mais a saúde e as condições econômicas de mulheres e de pessoas negras e pobres. Cabe lembrar que as trabalhadoras domésticas se encontram no centro dessa intersecção (PIZZINGA, 2021).

Os argumentos arrolados acima evidenciam que a precariedade governamental se constitui como a governamentalidade da colonialidade do poder. De fato, a permanente omissão do Estado para com as políticas governamentais voltadas à esfera socio-reprodutiva e de enfrentamento à pobreza amplifica as desigualdades estruturais, reforçando e reproduzindo continuamente a dominação e a superexploração da população pela precariedade, em especial da população subalternizada e atravessada pelos marcadores de raça, classe e gênero.

Considerações finais: Avança-se rumo ao passado, ou se retorna ao futuro?

O agravamento das condições sociais vividas por trabalhadoras/es precarizadas/os, em especial as trabalhadoras domésticas, tem sido objeto de reflexões que apontam para um *avanço rumo ao passado*. Achille Mbembe (2015) ressalta que há um *devenir-nègre*⁷ do mundo, uma vez que o capitalismo tende a promo-

⁶ Para acompanhar a tramitação do Projeto de Lei nº 1.011/2020, consulte: www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-1011-2020. Acesso em: 14 abr. 2022.

⁷ Embora a tradução brasileira do livro tenha optado por usar a palavra “negro”, entende-se não haver equivalente em português para o substantivo e adjetivo “nègre” em francês, que é marcadamente pejorativo e remete

ver a exclusão, o embrutecimento e a degradação das condições de vida das/os trabalhadoras/es em geral. Assim, a condição de *nègre* extrapolaria a racialização para se tornar a norma a todas/os as/os trabalhadoras/es. Na mesma direção, Almeida (2020, p. 124) destaca que “um permanente pesadelo do desamparo e da desesperança” permeia as condições de vida em Estados estruturados sobre a lógica racista. Quijano (2003), por sua vez, destaca que a democratização dos Estados-nação baseados na colonialidade do poder é sempre limitada diante da dominação racial. Estas constatações apontam para uma deterioração das condições sociais que parecem nos fazer avançar rumo ao passado.

Em uma outra perspectiva, tem-se as análises que indicam um *retorno ao futuro*. Com efeito, se o debate acerca da colonialidade do poder é holístico, englobando todas as esferas da vida social, o giro decolonial proposto por Quijano também o é. Como afirma Segato, em sua análise da perspectiva quijaniana, o giro decolonial não é um movimento restaurador, mas uma recuperação de pistas abandonadas rumo a uma história diferente, cuja relevância é epistêmica/teórica/histórica/ética/estética/política (SEGATO, 2021). De forma condensada, Vergès (2020) afirma que o feminismo decolonial contribui para a defesa do direito à existência. Neste tocante, Lorey (2019) defende, ao corroborar com a coletiva espanhola *Precarias a la Deriva*, que o cuidado permeia todas as áreas de reprodução social e deveria ser o princípio norteador das considerações político-econômicas. Nesta perspectiva, a cidadania deveria tornar-se *cuidadania*. Fraser vai um pouco além ao afirmar que a defesa da reprodução social deva também reivindicar garantias quanto às condições materiais da existência. E, a autora conclui que “tomadas em conjunto, essas reivindicações são equivalentes à demanda por uma imensa reorganização da relação entre produção e reprodução” (FRASER, 2020, p.282).

O retorno ao futuro marcado pela centralidade da vida está na intersecção do giro decolonial com a priorização da reprodução social, como nas cosmovisões do Quilombismo (NASCIMENTO, 1980) e do Bem-Viver (QUIJANO, 2014). Cumpre frisar que os dois autores trilham caminhos similares quanto à possibilidade de emancipação do racismo inerente e persistente das sociedades americanas, nos termos de Nascimento, e da modernidade eurocentrada estruturada na colonialidade do poder, nos termos de Quijano. Nascimento recupera a experiência de resistência e de alternativa política dos quilombos, presentes também por todo o continente americano e no Caribe sob outras nomenclaturas. Quijano, por sua vez, a partir de uma mirada andina, mobiliza a cosmovisão

imediatamente à condição da escravização, para além da referência racial. Por essa razão, prefere-se manter o uso no idioma original.

indígena do Bem-Viver, ou *Sumac Kawsay* em quéchua. Ambas as perspectivas apresentam existências sociais radicalmente alternativas à modernidade racista-colonial. Priorizam a vida humana e as condições para a vida humana na terra a partir de práticas sociais baseadas na cooperação, solidariedade e igualdade, rompendo com os cânones da lógica extrativista do capitalismo racial. Convergem também à reivindicação de um projeto político radicalmente democrático, no qual a produção e a reprodução andam de mãos dadas, e a igualdade no controle e distribuição dos recursos é basilar. Nascimento e Quijano reabilitam, dessa forma, perspectivas contra-hegemônicas, fundamentalmente decoloniais, que apresentam alternativas genuínas contra a dominação e a exploração. Tanto o Quilombismo quanto o Bem-Viver se conectam com a longa duração da resistência e da busca por uma emancipação definitiva, resgatando toda a força do passado para se construir o futuro.

Não por acaso e em consonância com o retorno ao futuro, em 2015, mais de 100.000 mulheres negras brasileiras marchavam bradando o mote “contra o racismo e a violência, pelo bem-viver!”, quando da Marcha Nacional das Mulheres Negras. Tratou-se de uma nítida demonstração política de uma interseccionalidade emancipadora mobilizada por mulheres negras de todo o país, em um levante organizativo liderado por muitas trabalhadoras domésticas. Com efeito, Bernardino-Costa (2015), ao analisar a luta sociopolítica dos sindicatos de trabalhadoras domésticas no Brasil, destaca os diferentes momentos da construção de alianças interseccionais emancipadoras, primeiramente nos movimentos de trabalhadoras/es com o foco na questão de classe em seu início; em seguida, nos movimentos feministas com o foco na questão de gênero quando do período chamado de redemocratização brasileira; logo, mais recentemente, nos movimentos negros com o foco na questão racial, articulando os dois momentos anteriores.

Interessante notar que o evidente caráter decolonial desta práxis política interseccional emancipatória também resulta em uma produção de conhecimento decolonial interseccional emancipatória. Nesta tônica, o livro clássico *Muchacha/ cachifa/criada/empleada/ empregadinha/sirvienta/y... más nada: Trabajadoras domésticas en América Latina y el Caribe*, organizado por Elsa Chaney e Mary Garcia Castro (1993), exemplifica bem o segundo momento de construção de alianças interseccionais emancipadoras, como identificado e analisado por Bernardino-Costa. Com efeito, este livro é resultado de reflexões construídas a partir de um diálogo vanguardista entre acadêmicas e lideranças sindicais e associativas da categoria na América Latina e Caribe. Trinta anos depois, o livro *Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência* (PINTO

et al., 2021) traz uma proposta semelhante de produção de conhecimento a partir de uma perspectiva decolonial, elaborada por lideranças das trabalhadoras domésticas organizadas no Brasil e acadêmicas, sobre os impactos, as respostas e iniciativas, além das memórias das trabalhadoras, relativas ao período pandêmico. O livro de Preta-Rara, *Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada*, por sua vez, também se inscreve em uma perspectiva decolonial de produção de conhecimento, articulando a interseccionalidade emancipatória. Mas, neste caso, como visto anteriormente, trata-se de uma produção de conhecimento *de dentro*, centrada na experiência das trabalhadoras.

Em suma, a despeito da colonialidade do poder que busca massacrá-las, em especial por meio da precariedade governamental, as mulheres negras, notadamente as de baixa renda, como as trabalhadoras domésticas, buscam construir suas (r)existências cotidianamente. A resistência cotidiana ocorre de múltiplas formas, nem que seja “ir embora e nunca mais voltar naquele lugar”, como no caso das trabalhadoras domésticas. Parafraseando James Scott (2011), se a exploração é normal, a resistência também o é. Decerto, a emancipação de nossa sociedade, marcada pela colonialidade do poder, pelo racismo e pela precariedade governamental, só ocorrerá quando forem emancipadas/os aquelas/es sobre as/os quais se sustentam os sistemas econômico e político brasileiros, em especial as trabalhadoras domésticas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2020.
- BENHABIB, S. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. New York: Cambridge University Press, 2004.
- BERNARDINO-COSTA, J. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 2015.
- CHANEY, E.; GARCIA CASTRO, M. (org.). **Muchacha/cachifa/criada/empleada/empregadinha/sirvienta/y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y el Caribe**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1993.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FILLETI, J. P.; GORAYEB, D. S. Mulheres negras no mercado de trabalho no 4º trimestre de 2021. **Boletim NPEGen Mulheres Negras no Mercado de Trabalho**,

Campinas, v. 2, n. 4, mar. 2022. Disponível em: www.facamp.com.br/wp-content/uploads/2022/04/2021_4T_BMNMT.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

FONTOURA, N.; MARCOLINO, A. A heterogeneidade do trabalho doméstico no Brasil. In: PINHEIRO, L. *et al.* (org.) **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade**: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: IPEA; OIT, 2021. p.105-124.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Capítulo XVII, p. 277-293.

FRASER, N. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios**: Revista de Filosofia, Natal, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876/12950>. Acesso em: 28 out. 2021.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/ppgs/wp-content/uploads/2020/09/6-HIRATA-Helena-e-KERGOAT-Dani%20le.-Novas-configura%C3%A7%C3%B5es-da-divis%C3%A3o-sexual-do-trabalho.-pp.-595-609.pdf. Acesso em: 27 out. 2021

HOCHSCHILD, A. R. Love and gold. In: EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (org.). **Global woman**: nannies, maids, and sex workers in the new economy. New York: Holt Paperbacks, 2004. p. 15-30.

HOOKS, b. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LIMA, M.; PRATES, I. Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 149-171, 2019. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2019.149291. Disponível em: www.revistas.usp.br/ts/article/view/149291. Acesso em: 19 ago. 2022.

LORDE, A. **Irmã Outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOREY, I. Precarisation and care-citizenship. **Griffith Law Review**, Melbourne, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10383441.2018.1595339>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MBEMBE, A. **Critique de la Raison Nègre**. Paris: Éditions La Découverte, 2015.

NASCIMENTO, A. Quilombismo: an Afro-Brazilian Political Perspective. **Journal of Black Studies**, Thousand Oaks, v. 11, n. 2, Afro-Brazilian experience and Proposals for Social Change, p. 141-178, dec. 1980. Disponível em: www.academia.

edu/4480687/Quilombismo_An_Afro_Brazilian_Political_Alternative_Abdias_do_Nascimento. Acesso em: 07 set. 2021.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas, *In*: OFFE, C. (org.), **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 141-177.

PIEIDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINTO, C. M. *et al.* (org.). **Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: memórias da resistência**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021.

PIZZINGA, V. H. Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, n.25, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000025020>. Acesso em: 24 out. 2021.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

QUIJANO, A. 'Bien vivir': entre el 'desarrollo' y la des/colonialidad del poder. *In*: QUIJANO, A. (org.). **Des/colonialidad y Bien Vivir: un nuevo debate en América Latina**. Lima: Universidad Ricardo Palma Editorial Universitaria, 2014. p. 19-33.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2003. p. 201-246.

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p.217-243, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1764/1550>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

VALENZUELA, M. E.; SCURO, M. L.; VACA TRIGO, I. **Desigualdad, crisis de los cuidados y migración del trabajo doméstico remunerado en América Latina**. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2020. (Serie Asuntos de Género, n. 158).

VALERIANO, M. M.; DIAS TOSTA, T. L. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. **Civitas**, Porto Alegre, v. 21, n.3, p. 412- 422, set.-dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40571>. Acesso em: 03 mar. 2021.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

*Colonialidade do poder e precariedade governamental: uma reflexão
sobre o estado brasileiro à luz do trabalho doméstico remunerado*

Recebido em: 30 de novembro de 2021.

Aprovado em: 02 de maio de 2022.

“NÃO HÁ SAÍDA PARA DEMOCRACIA BRASILEIRA SEM A ENERGIA DAS MULHERES NEGRAS”: REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO E SOCIAL DESDE A CATEGORIA MULHER NEGRA

Marianne da Silva ROCHA¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo explorar, através de análise de conteúdo, como a categoria Mulher Negra é produzida pelas intelectuais ativistas Lélia Gonzáles e Sueli Carneiro, localizando-as dentro do campo do Pensamento Político Brasileiro, desde os estudos em ciências sociais sobre os movimentos sociais negros. Seus principais temas são identidade nacional, sociedade civil e memória coletiva. Concluímos que a identidade mulher negra tem orientado a complexificação do debate sobre a natureza da sociedade brasileira e as contribuições dessas diversas identidades para democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher negra; Pensamento político brasileiro; Identidade nacional.

“THERE IS NO EXIT FOR BRAZILIAN DEMOCRACY WITHOUT THE ENERGY OF BLACK WOMEN”: REFLECTIONS ON POLITICAL AND SOCIAL THINKING FROM THE BLACK WOMEN CATEGORY

ABSTRACT: *This paper aims to explore, through content analysis, how the category Black Woman is produced by the activist intellectuals Lélia Gonzáles and Sueli Carneiro, locating them within the field of Brazilian Political Thought, based on the studies in social sciences on the movements black social. Their main themes are national identity, civil society and*

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutoranda em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9663-0258>. marianne.rocha@yahoo.com.br.

*“Não há saída para democracia brasileira sem a energia das mulheres negras”:
reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra*

collective memory. We conclude that the identity of Black Woman has contributed to the complexification of the debate about the nature of Brazilian society and the contributions of the diverse identities to democracy.

KEYWORDS: *Black woman; Brazilian political thought; National identity.*

Introdução

A relação entre mulher negra e poder é um tema praticamente inexistente. (CARNEIRO, 2009, p. 50).

Existe pouca tradição no Brasil de estudos sobre a atuação de mulheres negras tanto no que diz respeito à política institucional quanto à sua inserção em movimentos sociais. Entre os raros trabalhos de análise existentes, Caldwell (2007) e Rodrigues e Prado (2010) demonstraram como o ativismo de mulheres negras tem se movido de forma a expandir e redefinir as normas da democracia representativa em busca da legitimidade da categoria mulher negra enquanto ator/triz social. Esses autores analisaram o ativismo dessas mulheres negras desde meados dos anos 70 do século passado até a contemporaneidade identificando um grande centro gravitacional em seu discurso. Acredita-se que as questões envolvidas nesse processo podem ser debatidas à luz das teorias de identidade coletiva e estrutura de oportunidades políticas.

Por intermédio de diversas organizações, esses atores/atrizes sociais pautam e elaboram diversas soluções para questões locais e estruturais da sociedade no âmbito das opressões de gênero, raça e classe. Nesse sentido, essas mulheres têm se movido, segundo os autores, a partir de uma tenaz consciência em nível sociológico da ação social dos indivíduos que as posicionam em diferentes setores da sociedade, atuando nos sindicatos, nos movimentos sociais e partidos políticos.

O pensamento de intelectuais e ativistas, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, articulam os discursos dominantes sobre identidade racial e cidadania, pontuando e criticando os efeitos das mazelas do racismo que permaneceram quase intocáveis durante muitos anos no âmbito de estudos sociais no Brasil.

Esta área de conhecimento passou para outro patamar de debate em boa parte graças a atuação destas pensadoras, e outras, e de um novo conjunto institucionalizado de ciências sociais que utilizavam dados estatísticos para demonstrar suas teses. Segundo as intelectuais que analisarei, quando essas mulheres

negras se colocam na arena política enquanto tais elas estão automaticamente realocalizando outras identidades políticas, tensionando-as de forma a desestabilizar estruturas de dominação que se perpetuam em diversos aparelhos estatais (e não só). Porém, até que ponto essa afirmação é verdadeira? No mundo contemporâneo, não é uma grande novidade afirmar que a política institucional é dominada pela figura de homens brancos, por isso pergunta-se quais os sentidos da mobilização da identidade que aparece no trabalho das autoras selecionadas e se se apresentam como uma real ruptura epistemológica. Demonstra-se, assim, como o “enigma” Brasil tem mudado de figura nos últimos anos?

Dito isto, neste artigo iremos apresentar o pensamento político e social na produção intelectual de mulheres negras localizadas no campo do feminismo negro. Esse “elas por elas” visa localizar e analisar brevemente a produção da identidade “mulher negra”.

Método e definições do campo

Nesta seção abordarei a metodologia aplicada e uma breve definição das áreas de pensamento político brasileiro e pensamento social.

Minha abordagem parte da análise de conteúdo conforme a posição de Bardin (1977). Focado na compreensão dos textos em suas características semânticas, há três etapas para organização e alcance de um resultado adequado: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Como dito acima, escolhi duas autoras que se conheceram em vida, produziram e trabalharam no mesmo campo político (desde a abordagem do feminismo negro), estão localizadas como intelectuais dentro daquilo que chamamos de movimentos sociais negros e possuem elevada qualificação acadêmica (ambas com título de doutorado).

Assim, a fase exploratória respondeu a algumas das principais partes constitutivas da análise (exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência). As maiores dificuldades foram encontradas nos fatos de: (1) grande parte da produção de Lélia não estar integralmente disponível *online*, (2) uma parte significativa do trabalho de Sueli Carneiro a respeito do tema não ter sido publicada no âmbito acadêmico, pois sua ação é pouquíssimo pautada no trabalho escrito e (3) a temporalidade. Lélia Gonzalez faleceu em 1994 aos 59 anos (apenas seis anos após o processo de democratização) e sua principal produção situa-se entre os anos 70 e 80. Já Sueli Carneiro, ainda viva, fundadora do Instituto Geledés (1988), atuando mais marcadamente a partir dos anos 90. Como estamos falando de intelectuais e atrizes políticas que produziram obras

direcionadas à ação política ou à reflexão dela, o fato de estarem em tempos diferentes pode apontar para sentidos de fala distintos.

Essa diferença de tempos não é pouca coisa. Gonzalez produziu mormente dentro do contexto da ditadura civil-militar brasileira. Ela experienciou a censura e o nascimento das ciências sociais brasileiras, portanto um período extremamente crítico para a sociedade como um todo e para o mundo acadêmico em especial, enquanto Carneiro já foi mais fortemente atravessada pelos ventos do florescimento da democracia, um momento especialmente promissor, que possibilitou o desabrochar de campanhas de sucesso como o SOS Racismo (de sua autoria), a criação da Fundação Palmares, A Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida (1995) marcando uma nova fase do protesto negro, etc.

Resolvemos essas questões optando por selecionar as obras mais famosas das autoras tanto as em formato de artigo, quanto as que resultariam de apresentações orais em espaços institucionais. É sabido que com isso perde-se uma parte significativa da ação política de ambas as autoras, em especial a de Carneiro, porém a limitação em termos de produção escrita torna este trabalho especialmente interessante por ser uma tentativa de inseri-las nos campos de pensamento político e social brasileiros. Neste sentido, suas biografias são o que menos aparecerão neste trabalho, dar-se-á mais ênfase à maneira como suas identidades são mobilizadas em termos teóricos, enquanto os contextos mais amplos também ficarão em segundo plano.

Nossa unidade de registro principal é mulher negra e fizemos igualmente buscas pelas palavras-chave raça e gênero e nossa inferência foi guiada pela definição de pensamento político brasileiro (PPB), que veremos a seguir.

Segundo Lynch, o conceito PPB designa não apenas uma disciplina, mas também um objeto que possui dois sentidos, um amplo e outro restrito. No seu sentido amplo “refere ao conjunto de escritos de natureza ideológica representativos da cultura política brasileira, marcados por um estilo periférico de reflexão” (LYNCH, 2016, p.80). Do ponto de vista restrito, refere-se a um conjunto mais limitado de obras cuja sua característica principal é sua sistematicidade em que o objetivo de descrição da realidade política brasileira é analítico. Citando Stoppino (1998, p. 585 *apud* LYNCH, 2016), ideologia é definida como “conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo por função orientar os comportamentos políticos coletivos”.

Ainda conforme Lynch (2016), a divisão entre pensamento político e social tem sua origem em conflitos por hegemonia no processo de institucionalização da ciência política no Brasil. Segundo o autor, *a priori* os mesmos fundadores desta última disciplina também realizaram esforços para definir e

conformar o PPB e junto com profissionais de outras áreas das ciências sociais (a saber, sociologia e antropologia) formaram um único grupo de trabalho no interior da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-graduados em Ciências Sociais) chamado “Pensamento Social no Brasil”. *A posteriori*, a partícula “social” passou a refletir um conjunto de discordâncias entre os chamados grupos de empiristas (mais restritos aos estudos das instituições) e teóricos (mais holísticos, levando em consideração os campos do social e da economia).

Renato Lessa (2011) vê uma demarcação bastante óbvia entre o antes e o depois do PPB a partir da institucionalização da ciência política em que, no limite, não se trata mais de buscar nos “intérpretes do Brasil” explicações sobre o cenário político e social do país, mas o avesso: explicar os intérpretes e seu raciocínio.

Segundo a ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política), o PPB é uma área temática de natureza interdisciplinar, devendo ser compreendida como a história intelectual da ciência política no país em articulação com a teoria política e o pensamento social. Portanto, na esteira de Lynch, Lessa e da própria ABCP essas intelectuais feministas podem ser abordadas a partir da compreensão de sua ação enquanto ativismo institucional e que, ao mesmo tempo, pensaram o Brasil em termos sociais, ou seja, são suas intérpretes e podem ser inseridas no campo do PPB em seu sentido amplo.

O ativismo institucional é uma das principais estratégias de movimentos sociais de mulheres negras, especialmente dessas intelectuais ativistas. Santoro e McGuire (1997) buscaram definir o conceito de ativismo institucional como um desafio à visão tradicional de que ativistas sociais automaticamente são atores não institucionais. Assim os ativistas institucionais podem ser definidos como

[...] participantes de movimentos sociais que ocupam status formais dentro do governo e que buscam objetivos de movimento por meio de canais burocráticos convencionais. Os ativistas institucionais são membros do sistema político na medida em que têm acesso rotineiro e de baixo custo aos tomadores de decisão. (SANTORO; MCGUIRE, 1997, p. 504, tradução nossa).

Com efeito, essa definição não abrirá caminho para um estudo mais aprofundado sobre movimentos sociais, ações coletivas ou relações Estado-sociedade civil neste trabalho, porém partiremos dela para análise de conteúdo de obras selecionadas de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez a fim de localizá-las dentro dos estudos de PPB e pensamento social.

Nesse sentido, é importante frisar que o ativismo e a produção intelectual dessas e outras mulheres têm vários pontos em comum com o que se chama de pensamento político brasileiro (PPB) mesmo que essas intelectuais não sejam tradicionalmente incluídas neste rol de autores, suas obras compartilham características inerentes à área e uma delas é que pretendem (e pretenderam) influenciar o processo político.

O que elas dizem?

Nesta seção apresentaremos, em linhas gerais, a estrutura do pensamento de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro à luz de três eixos temáticos: identidade nacional, sociedade civil e memória coletiva. A partir disso, a intenção é demonstrar como a categoria mulher negra é produzida teoricamente na obra das autoras.

Sueli Carneiro, filósofa com doutorado em educação, diferentemente de Lélia Gonzáles, não é uma acadêmica propriamente dita. Apesar do título e seus trabalhos reflexivos, a sua ação profissional está ligada à militância política no Instituto Geledés, fora do campo universitário, mesmo que estabeleça uma fina conexão com ele. O debate proposto pelas duas autoras gira em torno de categorias essenciais para o pensamento de/sobre qualquer nação: cidadania e democracia.

No Brasil, o debate sobre democracia desenrolou-se concomitantemente à questão racial. Como um país latino-americano, a questão da “multiplicidade das raças” se colocava como algo a ser resolvido, pois a dúvida permanente, especialmente nos teóricos conservadores brasileiros, era sobre a existência de um povo ou, em outros termos, de um público. Na primeira república, como nos elucidava Lynch (2013), personagens como Louis Couty, Manuel Bonfim, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima não duvidavam da existência de um Estado conformado nesse território, mas a falta de unidade racial e, portanto, de nacionalidade era o empecilho para formação de um povo. Pela voz de Alberto Torres (1982, p. 199 *apud* LYNCH, 2013, p.741) “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores.”

A seguir pelos anos 30 do século XX, há uma mudança de paradigma onde a “não cultura brasileira” passa a ser vista como meia cultura através daquilo que Lynch (2013) chamou de inserção subalterna. Isto é, esse país e seus intelectuais passaram de margem da civilização para sua parte integrante, garantindo a universalização do projeto ocidental, porém era qualitativamente inferior justamente

porque sua medida de valor estava associada à nação que o havia produzido, isto é, seu povo ou “não-povo”.

Guerreiro Ramos foi um dos sociólogos que rejeitou o processo eurocêntrico pelo qual a nação brasileira era racionalizada e explicada. Segundo ele, o pensamento brasileiro poderia ser caracterizado como alienado e girava ao redor de um tipo de imperialismo cultural “assegurado pelo próprio fascínio que exercem sobre os colonizados as instituições dos povos conquistadores” (RAMOS, 1953, p. 11). Assim, conforme explica Lynch (2013), Guerreiro propunha uma nova forma de superação da condição colonial ou semicolonial, abandonando essa mentalidade alienada por parte dos intelectuais.

Na direção desse entendimento, as obras de Carneiro e González se inscrevem em uma tentativa de reinterpretação do Brasil, pautando o racismo como principal obstáculo para o sucesso do país, em termos de cidadania, e de desenvolvimento, em termos sociais. Existem pelo menos três temas-características principais que colocam as obras de ambas no entendimento proposto: (1) identidade nacional, (2) sociedade civil e (3) memória coletiva. Os dois primeiros estruturam-se ao redor de um manejo teórico onde a categoria “negro” passa de minoria para maioria no que diz respeito ao quantitativo da população total e passa a ser uma característica quase inegociável de ação política dotada de subjetividade; os dois últimos denunciam os obstáculos que a sociedade brasileira enfrenta para aparição de uma democracia e desenvolvimento plenos.

A desmistificação da democracia racial brasileira é o grande guarda-chuva que cobre esses três pontos supracitados. Este é lido como grande problema nacional. A superação dessa formulação de país originada nos anos 20 do século passado é a condição *sine qua non* para a democracia brasileira. As autoras entendem que essa “desracialização” da população produziu alguns efeitos gerais, sendo eles a invisibilização da pauta pública/ política negra, o embranquecimento do brasileiro padrão ou padronizado, e não contribuiu para o desmantelamento do racismo, mas o contrário, funcionou como forte barreira para pessoas racializadas pautarem publicamente o racismo estrutural e conseqüentemente avançarem contra os entraves da discriminação que não afeta apenas a vida dos indivíduos, mas prejudica para baixo todos os índices de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, as autoras continuam a utilizar a miscigenação enquanto um dado da realidade, porém a partir de um outro viés. O mestiço, demais brando do que negro, passa a ser visto como mais negro. O pardo ou mulato passa a ser incorporado ao quantitativo afro-brasileiro. González demonstra esse entendimento desde sua fase voltada para a análise do mundo do trabalho. Em *A juventude negra brasileira e o desemprego* (GONZALEZ, 2020a) e em

Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exclusão da mulher (GONZALEZ, 2020b), a autora argumenta que a dificuldade de enxergar a real natureza racial da população é um dos grandes obstáculos epistemológicos da sociologia. Ela, inclusive, classifica a classificar tendências na sociologia brasileiras sendo elas a dos modernizadores, os marxistas ortodoxos e a dos “colonizados ideológicos” em que entram os mestiços e negros que engrossaram as fileiras do argumento de dominação racial pelo grupo branco. Todos esses diluem a questão racial em outras categorias como classe sem se atentarem suficientemente ao analisar “o verdadeiro brasileiro”. Levando em consideração as variáveis de cobertura de gênero, etária e educacional, Gonzáles debate o que qualifica como os principais desafios do país frente à precarização da mão de obra geral e as dificuldades concretas de análise social pela não inclusão da categoria raça em muitos instrumentos de medição da sociedade. Nessas obras o Brasil verdadeiro seria negro.

Ao qualificar o país nesses termos, conceitos como agente civilizatório (CARNEIRO, 2002a, 2011) e amefricanidade (GONZÁLEZ, 1988) surgem em função de uma remodelação da identidade nacional a partir do deslocamento do sujeito (da subjetividade coletiva). O evidente eurocentrismo no PPB articulado ao discurso da democracia racial seleciona um tipo de pessoa como imagem da nação, o homem branco mestiço cujos olhos estão voltados para a Europa. Agora, ao criticar e apontar as falhas nesse projeto civilizacional ocidental, o sujeito negro aparece como um agente realizador. Assim, por mais que o sujeito branco não se coloque publicamente enquanto tal, a existência e afirmação do sujeito negro serviria à denúncia de uma universalidade abstrata, mestiça, segundo o projeto nacional, mas que encobriria uma série de privilégios da população branca.

Em *Movimento negro: velhos e novos desafios*, Carneiro aponta que o movimento negro como ator intelectual produtivo e afirma: “com a nossa prática política e nossa experiência histórica de opressão, redefinimos as noções de democracia, cidadania e direitos humanos. Isto faz de nós agentes civilizatórios desta sociedade” (CARNEIRO, 2002a, p. 5).

Seguindo esta linha, com a politização de desigualdades sociais, a modelação deste novo sujeito nacional automaticamente ganha estatuto político, em especial o de mulher negra e é onde a percepção de sociedade civil, ou militância política, é vista mais facilmente pelas autoras.

A expressão enegrecendo o feminismo, de Carneiro (2003), tem por objetivo evidenciar a intersecção de raça e gênero demonstrando como a formulação clássica feminista não apenas revela uma identidade branca, como também se

demonstra insuficiente em termos de análise social e de proposição política. Portanto, a crítica ao feminismo desenvolvido no Brasil através do feminismo negro não tinha por objetivo apenas alçar “o feminismo delas” como o positivo, mas produzir uma verdadeira disputa sobre o significado de feminismo brasileiro e seus agentes. A conexão com essa brasilidade é feita a partir da elaboração de uma lógica de continuidade entre diversas formas de desafio à dominação neste território e assim uma conexão entre memória coletiva e sociedade civil é estabelecida. Carneiro define que em um primeiro momento as mulheres negras empenhavam-se na busca pela liberdade e pela recuperação do *status* de humano perdido pela escravidão e posteriormente, através de organizações e articulações nacionais, tem se tornado possível “recobrir perdas históricas”, recuperando essa nova-velha imagem nacional. Velha, pois a luta de mulheres negras estaria, segundo ela, enraizada na escravidão, porém nova, pois seu devido reconhecimento é dado a partir deste momento. Isto significa dizer que há um agente degenerado pela prática histórica que recupera a si mesmo mudando o olhar sobre si de derrotado para um agente da resistência. Isto é possível através dessa conexão contínua no tempo e uma essencialização da categoria negro. O negro passa a existir há 500 anos e se ele ainda vive não é sinônimo de fraqueza, mas de força por ter resistido a multi-formas da existência do racismo.

O conceito de Améfrica é especialmente interessante para o entendimento de como aparece a ideia de memória coletiva nas autoras, dando um salto do racialismo para o culturalismo, sempre com objetivo de localizar um sujeito no tempo-espaço secular e subordiná-lo ao presente. As principais instituições consideradas pelas autoras como marcadores de uma história comum são os quilombos e as religiões de matriz africana, notadamente o candomblé.

Visando estender esse novo-velho para tudo aquilo que chamamos de América Latina (e além), Gonzáles (1988) identifica elementos culturais que resguardam semelhanças, segundo ela, dadas suas origens africanas espalhadas por todo este território condicionadas pela produção social da escravidão. Seu objetivo é a busca por uma unidade que fora neutralizada pela ação do racismo. Essa unidade, que estaria na herança africana compartilhada, tem sua origem enquanto ideia operativa nas obras de autores como Molefi Kete Asante (2009) e Cheikh Anta Diop (2014), nominalmente citados no artigo, entre outros.

Na obra do autor senegalês, os princípios de unidade africana são mormente aferidos pela linguística comparada. Nesse sentido, Diop estava focado em demonstrar como diversos povos no continente africano tinham algum tipo de conexão que fora em algum momento interrompida por diversos processos endógenos e exógenos, incluindo não apenas o processo de captura e sequestro

de populações africanas, como também a escravidão maciça comandada pelos árabes nos últimos 1600 anos (em estimativas do autor) (DIOP, 2014).

Já na obra do autor estadunidense, a unidade é construída pela categoria africano. Para Asante, africanos são todos aqueles que participaram do processo de escravidão e desterritorialização nos últimos 500 anos. A abordagem afrocêntrica, portanto, seria um paradigma de análise, organização e instrumentalização de diversas estratégias de luta e sobrevivência dos povos africanos no mundo inteiro para além de fins de catalogação, mas também utilizá-las como experiência útil na construção de um “novo mundo” ou do “renascimento africano” (ASANTE, 2009).

Nas obras de Diop e de Asante, e consequentemente de Lélia, o conceito de cultura aparece em semelhança com o proposto por Boaventura Souza Santos. Para o autor “a ideia de cultura, em um dos seus usos mais comuns, está associada a um dos campos do saber institucionalizados no Ocidente, as humanidades” (SANTOS; NUNES, 2010, p. 27). Como uma espécie de repertório do que melhor foi pensado e produzido pelos seres humanos, a cultura, neste sentido, está baseada em princípios de universalização, eliminando a diferença em favor da eleição de critérios de valor morais, cognitivos, estéticos, etc.

É proposital que o conceito de cultura apareça aqui como elaborado pelo eurocentrismo moderno. Essas autoras estão organizadas ao redor de uma espécie de “revanche sobre a história” (BETI; TOBNER, 1989, p. 188) em que se privilegia um sujeito coletivo específico, antes o homem branco, agora a mulher negra.

Este ponto também fica claro no Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo, promovido pela ONU em 2001. Nele, Carneiro (2002b) ressalta, além de frisar o intenso engajamento de mulheres negras em conferências internacionais a fim de debater os problemas e consequências do racismo, o elemento do “não dito pelos países ocidentais”, onde a solução para os problemas raciais acaba sendo não falar sobre eles.

Um outro exemplo deste tipo de engajamento está no caso da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu na cidade de Beijing, na China, em setembro de 1995 sob a organização das Nações Unidas. Foi um evento que possibilitou reorientar a agenda pública da gestão de políticas de gênero no Brasil e em vários lugares no mundo. A bancada feminina no Congresso Nacional deu uma espécie de continuidade ao debate estruturado nesse evento sobre as condições de acesso ao poder, assim articularam e propuseram que se incluísse na legislação eleitoral do país cota para vagas de candidaturas femininas. A lei foi aprovada no mesmo ano, estabelecendo as regras para a realização das

eleições municipais do ano seguinte e ficou estabelecido o mínimo de 20% para tais fins. Em 1997, a Lei n.º 9.504 estendeu a medida para os demais cargos eleitos por voto proporcional e foi alterado o texto do artigo original que já não se assegura apenas a cota mínima para mulheres, mas também uma cota máxima de 70% para ambos os sexos.

Essa conferência realizada na China além de ser fruto de um somatório de esforços em todos os lugares do mundo pela igualdade, também foi um espaço de debate de intelectuais negras. Dulce Pereira e Lélia Gonzáles estiveram presentes nesse encontro, formando a comitiva brasileira.

O posicionamento dessas mulheres, pela lente de Carneiro, encarna a possibilidade de polarização do mundo contemporâneo, levando em consideração que várias de suas pautas possuem potencial para despertar conflitos pelo tamanho das contradições internas vivenciadas hoje por todas as nações.

O título do documento já é instrutivo: *A batalha de Durban*. Ali a autora expõe diversos pontos sobre sua atuação nesse importante evento e conduz a uma conclusão sobre os desafios que ela (através da entidade coletiva da categoria mulher negra) enfrenta

O que Durban ressalta e advoga é a necessidade de uma intervenção decisiva nas condições de vida das populações historicamente discriminadas. É o desafio de eliminação do fosso histórico que separa essas populações dos demais grupos, o qual não pode ser enfrentado com a mera adoção de cotas para o ensino universitário. Precisa-se delas e de muito mais. (CARNEIRO, 2002b, p. 213)

Não se trata de equalizar as práticas hegemônicas racistas - evidentes no processo de globalização -, o que perpetuaria apenas a finalidade da dominação; mas, de constituir um instrumento de resposta que operaria em prol da libertação. Gonzáles chama atenção para o que chama de passividade frente à postura político-ideológica do imperialismo do vizinho, os Estados Unidos da América (GONZÁLEZ, 1988). O país aparece no texto como um atualizador de dinâmicas de hegemonia cultural e de dominação racial estabelecidas originalmente pela Europa Ocidental. O ponto de Gonzáles e de Carneiro é que a possibilidade de negação da raça enquanto subjetividade, mesmo essa sendo reconhecidamente uma arapuca racista historicamente localizada, fragmenta os sujeitos-alvos, conferindo-lhes fraqueza frente a necessidade de resposta às dominações de raça, classe e de gênero.

*“Não há saída para democracia brasileira sem a energia das mulheres negras”:
reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra*

Há um reconhecimento de diversidade social e de sociedades, mas, segundo elas, uma mesma experiência de resistência cultural ao racismo seria a catapulta para a racionalização desses sujeitos dispersos, agora coletivamente organizados subordinados a uma finalidade militante. O acirramento da dicotomia branco/Ocidental e negro/africana, passando pela ressignificação do primeiro enquanto superior e o último como inferior é a grande estratégia, cujo ativismo institucional é uma das metas para atingimento do objetivo.

Esta abordagem é qualitativamente diferente daquela que organiza o sujeito apenas ao redor de uma experiência das violências do racismo e do sexismo. Aqui o observado inclui também as estratégias de “sobrevivência cultural” da “herança africana” em articulação com a “herança indígena”. Gonzáles demonstra todo seu cosmopolitismo cultural e estabelece uma ligação com outros territórios mobilizando o que ela entende por memória coletiva e demonstrando seu interesse pelo debate organizado por militantes em vários lugares da América, da Europa e da África.

A busca por um passado comum é reiterada pela autora como metodologia ao propor uma “etnogeografia” (GONZÁLEZ, 1988, p. 77)². Essa produção do passado é constante, tendo em vista que os textos sempre passam por uma localização dos sujeitos negros em sua experiência com o racismo e a evocação de “ancestrais” de luta.

Contexto de diálogo

Nesta seção mostrarei como a abordagem das autoras selecionadas para este estudo está relacionada com o desenvolvimento do movimento social negro, contextualizando suas demandas e as suas redes de relações sociais, a fim de alcançar, mesmo que limitadamente, que a identidade de mulher negra tem uma ligação com a própria produção na área de ciências sociais³.

Segundo Rios (2009), o movimento social negro fora percebido pelas ciências sociais, a partir dos anos de 1950 e os estudos financiados pela UNESCO, por nomes como Florestan Fernandes, Roger Bastide e Costa Pinto, como uma

² Etnogeografia é um conceito que busca definir uma área específica de estudos a partir do cruzamento entre a antropologia e a geografia. Nela reflete-se conflitos, tensões, produções simbólicas, visões de mundo, códigos culturais que afetam a produção de espacialidades humanas (CLAVAL, 1992). Na proposição de González, a definição de amefricanidade se baseia na conexão entre elementos culturais trazidos pelas populações africanas através do tráfico transatlântico de pessoas e culturas indígenas. As experiências dessas populações nas Américas no pós-colonialismo teriam produzido uma forma específica de saber e de ser-estar no mundo, produzindo lições específicas para a luta contra o racismo, sexismo e o classismo da sociedade capitalista.

³ Ambas as autoras possuem produções que marcam a passagem da produção científica na área entre população negra como objeto para população negra como sujeito. Isto ficará mais claro ao longo do texto.

organização que surge das alterações das estruturas socioeconômicas do país. Concordando em termos macrossociais, mesmo partindo de abordagens teóricas distintas, os autores tiveram a oportunidade de estudar as associações e lideranças negras do sudeste, especificamente de Rio de Janeiro e São Paulo. Costa Pinto e Bastide optaram por dar ênfase nos processos internos de diferenciação da chamada população de cor, focando nos interesses específicos das camadas médias e baixas e suas aspirações. Já Costa Pinto buscava demonstrar o caráter pequeno burguês dessas lideranças que buscavam adestrar a massa negra a seus interesses a partir de uma construção de uma falsa consciência de raça (o autor admitia a existência do racismo, mas discordava da ideologia racial mobilizada). Florestan escolheu demonstrar como as coletividades negras organizadas questionavam a estrutura de dominação racial brasileira e como se propunham a educar a sociedade como um todo, incluindo negros e brancos.

Dos anos 80 para cá, como destaca Rios, investigações sistemáticas e mais sofisticadas passaram a fazer parte da investigação da ação coletiva. Saindo do macro e mesossocial, alguns investigadores possuem uma abordagem capaz de capturar o microssocial e observar com mais cuidado o perfil dos ativistas e sua lógica de organização e “ofereceram, assim, um quadro rico e detalhado da ação coletiva negra, desvelando sua identidade, suas estratégias e sua performance em contextos político-ideológicos próprios” (RIOS, 2009, p. 266).

A autora também chama atenção para duas coisas importantes no que diz respeito a este trabalho: um movimento de mudança de terminologias nesses trabalhos e a influência ativa de lideranças do movimento negro no entendimento acadêmico sobre o fenômeno. Primeiramente, há uma identificação da mudança de “consciência racial” para “identidade racial ou étnica”. Rios discorre sobre o avanço dos estudos antropológicos a respeito do campo e a progressiva rejeição de categorias marxistas de definição. As referências bibliográficas mudaram e a abordagem tornou-se mais culturalista (sem descartar as dimensões políticas). Em segundo lugar, no caso dos trabalhos analisados da primeira metade do século passado há uma incorporação quase literal das entrevistas cedidas aos autores, demonstrando que os limites entre pesquisador e objeto não estão precisamente definidos em termos teóricos. Esta mudança se deu porque há um movimento geral em que os negros deixam de ser informantes (mesmo que ativos) e passam a serem escritores, compondo o campo de autores sobre o tema ao mesmo tempo em que são atores socialmente ativos.

Gonzalez e Carneiro são representantes de uma virada interpretativa dos movimentos sociais negros e, inclusive em sua própria estratégia. No que diz respeito à estratégia, com os sinais da redemocratização brasileira, muitos ativistas

negros se sentiram instigados para dentro dos novos partidos políticos que estavam a surgir (em especial no espectro de esquerda). A própria Gonzalez filiou-se ao PT do Rio de Janeiro (e arrependeu-se poucos anos depois) e seu nome fez parte de uma série de iniciativas de diferentes frentes. Um importante marco nessa mudança de estratégia coletiva foi a adoção de um programa antirracista por parte do governo de Leonel Brizola (RJ) que também assumiu várias pautas tradicionais desses movimentos. Entre seus dois mandatos, Brizola criou uma secretaria para igualdade racial, desenvolveu os primeiros projetos de capacitação para professores e gestores em história afro-brasileira (a saber, muitos anos antes da lei 10.639), empossou Vanda Maria de Souza Ferreira como Diretora Geral da Divisão de Educação e Cultura do Sistema Penal da Secretaria Estadual de Justiça do Rio, também possuindo passagens pela Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras, pasta essa que o próprio Abdias do Nascimento também havia assumido, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Secretaria Municipal de Cultura. Ademais, adotou uma política de segurança de não enfrentamento e ampliou a rede estadual de ensino.

Quanto a isso, a interpretação de Joel Rufino (1983) é especialmente elucidativa. A sua opção por abordar as distinções históricas, as diferenças ideológicas e as práticas do movimento negro conduzem à seguinte reflexão:

Deve-se considerar movimento negro exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos últimos cinquenta anos [...]? Deve-se considerar como tal todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), tornando-se a luta atual como simples prolongamento? (RUFINO, 1983, p. 287).

Na visão do autor, uma nova fase do movimento social negro pode ser vista a partir dos anos 70 quando duas questões cruzavam os discursos correntes, sendo elas, em primeiro lugar, se havia uma diferença em organizações culturais e políticas e se, em segundo lugar, questões que envolviam a experiência pregressa dos movimentos sociais negros (a saber, Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro). O processo de repensar a identidade coletiva torna-se tarefa para o corpo intelectual no interior do movimento e que agora estava mais massivamente nas universidades⁴.

⁴ A circulação internacional de González e Carneiro devem ser consideradas nessa mudança que expliquei. A primeira proferiu diversas conferências em eventos organizados pela ONU, como por exemplo Racism and its

Outra nova estratégia de ação é a relação que estabeleceram com as ONGs. Segundo Silvia Ramos (2004), as ONGs têm representado espaços alternativos no que se refere às práticas institucionais, notadamente aos partidos de esquerda. Possuindo uma lógica de relacionamento e cooperação com organizações governamentais, agências internacionais e entidades nacionais ainda caracterizadas por um espaço institucionalizado, as chamadas ONGs de mulheres negras, como observado por Sônia Santos (2009), podem ser traduzidas por luta contra opressão racial de gênero. Este termo pretende ir além da justaposição entre raça e gênero e aquilo que contemporaneamente conhecemos por interseccionalidade, pois este último consiste em uma abordagem ou ferramenta metodológica. A opressão racial de gênero visa identificar um tipo específico de ação política que busca a apreciação de uma realidade racista e sexista. Ou seja, não se trata apenas um instrumento de análise da realidade social, mas uma perspectiva identitária que situa seus atores/trizes em um campo específico e produz justificação para esta ação⁵. Quase sempre a ênfase das análises a partir dessa posição se concentra não apenas nas desvantagens sociais (que tem a ver com a naturalização de uma estrutura social competitiva), mas de desproteção dos indivíduos frente à sociedade. Um exemplo disto é que o tema segurança acaba por ser uma das principais chamadas nas disputas eleitorais de candidatas mulheres negras atualmente.

O assassinato da vereadora carioca Marielle Franco em 2018 durante o seu primeiro mandato eletivo catapultou um debate internacional sobre as condições da população negra no Brasil e, em especial, das mulheres negras. Até os últimos

effects in Brazilian Society no evento Women 's Conference on Human Rights and Mission em Genebra (1979). Carneiro possui um longo histórico de articulação com movimentos sociais e ONGs nas Américas.

⁵ Interseccionalidade é um conceito cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989 no artigo “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. Crenshaw sugere uma nova ferramenta de análise social que dê conta de raça e sexo não mais como categorias monolíticas e separadas. Para além de promover uma mera adição, a autora destaca a necessidade de inclusão das complexidades vivenciadas por setores mais desprivilegiados da sociedade, a saber mulheres negras, que acabam por ser invisibilizadas tanto pelo formato das leis, quanto nas pesquisas. A ideia de opressão de gênero partilha dessas preocupações em pesquisa, porém acrescenta-se que a produção de uma identidade é igualmente importante.

No contexto brasileiro, conforme denunciam as autoras e demais intelectuais dos movimentos sociais negros, a experiência racista não se converte automaticamente em organização e lutas emancipatórias e um dos elementos que mais atrapalha é justamente a ideia de democracia racial espalhado por toda a sociedade, impedindo o desenvolvimento do debate público pautado em termos de raça. Assim, o termo aparece difuso em diversos textos das autoras citadas e outras como Jurema Werneck, tentando dar conta de um projeto comprometido com a destituição de modelos hegemônicos de feminino. Ou seja, a própria construção de uma identidade transforma-se em um instrumento de militância Em Identidade Feminina (1993), Carneiro elabora uma crítica à universalização do feminino e define que esta identidade em construção seria uma das principais condições para a garantia do exercício da plena cidadania. Para maiores esclarecimentos, Kyrillos (2020) possui um importante trabalho que lança luz à invisibilização da produção e trabalho de várias mulheres negras que falam de interseccionalidade sem utilizar este termo.

dias de 2021 nenhum culpado fora apontado e condenado. As investigações sobre a sua morte perpassam por diversas dificuldades institucionais e diversos atores políticos tentaram dificultar o andamento do processo. O Instituto Marielle Franco hoje comandado por sua irmã Anielle Franco possui diversas ações sobre a preservação da memória da vereadora, pesquisas voltadas para o enfrentamento da violência política de gênero e a elaboração da Agenda Marielle Franco, em que cerca de 80 parlamentares assinaram um compromisso em dar continuidade às propostas da vereadora do Rio de Janeiro cujas pautas giravam em torno do antirracismo, combate a LGBTfobia e saúde da mulher.

Sendo assim, as trajetórias e escritos de González e Carneiro também fornecem diversos elementos que as classificam como intelectuais mediadoras. O PPB, sempre em diálogo com a história intelectual, pode alimentar-se da produção dessas atrizes estratégicas da área da cultura e da política e ampliar o debate sobre identidades políticas.

Conclusão

Neste curto trabalho introdutório buscamos definir um conceito amplo de Pensamento Político Brasileiro com a corroboração de alguns cientistas políticos referências na área e da própria ABCP e refletir brevemente de que forma os trabalhos da cientista social Lélia González e da filósofa Sueli Carneiro poderiam ser encaixados nessa disciplina.

Compreendemos o PPB como um conjunto de textos de natureza ideológica que são dotados de um estilo periférico, refletindo assim a cultura política do país. Essa definição está em comum acordo com a de pensamento social, em que os intérpretes de Brasil são acionados não a fim de explicar o mesmo, mas de solicitar que seu raciocínio seja localizado e compreendido dentro do contexto social referido. Assim, as ativistas e intelectuais Gonzáles e Carneiro, a partir do feminismo negro, produziram e objetivaram criar diversas instabilidades em noções hegemônicas de nação, democracia, justiça e desigualdade social.

Propusemos entender seu pensamento das mesmas a partir de três chaves analíticas: a de identidade nacional, sociedade civil e memória coletiva. Assim, evidenciei como a categoria mulher negra, em oposição à categoria homem branco, foi produzida como estratégia de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Essas autoras buscaram construir-se como atores/trizes sociais da sociedade como um todo, rediscutindo o Brasil, as condições que puseram o país de pé e os principais desafios para o seu desenvolvimento. Uma identidade proposta a partir de movimentos de resistência das populações escravizadas, a saber os quilombos,

desafiando a noção ainda hegemônica da democracia racial e o reconhecimento de uma sociedade civil negra.

A relação entre movimentos sociais negros e estas mulheres repercute, em alguma medida, na história particular das ciências sociais brasileiras. Desde sua origem, a temática do racismo esteve presente no seu processo de institucionalização e ambos continuaram caminhando conjuntamente até ser possível identificar a influência mútua de conceitos e abordagens e mesmo na produção de identidades sociais. Este fenômeno pode ser continuamente observado a partir da leitura de movimentos sociais de mulheres negras contemporâneas. O título deste artigo é um bordão exemplificador.

Proposto pela Mulheres Negras Decidem, esta é uma organização que tem seu marco originário no ano de 2018 através do projeto Minas dos Dados da Transparência Brasil, uma ONG especializada no combate à corrupção com financiamento da OEA. Cinco mulheres negras de três capitais brasileiras foram selecionadas para formação política e de dados a fim de que elas ocupem espaços de decisão. Estas mulheres fundaram a Rede Umunna e posteriormente mudaram de nome. Sua principal estratégia é a articulação de mulheres negras na política institucional a nível nacional e o aumento de sua participação. Atualmente a coordenadora política do movimento, Tainah Pereira, internacionalista de formação, ocupa a posição de coordenação de ações étnico-raciais da Secretaria da Mulher do município do Rio de Janeiro (RJ).

Essa expressão surge do contexto das eleições de 2020 e da crise sanitária gerada pela pandemia de COVID-19 não por acaso. Conforme argumenta Pinto (2021) e Abreu (2021), desde o início do século XX, diversas mulheres negras engajaram-se em diversas lutas, incluindo o direito ao voto feminino, à educação pública e pelo acesso à saúde e ao bem viver, uma bandeira tradicional de candidaturas genericadas e racializadas. Seja pela Reforma Sanitária Brasileira, seja pela criação, ampliação e racionalização de políticas em saúde através do SUS, nomes como Almerinda Faria Gama, a dita primeira eleitora do país, Antonieta de Barros, deputada que propôs o dia do professor e Jurema Batista e seu combate contra violência obstétrica são nomes que dão luz ao processo de entendimento de que a categoria mulher negra não é necessariamente nova em política. Neste sentido, as suas pautas são a base de áreas estratégicas e estruturantes do Estado brasileiro, afinal desenvolvimento em termos liberais significa uma série de coisas e algumas delas são mitigação das desigualdades e aumento da expectativa de vida de uma população.

Como foi possível perceber, além do relacionamento entre o desenvolvimento das ciências sociais brasileiras e as pautas dos movimentos sociais negros, o

*“Não há saída para democracia brasileira sem a energia das mulheres negras”:
reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra*

movimento de mulheres negras a partir desta última identidade tem mobilizado outro sentido possível de Brasil, utilizando categorias-chaves da sociologia, como de memória coletiva, a fim de construir uma consciência de público a partir de outros marcadores sociais e históricos a partir da chamada resistência negra.

Além disso, também foi possível notar que a presença dessas mulheres negras em espaços institucionais, como a academia e a política, promovendo agendas de combate à discriminação e às desigualdades, acabam por indicar outros caminhos para democracia brasileira além da instituída e (quase) fracassada em diversos aspectos.

REFERÊNCIAS

ABREU, G. O. de. Uma (breve) história da participação política de mulheres negras no Brasil republicano 1930 – 2020. *In*: LOURENÇO, A. C.; FRANCO, A. (org.). **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p.32-44.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-111.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BETI, M.; TOBNER, O. **Dictionnaire de la negritude**. Paris: L'Harmattan, 1989.

CALDWEL, K. **Negras in Brazil**: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity. New Jersey: Rutgers University Press, 2007.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, S. Mulheres negras e o poder: ensaios sobre a ausência. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília, p.50-55, 2009.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 set. 2021.

CARNEIRO, S. Movimento negro: velhos e novos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, p. 209-215, jan./jun. 2002a.

CARNEIRO, S. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002b. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100014>. Acesso em: 23 set. 2021.

CARNEIRO, S. Identidade feminina. **Cadernos Geledés**, São Paulo, v.4, p.9-12, 1993. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

CLAVAL, P. Champ et perspectives de la géographie culturelle. **Géographie et cultures**, Paris, n.1, p. 7-38, 1992.

DIOP, C. A. **A unidade cultural da África negra**: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

GONZALEZ, L. A juventude negra brasileira e o desemprego. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020a. p. 39-42.

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exclusão da mulher. *In*: RIOS, F.; LIMA, M. (org.). **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020b. p. 20-38.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun., 1988. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/public/gonzalez-lesia-a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-tempo-brasileiro-rio-de-janeiro-v-92-n-93-p-69-82-jan-jun-1988b-p-69-82/>. Acesso em: 04 out. 2021.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?format=pdf&clang=pt>. Acesso em: 16 set. 2022.

LESSA, R. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n.82, p. 17-60, 2011.

LYNCH, C. E. C. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 75-119, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220161904>. Acesso em: 23 set. 2021.

LYNCH, C. E. C. Por que pensamento e não teoria? a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001>. Acesso em: 23 set. 2021.

PINTO, F. Saúde pública e as mulheres negras na saúde: uma convergência de lutas. *In*: LOURENÇO, A. C.; FRANCO, A. (org.). **A radical imaginação política das**

*“Não há saída para democracia brasileira sem a energia das mulheres negras”:
reflexões sobre o pensamento político e social desde a categoria mulher negra*

mulheres negras brasileiras. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 62-71.

RIOS, F. Movimento negro brasileiro nas ciências sociais (1950-2000). **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2009.

RAMOS, S. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1067-1078, 2004.

RAMOS, A. G. **O processo da sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, p. 445-456, 2010.

RUFINO, J. O movimento negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 287-307, 1983.

SANTORO, W. A.; MCGUIRE, G. M. Social movement insiders: the impact of institutional activists on affirmative action and comparable worth policies. **Social Problems**, Oxford, v. 44, n. 4, p. 503-519, nov. 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3097220>. Acesso em: 23 set. 2021.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. *In*: SANTOS, B. de S. (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 13-59.

DOS SANTOS, Sônia Beatriz. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e cultura**, v. 12, n. 2, p. 275-288, 2009.

TORRES, A. **O Problema Nacional Brasileiro.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

Recebido em: 22 de outubro de 2021.

Aprovado em: 12 de maio de 2022.

PARA ALÉM DO CÂNONE: A MULHER NOS INTERESSES DA RECEPÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Ivan Fontes BARBOSA¹

Anna Kristyna Araújo da Silva BARBOSA²

Moisés Cruz SOUZA³

RESUMO: Embora os primeiros estudos científicos cujo escopo fosse o entendimento das mulheres na sociedade brasileira tenham se iniciado a partir da década de 1940, é necessário registrar que no contexto da recepção da sociologia no Brasil no transcurso dos últimos anos do século XIX e início do XX, elas estiveram, ainda que de maneira tímida, nos interesses daqueles que promoveram esse processo. Tobias Barreto, Tito Lívio de Castro e Florentino Menezes ilustram essa assertiva. Forjados fora dos cânones desta ciência, suas imersões nestes contextos revelam a resistência que exerceram à tendência racial, que dominou até as primeiras décadas do século XX, e os seus esforços para desabilitá-la. Aqui, o interesse sobre a situação da mulher como objeto das reflexões consagradas como sociológicas operadas no Brasil daquele contexto, indica os momentos em que as noções de raça, e seus aportes discursivos, começam a perder sua força e poder explicativo.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia no Brasil; Mulher; Tobias Barreto; Tito Lívio de Castro; Florentino Menezes.

¹ Universidade Federal do Sergipe (UFS), Centro de Educação e Ciências Humanas, São Cristóvão – SE – Brasil. Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1961-0605>. ivanfontesbarbosa@gmail.com.

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa – PB – Brasil. Doutoranda em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3798-7382>. annakristyna07@gmail.com.

³ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife – PE – Brasil. Mestrando em Sociologia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2042-0240>. cruzmoisesecs@gmail.com.

BEYOND THE CANON: WOMEN IN BRAZILIAN SOCIOLOGY'S RECEPTION INTERESTS

ABSTRACT: *Although the first scientific studies whose scope was the understanding of women in Brazilian society began in the 1940s, it is necessary to register that in the context of the reception of sociology in Brazil during the last years of the 19th century and beginning of the 20th century, women were, even though in a shy way, among the interests of those who promoted this process. Tobias Barreto, Tito Lívio de Castro, and Florentino Menezes illustrate this assertion. Forged outside the canons of this science, their immersions in these contexts reveal the resistance they operated to the racial tendency, which dominated until the first decades of the 20th century, and their efforts to disable it. Here, the interest on the situation of women as an object of the reflections consecrated as sociological that operated in Brazil of that context, indicates the moments where the notions of race, and its discursive contributions, begin to lose their force and explanatory power.*

KEYWORDS: *Sociology in Brazil; Women; Tobias Barreto; Tito Lívio de Castro; Florentino Menezes.*

Usos e recepção da sociologia no Brasil

A tentativa de construção de uma reflexão que abarcasse o entendimento das especificidades e do lugar da sociedade brasileira oitocentista ante o contexto do avanço das sociedades ocidentais foi o mote que orientou a recepção das perspectivas sociológicas e os seus usos na busca da sedimentação dessa identidade nacional. Nesta tarefa, orientadas sob os auspícios das diretrizes evolucionistas e das teorias raciais e deterministas, algumas variáveis foram alçadas ao *status* de dimensões fundamentais para o entendimento daquela realidade social. Foi o caso do negro e do mestiço no olhar da sociologia de Sílvio Romero [1888] (1980), por exemplo, que, mesmo sob o viés do racismo científico, acabou sendo elevado à condição de elemento fundamental para entendimento da sociedade e cultura brasileiras. Tido como fundamental para a explicação da sociedade brasileira junto com o português e o indígena, parte da reconhecida sociologia⁴

⁴ O estatuto de “sociologia” ou de “pensamento social” dado a determinados autores e autoras não é isento de conflito. Reflete uma oposição já clássica na história do pensamento sobre o social no Brasil que opõe o científico ao não científico e o institucionalizado ao não institucionalizado. Mas reflete também uma série de simplificações que impede a percepção de um conjunto de intelectuais cujo pensamento e análise, no todo da sua produção ou

brasileira – operada na transição do século XIX para o XX – percorrerá essa vereda para entender os principais contornos da sociedade brasileira e os seus principais problemas.

Na agenda das questões que estruturavam os usos e a recepção da sociologia, a escravidão não fora objeto aberto de escrutínio e estudo, como assevera Thomas Skidmore (1976), como outras variáveis relevantes para entender a sociedade brasileira, tais como a política, a posição da mulher, as relações de trabalho, a desigualdade social, etc. A natureza dos arranjos sociais aqui operados impedia, consoante às instruções da sociologia do conhecimento de Florestan Fernandes (1976), que determinados grupos organizassem interpretações públicas da realidade capazes da ampliação dos espaços de inserção e nos rumos das decisões de interesses coletivos. O caso da invisibilidade da mulher nos estudos sociológicos sobre a realidade brasileira é emblemático. Grosso modo, podemos indicar que é apenas a partir da década de 1930 que ela será timidamente estudada como um capítulo ilustrativo da orquestração da sociedade patriarcal no Brasil em Gilberto Freyre (2000a, 2000b), sendo que o mais relevante e pioneiro estudo sociológico sobre a condição da mulher no Brasil foi operado apenas no fim da década de 1960, com Heleieth Saffioti [1969] (2013).

Se, naquele momento, a omissão sobre o papel e a situação da mulher era estrutural e historicamente condicionada pelo patriarcado escravista cristão, como explicar o fato de que determinados autores que ilustram a história da sociologia no Brasil fizeram da mulher objeto aberto de suas reflexões? Quais as razões de inserir a mulher na pauta pública das questões daquele tempo? Como utilizaram as coordenadas teóricas para pensar essas questões? O presente trabalho está estruturado em torno da apresentação de como a questão da mulher entrou na agenda dos interesses dos intelectuais que receberam e utilizaram a sociologia como instrumento de investigação da sociedade brasileira na transição do século XIX para o XX.

De acordo com Lília Schwarcz (1993), a sociologia que aportou no país no final daquele século não foi uma ciência do tipo experimental. O que aqui se valorizou foram as teorias evolucionistas e social-darwinistas originalmente

em parte, bastante se assemelham às reflexões produzidas na sociologia brasileira após a década de 1930 e não são menos merecedoras da denominação de “Sociologia”. Segundo Antonio Candido (2006) a produção de Tobias Barreto e da Escola de Recife — aqui se encaixa também o Tito Lívio de Castro — se encontra em um período de pré-institucionalização da Sociologia no Brasil. Todavia, Candido aponta que a primeira obra de caráter sociológico no Brasil é *Glosas heterodoxas a um dos motes do dia, ou variações antisociológicas*, de 1884, de Tobias Barreto, pela construção de um argumento marcadamente antipositivista e antideterminista, revelando o caráter inerentemente histórico e cultural dos fenômenos sociais. Isso mostra a relevância do autor para o pensamento sociológico, mesmo que ele seja tratado à margem do cânone e sua produção seja anterior à fase da sociologia institucionalizada.

popularizadas enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação. A sociologia recepcionada naquele momento, segundo Roberto Da Matta (1981), atendia a um anseio de apaziguamento dos ânimos no que tocava ao entendimento do que éramos e o que estava reservado para nós no transcurso histórico.

Conforme Thomas Skidmore (1976), a questão racial e o determinismo climático eram discutidos abertamente na Europa. Os europeus ofertavam termos pouco lisonjeiros à América Latina e ao Brasil, principalmente, por causa de sua vasta influência africana. Poucos intelectuais brasileiros verteram esforços concretos ou dedicaram parte de seus vigores teóricos e interpretativos para tentar dissecar e erradicar essa forma de relação. Até a abolição da escravidão, pouca atenção teórica e política fora dada à questão racial enquanto fenômeno social. “Preferiram, comodamente, concentrar-se na reforma pura e simples das instituições e da lei” (SKIDMORE, 1976, p.46). Acreditavam que só as mudanças de ordem institucional seriam capazes de pôr o Brasil no caminho do progresso.

Consoante Dante Moreira Leite (2002), o racismo científico teve enorme prestígio neste período por apresentar-se como fórmula usada para garantir e justificar o domínio branco sobre o resto do mundo, uma vez que, ao se basear na teoria evolucionista de Darwin, os europeus teriam evoluído para um estágio superior às demais civilizações e, portanto, possuiriam o direito de se impor às raças inferiores.

Estes trabalhos sobre a sociologia no Brasil são unânimes em atestar a hegemonia das teorias raciais e seu crucial papel na circunscrição da nação brasileira e seus correlatos usos ideológicos. Ensejam que havia um silêncio existencialmente condicionado que omitia a crítica à teoria racial e à questão da mulher da agenda dos debates de então.

A hipótese aventada em nossa proposta indica que o início da valorização do papel do mestiço e do negro, e seus papéis na formação da identidade nacional, aliado às possibilidades objetivas que se apresentavam à integração destes segmentos às instituições intelectuais e à vida pública brasileiras geraram uma fratura que possibilitou o surgimento de reflexões que desmereciam o peso da natureza e da raça na explicação das configurações sociais. É neste cenário que o debate sociológico sobre o papel da mulher na sociedade brasileira acaba alçando o *status* de pauta coadjuvante na crítica às teorias raciais e biológicas de então.

No primeiro momento, apresentamos como o intelectual negro Tobias Barreto dialoga com a sociologia com vistas a erigir uma crítica às suposições naturalistas nos domínios da interpretação dos fenômenos sociais. Em seguida,

apresentamos como outro intelectual negro, o Tito Lívio de Castro, utiliza as coordenadas das ciências do século XIX e constrói uma reflexão que reforça a necessidade de reconhecermos a autonomia do universo social em relação ao reino natural. Por último, apresentamos a leitura de Florentino Menezes, intelectual branco que, vinculado ao racionalismo científico de linha francesa, constrói um entendimento sociológico comprometido com a necessidade de transformação do mundo social. Nesse afã, a exploração do trabalho destes autores incita o reconhecimento da particularidade da condição feminina na sociedade brasileira e sua abordagem sobre a natureza dessa situação.

Tobias Barreto: natureza, cultura e educação

Seria um pecado imperdoável contra o santo espírito do progresso, de um crime de lesa-civilização, da lesa-ciência [...] o de ficar aqui decidido, barbaramente decidido e assentado, que a mulher não tem capacidade para os misteres científicos, para os misteres que demanda uma alta cultura intelectual. (Tobias Barreto, 1962).

Tobias Barreto (1839-1889), negro sergipano formado pela Faculdade de Direito do Recife (FDR), sobressaiu por um apego, por vezes exagerado, à cultura germânica. Em detrimento de tantas limitações institucionais e culturais, conseguiu edificar uma esquecida, porém curiosa, crítica à voracidade da razão positivista e de seu ímpeto de reduzir o universo da cultura a dimensões naturais.

Antônio Candido aponta o lugar de Tobias Barreto na história da sociologia brasileira:

[...] O primeiro escrito teórico de certo vulto sobre a matéria (deixando de lado as repetições automáticas dos positivistas) foi possivelmente devido a Tobias Barreto e obedeceu, vale mencionar, a um critério negativista. São as Glosas heterodoxas a um dos motes do dia ou variações anti-sociológicas, onde contesta, com a vivacidade costumeira, a validade e a autonomia de nossa disciplina. (CÂNDIDO, 1960, p. 2107).

Acreditamos que o início desta contenda esteja inscrito nos discursos pronunciados em 1879 enquanto deputado e na dissertação elaborada do concurso para docente da FDR, em 1882. São escritos que indicam como se dava a recepção e reelaboração da reflexão sociológica no Brasil do século XIX. O que

desperta interesse é que, ao negar e restringir a possibilidade da sociologia, ele encetou um dos debates mais instigantes desta disciplina no transcurso da transição do século XIX para o XX.

O começo desta vereda deu-se com o discurso intitulado *A Educação da Mulher*, proferido em 22 de março de 1879, na assembleia provincial enquanto deputado estadual pelo Partido Liberal. Ele versava sobre a defesa do projeto 61/1879, que propunha um auxílio a ser dado pelo governo da província, para que uma jovem pudesse estudar medicina nos Estados Unidos ou na Suíça. No pólo diametralmente oposto ao de Tobias Barreto, estava o médico e também deputado Malaquias Antônio Gonçalves.

O contorno dessa tensão tem início com o pronunciamento de Tobias Barreto, que indicava o reconhecimento da dimensão social da relação desigual entre homens e mulheres, ao criticar a posição do deputado Malaquias Antônio Gonçalves, que advogava que a mulher estaria condenada por natureza à incapacidade e ao atraso mental. Tendo como referência as premissas da fisiologia humana em voga, o referido deputado pretendia demonstrar a inferioridade da mulher e atestar a sua dependência perpétua em relação ao homem, sobretudo, imputando às mulheres a condição de inaptas aos *estudos sérios*. Tudo isto inscrito, como supunha, *no próprio cérebro feminino*. A questão da inferioridade da mulher era medida, conforme argumentos apresentados por Malaquias, pelo peso do cérebro.

Indo de encontro a essas afirmações, Tobias Barreto (1962) cita autoridades em medicina, principalmente alemãs, endossando a posição de que a mulher tinha plena aptidão para o aprendizado e para o ofício. Invoca, como exemplo, a russa Nadeschda Suslowa, a primeira mulher a se tornar médica na universidade de Zurich em 1867.

Numa ambivalência típica dos intelectuais de então, Tobias entendia que não havia exagero algum em pensar na emancipação da mulher. Ele inclusive ressaltava que essa é uma *das questões do nosso tempo*. É um dos mais sérios assuntos da época, em toda a sua complexidade, e pode ser tratado sob três pontos de vista distintos: o político, o civil e o social.

Quanto ao primeiro, a emancipação política da mulher, confesso que ainda não julgo precisa, eu não a quero por ora. Sou relativista: atendo muito às condições de tempo e de lugar. Não havemos mister, ao menos em nosso estado atual, de fazer deputadas ou presidentas da província (exclama um deputado: o Sr. é oportunista). (BARRETO, 1962, p. 75).

Civilmente, argumenta ser necessário emancipar a mulher do *jugo de velhos prejuízos, legalmente consagrados*. Sua posição era de que as relações da família ainda eram constituídas sobre o alicerce dos princípios bíblicos da sujeição feminina.

A mulher ainda vive sob o poder absoluto do homem. Ela não tem, como deveria ter, um direito igual ao do marido, por exemplo, na educação dos filhos; curva-se como escrava à soberania da vontade marital. Essas relações deveriam ser reguladas por um modo mais suave, mais adequado à civilização. (BARRETO, 1962, p. 75).

Sustentar que a mulher não tem aptidão para os estudos científicos é além de *um erro histórico, um atentado contra a verdade dos fatos*, assevera Tobias Barreto. Ocorre que, a partir do momento em que a noção de cultura passou a ser percebida por Tobias como uma construção artificial utilizada no combate das intempéries impostas à condição humana, emerge a possibilidade de identificação no universo das relações sociais, a chave para compreensão dessa desigualdade. Para Tobias Barreto (1962, p. 81) a mulher não teve, no transcurso histórico, “uma educação suficiente e dessa mesma falta de educação tem resultado para o sexo um tal ou qual acanhamento”, chegando ao ponto de supor que ela não é suscetível de cultivar-se e ilustrar-se da mesma forma que o homem.

A procura de um maior ou menor grau de desenvolvimento entre os sexos deve levar em consideração a educação incompleta, a cultura escassa da mulher. Até hoje, educação só e só para a vida íntima, para a vida da família, ela chegou ao estado de parecer que é esta a única missão, que nasceu exclusivamente para isto. E tal é a ilusão em que laboramos: tomando por efeito da natureza o que é simplesmente um efeito da sociedade, negamos ao belo sexo a posse de predicados que aliás, ele tem de comum com o sexo masculino. (BARRETO, 1962, p. 82).

Já existe, nesse momento, um creditável argumento que notadamente foi de encontro a algumas das pressuposições vigentes que legitimavam e explicavam as questões de gênero a partir do dimorfismo sexual. A ossatura dessas pressuposições, que culminará na crítica à sociologia, será edificada e depurada em seus escritos subsequentes.

Segundo a delimitação de Antônio Paim (1966) e Paulo Mercadante (1990, 2006), o início da década de 1880 marca, na trajetória das inquietações teóricas de Tobias Barreto, o começo do ciclo de adesão ao Neokantismo.

Embora a relação com o pensamento alemão tenha vindo de antes, foi somente a partir do concurso realizado em meados da década de 1880 que ele manifestou abertamente sua posição teórica.

A questão oferecida pela congregação da FDR para o concurso foi a seguinte: *conforma-se com os princípios da ciência social a doutrina dos direitos naturais e originários do homem?* Essa pergunta foi respondida tendo como referência a pressuposição teórica que acenava para o fato de que o fenômeno jurídico deveria ser compreendido como construção cultural humana. Conforme Tobias Barreto (1977, p. 285), “a concepção de um direito superior e anterior à sociedade é uma extravagância da razão humana, que não pode se justificar. O homem é um ser histórico”; acreditava que um direito natural e não relativizado seria impensável. O direito oscila e varia no espaço e no tempo: “[a] etnologia nos mostra que as diferenciações que produzem raças, trazem diferenças nos costumes, nas leis, nas instituições das mesmas raças, e história confirma essa asserção”.

A ciência, a educação, a religião, a arte e o direito, como tantas outras instituições sociais, eram *produtos da cultura humana*. Os considerados naturais e inalienáveis direitos, tais como à propriedade, à vida, à liberdade, “nunca existem fora da sociedade; foi esta que os instituiu e os consagrou” (BARRETO, 1977, p. 286). Incorporando a reflexão de Rudolph Von Jhering (2001) acerca do direito, define-o como um *complexo de condições existenciais da sociedade, asseguradas por um poder público*. Uma vez que esse poder público garante os direitos sociais, nenhum direito pode preexistir a ele.

A teoria de semelhantes direitos não é somente inarmonizável com os referidos pressupostos, mas até sucede que a sua permanência é um obstáculo à sociologia. Platão disse: não a ciência do que passa; a moderna teoria da evolução inverteu a proposição e redarguiu ousada: só a ciência do que passa, por que a história só se ocupa do que passa, e todas as ciências caminham para tornar-se preponderantemente históricas. (BARRETO, 1977, p. 287).

A essência do fenômeno jurídico, conforme Tobias Barreto, pode ser traduzida na seguinte máxima: “serpente que não devora serpente não vira dragão”. Partindo desse axioma, a origem sociológica do direito deveria ser remetida ao processo de transformação da força

[...] que se limitou, e continua a limitar-se no interesse da sociedade. Desta força conservada e desenvolvida, é que tudo tem-se produzido, inclusive

o próprio direito, que, em última análise, não é um produto natural, mas um produto cultural, uma obra do homem mesmo. (BARRETO, 1977, p. 287).

O Aporte, mais denso que a dissertação para o concurso, significativo para o debate que orbitava em torno das limitações do conhecimento sociológico nos termos darwinistas e positivistas, está presente no texto intitulado *Glosas heterodoxas a um dos motes do dia ou variações anti-sociológicas* [1881] (BARRETO, 1962). Ele opera críticas à ideia de justaposição dos modelos de explicação e entendimento das ciências naturais para o entendimento dos fenômenos sociais. A sua reflexão estava endereçada a dois pilares do organicismo em voga. No primeiro instante, refuta o determinismo que advogava a lei da causalidade e desprezava a volição nos assuntos sociais humanos, e, em um segundo momento, vai de encontro às suposições de que os fenômenos sociais pudessem ser regidos pelo império inescapável das leis.

A crítica de Tobias Barreto ao positivismo ocorre em torno dos conceitos de sociedade e de cultura: era impossível explicar a sociedade a partir da analogia a organismos vivos ou acreditar que sua dinâmica fosse alimentada por mecanismos involuntários inscritos instintivamente nos sujeitos. As anomalias da vida social, que “são a verdadeira vida do homem”, são transgredidas a partir de formas de “seleção que purificam os homens”. A seleção jurídica e as outras formas de seleção (estética, educativa, moral, etc.) constituem um processo geral de depuração que caracteriza o grande progresso da cultura humana. A sociedade, como produto da cultura, é “um sistema de forças que lutam contra a própria luta pela vida”. Ela depura e retira o homem de sua condição animal. Logo, a seleção dos aptos e dos normais não poderia ser feita a partir de algumas instituições sociais, como asilos para mentecaptos, doentes e leis de socorro aos indígenas, como sugeria Gustave Le Bon. Tobias argumentava que a teoria que postula a normalidade da eliminação natural dos fracos diante dos fortes e dos enfermos frente aos sadios acataria, tranquilamente, a ação do homem robusto e vigoroso que, em luta com o raquítico e inválido, chegaria a matá-lo.

Entregar os míseros à sua própria miséria, deixar que morram de fome os que não podem conquistar pelo trabalho os meios de subsistência, e deste modo correr para o depuramento da sociedade, se isto é seleção, seria mil vezes mais bárbara do que a velha seleção espartana; e como precisa de um nome, que a caracterize, - pois que Esparta já não existe, bem pudera qualificar-se de seleção inglesa. (BARRETO, 1962, p. 214).

Outro aspecto relevante desenvolvido por Tobias Barreto no que concerne a crítica à sociologia diz respeito ao fato da *crença* em uma disciplina denominada *sociologia* proceder do reconhecimento que as ciências naturais detinham. Afirma que os sociólogos, que, em regra são espíritos tomados de admiração pelos progressos e conquistas das ciências naturais, entendem que nada há de mais fácil do que construir a sua sociologia, aplicando-lhe, unicamente, o método naturalístico, isto é, observando e induzindo.

O exame de Tobias Barreto é dirigido ao trabalho de Paul Von Lilinfield (1828-1903), famoso sociólogo russo partidário e defensor do organicismo. Conforme Tobias Barreto:

A teoria é bonita demais, para ser verdadeira. Efetivamente: um menino de cinco anos, nascido em uma das nossas grandes cidades, que brinca sobre o tapete de nossos salões, não pode apresentar os mesmos sinais de rudeza mental, que apresenta a pobre criança, da mesma idade, filha do alto sertão, ainda meio “alali”, que mal começa a conhecer e distinguir seus pais. Igualá-los é um disparate, que repugna à observação e ao bom senso. (BARRETO, 1962, p. 270).

Apresentando estratégica sensibilidade para contrariar o critério empírico naturalista presente nos estudos de Lilienfield, introduz-se a dimensão cultural e social como relevante para pensarmos os homens e mulheres em sociedade. Conclui o texto convidando-o para visitar o Brasil para constatar que o determinismo racial não vinga e que este país é um sintoma de que os preceitos inexoráveis da sociologia de então, que advogam o malogro das raças inferiores em seus climas tropicais, encontra seus limites nas evidências aqui fornecidas. Segundo Tobias Barreto:

Quanto ao ponto relativo às raças, isso é apenas o efeito de uma outra mania do nosso tempo: a mania etnológica. Eu quisera que Lilienfeld viesse ao Brasil, para ver-se atrapalhado com a aplicação de sua teoria ao que se observa entre nós. As chamadas raças inferiores nem sempre ficam atrás. O filhinho do negro, ou do mulato, muitas vezes leva de vencida o seu coevo de puríssimo sangue ariano. (BARRETO, 1962, p. 270-271).

Como explicar a escravidão em uma sociedade escravocrata? Em tom ambíguo — pois aceita a ideia de uma desigualdade natural darwinista entre os homens, mas entende que o aparato cultural permite que toda essa dimensão supostamente natural seja desfeita ou depurada —, Tobias Barreto responde:

Se alguém hoje ainda ousa repetir com Aristóteles que há homens nascidos para escravos, não vejo motivo de estranheza. Sim, - é natural a existência da escravidão; há até espécies de formigas que são escravocratas; porém é cultural que a escravidão não exista [...] Do mesmo modo, é um resultado natural da luta pela vida que haja grandes e pequenos, fortes e fracos, ricos e pobres, em atitude hostil uns aos outros; o trabalho cultural consiste, porém, na harmonização dessas divergências, medindo a todos por uma só bitola [...] É natural que a mulher, por sua fraqueza, seja sempre uma escrava do homem; mas é cultural que ela mantenha-se em pé de igualdade, quando não lhe seja até superior. A ginococracia, que os poetas estão longe de admitir, exprimiria uma das mais altas vitórias ganhas pela cultura sobre a natureza. (BARRETO, 1962, p. 215-216).

A relação com o germanismo, cujas raízes remontam a uma índole social e existencial, ou seja, a possibilidade que emergia do espaço *fornecido* ao mestiço na sociedade brasileira concorreu para que Tobias buscasse reflexões sobre a natureza dessa sociedade e da possibilidade de pensar o seu reconhecimento naquele contexto a partir de uma crítica às teorias raciais. Não incorporou o repertório positivista e racial, senão apenas no início de sua jornada na FDR, pois essa vereda, inevitavelmente, condenaria as conquistas que a sua singular biografia colheu no transcurso de um período marcado pelo silencioso orbe da escravidão. Assim, nos autores alemães, encontrou a resposta paliativa para acalantar suas angústias ante um sistema social iníquo.

É possível auferir uma dose representativa de sua percepção sociológica e dos fatores que delimitaram e impulsionaram seu esforço intelectual, se observamos essa afirmação de Tobias Barreto (1926, p. 286): “não sou bastante forte para fazer à minha imagem e semelhança a sociedade em que vivo; mas esta, por sua vez, não é também bastante forte para me levar em sua corrente. Daí uma eterna irredutibilidade entre nós”.

Lívio de Castro: a mulher e o discurso médico

Educar a mulher é intervir na seleção humana, é dirigi-la no sentido da evolução mental. (Tito Lívio De Castro, 1893).

No último quartel do século XIX, o discurso médico também passa a se interessar pela questão feminina. Questões sobre maternidade, aleitamento materno, menstruação e histeria passam a fazer parte das demandas médicas

da época. A medicina pretendia produzir um saber científico que, baseado na ideia de “destino natural” e na distinção entre condutas normais e patológicas, contribuíssem ideologicamente para a manutenção da ordem e da ideia da boa mãe e boa esposa. Esse tipo de narrativa, influenciada pelas teorias evolucionistas, sobretudo da linha darwiniana, foi potencializada e contribuiu significativamente para a manutenção da ideia de inferioridade feminina.

Tomados de preocupação pelo futuro da nação e com um caráter ideológico, os textos que abordavam a questão da mulher tinham a preocupação de opinar sobre o papel social da mulher. Grande parte dos trabalhos se concentrava na área ginecológica, centralizando a observação nos aspectos biológicos da mulher como constituintes de sua condição de inferioridade, abordando a mulher numa perspectiva de mãe e esposa; uma mulher funcional à reprodução da ordem familiar. O discurso médico e intelectual da época considerava a mulher responsável pela transmissão da boa moral aos homens. Por isso, muitos desses médicos passaram a defender a educação feminina, considerando que a instrução feminina seria essencial para superação do atraso da sociedade brasileira, bem como para a formação de homens que se enquadrassem no novo padrão do tempo.

Tito Lívio de Castro, um médico carioca mestiço muito elogiado por Sílvio Romero, escreveu o livro *A Mulher e a sociogenia*, livro que, influenciado pelo discurso médico em ascensão na época, examina a questão da mulher não pelo viés ginecológico (caminho hegemônico utilizado pelos colegas de profissão), mas pela perspectiva da craniologia, isto é, estudando o cérebro feminino e fazendo uma comparação entre o peso cerebral da mulher e do homem. Nascido no Rio de Janeiro em 1864, Castro era órfão e foi apadrinhado por Manoel da Costa Paes, um comerciante português que financiou os estudos do carioca, que se tornou bacharel em Letras e, em 1884, entrou para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, doutorando-se em 1889. Porém, Tito faleceu jovem, aos 26 anos, pouco tempo após o seu doutoramento, acometido pela tuberculose.

Em sua principal obra, o médico carioca tinha por objetivo, como explica Antonio Candido, “definir o papel da mulher na sociedade moderna, escopo sociológico que procura fundamentar com uma primeira parte biológica e uma última parte que se diria educacional” (CANDIDO, 2006, p. 275). Lívio de Castro escreveu dois outros livros: *Alienações e ilusões* (1889), sua tese de doutoramento; e *Questões e Problemas* (1913), que consiste em uma coletânea de seus escritos publicados entre 1881 e 1890. Influenciado por Manouverier, Wagner, Topinard, Huscke e Broca, no que tange à questão da inferioridade do cérebro feminino, assim como por Lombroso e Ferroso ao comparar a evolução sexual dos animais e dos seres humanos (MARTINS, 2004), em suas observações dos

crânios, Castro defende que a mulher tem o peso do cérebro menor que o do homem, o que indicaria uma inferioridade da evolução feminina em relação à masculina, ou seja, a inferioridade da mulher. Segundo Castro, a mulher era inferior intelectualmente ao homem devido, portanto, a aspectos naturais como o peso do seu cérebro.

É indiferente ao clima, é indiferente à raça, o resultado é o mesmo em todas as longitudes e altitudes. O fato demonstrado pelo método desapasionado das cifras é inegável, tem generalização, a amplitude de uma lei: - a mulher tem menos cérebro que o homem. (CASTRO, 1893, p. 45).

O autor é considerado um dos intelectuais mestiços de grande capacidade científica por Sílvio Romero. O médico carioca é descrito por ele como um “mestiço irrecusável” devido a sua cor da pele, que foi um dos fortes motivos pelo preconceito vivido por Lívio de Castro: “injúrias, grosserias, sofre-as Tito Lívio nos colégios que cursou, e mesmo na academia. Seu gênio absolutamente rígido no caráter, sua cor de mestiço irrecusável, são capazes de explicar a origem desses ataques partidos de almas mesquinhas” (ROMERO, 1893, p. XIII). Isso deve explicar a busca, por parte do autor, de que, através de uma análise científicista, o mestiço alcançaria de forma direta a ascensão social através da educação.

Como nos aponta Almeida:

Não por acaso, Lívio de Castro defendeu a educação como solução para os problemas sociais do Brasil. Para ele, e, para outros mestiços foi um meio direto de ascensão social, ainda que em muitos casos, essa não viesse acompanhada de ascensão econômica. Também, os estudos, a educação superior, a erudição, não foram às únicas formas de ascensão social entre os mestiços. Várias foram as vivências e contingências encontradas por cada um, no rico cultural do século XIX. (ALMEIDA, 2008, p. 62).

A invisibilidade do médico carioca era tamanha que pouco se sabia a respeito do médico mestiço. Toda a sua biografia que pode ser acessada vem dos prefácios de seus livros feitos por Sílvio Romero, que foi seu professor no Colégio Dom Pedro II. O autor sergipano, em certa medida, usava tons elegíacos para se referir ao médico carioca, aos moldes do que ocorria com Tobias Barreto.

Os quatro representantes máximos da raça cruzada no Brasil neste século foram André Rebouças, José do Patrocínio, Tobias Barreto e Lívio de

Castro; mas o primeiro tem fundo e não tem forma; o segundo, forma sem fundo; os dois últimos tiveram uma e outra cousa. Em Tobias Barreto predominam a imaginação poética e a intuição filosófica, em Lívio de Castro a capacidade científica e o espírito construtor. (ROMERO, 1893, p. XXVI).

No século XIX, há uma forte influência do Darwinismo Social nas produções científicas da época. Tito Lívio de Castro não foge à regra, porém acredita-se (ALMEIDA, 2008) que as teorias propostas pelo autor são combinações das ideias de Darwin com as de Lamarck. Indo mais além, a influência mais sentida na obra de Castro foi a de Ernest Haeckel, um propagador das teorias darwinistas entre os germânicos.

Lívio de Castro não foi o único de sua época a sofrer influências haeckelianas. A chamada Escola do Recife teve uma forte preponderância dessa teoria, essa talvez tenha sido uma das principais causas de o autor ser enquadrado como integrante dessa Escola (ALMEIDA, 2008), apesar de ser membro da Escola de Medicina no Rio de Janeiro. Como aponta Nelson Saldanha, “o autor sofreu profunda influência do evolucionismo e do transformismo [...], mas também se interessou profundamente pela psicologia associacionista do século XIX, por Mill, Huxley e outros (SALDANHA, 1995, p. 79) e segue fortes influências do seu professor Sílvio Romero. A elite intelectual nacional foi fortemente instruída pelas perspectivas vigentes na Europa, como o Darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo, o que, de certo modo, permitiu e condicionou uma reflexão acerca da sociedade brasileira. Sílvio Romero, fala de um “bando de ideias novas”, para falar das teorias europeias que chegam tardiamente aqui no Brasil, a partir de 1870. A Escola do Recife se amparou nessas teorias para pensar sobre os problemas que a sociedade brasileira enfrentava, e, principalmente, sobre a questão do atraso.

Em sua obra *A mulher e a sociogenia*, publicada em 1893, três anos após a sua morte, Castro traz à tona a questão da mulher uma década depois das tensões de Tobias Barreto com a interpretação vigente acerca da condição da mulher. A obra apresenta um jargão técnico e um caráter científico característico da época. Usa termos da biologia, da craniologia, da fisiologia, entre outros ramos da ciência que estavam em auge no Brasil. O livro mostra o esforço do autor em apresentar dados estatísticos como base dos seus argumentos. Além disso, é perceptível as críticas que Tito Lívio de Castro faz à idealização da mulher feita pelo Romantismo e por Schopenhauer, sobretudo a este último, que tratava a mulher de modo a negar ao gênero feminino qualquer forma de superação de sua “inferioridade”.

Saldanha (1995) também reconhece a produção de Lívio de Castro considerando o seu livro significativo para a vida intelectual brasileira.

Seu livro maior, *A mulher e a sociogenia*, pode ser considerado uma das maiores produções da vida intelectual brasileira no século passado. Bem escrito, com um estilo muito superior ao da maioria dos grandes da Escola do Recife, o livro é claro, seguro, refletido e bem estruturado. Se tem equívocos, se tem *parti pris* pelo biologismo, são traços de seu tempo e de seu meio. (SALDANHA, 1995, p. 79).

Seguindo pela linha lamarckiana de análise dos aspectos naturais do processo evolutivo, mas também tentando diagnosticar efeitos biológicos de circunstâncias ambientais, Lívio de Castro conclui que o cérebro feminino teria sido pouco utilizado e a mulher, portanto, teria pouco se servido dele, por isso o órgão não teria se desenvolvido. Ele conclui que a diferença do volume do cérebro masculino para o feminino era, em média, de 150 cm³. Para ele, a mulher estaria num estágio de atrofia cerebral devido ao pouco uso do seu cérebro, o que estaria se desdobrando em problemas sérios para a evolução da espécie. A mulher estaria na infância da humanidade, em comparação ao homem branco – representante do ápice dessa evolução. Porém, é neste ponto que o autor começa a apresentar uma nova perspectiva, diferente dos colegas médicos que refletiam sobre a questão a partir de uma perspectiva ginecológica. As questões da educação e da evolução estão intimamente ligadas na obra de Castro, sendo o processo educativo considerado como pressuposto básico da evolução humana. Sua contribuição ao debate sobre a mulher em finais do século XIX: para ele, a situação do atrofiamento do cérebro feminino apresenta-se de maneira reversível, situação que seria superada ao passo que a mulher fosse submetida ao processo educativo. Para o autor, não havia contestação científica alguma que impedisse o processo educativo para mulher, tese pela qual ele se contrapunha ao discurso médico hegemônico que considerava que “a educação poderia atrofiar os órgãos reprodutivos femininos e masculinizar as mulheres” (ROHDEN, 2001, p. 207).

Não há, portanto, objeção científica contra a educabilidade da mulher, ela é um organismo como os outros e sob a ação dos motivos que influenciaram os outros reagirá do mesmo modo que eles: o motivo é a educação, a reação é a evolução mental. (CASTRO, 1893, p. 312).

As questões da educação e da evolução estão intimamente ligadas na obra de Castro, *sendo o processo educativo considerado como pressuposto básico da evolução humana*. “Seu livro é, portanto, uma síntese das principais conclusões sobre as diferenças sexuais mapeadas pelos cientistas dos séculos XVIII e XIX, base material para justificar as hierarquias, as desigualdades e a legitimação do poder” (MARTINS, 2004, p. 246). O autor defendia que a educação seria o meio mais efetivo e rápido para o desenvolvimento mental das mulheres, deste modo, a educação feminina seria essencial para o progresso da nação. O autor se preocupa em identificar as causas do que se pensou como *atraso nacional*, assim como apontar soluções para a sua superação. Desse modo, coloca a mulher no centro de suas preocupações, indicando-a como causa e consequência do retardamento do desenvolvimento nacional. Embora aponte que a inferioridade da mulher era de forma física, a cultura e educação pesam mais em sua análise do que a natureza e a raça, pois defendia que esse problema físico se resolveria através do processo educacional, considerando as possibilidades de estímulo cerebral.

Para Lívio de Castro, a população brasileira deveria ser urgentemente educada, incluindo tanto homens quanto mulheres. Devido à restrição de acesso à educação em favor de uma pequena parcela da população brasileira, a educação deveria ser defendida por todos os governadores, constituindo uma prioridade para se alcançar o desenvolvimento humano tão almejado e discutido pela elite intelectual daquele período.

A evolução humana será tanto mais fácil, quanto mais próxima da mentalidade masculina estiver a feminina. Só assim, terá uma base estável a sociedade humana que passa da mitologia para a ciência, quando a mulher atual continua na mitologia anacrônica. A utilidade, a necessidade da educação feminina impõe-se à espécie como base da seleção que deve ser intelectual, em relação ao futuro e não física em relação ao passado. Sem educação, a vida da mulher achar-se-á em breve comprometida pelo industrialismo que irrompe indomável e vitorioso. Não somente sob o ponto de vista econômico, mas, e principalmente, sob o ponto de vista específico, “antropológico”, a educação da mulher, promovendo a substituição de um tipo sociogênico retrógrado por um tipo progressista, é de utilidade e necessidade absoluta. Sem educação feminina não há evolução feminina, porque a educação é, no presente caso, o único fator mesológico mutável, o único, portanto capaz de determinar novas adaptações que já têm, entre os dois tipos, um caráter de raça, que assumirá proporções muito maiores e

estará constituído um dimorfismo específico na humanidade. (CASTRO, 1893, p. 404-405).

Apesar de endossar a suposição da inferioridade intelectual da mulher em relação ao homem, constatada a partir do peso do cérebro, Tito Lívio de Castro perseguia a hipótese que o desenvolvimento para o Brasil passa diretamente pelo processo educativo. Em sua perspectiva, a educação seria a única forma de evolução da mulher. Percebe-se, neste trabalho, que existia um pressuposto que indicava a relação entre a educação feminina e o desenvolvimento da *nação*.

O cérebro feminino só espera o fermento da educação para evoluir. Educada a mulher, organizada a seleção intelectual, a única rigorosamente compatível com a vida de uma espécie que existe pela inteligência, estarão para sempre rotas as cadeias que prendem a espécie e a sociedade ao passado remoto, serão economizadas as energias despendidas hoje contra o passado redivivo nos preconceitos, nas mitologias e na ignorância [*sic*] (CASTRO, 1893, p. 405-406).

Nesse sentido, a evolução da mulher reverberaria na evolução da família, bem como de toda a sociedade. O autor critica a ideia que era consonante na época, que a educação feminina promoveria a destruição familiar, pois esse processo poderia colocar em risco os interesses da família (patriarcal). E, também, questionava o fato de que “a mulher deve ser unicamente procriadora” (CASTRO, 1893, p. 318). “Se a educação da mulher, se o seu progresso mental vem dissolver a família, o primeiro cuidado de um povo que civiliza deve ser extinguir a família e educar a mulher” (CASTRO, 1893, p. 320).

Embora o autor seja um defensor da educação feminina, ele não faz isso numa perspectiva política; ele não defendia que a mesma ocupasse cargos políticos, mas que sua educação era necessária no processo civilizatório brasileiro, a mulher educada ajudaria nesse processo, pois uma família não poderia estar a cargo de uma mulher que não contribuísse para esse fim. Nesse aspecto, Lívio de Castro se junta aos intelectuais do século XIX que se preocupavam com o atraso do Brasil, e se diferenciava ao elencar a mulher como objeto de estudo e não a questão racial, em sua perspectiva, “mulher é um elemento conservador, coercitivo, uma força estática que pode e deve ser transformada na dinâmica de interesse geral, na evolução” (CASTRO, 1893, p. 354). O autor, ao eleger a mulher como categoria de análise, atribui à educação um papel *sine qua non* no processo de evolução.

Apesar de afirmar a inferioridade da mulher em relação ao homem, conclui que isso se deve ao *fator cultural* pela falta da educação, não redundando um determinismo biológico aos moldes das ciências da natureza de sua época. Acreditava que a educação promoveria uma evolução mental na mulher que poderia ser transmitida de geração em geração, ou seja, inverte a lógica do biologismo clássico do século XIX, onde a natureza sobredetermina o social e direciona-o.

Castro era adepto da ideia de hereditariedade mental, segundo a qual as aquisições intelectuais contribuíam na evolução da raça, sendo transmitida hereditariamente. Por isso foi um defensor da inclusão feminina à educação, por acreditar que este seria um dos meios mais rápidos e seguros na promoção da evolução mental da mulher, bem como para sua transmissão às futuras gerações. (ALMEIDA, 2007, p. 3)

As conclusões a que chega o médico carioca sobre a mulher no século XIX ilustram os limites e as possibilidades institucionais sob as quais se manifestavam as tentativas de compreender a sociedade brasileira. Só com suportes materiais e sociais é que foi possível surgir uma reflexão de caráter cientificista como a de Lívio de Castro. Seu entendimento em relação à educação feminina alinhou-se aos aspectos das teorias biológicas, com especial influência lamarckiana; porém, suas teses sobre a educação feminina constituíram argumentos avançados para a época, tendo em vista as condições que a ciência tinha para oferecer no contexto em que o autor estava inserido, além de superar as questões de meio de raça que predominam nos estudos dos intelectuais brasileiros nos oitocentos. O fato de Lívio de Castro, apesar de ser mulato, se ocupar da questão da inferioridade feminina aponta que essa era uma forma de criticar a teoria racial e fundamentar a igualdade entre a humanidade e reconhecer a cultura (educação) como fator determinante. Era uma defesa do negro tentando dizer que, se as condições fossem dadas, eles não difeririam em nada do branco. A educação se apresenta como um antídoto para os males do país. “Há nisso um sintoma do dilema enfrentado por muitos intelectuais mestiços, que buscaram na educação uma compensação para inferioridade de suas condições” (ALMEIDA, 2008, p. 105). Nesse sentido, pensar na educação como solução para a inferioridade da mulher, era pensar a solução para si, era uma forma de explicar sua condição de negro, de alguém visto sob a ótica da inferioridade social.

Florentino Menezes: sofrimento, justiça social e condição da mulher

A mulher, pelo menos até hoje, tem sido uma vítima da sociedade.
(Florentino Menezes, 1952)

Florentino Teles de Menezes (1886-1959) foi um intelectual sergipano que se dedicou à sociologia no início do século XX. Seguramente, é um autor da fase da sociologia pré-científica, segundo a delimitação de Antonio Cândido (1960), ou seja, do período anterior à década de 1930. Disto resulta o seu pensamento eclético e generalizante, como apontam seus poucos comentadores (SANTOS, 2003; SILVA, 1998), marcado pela inexistência dos rigores do período institucionalizado da sociologia brasileira posterior a 1940.

Nasceu em Aracaju, em 1886. Era filho de Álvaro Tales de Menezes, médico, e da professora Francisca Tales de Menezes. Começou seus estudos de engenharia em Recife, chegando a passar também pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e pela Faculdade de Medicina da Bahia, mas não concluiu sua formação universitária. Retornou à Aracaju em decorrência de problemas financeiros e viveu o restante de sua vida nesta cidade. É também na capital sergipana que produziu toda a sua obra e onde figurou como um dos principais disseminadores do pensamento socialista. Na sua militância, e na sua produção teórica, concedeu grande destaque à condição desigual das mulheres na sociedade humana e da necessidade crescente da superação desta condição.

Sociologicamente, seu interesse pela questão das desigualdades de gênero advém da mesma base de pensamento que o levou a refletir sobre o racismo, sobre a exploração do trabalho e sobre a “fome crônica”. No entanto, sem subsumir a questão de gênero às outras, Menezes compreende o caso da mulher como singular, decorrência de sua generalidade na história humana.

A mulher, pelo menos até hoje, tem sido uma vítima da sociedade. [...]

Existem também classes condenadas ou preferidas para o sacrifício, quando ele se impõe à mentalidade da época, como os escravos, os servos e os proletários.

Neste particular, as mulheres obtiveram sempre um lugar de destaque e, na maioria dos casos, foram alvo da preferência dos seus egoístas companheiros, relativamente à sua escolha para os mais diversos e os mais estranhos sacrifícios. (MENEZES, 1952, p. 181).

A particularidade da sua abordagem dada à condição da mulher parece ser devedora de uma condição marginal ocupada pelo autor na vida intelectual de sua época (SOUZA, 2020). Como um autodidata, seu pensamento não passou pelas restrições e orientações de método e de doutrina comuns à sociologia científica. É desta forma que vai com facilidade da paleontologia à história comparada e à biologia dos insetos. Talvez por isso não se possa esperar dele uma imersão total nas tendências de sua época. Situado no período de entremeio entre a sociologia do século XIX, dominada pelo determinismo naturalista e a sociologia do século XX, sobretudo àquela mais culturalista, pós-Gilberto Freyre, o pensamento do nosso autor é uma estranha confluência entre estas duas correntes. Ao mesmo tempo que está completamente mergulhado nas categorias de pensamento da biologia e do evolucionismo, é crítico ferrenho do reducionismo do social ao mundo natural e um defensor da autonomia do social sobre as outras esferas da realidade. Mais do que isso, defende que há uma preeminência do social sobre o natural. Assim,

[a] ação da sociedade não se limita apenas à mentalidade individual, às suas realizações de caráter psicológico, mas se exerce, ainda, sobre as manifestações dos próprios fenômenos orgânicos, relativos às funções fisiológicas e à estrutura anatômica do ser humano. (MENEZES, 1952, p. 135).

Esta posição se refletirá na sua compreensão da condição feminina e nas suas possibilidades de superação.

Sua tese é a de que a sociedade civilizada seria o estágio final do processo de evolução que vai do surgimento da vida nos oceanos terrestres ao homem europeu ou estadunidense de sua época. Esse processo evolutivo não se explicaria apenas no plano biológico. Também a sociedade interferiria na seleção das espécies, sobretudo através do que ele denomina de “sacrifícios”.

Comparando sociedades humanas com sociedades animais, Menezes (1952, p. 165) explica que toda sociedade impõe a seus membros determinadas coerções ou “sacrifícios” necessários ao funcionamento do coletivo. No que se refere às sociedades animais, todo sofrimento imposto pela sociedade aos seus elementos é útil e necessário. No caso da humanidade, em decorrência de sua evolução e do desenvolvimento de formas de mentalidade e comunicação mais evoluídas, há sofrimentos inúteis — causa das diferentes desigualdades sociais. Para o autor, grande parte desse sofrimento se deve, justamente, ao fato de sermos animais pensantes, com “mentalidade”, e de que, quase sempre, esta mentalidade adquire uma forma ilógica e irracional. Com o desenvolvimento

da civilização, da ciência, do pensamento racional e com a tomada de consciência de cada um de sua posição no todo social, do seu papel e dos sacrifícios que são necessários ou não, haveria, segundo ele, uma redução crescente da desigualdade.

Menezes compreende a condição da mulher em sociedade a partir deste quadro analítico, que é socialista, principalmente na medida em que é atento à base econômica da realidade social, bem como às desigualdades que lhe são inerentes, mas que não se permite restringir a nenhuma forma de economicismo. Por isso também as suas reflexões de gênero e de raça não parecem poder ser subsumidas à questão econômica, pois estes sacrifícios não encontram na desigualdade econômica sua causa última, mas na própria necessidade de sacrifício de todo agrupamento humano. O socialismo de Florentino vem de uma visão da sociedade que é sobretudo funcionalista. Daí também decorre suas formulações sobre a condição da mulher.

No seu entender, todo o sofrimento causado às mulheres ao longo da história é produto de imposições sociais, destinadas ao bom ordenamento da coletividade e da sua sobrevivência, mas que acabaram adquirindo a forma de sofrimentos inúteis e desnecessários. Não é a imposição de sofrimento pela sociedade que é o problema. Da mesma forma, não há culpados individualmente. É na maneira injusta como a sociedade, essa instância impositiva e absoluta que penetra até mesmo no fisiológico, tem imposto a demanda dos sacrifícios que se encontra o problema.

Durante milhares de anos, ela seguiu, torturada e humilhada, o seu egoísta companheiro, ajudando-o a vencer as batalhas exaustivas da vida.

Finalmente, e para maior glória da humanidade, começa a raiar, para a mulher uma nova e refulgente aurora.

Mas, em reconhecimento da verdade, é necessário dizer que foram as condições da existência social no passado (isto é a sociedade) que sacrificaram a mulher.

Estas condições se transformaram por efeito da própria evolução social, e, hoje, procuram defendê-la e livrá-la da série imensa de sacrifícios inúteis que a antiga sociedade lhe impôs.

Em última análise, foi a sociedade que sacrificou a mulher e, hoje, procura libertá-la. (MENEZES, 1952, p. 186).

O exemplo mais notável dado pelo autor destes “sacrifícios inúteis”, e que foi alvo de sua investigação como um dos problemas sociais latentes de seu tempo, é o da prostituição.

A sociedade, hoje, eleva e dignifica a mulher, mas somente a mulher que progride e vence nas regiões elevadas da pirâmide social [...] Mas, quando são arrastadas à degradação da vida e à prostituição, por um sofrimento moral inconcebível, determinado pela miséria e pela fome, a sociedade sem piedade e sem justiça, condena e persegue, estas vítimas indefesas da existência social humana. (MENEZES, 1952, p. 190).

A prostituição é o fenômeno revelador da posição de desigualdade da mulher na sociedade de sua época, fenômeno ao qual Florentino Menezes se insurge teórica e politicamente. Ele o compreende como o efeito de uma imposição de funções sociais necessárias, mas cuja forma atual não é assim, a uma determinada classe social, economicamente definida e delimitada, e que responde tanto pelos benefícios materiais de que uma minoria goza quanto pelas necessidades propriamente biológicas, sexuais, que essa composição viciada do coletivo impõe aos homens. Ainda assim, tal fenômeno não é compreendido como definitivo ou imutável. Segundo o autor,

à proporção que a civilização se desenvolve e as conquistas de ordem moral se tornam mais frequentes, a mulher vai, pouco a pouco, livrando-se dos pesados sacrifícios que a sociedade lhe exigia. [...]

O reajustamento, ou melhor, a democratização dos sacrifícios é, portanto, um fenômeno que se impõe como um imperativo social, uma conquista brilhante da mentalidade humana.

Mas este reajustamento efetua-se muito lentamente. (MENEZES, 1952, p. 186).

Na sua análise, Menezes elenca dois processos em curso e que parecem evidenciar a marcha da história: um processo de caráter econômico e outro intelectual. Em relação ao fator econômico, destaca a influência da sociedade estadunidense sobre a brasileira, sobretudo através do cinema. Cada vez mais, no Brasil, as mulheres se aproximam do modelo de civilização exemplificado pelo norte da América, símbolo de progresso tanto econômico, quanto científico e moral, e que se revela nos seus produtos culturais. No plano das ideias,

Florentino destaca a participação da Igreja Católica na valorização da mulher, sobretudo com a figura de Maria, mãe de Cristo. Dado o seu papel importante na narrativa católica, seu peso não pode ser considerado. Nas palavras do autor, através da virgem Maria, a Igreja “sublimou” a mulher.

Mas, infelizmente, a religião católica destruiu sua finalidade principal, trancando a mulher, depois de sublimá-la, nas prisões do ideal, prendendo-a, nas cadeias de ouro do sentimento e exigindo-lhe sacrifícios incompatíveis com sua organização biológica e sua posição social. (MENEZES, 1952, p. 185).

Além disso, e atribuindo-os ao avanço do progresso civilizatório, o autor não se furta de destacar o voto feminino, bem como a maior presença em cargos públicos, por exemplo, como conquistas de seu tempo.

Relativamente a estas conquistas edificantes para a humanidade marcham na vanguarda os Estados Unidos, a Inglaterra e ainda outros países de intensa e elevada civilização.

A mulher, no Brasil, não possuía o direito de voto, não podia ocupar cargos públicos, não era admitida no comércio e os melhores lugares lhe estavam vedados. [...]

Hoje, as mulheres brasileiras podem, como os homens, ocupar os cargos públicos mais bem remunerados.

No comércio, sua atividade produtora é disputada e, nas universidades, conquistam os títulos científicos, fazendo, com elegância, uma concorrência muito digna e leal aos seus companheiros de luta.

Isto é de molde a provar que aqueles sacrifícios, impostos illogicamente à mulher, eram inúteis, relativamente à segurança e às defesas sociais. (MENEZES, 1952, p. 182-183).

Florentino Menezes é um autor atípico. É por isso que, mesmo compartilhando diversos preconceitos típicos de sua formação evolucionista e positivista, como o de reconhecer o tamanho inferior do cérebro feminino ou o de acreditar que as prostitutas, tendo em vista seus “sacrifícios inúteis e degradantes” — para utilizar a terminologia do autor —, seriam menos aptas ao trabalho intelectual, ele não pretende senão entregar estas “observações” ao caráter de fenômenos

históricos, causados pela sociedade e passíveis de serem transformados por ela. Assim, na medida em que faz concorrer em seu pensamento, paralelamente, o caráter evolucionista com a sua proposta da determinação do biológico pelo social, Menezes compreende a libertação da mulher de sua condição através de transformações sociais como uma ocorrência de ordem necessária, ditada pelas leis da sua ciência, a Sociologia, e não apenas como um imperativo moral.

Considerações Finais

O estudo de Oracy Nogueira (1978, p. 185), que teve como fito compreender a emergência da sociologia no Brasil apontou que o interesse pela sociologia se deu a partir de alguns fatores, sendo que o “principal fator de receptividade às ideias sociológicas no Brasil, a partir do século XIX, foi a perplexidade de uma elite letrada, preocupada com a identidade e o destino da sociedade nacional”. Essa perplexidade era atenuada pela ambivalência dos intelectuais brasileiros no século XIX “em relação ao contexto que estavam inseridos: vendo-os com os olhos do europeu, exacerbavam seus aspectos negativos, sem conseguir romper com os laços afetivos que a ele os prendiam”. Presos a orbe do mundo patriarcal escravocrata cristão, poucos deles conseguiram subverter o que as teorias ideologicamente rematavam.

Os autores aqui apresentados representam esses poucos que vislumbraram perscrutar publicamente a natureza intocada dessas instituições que excluía a mulher dos interesses dos intelectuais. O lugar público ainda era, no imaginário do século XIX, o lugar para se perder a respeitabilidade, para discutir e polemizar os assuntos da ordem do dia. No “feudo”, não havia debates e as verdades eram acatadas dogmaticamente. Conforme Sodré (1982, p. 45), a vida urbana, a partir da metade do século XIX, se amplia: “[n] ela, a mulher e o estudante estabelecem condições de sociabilidade que antes não existiam. Serão as parcelas mais importantes do público que, na época, acompanhavam as atividades culturais”.

A contribuição singular de Tobias Barreto à sociologia naquele momento esteve vinculada à possibilidade de fornecer um *status* científico e filosófico à pressuposição que advoga que as razões dos males do Brasil não estavam inscritas nas dimensões humanas naturais e, sim, na forma como a cultura possibilita a seleção e o estímulo dessas dimensões. Neste contexto, a educação passou a ser tida como elemento embrionário para pensar a sociedade brasileira e as possibilidades e/ou razões de seu malogro, uma vez que suas escolhas teóricas já não mais possibilitavam deduzir que a raça fosse um fator mais determinante ou mais importante que a cultura para o entendimento da sociedade e

de sua configuração. A mulher passa a ser um mote para o início da erosão do racismo científico.

O pensamento de Tito Lívio de Castro, embora ainda limitado — devido aos vieses impostos pela biologia à explicação sociológica vigente —, destacou-se em sua singularidade para a época. Apesar das teorias raciais estarem em posição de destaque para a intelectualidade brasileira, o autor é um dos primeiros teóricos nacionais a relacionar o atraso da nação à inferioridade intelectual da mulher, o que torna a sua teoria um tanto progressista para uma época em que a mulher não tinha atenção central em meio à elite intelectual brasileira que pensava o *problema nacional*. Tito Lívio tinha como objetivo, ao escrever o livro *A mulher e a sociogenia*, deixar uma contribuição para o desenvolvimento da consciência enquanto fator da evolução humana; mesmo fundamentado em premissas biológicas, sua principal contribuição está na defesa da educação para mulher e no reconhecimento que a educação promoveria uma evolução mental na mulher que poderia ser transmitida de geração em geração.

Para Florentino Teles de Menezes, por exemplo, o *status* da mulher nas sociedades humanas em geral é sempre agregado a um sofrimento inútil e desigual. Inútil e desigual justamente porque o autor não admite a preeminência dos fatores naturais ou biológicos frente aos sociais, mas o contrário, de forma que o biológico ou o psicológico não podem servir de justificativa à desigualdade social. O interessante é que Menezes não deixa de ser um pensador de seu tempo, o que torna sua leitura difícil para o leitor atual, sobretudo se tomar como ponto de partida uma noção redutora da produção do pensamento, como a que se contenta, por vezes, em reduzir Émile Durkheim a Auguste Comte ou o Evolucionismo social ao Evolucionismo biológico, e menospreza o caráter crítico que uma reinterpretação que parte das mesmas categorias pode sustentar. Na sua busca por se desgarrar de perspectivas racistas e conservadoras da época, Menezes não produz novas categorias, mas as ressignifica. Assim, se certas sociedades possuíam para ele, de fato, cérebros menores que outras, ou se as prostitutas eram estéreis, isso era assim pelo peso da divisão social do trabalho — algo que poderia ser transformado — sobre os seus corpos e suas mentes, e não por uma constituição a-histórica e natural qualquer.

Estes autores representam os momentos em que vão ganhando força as pressões em torno da entrada de novos atores na cena pública. Suas ideias, mesmo que presas aos limites de seu tempo, revelam as tensões pelas quais a história, e as suas relações de força, foram sendo sedimentadas. Apesar das teorias defendidas por esses autores serem consideradas, atualmente, como limitadas e, de certo modo, ultrapassadas, faz-se necessário perceber que elas constituem

avanço significativo para a época em que as teorias racistas predominavam e influenciavam as produções científicas. O discurso cientificista do século XIX é via para a manutenção do poder da elite, tendo em vista a conjuntura social da época, sendo as produções que abordam a mulher produtos dos interesses de uma elite patriarcal, machista e escravocrata. Era através dos pressupostos teóricos e ideológicos formulados pelos intelectuais da época, que predominavam nas mais variadas áreas da sociedade, que a classe dominante conseguia convencer e se manter no poder. Porém, as obras desses autores, ainda que restritas, se apresentam como uma reação às sentenças teóricas que excluem a mulher do debate científico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. A. de. **Um “mestiço irrecusável”**: Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XIX. 2008. 171f. Orientador: Eduardo França Paiva. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ALMEIDA, A. M. A. de. Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: ANPUH, 2007. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.24/ANPUH.S24.0768.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

BARRETO, T. Uma nova intuição do Direito. *In*: BARRETO, T. **Estudos de Filosofia**. São Paulo: Grijalbo; Brasília: INL, 1977 [1881]. p.238.

BARRETO, T. **Estudos de sociologia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

BARRETO, T. **Vários Escritos**. Aracaju: Ed. do Estado, 1926.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 271-301, 2006.

CANDIDO, A. **A Sociologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Delta, 1960. (Enciclopédia Delata Larousse).

CASTRO, T. L. de. **A mulher e a sociogenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1893.

DA MATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo a brasileira. *In*: DA MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981. p.64-98.

FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 2000a. v.2.

FREYRE, G. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Rio de Janeiro: Record, 2000b. v.2.

JHERING, R. **A luta pelo Direito**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004.

MENEZES, F. **Grandeza, decadência e renovação da vida**. Aracaju: Movimento cultural de Sergipe, 1952.

MERCADANTE, P. **Tobias Barreto**: o feiticeiro da tribo. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2006.

MERCADANTE, P. O germanismo de Tobias Barreto. *In*: BARRETO, T. **Bibliografia e estudos críticos**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 1990. p.35-57.

NOGUEIRA, O. A sociologia no Brasil. *In*: FERRI, G. M.; MOTOYAMA, S. (org.). **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSP/EPU-CNPq, 1978. v.3, p.180-195.

PAIM, A. **A filosofia da Escola do Recife**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1966.

ROHDEN, F. **Uma ciência da diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2001. (Antropologia & Saúde collection).

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: H. Ganier, 1980 [1888].

ROMERO, S. Tito Lívio de Castro. (Prefácio). *In*: CASTRO, T. L. **A mulher e a Sociogenia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1893. p. IX - XXVII.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SALDANHA, N. **A Escola do Recife**. São Paulo: Convívio, 1995.

SANTOS, W. D. **Florentino Menezes e a propaganda socialista em Sergipe nos anos de 1920**. 2003. 50 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, A. E. M. Florentino Menezes: um pioneiro da sociologia no Brasil. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n.1, p.71-88, 1998.

SKIDMORE, T. E. **O preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, N. W. **Síntese de história da cultura Brasileira**. 10. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

SOUZA, M. C. Florentino Menezes: por uma sociologia da realidade natural. **COSMOS: Revista de Graduação em Ciências Sociais**, São Cristóvão, v. 1, n. 1, p. 6–19, 2020.

Recebido em: 16 de agosto de 2021.

Aprovado em: 03 de maio de 2022.

INTELECTUAIS, LITERATURA E PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UM DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO¹

Luis Gustavo de Paiva FARIA²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo organizar um debate teórico-bibliográfico envolvendo referências da sociologia da cultura, da literatura e dos intelectuais, bem como dos estudos literários e do pensamento social brasileiro, articulando-as em uma discussão formulada a partir de historiografias culturais e literárias. Considera-se a relação entre literatura e sociedade a partir de uma abordagem cara à área de sociologia da cultura, segundo a qual a literatura é entendida como fenômeno social reflexivo.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia dos Intelectuais; Sociologia da Literatura; Pensamento Social Brasileiro.

INTELLECTUALS, LITERATURE AND BRAZILIAN SOCIAL THINKING: A THEORETICAL-METHODOLOGICAL DISCUSSION

ABSTRACT: *The aim of this article is to organize a bibliographic debate involving theoretical references from the sociology of culture, literature and intellectuals, such as literary studies and Brazilian social thinking, involving them in a discussion formulated from cultural and literary historiographies. The relationship between literature and society is considered from an approach dear to the field of sociology of culture, according to which literature is understood as a reflexive social phenomenon.*

KEYWORDS: *Sociology of Intellectuals; Sociology of Literature; Brazilian Social Thinking.*

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na *IV Jornada de Pensamento Político Brasileiro*, na Sessão 1 do GT IV: Intelectuais, cultura e política no pensamento brasileiro. Agradeço as valiosas sugestões da Prof. Carmen Felgueiras (UFF), debatedora dos trabalhos, e dos demais presentes.

² Universidade Federal de Viçosa (UFV), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Viçosa – MG – Brasil. Mestrando em Estudos Literários. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0603-4642>. lgpaivafaria@gmail.com.

Em “Crítica e Sociologia”, Antonio Candido (2006) enfatiza a importância da influência mútua entre crítica literária e sociologia da literatura, formulando um panorama de abordagens e identificando objetos próprios às respectivas áreas. Por um lado, o crítico ressalta a necessidade de uma crítica literária integrativa entre elementos sociais e estéticos e, por outro, de estudos sociológicos que se utilizem de obras literárias, argumentando que “é preciso estabelecer uma distinção de disciplinas, lembrando que o tratamento externo dos fatores externos pode ser legítimo quando se trata de sociologia da literatura” (CANDIDO, 2006, p. 14)”. Distingue-se, portanto, essas disciplinas, já que teriam interesse em diferentes elementos de um mesmo fenômeno.

Um amplo levantamento bibliográfico feito por Naves *et al.* (2001) demarca as disputas e as abordagens disciplinares em trabalhos cujo objeto de estudo são manifestações artísticas. Ainda que os autores estejam trabalhando com o tema da música popular brasileira, é possível generalizar seu argumento às manifestações culturais em sentido amplo na medida em que, mesmo quando determinada área ou disciplina possua maior ou menor tradição em seu tratamento, tais manifestações estão sob exame de diversas abordagens que se diferenciam entre si por questões epistemológicas e metodológicas. O fato de disciplinas diversas estudarem um mesmo fenômeno cultural, como é o caso da crítica literária e da sociologia da cultura em relação à literatura, confirma o caráter interdisciplinar do objeto. Segundo os autores,

[...] deparamo-nos com um grande número de trabalhos [de] diferentes áreas do conhecimento, como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Teoria Literária e a Teoria da Comunicação, entre outras, que buscam através da música popular [e de manifestações culturais] uma reflexão mais ampla sobre a tradição cultural brasileira. E é também importante lembrar que o estudo [...] exige que o pesquisador recorra a ferramentas metodológicas de áreas circunvizinhas. (NAVES *et al.*, 2001, p. 1).

Ao considerar a dificuldade em estabelecer fronteiras disciplinares no estudo de manifestações culturais, artísticas e literárias, segue-se aqui as pistas argumentativas estabelecidas por Candido (2006) e os limites discutidos por Naves *et al.* (2001), mesmo que seja possível questioná-las em diferentes níveis. Desse modo, este trabalho concentra-se em uma abordagem sociológica do fenômeno literário, expandindo seu escopo aos elementos culturais constitutivos dos fenômenos artísticos, o que valida e assume, por consequência, as fronteiras construídas por Candido (2006).

A relação entre literatura e sociedade é abordada a partir da sociologia da cultura, mantendo um fundamento da literatura como fenômeno social reflexivo. Ao se situar em determinada abordagem, não significa que o trabalho esteja fechado às diferentes áreas que compartilham temas e objetos de pesquisa. Ao contrário, busca-se *insights* sobre manifestações artísticas em pesquisas de disciplinas e abordagens diversas, como crítica literária e história cultural.

No Quadro 1, estão organizadas especificidades consideradas na construção de um objeto de pesquisa por diferentes disciplinas no que se refere à relação com fenômenos artísticos e culturais:

Quadro 1 – Áreas de pesquisa e focos de análise de fenômenos artístico-culturais

Área de pesquisa	Foco de análise
Comunicação e Semiótica	Levam em conta elementos de produção e distribuição do objeto artístico
Musicologia e etnomusicologia	Indústria cultural e ritmos populares
Estudos Literários	Análise estética, aspectos formais
Antropologia	Identidades culturais populares
História Social e Sociologia	Movimentos artísticos e culturais em interface à política e à economia

Fonte: Adaptado de Naves *et al.* (2001).

Considerando esses pressupostos, ressalta-se que o escopo e o objetivo deste trabalho aproximam-se de uma sociologia da cultura, da literatura e dos intelectuais que dialoga diretamente com o pensamento social brasileiro, colocando em segundo plano a tradicional abordagem de reconstrução da trajetória de artistas através de narrativas biográficas ou da utilização do método prosopográfico, embora essas sejam ferramentas importantes para as ciências sociais. Há uma tentativa de que os elementos históricos e contextuais, assim como as produções artístico-intelectuais dos autores estudados, sejam contemplados sem dualidades.

A historicidade dos “intelectuais” como grupo social e conceito sociológico

A discussão teórico-metodológica em sociologia da cultura, da arte e da literatura perpassa duas categorias analíticas centrais: a agência e a estrutura (MORAIS; SOARES, 2000). Privilegiadamente discutidas em trabalhos cujo

foco de análise seja objetos artístico-culturais, também são fundamentais para a teoria sociológica, visto que são categorias elementares para a compreensão e delimitação do objeto de estudo da sociologia como disciplina acadêmica. A partir de ambas, diversos autores desenvolveram suas concepções dando relevância ora à agência, materializada aqui na figura do artista como ator social; ora à estrutura, entendida como o contexto histórico-social em que o artista está inserido; ora, por fim, às relações e fluxos entre os dois conceitos (BASTIDE, 2006).

No âmbito de uma sociologia da cultura, como argumentam Bastos e Botelho (2010), há uma área que se dedica particularmente à reflexão sobre os intelectuais, conjugando as relações existentes entre a reflexão intelectual e o contexto social de produção e recepção das ideias, almejando abranger uma integração entre “agência” e “estrutura”. Desde clássicos das Ciências Sociais à sociologia contemporânea, passando pela reflexão pós-colonial sobre o papel e a função da intelectualidade (SAID, 2007), uma diversidade de autores(as) aborda o tema de diferentes perspectivas, disputado por diversas áreas do conhecimento (NAVES *et al.*, 2001).

Assumindo uma abordagem histórico-sociológica, Passiani (2018) trata de uma questão aparentemente banal: “O que é um intelectual?”, da qual deriva outra questão: “Quem é intelectual?”. A partir de um diálogo com pesquisadores que exploraram o mesmo tema, o autor argumenta que se trata de um conceito controverso, pois “não possui uma definição precisa, um significado estabelecido; é, mais propriamente, uma noção que um conceito, é ‘multívoca’, polêmica, desprovida de limites claros e exatos” (PASSIANI, 2018, p. 17). Essa dificuldade de definição deriva das variações históricas e sociológicas em torno do conceito, a depender do período, da sociedade e da cultura analisados, sem mencionar as variações segundo orientações teóricas diversas. Assim como o conceito de literatura, a maior parte da bibliografia que se propôs a oferecer uma definição à noção de intelectual parece estar naquela linha tênue entre proposições normativas e descritivas, entre usos nativos e analíticos.

Se, por um lado, essas controvérsias não são exclusivas da noção de “intelectual”, mas da maior parte dos conceitos filosófico-científicos, por outro, sua constituição como grupo social possui peculiaridades, tendo em vista que toda “organização social, passada e presente, possui os seus profissionais do pensamento, da cultura e da escrita, em suma, aqueles profissionais que em alguma medida lidam com a dimensão simbólica do tecido social” (PASSIANI, 2018, p. 17). Para Passiani (2018), essas características não são suficientes para definir um grupo de e como intelectuais. Como, então, adotar ou adaptar uma definição

que sirva de orientação para análises empíricas? A emergência histórica do termo indica alguns caminhos para essa tarefa.

“Ao que parece, o intelectual, tal qual o concebemos contemporaneamente, é uma figura tipicamente moderna” (PASSIANI, 2018, p. 18). O autor encontra uma “data de nascimento” para o intelectual assim concebido: Caso Dreyfus, França, Paris, fim do século XIX. Em um evento histórico em que a deportação de um militar está em jogo por traição à França, são encontrados documentos que provam sua inocência. Em meio a comoções sociais de antissemitismo, Émile Zola, famoso escritor naturalista, publica uma carta em um jornal diário com diversas assinaturas em apoio a Dreyfus, militar deportado. A partir da manifestação, é instaurado um debate público que nomeia a carta de Zola e seus assinantes como “manifesto dos intelectuais” (PASSIANI, 2018), usando o termo ora de modo positivo, ora pejorativo, a depender da posição política do remetente.

Desse evento histórico surgem definições de diferentes autores que associam os grupos de intelectuais a posições necessariamente progressistas, críticas, autônomas e ou reflexivas. Como sujeito à margem, à parte, alguém que estranha. Alguém que olha de fora, frio, reflete. A incorporação no uso cotidiano de uma ou algumas dessas características não parece novidade; contudo, o pioneirismo do evento também está em transformar os intelectuais em uma “questão a ser analisada, num problema que se tornará um desafio para a sociologia” (PASSIANI, 2018, p. 20). Evocando o crítico Edward Said, Silva (2018, p. 224) qualifica a dimensão sociológica em coletivos de intelectuais ao observar que sua figura em um grupo social “não se faz sozinha e sem trabalho intencional, mas este se constitui (enquanto tal) ou se *representa* em relação a um dado contexto sociointelectual, com o qual necessariamente vai dialogar”.

A investigação sociológica dos intelectuais possui raízes firmes em autores de abordagens teóricas de difícil conciliação, mesmo conflitantes: Gramsci (1982) e Mannheim (2001). Não seria viável explorar as posições destes autores neste espaço. De modo bastante genérico, é possível diferenciá-los reconhecendo que, em uma abordagem marxista, Gramsci (1982) argumenta que os intelectuais necessariamente possuem uma vinculação de classe, não se constituindo como grupo social autônomo, mas intelectuais orgânicos ou conservadores no âmbito de classes sociais. Por sua vez, em uma abordagem ‘fenomenológica’, Mannheim (2001) sustenta que os intelectuais ultrapassam uma dimensão de classe e, por isso, seriam um grupo relativamente autônomo a essa estratificação, ainda que tenha raízes fincadas a seu contexto social de produção. Mesmo que conflitantes e aparentemente incompatíveis, suas abordagens são amplamente

utilizadas em investigações de diferentes contextos nos quais uma ou outra parece mais adequada aos fatos e aos fenômenos³.

Isolada de seu escopo funcionalista⁴, este trabalho assume uma definição ampla e relativamente fraca para o conceito de intelectual que se aproxima de uma perspectiva fenomenológica:

Definimos intelectual como todo aquele que exerce integralmente a função de organizar a cultura, preservar a memória social, disseminar valores, símbolos e representações coletivas, bem como sistematizar compreensões acerca da realidade social e visões de mundo. (BARREIROS, 2009, p. 16).

Se a definição parece assumir que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p. 7). O filósofo italiano assume que qualquer atividade humana possui algum nível de criação e cognição, logo de intelectualidade; no entanto, sua distinção é sociológica: há pessoas que exercem um papel social de intelectual e outras que exercem papéis sociais distintos.

Neste ponto é que se torna possível retornar a Dreyfus e recorrer novamente a Passiani (2018). Ao reconhecer a historicidade do conceito, o autor também demonstra sua histórica vinculação a determinadas atividades e papéis sociais. Em uma curiosa nota de rodapé sobre a carta de Émile Zola, o sociólogo argumenta:

A carta de Zola não deixa também de alçar o escritor e a literatura a um outro patamar, estabelecendo entre a figura do primeiro e a do intelectual quase uma sinonímia, uma filiação quase instantânea; e elevando a segunda a uma forma reconhecida e legítima de conhecimento sobre o mundo. (PASSIANI, 2018, p. 24).

Ao relatar a reverberação destes acontecimentos, o autor alcança a constituição do campo literário francês, evocando a incontornável tese de Bourdieu (1996), sociólogo que explora uma abordagem teórica onde tenta conciliar

³ Em um texto sobre Joaquim Nabuco e Luís Gama e seus respectivos projetos de abolição, em parceria com Santos, refletimos sobre as posições intelectuais dos dois abolicionistas a partir do conceito gramsciano de intelectual orgânico. Cf. Santos e Faria (2020).

⁴ Barreiros (2009, p. 11) propõe uma perspectiva teórica em que os intelectuais sejam entendidos “como um grupo funcional multiclassista, multiprofissional, e inerentemente desorganizado, dotado de estratificação social interna cujo topo é ocupado pelas diversas elites intelectuais”. Para tal, o autor se afasta de Gramsci (1982) e se apoia em teóricos das elites, nomeadamente Gaetano Mosca e Wright Mills, e teóricos funcionalistas, como Robert Merton. Este trabalho não compartilha deste referencial.

materialismo e fenomenologia a partir da teoria dos campos. Ao mencionar a autonomização do campo intelectual francês a partir de Zola, Passiani (2018, p. 30) retoma a figura dos escritores e sua literatura que, desde o fim do século XVIII, vinham assumindo

[...] efetivamente um papel central na elaboração e difusão de doutrinas sociais e políticas, e devido ao seu acesso aos meios de comunicação da época (imprensa, livros, sucessos teatrais), contribuíram para a formação da própria consciência social das elites e de uma parcela das classes médias.

No Brasil, o contexto de emergência de uma intelectualidade coesa e orgânica é tema fundamental para a sociologia da cultura, da literatura e, contemporaneamente, para a área que vem se consolidando sob a denominação “pensamento social brasileiro”. É imprescindível pontuar que, em países e regiões historicamente colonizadas⁵, a constituição de uma intelectualidade não pode ser discutida à revelia deste fato, já que a produção do conhecimento está necessariamente imersa em questões sociais, culturais e políticas, em suma, relações (assimétricas) de poder.

Esta assimetria está diretamente relacionada ao problema colocado por Lynch (2013) em relação à distinção entre teoria e pensamento, sustentada por um critério de qualidade fundamentado em relações políticas entre centro e periferia. O autor verifica que, “no Brasil, suas elites sempre consideraram seus produtos intelectuais mais ou menos inferiores àqueles desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, em consequência de uma percepção mais ampla do caráter periférico do seu país” (LYNCH, 2013, p. 730-731). A eles, a ciência, a filosofia e a universalidade, ou seja, a teoria; a nós, a arte, a literatura, canções, a particularidade, ou seja, o pensamento. Neste trabalho, ao contrário, compreende-se que essa distinção sustenta, associada a questões históricas e geopolíticas, uma lógica de produção do conhecimento que ignora e ou desqualifica o potencial epistêmico e reflexivo de manifestações artístico-culturais. Esses pressupostos ignoram as afinidades históricas entre arte, literatura, ciências sociais e filosofia no Brasil. É impossível filosofar em português brasileiro através de um poema ou de uma canção?

⁵ Com a chegada dos colonizadores ibéricos na América, as produções intelectuais do território dominado foram quase integralmente eliminadas. Civilizações pré-colombianas, por exemplo, formulavam reflexões e as documentavam. É preciso chamar atenção para a crescente circulação de produções intelectuais ameríndias através de meios e espaços historicamente “hegemônicos”, como o livro e a universidade, onde nomes como Ailton Krenak, Daniel Mundukuru e Jaider Esbell (*in memoriam*) passam a ter voz como professores, escritores e intelectuais.

Afinidades eletivas entre arte, literatura e ciências sociais no Brasil

Segundo Silviano Santiago (2000), o processo de colonização europeia no continente americano concentra sua (violenta) propagação em dois códigos culturais articulados: o linguístico e o religioso. O teatro dos jesuítas, por exemplo, foi uma manifestação literária cuja função social primeira era a catequização e conversão religiosa dos indígenas, visando a “uma substituição definitiva e inexorável” das culturas locais (SANTIAGO, 2000, p. 14). Por décadas, antropólogos e historiadores caracterizaram esse processo como uma dinâmica unilateral do colonizador ao colonizado, do civilizado ao bárbaro, e pressupõe a existência de diferentes estágios evolutivos entre as sociedades humanas.

Em relações de contato entre sociedades “superiores” e “inferiores”, parece óbvio que os últimos estejam em uma posição de assimilação passiva, esforçando-se eles próprios para alcançar o estágio civilizatório dos primeiros. Assim seria efetivado o que se chama de aculturação. Deseja-se alcançar unidade e homogeneidade culturais. “Um só Deus, um só Rei, uma só Língua: o verdadeiro Deus, o verdadeiro Rei, a verdadeira Língua” (SANTIAGO, 2000, p. 14).

A contrapelo da perspectiva descrita acima, a emergência da etnologia e da etnografia contribuiu para questionar discursos estabelecidos sobre a alteridade. É importante ressaltar que sua contribuição não anula quatro séculos de colonialismo europeu, (que encarou a América Latina como cópia, simulacro, duplicação), mas propõe uma modificação no modo de encarar as relações entre sociedades: assimilação passiva, unidade, pureza e homogeneidade, antes pressupostos, não são verificáveis historicamente; as relações são multilaterais e mútuas, apesar da violenta tentativa de correção e homogeneização pelos europeus. Há, inclusive, brechas para resistência: entre-lugares.

Em seu ensaio, Santiago (2000, p. 9) preocupa-se com “o discurso literário latino-americano no confronto com o europeu”, procedendo à tentativa de um “processo de inversão de valores” no interior de elementos teóricos da literatura comparada. Para tanto, o autor ressalta a importância do papel da etnologia, cujo “desejo de desmistificar o discurso beneplácito dos historiadores” teria contribuído para o “abalo da metafísica ocidental” (SANTIAGO, 2000, p. 11). Utilizando esse referencial, o autor procura adaptá-lo para os estudos literários, questionando-se sobre o “abalo” destes pressupostos em um método de crítica literária:

Se os etnólogos ressuscitaram por seus escritos a riqueza e a beleza do objeto artístico da cultura dismantelada pelo colonizador — como o crítico

deve apresentar hoje o complexo sistema de obras explicado até o presente por um método tradicional e reacionário cuja única originalidade é o estudo das fontes e das influências? (SANTIAGO, 2000, p. 17).

Santiago argumenta que o método crítico tradicional “das fontes e influências” analisa a literatura “como se a verdade de um texto só pudesse ser assinalada pela dívida e pela imitação” (SANTIAGO, 2000, p. 19). Em contraposição, o crítico propõe “um novo discurso crítico, o qual por sua vez esquecerá e negligenciará a caça às fontes e às influências e estabelecerá como único valor crítico a diferença” (SANTIAGO, 2000, p. 19).

Nesse sentido, o modelo proposto pelo crítico brasileiro explicita uma teia de relações políticas que envolvem a criação literária, tanto no modo como autores lidam com a tradição que os precedem quanto nos pressupostos de um modelo crítico tradicional que assume essas relações de poder como naturais e universais. Ao chamar atenção para a figura do escritor como sujeito da produção literária, situando-o em meio à assimetria de poder, Santiago (2000) ressalta seu caráter crítico, assim como no processo de colonização envolvendo europeus e ameríndios. O papel deste novo método crítico, portanto, consistiria em reconhecer estes “entre-lugares”, abandonando conceitos que pressupõem uma assimilação passiva da tradição para assumir [...] “uma geografia de assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência” (SANTIAGO, 2000, p. 16).

Nosso trabalho crítico se definirá antes de tudo pela análise do uso que o escritor fez de um texto ou de uma técnica literária que pertence ao domínio público, do partido que ele tira, e nossa análise se completará pela descrição da técnica que o mesmo escritor cria em seu movimento de agressão contra o modelo original, fazendo ceder as fundações que o propunham como objeto único e de reprodução impossível. (SANTIAGO, 2000, p. 20-21).

O método, assumidamente político, não o faz necessariamente a partir de posições do crítico como analista, mas de um reconhecimento das relações assimétricas entre diferentes produções literárias. A tradição, a influência e a intertextualidade não deixam de existir, trata-se de identificar a lógica e a qualidade destes processos. “Falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra” (SANTIAGO, 2000, p. 17). No Brasil, é possível pensar a proposta de Santiago (2000) a partir das relações históricas entre arte, literatura, ciências sociais e

nacionalidade. O que se constitui como conhecimento da realidade e da cultura brasileiras?

“Somos o único caso histórico de uma nacionalidade feita por uma teoria política” (CUNHA, 2005, p. 197). Factual ou não, a famosa frase de Euclides da Cunha (2005) aponta para a complexa relação entre intelectualidade, cultura brasileira e nacionalidade desde o século XIX. José de Alencar, Gonçalves Dias, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Monteiro Lobato, Lima Barreto. Pau-Brasil, Tropicalismo, Manguebeat. Verde-Amarelismo, Armorialismo, Centros Populares de Cultura (CPC:s). Dentre uma diversidade omitida⁶, trata-se de exemplos de intelectuais e movimentos artísticos que atravessaram os séculos XIX e XX e que assumiram, defenderam ou construíram narrativas sobre a cultura e identidade nacionais em suas produções artísticas e críticas. Em meio a teses convergentes e divergentes, discussões e conflitos públicos, artistas e movimentos se relacionaram em maior ou menor intensidade com a tradição e com seu tempo histórico para defender seus princípios estéticos e, potencialmente, projetos intelectuais e nacionais deles indissociáveis.

Antonio Candido (2000, 2006) argumenta pelo nexos fundamental entre conhecimento, literatura e nacionalidade no século XIX, sobretudo a partir do Romantismo, percebendo como a intelectualidade brasileira não apenas emerge como fenômeno nacional e nacionalista, mas contribui decisivamente para a construção de elementos e símbolos nacionais:

Ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela [literatura] preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviram para orientar e dar forma ao pensamento. Veja-se, por exemplo, o significado e a voga do Indianismo romântico, que satisfazia tanto às exigências rudimentares do conhecimento (graças a uma etnografia intuitiva e fantasiosa), quanto às da sensibilidade e da consciência nacional, dando-lhes o índio cavalheiresco como alimento para o orgulho e superação das inferioridades sentidas. (CANDIDO, 2006, p. 138).

Em “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, ensaio de *Literatura e Sociedade*, Candido (2006, p. 117) retoma a discussão das relações entre cultura e intelec-

⁶ O artigo de Lima (2005) faz uma admirável síntese das relações entre intelectualidade brasileira e identidade nacional na segunda metade do século XIX e início do XX tendo como foco a obra de Euclides da Cunha. Também o citado ensaio de Candido (2006), “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, oferece um ótimo panorama das relações entre intelectualidade, literatura e nacionalidade. Sérgio Costa (2006), por sua vez, explicita os vínculos entre intelectualidade, nacionalidade e racialidade, demonstrando que as produções literárias também estiveram implicadas em um projeto nacional de embranquecimento racial.

tualidade ao propor “uma lei de evolução da nossa vida espiritual” regida pela dialética do localismo e do cosmopolitismo. No Brasil, esse processo concentra na “literatura, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito” (CANDIDO, 2006, p. 137). Ao longo do século XIX e início do XX, a literatura teria o mesmo papel que as produções sociológicas e filosóficas teriam em países europeus, articulando elementos estéticos a projetos de diferentes ordens, incluindo aí questões políticas, econômicas e culturais.

Justamente devido a essa inflação literária, a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos um empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo à sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros. (CANDIDO, 2006, p. 138).

Com a crescente divisão do trabalho intelectual, o autor argumenta que ao longo do século XX a literatura vai deixando de ser referência para além dela mesma e se volta para si: “os papéis sociais do romancista e do sociólogo já se diferenciaram, e a literatura deve retrair, se não a profundidade, certamente o âmbito da sua ambição” (CANDIDO, 2006, p. 143).

À parte o diagnóstico com tom pessimista, as teses de Candido (2000, 2006) demonstram como o problema da nacionalidade mantém uma longa relação entre intelectuais, literatura e cultura brasileira que seriam, para o autor, desagregadas na segunda metade do século XX com a especialização do conhecimento. Se se considerar, contudo, os argumentos de Gilberto Velho (1977) sobre a configuração de um mundo artístico-intelectual brasileiro em um período subsequente àquele tratado por Candido (2006), sobretudo a partir de 1960, e de José Miguel Wisnik (2004) a respeito do surgimento de uma nova “gaia ciência” brasileira na segunda metade do século XX, onde as fronteiras entre música e literatura vanguardistas e conhecimento sobre a cultura e realidade brasileiras tornam-se tênues, há possíveis indicações de um restabelecimento (ou deslocamento de influências) nas relações entre intelectuais, literatura (artes) e nacionalidade, ainda que de diferentes formas em contextos bastante diversos. A literatura, em particular a poesia, passa a se relacionar de maneira expressiva e às vezes se confundir com outras artes e áreas do conhecimento, sustentando o caráter reflexivo e, conseqüentemente, de produção de conhecimento sobre a realidade e a cultura brasileiras.

Gilberto Velho (1977) argumenta que artistas e intelectuais não estariam dissociados no contexto brasileiro da segunda metade do século XX, o que o leva ao conceito de “mundo artístico-intelectual”. Com isso, seria possível proceder a “uma análise empírica das vanguardas brasileiras” (VELHO, 1977, p. 27) sem restringi-las apenas à dimensão estética, mas considerando a integração entre aspectos artísticos, culturais e intelectuais.

Para definir o conceito de vanguarda, o antropólogo utiliza as definições nativas que os próprios movimentos artísticos assumem sobre si. São características fundamentais à autorreferência e ao alto nível de reflexividade que permitiriam à vanguarda criar, manipular e modificar seu programa estético, seu posicionamento político e o próprio conceito de vanguarda com que se identificam. A partir de uma colagem de definições assumidas por grupos vanguardistas sobre si mesmos, Velho (1977, p. 27) descreve:

‘Vanguarda é a preocupação de se renovar, de não ficar parado, estático’.
‘É um estado de espírito revolucionário’; ‘A arte brasileira de vanguarda é aquela preocupada em rever-se sempre, criar formas novas, estar sempre se fazendo, sem sacralizar nada. É a negação da arte acadêmica, convencional, presa a regras e normas’; ‘Ser vanguarda é não estar preso a nenhum esquema definitivo, é duvidar das coisas’.

Dessa perspectiva, os membros de uma vanguarda cultivariam um caráter quase-etnográfico de estranhar-se em suas próprias práticas e princípios estéticos, implicação que expande a noção de que um movimento de vanguarda se associa apenas a rupturas no plano estético; agregando, portanto, o elemento da reflexividade que conjuga questões políticas, ideológicas, existenciais e estéticas. Em termos históricos, Holanda (2004), por exemplo, restringe ao Concretismo um caráter de vanguarda nas décadas de 1960 e 1970; ao assumirmos os pressupostos de Velho (1977), seria possível avaliar uma expansão da classificação de vanguarda, por exemplo, ao Tropicalismo e aos grupos contraculturais pós-tropicalistas. A nomenclatura, evidentemente, geraria confusões e ambiguidades, sendo mais profícuo situar as características de uma vanguarda para Velho (1977) aos movimentos artísticos das décadas de 1960 e 1970, especialmente sua ênfase no agenciamento e na reflexividade de programas estéticos e produções artísticas desses movimentos.

Para o autor, os movimentos artísticos brasileiros no contexto da Ditadura Militar buscaram construir um “mundo comum”, onde “mesmo havendo uma grande variação na sua composição interna, o *ethos* dominante estaria ligado a

uma visão de mundo política e existencialmente progressista” (VELHO, 1977, p. 29). Os limites desse grupo artístico-intelectual são marcados pela relação que estabelecem com outros grupos e com os agentes sociais da sociedade brasileira. Nessa perspectiva relacional “[...] é que se pode perceber a existência de uma ação coletiva mais abrangente e de uma consciência de grupo mais nítida quando a atuação da censura torna-se mais agressiva” (VELHO, 1977, p. 30) e expõe a ambígua relação de conflito ou convivência entre o “mundo da vanguarda” com o mundo “ditatorial”:

A levianidade, verdadeiro ou falsa, a mutabilidade ou até o camaleonismo do intelectual e artista contemporâneo, mais especificamente dentro da sociedade brasileira, expressam a multiplicidade de vivências e solicitações, acentuadas por um clima repressivo e autoritário que talvez no Brasil apareça com maior nitidez, fazendo com que a nossa experiência seja um dos casos limites do mundo contemporâneo. Portanto, o mundo artístico-intelectual e sua vanguarda estão e não estão no *establishment*. É esta ambiguidade que lhe dá uma de suas marcas distintivas. (VELHO, 1977, p. 34-36).

Ao explorar este mesmo contexto de produção artístico-intelectual, Wisnik (2004, p. 218) argumenta que, referindo-se a um termo utilizado pelos trovadores provençais, entre as décadas de 1960-70, teria surgido no Brasil uma “[...] nova forma da ‘gaia ciência’, isto é, um saber poético-musical que implica uma refinada educação sentimental – mas, também, uma ‘segunda e mais perigosa inocência na alegria’ [...]”. Essa relação, para Wisnik (2004, p. 225), não se dá de maneira externa às canções, mas em sua própria estrutura formal.

[...] a relação entre canção popular e literatura, no Brasil, se ela de fato existe como atração magnética numa parte respeitável dessa produção, não se deve a uma aproximação exterior em que melodias servem de suporte a ‘inquietações’ cultas e letradas, mas à demanda interior de uma canção que está a serviço do estado musical da palavra, perguntando à língua o que ela quer, e o que ela pode.

Para Wisnik (2004), duas características podem ser identificadas na relação entre poesia e canção popular no Brasil: 1) a relação histórica entre cultura erudita e cultura popular a partir da Bossa Nova; e 2) o papel da canção, como poesia cantada, de sinalizar a cultura do país e representar um modo de pensar

as relações culturais brasileiras (WISNIK, 2004, p. 215). Sobre isso, é possível ilustrar as relações entre arte e as múltiplas culturas brasileiras em três movimentos artístico-intelectuais nacionais: a Bossa Nova, o Tropicalismo e o *rap*.

A Bossa Nova, como movimento estético musical, é apresentado por Wisnik (2004) como um momento de consolidação dessa “gaia-ciência” entre literatura e canção popular, em particular porque implica, em termos formais, um nexos necessário entre voz e palavra, de maneira que ambas assumam igual importância para a conformação da canção. Esse ápice seria atingido nas obras de João Gilberto e Tom Jobim, acompanhados pela atuação de Vinicius de Moraes como poeta-letrista. Para Wisnik (2004, p. 221), “a realização estética mais alta da Bossa Nova passa exatamente por uma estilização de ‘amadorismo’ do qual ela se nutre”, conformando, assim, um otimismo ingênuo e trágico relacionado à modernização dos anos 1950, com a construção de Brasília.

O Tropicalismo, por sua vez, seria marcado pela apropriação da antropofagia de Oswald de Andrade, configurando um movimento repleto de paradoxos em suas propostas estéticas que representaria, em um contexto ditatorial, segundo a expressão de Wisnik (2004), um “pessimismo alegre”. O desenvolvimento da indústria cultural em consonância com o Estado autoritário exige de um movimento artístico estratégias de resistência estética e política. Para Wisnik (2004, p. 234), “[...] o movimento tropicalista fez da canção de massas o lugar em que essa ferida se expõe e se reflete com todo o poder explosivo do que ela guarda de recalcado, de irresolvido e também de potencialmente afirmativo”.

Ambos os movimentos apontam para o que Wisnik (2004, p. 234) chamou de “dilema brasileiro”, sobre o qual “um cancionista popular chega a ser o sujeito de uma interpretação vertical do seu maior escritor” para representar o “fracasso da integração nacional”. Tom Jobim, ao lado de Vinicius de Moraes, cantando *A Felicidade*; Chico Buarque relendo Carlos Drummond de Andrade em *Até o Fim*; Caetano Veloso, por fim, lendo Guimarães Rosa em *Terceira Margem do Rio*.

Transportando-se para a década de 1990 e início dos anos 2000, é possível encontrar no *rap* brasileiro um dos mais apurados trabalhos em que convergem duas teorias culturais explicadas por Wisnik no documentário *Palavra (En)cantada* (2008): o projeto “folclórico” de Mário de Andrade e a antropofagia de Oswald de Andrade. Isso se sustentaria na medida em que, na década de 1990, grupos artísticos periféricos, como os Racionais MC’s, “deglutiram” o rap americano dos anos 1960 de forma a construir uma base de engajamento estético, social, político e intelectual na periferia paulista, não os dissociando de elementos

musicais brasileiros, em especial da tradição da canção popular que vai do samba ao Tropicalismo.

A obra dos Racionais MC's produz uma linguagem artística e política especificamente “marginal” no âmbito da maior metrópole brasileira: São Paulo, articulando a ela ricos elementos de discurso poético, como em *Sobrevivendo no Inferno* (1997) e *Nada como um dia após o outro* (2002). Por outro lado, conforme argumenta Ferréz em *Palavra (En)Cantada* (2008), é possível associar a origem do rap ao trovadorismo galego-português, ao cantador e ao repente nordestino. Nesse sentido, o gênero combinaria elementos culturais do repente aos elementos urbanos da metrópole paulistana, seu lugar de origem. O rap, segundo a interpretação aqui trabalhada, representaria uma particular e valiosa conjunção entre arte, literatura e intelectualidade brasileiras na entrada do século XXI.

Aqui, parece ser possível fechar o argumento: no Brasil, há uma ampla correlação, senão causalidade, entre literatura e intelectualidade no decorrer do século XIX, XX e início do XXI. Se, para franceses, esse fato constitui objeto de uma polêmica autonomização do campo literário e intelectual, para brasileiros, por sua vez, as relações entre intelectualidade e literatura são objeto de reflexão estético-política-filosófica sobre a nacionalidade e sobre a cultura, como argumenta Candido (2006) e Velho (1977). Caetano Veloso exemplifica e, ao mesmo tempo, sintetiza o argumento de Candido (2006), Velho (1977) e Wisnik (2004) em *Língua* (1984): “Se você tem uma ideia incrível/É melhor fazer uma canção”. Edi Rock, em *Negro Drama* (2002), aproxima-se de Santiago (2000), amarrando a poesia à luta em um mesmo sujeito (preto) que canta (e grita): “Eu visto preto por dentro e por fora/Guerreiro, poeta, entre o tempo e a memória”. Poemas, canções e ensaios⁷ para cantar, gritar e filosofar em português?

Literatura, intelectuais e pensamento social brasileiro: uma (re) aproximação?

Destes remendos teórico-analíticos é possível argumentar, a partir de Arruda (2004, p. 116), por uma aproximação da

⁷ Convém relembrar que a distinção entre ensaio e artigo é bastante tênue no mundo acadêmico (como, por exemplo, os autores da Escola de Frankfurt ou a tradição crítica e sociológica inaugurada por Antonio Candido, cuja ensaística não perde em rigor, profundidade ou objetividade). A distinção entre ambos coloca em questão as relações entre centro e periferia na produção de conhecimento, particularmente na configuração entre “Teoria” (tido como polo da ciência, da filosofia, em suma, do “paper” [artigo]) e “Pensamento” (tido como polo da arte, da literatura, em suma, do “ensaio”), que está presente nas reflexões de Santiago (2000), Candido (2006) e Lynch (2013). Ou seja, a ideia de “colonialidade” do conhecimento também pode ser pensada nas formas textuais, para além do conteúdo e do referencial teórico de modo estrito.

[...] sociologia dos intelectuais – ramo da sociologia da cultura – do pensamento brasileiro, tendo em vista que o objeto da reflexão obriga o retorno das preocupações com os mesmos problemas, desvelando orientações valorativas comuns. O tratamento das tensões e dos impasses subjacentes à constituição da sociedade moderna no Brasil passa a realizar-se por meio da avaliação das elaborações intelectuais, dos dilemas vividos por seus praticantes no esforço de construção de uma experiência culturalmente relevante num meio atravessado por concepções acanhadas e caracterizado por oportunidades limitadas. A profusão de estudos sobre os intelectuais no Brasil talvez resulte da sensação de perda progressiva das antigas posições desfrutadas por uma *intelligentsia* que se formou desenhando retratos do país, elaborando diagnósticos, concebendo projetos, vislumbrando trajetórias futuras.

Uma aproximação entre as áreas coloca em questão outros problemas envolvendo tradições, temas, métodos e instituições. Em relação a certos privilégios temáticos de tradições intelectuais, Arruda (2004) menciona a convergência em Antonio Candido entre os chamados ‘intérpretes do Brasil’ (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Júnior) e o modernismo paulista (especialmente Mário de Andrade e Manuel Bandeira), ambos estudados pelo próprio Candido, que inaugura uma vertente intelectual que vai de Roberto Schwarz a Paulo Arantes, passando por Maria Arminda do Nascimento Arruda, Élide Rugai Bastos, Lélia Gonzalez, Iná Camargo Costa, entre outras. Essa longa ‘linhagem intelectual’, se célebre, também pode condicionar perspectivas, problemas e temas.

A rigor, a tradição que se sedimentou a partir de Antonio Candido origina-se do próprio legado modernista assentado pela primeira geração e que está incorporado de uma certa forma até hoje. Essa indagação sobre o caráter inquestionável da superioridade da herança modernista ganhou força nos últimos 25 anos, expressa num conjunto de obras que elegeram os intelectuais como tema de reflexão. (ARRUDA, 2004, p. 112).

Nesse ponto, é necessário reconhecer a forte influência dessa mesma linhagem e das obras de Antonio Candido como referência teórica fundamental para a conformação teórica, analítica e metodológica deste trabalho. Esse fato não implica, contudo, em desconsiderar limitações em sua abordagem e contribuições de outras linhagens. Se se pensar um arco entre sociologia dos intelectuais,

sociologia da literatura e pensamento social brasileiro no campo de uma sociologia brasileira da cultura, é possível explorar a possibilidade de diversas linhas, mais ou menos consolidadas, que nem sempre se relacionam de modo pacífico, mas sobrevivem e se articulam entre si.

O trabalho feito por Silva Filho (2016, 2017) expõe e contrapõe características de duas dessas linhagens no âmbito da Universidade de São Paulo (USP), ambas protagonizadas por Antonio Candido e pelo sociólogo Sérgio Miceli. Diferentemente daquele, que se aproxima de uma abordagem sociológica da crítica literária⁸, Miceli aproxima sua sociologia dos intelectuais e da literatura à teoria sociológica francesa, especialmente de Pierre Bourdieu, seu orientador no doutorado. Em 1978, Miceli retorna à USP e defende sua tese, elaborada na França, em uma banca da qual Antonio Candido era membro. Desse encontro deriva o polêmico prefácio do crítico brasileiro à obra do sociólogo, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Silva Filho (2016, 2017) explora as tensões e as ambivalências deste prefácio a partir do próprio texto em questão e de uma entrevista realizada com Sérgio Miceli em maio de 2015, da qual vale a pena citar um trecho como síntese dessas tensões.

Sérgio Miceli: Embora [Antonio Candido] tenha incorporado a formação em ciências sociais, se redefiniu como crítico literário. Tais transições foram impondo movidas sutis no trabalho de auto-definição, algo perceptível por meio da leitura dos textos nos diferentes períodos. Ele buscou, como era de se esperar, não rechaçar, mas abrandar o componente sociológico em prol do que passou a nomear como propriamente literário. Algo que é difícil de atinar, mas isso não vem ao caso por ora. [...] Eu nunca quis ser crítico literário, nunca estudei nem ensinei literatura. A literatura, para mim, é um objeto de reflexão sociológico, é um material disponível para a reflexão sociológica, quer dizer, não tenho nenhuma pretensão de fazer análise estética, e muito menos de exercer poderes de árbitro nessa seara. Se o trabalho que faço incomoda, incomodo como sociólogo e não como concorrente. (SILVA FILHO, 2016, p. 501-502).

Essa tensão entre abordagens, temas e métodos é ainda mais profunda quando se coloca em jogo a variável institucional entre regiões. Em uma espécie de questionário-artigo, Lilia Schwarcz (USP) e André Botelho (UFRJ) (2011)

⁸ Leopoldo Waizbort (2007) defende a existência de uma influência germânica, particularmente de Erich Auerbach, na trajetória intelectual de Antonio Candido. Pode-se sugerir, timidamente, que Candido conciliaria Silvio Romero, Sérgio Buarque de Hollanda e Auerbach entre suas raízes intelectuais.

fazem cinco questões para 12 especialistas selecionados que pesquisam direta ou indiretamente a área de pensamento social brasileiro, dentre os quais estão Maria Arminda do Nascimento Arruda (USP) e Sérgio Miceli (USP), já citados neste trabalho, além de Elide Rugai Bastos (Unicamp) e Ricardo Benzaquem (PUC-RJ e Iesp/Uerj).

Na primeira pergunta pede-se um panorama amplo da área, suas tradições, temas e abordagens. Entre os 12 entrevistados, Bastos, Benzaquem e Miceli respondem de modo semelhante, contrapondo duas abordagens no interior da área de pensamento social brasileiro, consensualmente tida como interdisciplinar: uma cisão entre uma abordagem textualista e contextualista. Não é frutífero trazer as citações na íntegra, mas trechos que mostram uma posição amistosa de Bastos e uma fala combativa de Miceli.

Elide Rugai Bastos (Unicamp): Reconheço pelo menos três grandes linhas, cada uma apresentando abordagens internas diversas: a contextualista, a textualista e a que, reconhecendo a tensão existente entre os dois termos, propõe uma análise que leve em consideração tal tensão. As várias formas de definição do objeto são resultado da adoção de diversos métodos, pois um método não está sozinho no campo interpretativo. (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 139-140).

Sergio Miceli (USP): A julgar pelo recente encontro carioca do grupo, continua havendo, no meu entender, duas tendências: de um lado, uma abordagem contextualista, para a qual os textos ou obras estão como que imantados, de outro, um enfoque na linhagem da história das ideias, inclinado a fazer paráfrases, aproximações postíças entre livros e autores, ou então construindo uma perspectiva um tanto “espiritualizada” de interpretação. A linhagem contextualista busca construir uma história densa de mediações, desde origens sociais, passando pela formação cultural, até os modos de inserção na cena intelectual ou artística; os adeptos da história das ideias lidam com autores e livros, como se estivessem dispostos num quadro de honra/desonra, extraindo desses confrontos linhagens de pensamento definidas em termos anacrônicos. Em ambas direções, verificam-se prodígios de erudição por vezes dispensáveis. (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 143).

Se Elide Bastos enxerga uma possibilidade de síntese entre as oposições destas abordagens, Sérgio Miceli parece se inclinar a uma abordagem contextu-

alista, fazendo uma defesa implícita desta ao descaracterizar a abordagem textualista, que seria identificada em um “grupo carioca”. Segundo nota dos autores, o sociólogo se refere “ao Encontro Intermediário do GT Pensamento social no Brasil da Anpocs, organizado por Nísia Trindade Lima (Fiocruz), Ângela Alonso (USP) e André Botelho (UFRJ) e realizado no IFCS/UFRJ em novembro de 2010” (SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 143).

Em um breve levantamento de dados que realizamos em 2017, algumas das tendências aqui discutidas podem ser observadas empiricamente. Trata-se de um levantamento dos Grupos de Trabalho (GT) sobre e de Sociologia da Arte apresentados no Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS) entre os anos de 2003 e 2011, limitando-se aos anais disponibilizados no *site* eletrônico da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)⁹. O material disponível no *site* da SBS disponibiliza os anais de apenas algumas edições do CBS. Estão disponíveis os anais referentes aos anos de 1954, 1987, 1989, 2003, 2005, 2007, 2009 e 2011. São esparsas e distantes, em relação ao tempo, os anais disponibilizados, como evidenciam os diversos anos não contemplados. Essas limitações condicionam escolhas metodológicas e evidencia o caráter preliminar desse levantamento.

Delimitamos nossa análise nos Grupos de Trabalho (GTs) apresentados nos congressos. Tendo isso em vista, não nivelamos a análise apenas ao GT com a mesma denominação da área de pesquisa aqui em questão, Sociologia da Arte, mas também consultamos outros GTs que apresentavam semelhanças temáticas à área, atestando se havia trabalhos relacionados à área analisada. Essa orientação apresentou o resultado de que, dentro os anos acima mencionados, apenas duas edições (XIII, XIV e XV, respectivamente de 2007, 2009 e 2011) trouxeram o GT especificamente de Sociologia da Arte. As outras edições, no entanto, trouxeram GTs caros à área, como demonstra a Tabela 1.

⁹ Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/2017/?formulario=congressos&metodo=0&id=3>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Tabela 1 – Número de Congressos e GTs onde consta a área de Sociologia da Arte

Congressos	Grupos de Trabalho	Total
XI Congresso (2003)	GT15 - Práticas culturais e Imaginário	1
XII Congresso (2005)	GT21 - Sociologia da Cultura	1
XIII Congresso (2007)	GT 05 - Cultura, Política, Memória e Subjetividade GT 24 - Sociologia da Arte GT 25 - Sociologia da Cultura	3
XIV Congresso (2009)	GT05 - Cultura, Política e Memória GT24 - Sociologia da Arte GT25 - Sociologia da Cultura	3
XV Congresso (2011)	GT23 – Sociologia da Arte GT24 – Sociologia da Cultura GT27 – Sociologia e Imagem	3
Total		11

Fonte: Elaboração do autor através de SBS (2017).

A presença de GTs direta ou indiretamente relacionados à área de Sociologia da Arte, como podemos inferir da tabela acima, não são numerosos em relação a outras áreas de pesquisa. Ao contrário, demonstra o quão recente são trabalhos e, mais ainda, a consolidação do GT específico à área de pesquisa, tendo aparecido a partir do XVIII Congresso, ocorrido em 2007. A partir dessa quantificação, a quantidade de trabalhos, a partir do momento em que se insere o GT especificamente sobre Sociologia da Arte, configura-se da seguinte maneira:

Tabela 2 – Quantidade de trabalhos apresentados nos GTs de Sociologia da Arte

Congresso	Nº de trabalhos
XIII Congresso (2007)	19
XIV Congresso (2009)	28
XV Congresso (2011)	16
Total	63

Fonte: Elaboração do autor através de SBS (2017).

Em decorrência da pouca quantidade de trabalhos apresentados, foi possível que realizássemos uma análise sobre os principais autores referenciados nos textos. Nivelamos, nessa discussão, os autores que são referenciados em, pelo menos, três artigos do número total de artigos. Assim, organizamos a configuração de autores mais referenciados nesse total de trabalhos, dando ênfase em autores considerados clássicos à Sociologia ou utilizados na área, ainda que não necessariamente limitados ao escopo da disciplina.

Tabela 3 – Autores com três citações ou mais em relação ao número total de artigos produzidos para três edições do congresso

Autores	XIII Congresso (2007)		XIV Congresso (2009)		XV Congresso (2011)		Total de Citações	
	Artigos	%	Artigos	%	Artigos	%	Artigos	%
P. Bourdieu	8	42%	10	36%	4	25%	22	35%
W. Benjamin	7	37%	3	11%	2	13%	12	19%
A. Candido	2	11%	3	11%	6	38%	11	17%
M. Weber	4	21%	4	14%	2	13%	10	16%
N. Elias	5	26%	2	7%	2	13%	9	14%
Foucault	3	16%	3	11%	0	0%	6	10%
Lévi-Strauss	3	16%	2	7%	1	6%	6	10%
Simmel	3	16%	1	4%	2	13%	6	10%
Geertz	2	11%	2	7%	1	6%	5	8%
Adorno	2	11%	2	7%	0	0%	4	6%
R. Barthes	2	11%	1	4%	1	6%	4	6%
Total de Artigos do GT	19	100%	28	100%	16	100%	63	100%

Fonte: Elaboração do autor através de SBS (2017).

Os autores mais citados, como demonstra a Tabela 3, são Pierre Bourdieu e Walter Benjamin, seguido de Antonio Candido. É notável a presença hegemônica de autores europeus e norte-americanos, sendo Antonio Candido a única exceção de referência (e referencial) brasileiro em trabalhos cuja temática é arte, cultura e literatura. Essa constatação está intrinsecamente relacionada à discussão feita por Lynch (2013), quando menciona o caráter de “pensamento” para produções intelectuais periféricas e de “teoria” para produções de países centrais (europeus e norte-americanos). A teoria, ou seja, a base que sustenta a produção de pesquisas empíricas e bibliográficas é frequentemente

avaliada como exclusiva a regiões geopolíticas “desenvolvidas”, enquanto aos “subdesenvolvidos”, “periféricos” e “atrasados” caberia o espelho, o reflexo, a reprodução do conhecimento importado. Como podemos inverter a perspectiva, conforme propôs Santiago (2000), e identificar o caráter eminentemente reflexivo de produções científicas, artísticas e intelectuais brasileiras sobre a realidade nacional (e internacional)?

Considerações Finais

“Está provado que só é possível filosofar em alemão”, ironizou Caetano Veloso em *Língua* (1984). Com isso não queremos dizer que autores europeus ou norte-americanos não sejam importantes, mas que as representações em torno da produção de conhecimento privilegiam suas produções como conhecimento “teórico” universal, geral e abstrato, tal como argumentou Lynch (2013). Neste trabalho, propomos um debate predominantemente teórico-bibliográfico para refletir sobre literatura, intelectuais e pensamento social brasileiro. O que é considerado conhecimento (teórico) sobre a realidade e a cultura brasileiras? Historicamente, particularmente ao longo do século XIX, foi demonstrado que há fortes afinidades eletivas entre literatura, intelectualidade e nacionalidade brasileiras. O que sustentamos neste texto é que essa histórica relação não se restringe ao século XIX e às primeiras décadas do século XX, mas que pode ser pensada na segunda metade do século XX e mesmo na entrada do século XXI através de múltiplos movimentos artísticos. Se, por um lado, é possível identificar um afastamento das relações entre ciências sociais, arte e literatura como áreas e manifestações específicas, por outro, há campos e áreas recentes que têm se dedicado a reaproximar campos antes distanciados. Esse movimento, contudo, não é feito sem conflitos e tensões (teóricas, metodológicas e analíticas).

A emergência dessas tensões é fundamental para as áreas de conhecimento aqui discutidas, ainda que sejam sucessivas e frequentemente cansativas. Em outro trabalho, lidamos empiricamente com muitos destes problemas relacionados a abordagens, temas e métodos da área de sociologia da cultura, dos intelectuais e da literatura que foram mencionados acima (FARIA, 2019). Neste espaço, a exposição das abordagens e algumas de suas tensões está organizada de modo relativamente intuitivo, pois resulta de um debate bibliográfico organizado em torno de leituras diversas. Em um planejamento futuro, é possível sistematizar as tensões em torno dessas áreas de pesquisa a partir de um escopo metodológico que possa abranger múltiplas variáveis de análise, como instituição, região, abordagem teórico-metodológica e principais referências utilizadas.

Ao fundo e ao fim, estamos sempre procurando pelo justo meio através de equilíbrio entre literatura e sociedade, entre localismo e cosmopolitismo na dialética de Candido (2006). Em notas inconclusas, tentamos alcançar, à exaustão, a metade entre a virtude e o vício.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. A. N. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 107-118, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000100006>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- BARREIROS, D. P. Intelectuais e estrutura social: uma proposta teórica. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 10-45, 2009.
- BASTIDE, R. Problemas da sociologia da arte. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 295-305, 2006.
- BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. Para uma sociologia dos intelectuais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/dados/v53n4/a04v53n4.pdf. Acesso em: 01 maio 2019.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte: gênese e estrutura do Campo Literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, A. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- COSTA, S. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.
- CUNHA, E. da. Da Independência à República. In: CUNHA, E. da. **À margem da História**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005. p.177-258.
- FARIA, L. G. P. **Fragmentos de trajetórias: cultura brasileira e reflexividade em Torquato Neto (1962-1972)**. 2019. 107 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.
- HOLLANDA, H. B. de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde – 1960/1970**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

LIMA, N. T. Diálogo sobre os males do Brasil: breve incursão em nossa tradição intelectual. **Glauks**, Viçosa, v. 5, p. 38-56, 2005.

LYNCH, C. E. C. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MANNHEIM, K. O problema da “intelligentsia”: um estudo de seu papel no passado e no presente. *In*: MANNHEIM, K. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2001. p.69-134.

MORAIS, J. V. de; SOARES P. M. F. Agência, estrutura e objetos artísticos: dilemas metodológicos em Sociologia da Arte. *In*: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 24., 2000, Petrópolis. **Anais** [...]. Petrópolis, ANPOCS, 2000. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/24-encontro-anual-da-anpocs/gt-22/gt19-18/4879-jmorais-agencia/file>. Acesso em: 04 out. 2022.

NAVES, S. C. *et al.* Levantamento e comentário crítico de estudos acadêmicos sobre música popular no Brasil. **ANPOCS bib**: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 51, p. 1-54, 2001.

PALAVRA (EN)CANTADA. Direção: Helena Solberg. [S. l.: s. n.], 2008. (89 min).

PASSIANI, E. Figuras do intelectual: gênese e devir. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n.47, p. 16-47, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-020004701>. Aceso em: 20 set. 2022.

SAID, E. W. **Humanismo e crítica democrática**. Trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. *In*: SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SANTOS, S. A. dos; FARIA, L. G. de P. Os projetos de abolição de Joaquim Nabuco e Luís Gama. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, n. 1, p. 01-31, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/848>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SCHWARCZ, L. M.; BOTELHO, A. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 139-159, 2011. Disponível em: www.scielo.br/j/ln/a/KxjwYKtxfw7cDt7v8P35ZNq/?lang=pt. Acesso em: 24 jul. 2021.

SILVA, I. M. V. da. A trajetória artístico-intelectual glauberiana. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 222-241, set./dez., 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.428>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SILVA FILHO, J. P. L. Candido e Miceli: ambivalências sociológicas de um prefácio. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/listaresumos.htm>. Acesso em: 07 out. 2022.

SILVA FILHO, J. P. L. Era um negócio artesanal e a gente tinha gosto de fazer: entrevista com Sergio Miceli. **Remate de Males**, Campinas, v. 36, p. 481-502, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/remate.v36i2.8647921>. Acesso em: 24 jul. 2021.

VELHO, G. Vanguarda e desvio. *In*: VELHO, G. (org.). **Arte e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 27-38.

WAIZBORT, L. **A passagem do três ao um**: crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

WISNIK, J. M. A Gaia Ciência: literatura e música popular no Brasil. *In*: WISNIK, J. M. **Sem Receita**: ensaios e canções. São Paulo: Publifolha, 2004. p. 219-240.

Recebido em: 29 de julho de 2021.

Aprovado em: 10 de novembro de 2021.

ENTREVISTA

A IDENTIDADE NACIONAL ENTRE O RESSENTIMENTO E A CRIATIVIDADE: ENTREVISTA COM PAULO CÉSAR NASCIMENTO

Kaio FELIPE¹
Mateus LÔBO²

O professor Paulo César Nascimento possui graduação e mestrado em História pela Universidade Patrice Lumumba (Moscou, 1980), mestrado em Relações Internacionais e Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (Rio de Janeiro, 1989), e doutorado em Ciência Política pela Universidade Columbia (Nova York, 2002). Entre 2005 e 2021 foi docente no Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB), tendo recentemente se aposentado. Atualmente é credenciado no Programa de Pós-Graduação em Metafísica (PPGμ) da UnB. Suas pesquisas circunscrevem os seguintes temas: nacionalismos e identidade nacional, pensamento social e político no Brasil, teoria política clássica e moderna.

Entre suas principais publicações estão artigos como *Dilemas do Nacionalismo* (2003) e *Brazilian National Identity at a Crossroads: The Myth of Racial Democracy and the Development of Black Identity* (2008) e a co-organização dos livros *Filosofia ou Política? Diálogos com Hannah Arendt* (2010) e *A Identidade Nacional em Questão* (2016).

Realizada no Rio de Janeiro (RJ) em 12 de Julho de 2022, esta entrevista buscou apresentar um balanço de sua trajetória acadêmica e de sua perspectiva teórica sobre variados temas, tais como a identidade nacional e o nacionalismo; o marxismo; o pensamento de Hannah Arendt; as inovações interpretativas dos clássicos do pensamento social e político brasileiro; o modo como a filosofia

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutor em Sociologia e Mestre em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1207-255X>. kaiofelipe@gmail.com.

² Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Ciências Sociais, Brasília – DF – Brasil. Doutorando em Sociologia e Mestre em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4139-8046>. lobo.mateus@gmail.com.

política grega continua nos auxiliando a entender fenômenos políticos contemporâneos; e o papel tanto negativo quanto criativo que o ressentimento pode ter na formação do imaginário de uma nação.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Para conhecermos melhor sobre o senhor, poderia nos falar um pouco da sua biografia e da sua formação acadêmica?*

Paulo César Nascimento: Em primeiro lugar, obrigado pela entrevista; eu estava meio enferrujado em assuntos acadêmicos (risos). A minha carreira acadêmica foi muito diversificada, porque eu fiz graduação e mestrado em História na União Soviética, fiz dois mestrados na PUC-Rio (um de Relações Internacionais e outro de Filosofia) e estava me preparando para fazer doutorado em Filosofia na PUC, quando vieram os anos de mudanças na URSS, e fiquei interessado em estudá-las. Fiz uma solicitação para estudar na Universidade de Columbia, em Nova York, onde havia um Centro de Estudos Soviéticos muito tradicional, e fui aceito; lá eu fiz meu doutorado em Ciência Política. Só que, no 1º ano, a URSS começou a desmoronar rápido demais, e aí foi aquele caos, porque tiveram que mudar o nome do instituto (não sabiam se colocavam “Russo” ou “Pós-Soviético”), e caiu muito o nível de ensino, muitos professores se afastaram.

Eu então resolvi estudar identidade nacional russa, pois notei que, logo após a queda do comunismo, movimentos nacionalistas na Rússia estavam se reerguendo. Achei que aquele era um caminho promissor; a minha tese de doutorado foi sobre identidade nacional russa e seus reflexos na política exterior. Depois eu voltei para o Brasil e passei em um concurso para a UnB, no Instituto de Ciência Política, e fiquei lá até me aposentar, no ano passado (2021). Como não havia ninguém para dar aula de Teoria Política Clássica, que era algo que eu havia estudado quando fiz o mestrado em Filosofia na PUC, resolvi pegar esse nicho. Além disso, desenvolvi estudos sobre identidade nacional brasileira e de outros países. Foi um assunto que me rendeu bons alunos, mas não tive muita repercussão dentro do corpo docente lá da Ciência Política da UnB; eles sempre acharam algo passado, velho, sem importância – apesar dos movimentos identitários estarem “pipocando” no mundo inteiro, inclusive na América Latina, com as identidades indígenas. Além disso, fui desenvolvendo também estudos em Teoria Política Clássica e me especializei em Hannah Arendt.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Como o senhor foi estudar na URSS como estudante de graduação? E como foi a experiência como doutorando em Columbia?*

Paulo César Nascimento: Fui estudar em Moscou porque era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entrei para o partido muito novo, acho que com uns 17 anos, e fui para União Soviética com 19 anos. Na verdade, fui para lá para estudar Medicina, porque minha família nunca teve um médico, aí eu falei: “Vou ser o primeiro médico”. Aí me matriculei na universidade no curso de Medicina, mas depois de um ano eu vi que minha família ia continuar sem médico (risos), porque aquilo não me atraía. Passei para História. O curso de História, como vocês devem saber, era muito calcado no pensamento marxista, era uma história universal em que todo o decorrer do processo histórico era seguindo a luta de classes, era uma leitura bem materialista. Esse enfoque marxista limitava muito – podia ser um entre outros, mas era só aquele. Fiz a graduação, aproveitei e emendei com o mestrado e fiz uma dissertação sobre o modo de produção no Brasil. Peguei alguns autores marxistas brasileiros clássicos, como Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, Jacob Gorender e Caio Prado Jr. Era uma discussão meio esotérica, porque queriam encaixar três modos de produção dentro de uma colônia. O Brasil já estaria dentro do mercantilismo europeu, ao mesmo tempo que Portugal ainda era um país bastante feudalizado, e com isso a estrutura do poder no Brasil também era. Além disso, havia uma terceira variável de modo de produção no país: a escravidão.

Até ali eu não tinha me atentado muito para identidade nacional, porque o nacionalismo era sempre visto pelos marxistas com uma desconfiança muito grande, afinal o marxismo é muito fundamentado em uma perspectiva internacionalista.

Voltei para o Brasil no início dos anos 1980. Eu fiz tantos mestrados porque aquele que fiz na URSS não foi aceito no Brasil. Só revalidaram a minha graduação em História.

Columbia é outro universo. É uma universidade com bibliotecas fantásticas e professores muito competentes. Mas a Ciência Política americana é muito calcada na ideia de escolha racional, de métodos quantitativos. Lá havia quatro áreas de Ciência Política: Relações Internacionais, Estudos Comparados, Estudos Americanos (*American Government*) e Teoria Política. A última era a que eu mais gostava, mas era uma área pequena, tinha apenas uma professora, então resolvi ficar mais em Estudos Comparados. Comecei a examinar muitos documentos sobre a história russa. No começo da época pós-soviética, passei a estudar qual a importância da identidade nacional como fator político determinante da modernidade. A propósito, no pensamento social brasileiro, a pergunta sobre o que é o Brasil e qual o lugar dele no mundo tem angustiando todos os pensadores. Enfim, Columbia foi uma experiência muito boa, abriu muito a minha cabeça, mas a

Ciência Política americana nunca me atraiu. Peguei o máximo possível de aulas de Teoria Política e Estudos Comparados para fugir dos métodos quantitativos. Mesmo assim, no projeto de tese exigiam que era preciso fugir da metafísica e me perguntavam qual era minha “variável independente” – e eu ficava pensando que não há nada mais metafísico do que a “variável independente” (risos).

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Quais autores exercem, ou exerceram, maior influência na sua produção acadêmica e na sua visão de mundo?*

Paulo César Nascimento: Marx e os marxistas (por exemplo, Antonio Gramsci) sempre foram uma referência para mim, principalmente numa etapa anterior da minha formação acadêmica. Eu vi, contudo, um esgotamento daquele pensamento, a partir de que o mundo estava mudando e o marxismo estava ficando cada vez mais limitado, inclusive não seguindo aquilo que Marx sempre pregou: é a realidade que informa o teórico, e não o contrário.

Entre Marx e Hannah Arendt eu tive um período de transição longo já no Brasil, onde fui bastante atraído pela Escola de Frankfurt. No início da década de 1980, foi lançado aqui no Brasil o livro principal de Habermas, a *Teoria do Agir Comunicativo* (1981). Foi uma obra que me influenciou, mas também muitos outros acadêmicos que eu conhecia – fizemos até grupos de estudos. A partir dele lemos também Adorno, Horkheimer, Marcuse e, em menor medida no meu caso, Benjamin (até lamento isso). Focamos em Habermas a partir daquela ideia de que havia uma lógica, quase que uma cientificidade no agir comunicativo, que obrigava os interlocutores a buscar um entendimento. Todo o pensamento de Habermas é voltado nessa direção; ele tem uma parte da tradição da Escola de Frankfurt, que é justamente a crítica à tecnologia. E tenho a impressão de que isso vem da influência que Heidegger teve sobre Marcuse, e isso foi passado para todos os frankfurtianos. Habermas também critica a tecnologia, mas de outro jeito: ela pode ser utilizada em benefício da humanidade, e temos que recuperar o *Lebenswelt* (mundo da vida) diante de invasão do mesmo pela técnica e pela ciência. O que pensamos estaria muito condicionado por uma racionalidade instrumental, com respeito a fins, precisamos redescobrir um novo tipo de racionalidade, que é o agir comunicativo. Pelas próprias regras de comunicação é possível encontrar o melhor argumento. Hoje em dia, evidentemente, eu já não concordo com isso, mas foi uma influência muito grande sobre mim durante um tempo.

Comecei a ler Hannah Arendt por acaso, em um curso lecionado pelo professor Eduardo Jardim na PUC-Rio. Quando ele introduziu Arendt, toda aquela leitura chata do Habermas, aquela linguagem pesada, ficou sendo insu-

portável, porque a prosa da Hannah Arendt é muito bonita, ela é quase uma poeta. Além disso, havia a ideia de recuperar os gregos, do agir político, isso ganhou todo mundo dentre os grupos da PUC. Eu diria que foi ali que o pouco do marxismo que eu ainda comungava, mesmo lendo Habermas (considerando que a Escola de Frankfurt ainda tinha um pé no marxismo), desapareceu. Arendt foi um universo diferente, cuja questão principal era o agir político, com sua crítica a todas as teorias, toda a metafísica ocidental que determinava um caminho para o agir, e ela buscava um agir livre. Eu sei que tem muita gente que sempre está buscando uma solução para os problemas da sociedade. Quando não encontraram isso em Marx, se decepcionaram com ele, então foram para Habermas e depois para Arendt, que por um tempo foi tratada como uma pensadora que podia “iluminar caminhos da prática”, algo que é completamente alheio ao pensamento dela. Isso é uma tendência no Brasil: muitas pessoas seguem os pensadores, mas pensando em como eles podem ser “usados” para mudar a realidade societária.

Quanto aos autores brasileiros, no início eu me interessava pelos que interpretavam o Brasil com enfoque marxista, como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré. Mas, rapidamente, isso foi sendo superado. José Guilherme Merquior também me influenciou. Embora eu nunca tenha sido liberal, eu sempre o acompanhei, ficava muito impressionado com seu conhecimento, com suas ideias, li vários livros e assisti às palestras dele. Eu vim da esquerda, então o Merquior, em obras como *O Liberalismo: Antigo e Moderno* (1991), abriu a minha cabeça para a importância de certos elementos do pensamento liberal que deveriam ser óbvios para todo mundo, como *habeas corpus*, direitos civis, liberdade de expressão... Um outro problema de vários pensadores brasileiros – e meu também durante algum tempo – é uma prioridade excessiva da questão social. Isso é muito forte no marxismo brasileiro. Não estou negando a importância da questão social em um país com a desigualdade do Brasil, mas a dimensão democrática sempre foi puxada a reboque. Nos meus últimos anos no Partido Comunista Brasileiro, eu estava com um grupo dentro do partido que era completamente contrário ao regime soviético – como eu tinha morado na URSS eu tinha “lugar de fala” (risos). Expulsaram esse grupo do PCB. A democracia era sempre vista, para usar termos marxistas, como uma “superestrutura”. Apesar dos partidos de esquerda participarem de eleições, eles nunca se ativeram ao valor da democracia em si. Para citar um exemplo de um amigo meu já falecido, o Carlos Nelson Coutinho, a tese dele no livro *A Democracia como Valor Universal* (1984) foi abraçada por essa ala dissidente do PCB. Só que não há no livro dele um foco grande no que é de fato “democracia”, por exemplo, eleições competitivas,

liberdade de expressão, direitos políticos e civis... A questão da democracia era ainda muito instrumental, voltada para resolver os problemas sociais.

Voltando ao período não-brasileiro, um outro autor marxista que me influenciou muito foi Gramsci. Através dele comecei a ver a questão da democracia quando ele falava nos *Cadernos do Cárcere* sobre a necessidade de se construir um bloco histórico, sobre como a revolução no Ocidente não pode ser como revolução na URSS – até porque nos países ocidentais havia uma sociedade civil mais forte do que na Rússia, portanto era preciso levar em consideração os diferentes organismos da sociedade. Gramsci, portanto, parecia apontar para um socialismo mais democrático, mas tudo aquilo que pareceu insuficiente em termos do que o liberalismo, na figura do Merquior, colocava para a democracia. Não se encontra em Gramsci, por exemplo, uma indagação sobre se deveria haver eleições competitivas. Além disso, o conceito de hegemonia, a ideia de fazer a cabeça das pessoas, é um negócio perigoso. Não há no marxismo uma incorporação de elementos importantes do liberalismo. Na época eu ainda desconhecia a literatura da social-democracia europeia – por exemplo, a escola austro-marxista (autores como Otto Bauer) e Edward Bernstein, os quais eu só fui ler quando estava na UnB. Para os social-democratas é preciso levar em conta mecanismos de mercado, competitividade eleitoral, formação de partidos... O Bernstein já estava pensando na questão democrática do socialismo, a qual só vai aparecer nessa linha marxista em que eu estava com o chamado eurocomunismo, no fim da década de 1970, em especial nos partidos comunistas da França e na Itália, onde ninguém aguentava mais o sistema burocrático soviético. Essa linha social-democrata nunca foi plenamente estudada ou exercida no Brasil. É verdade que o PDT do Brizola se aproximou da Internacional Socialista, mas isso me pareceu mais uma questão de onde o trabalhismo ia se localizar dentro da esquerda do que uma opção consciente.

Quanto às demais influências, depois que eu comecei a ler Hannah Arendt também li bastante sobre identidade nacional e nacionalismo, inclusive autores clássicos nesse tema, como Eric Hobsbawm e Ernest Gellner.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *No percurso intelectual do senhor, é possível observar um interesse constante em temas como democracia, teoria política clássica e moderna, nacionalismo e identidade nacional. Por que a escolha dessas questões?*

Paulo César Nascimento: Elas foram a reboque das minhas experiências pessoais. A questão da democracia veio por causa da União Soviética. Quando eu estava lá, comecei a tentar encontrar um socialismo democrático. Quanto à iden-

tidade nacional, foi porque esses movimentos nacionalistas começaram a surgir em uma época de globalização. Quando caiu o sistema soviético e seus países-satélite, a palavra mais ouvida na Ciência Política e nas Relações Internacionais norte-americanas era “globalização” (ou “mundialização”, na França). Há um artigo famoso do Francis Fukuyama (*O Fim da História?*, 1989) no qual ele afirmava que o novo mundo será pautado por mercado e capitalismo democrático, e que será até chato, porque não vai acontecer nada. A propósito, contestando Fukuyama, veio um autor que também me influenciou muito: Samuel Huntington. Quando eu saí do marxismo, perdi o medo de ler as coisas, e Huntington era um baluarte do conservadorismo. Embora conservador, sua análise era bem realista: em *O Choque de Civilizações* (1993), ele vê um declínio do poder americano, o surgimento de nacionalismos e de movimentos anti-ocidentais (algo que vemos até hoje, com o fenômeno do pensamento pós-colonial). Há nesses movimentos um desejo de volta a um passado idílico, aos valores dos seus antepassados, de sua raça, de sua religião. Huntington disse que a globalização iria se chocar com valores locais, regionais e nacionais, e as pessoas iriam voltar para onde elas se sentem psicológica e culturalmente estáveis, com um lugar no mundo diante da globalização – a qual, no fundo, é ocidentalização. O Samuel Huntington viu muito bem isso: a contestação do Ocidente pelo islamismo, por grupos indígenas, por movimentos nacionalistas (tanto os que tinham caráter fascista quanto os que não tinham)... Ele foi um dos maiores responsáveis por eu estudar identidade nacional, embora ele próprio trate de identidade em um sentido mais religioso. Sempre foram curiosidades da realidade que me levaram a me interessar por novos temas. Nesse sentido, eu permaneci marxista (risos).

Quanto aos gregos, me interessei via Hannah Arendt. Para estudar política, é preciso estudar as origens, ver os fundamentos. Não é possível fazer um corte e achar que todo o passado é inútil para te informar alguma coisa. Uma das tendências do pensamento moderno é tratar o mundo como se tudo começasse no século XVI, e isso é muito superficial. Arendt tem uma capacidade muito grande de, através do choque com o paradigma grego, nos fazer pensar nos problemas que o mundo moderno tem: os problemas acarretados pela sociedade de massas e pela tecnologia, a perda da capacidade de agir politicamente...

Uma última influência, mais recente, foi Freud. Li-o muito com a perspectiva de retomar um pouco o tema que me interessava na época de Habermas: a razão humana. Isso começou a me irritar de certa forma, porque a ideia do melhor argumento na prática não se verifica; há um mundo de paixões que invade o espaço público, o pensamento humano, e nem Habermas nem Hannah Arendt viram isso. Ambos viam o homem ainda com uma ideia grega de um ser

dotado de algo superior a todos os outros seres: a razão, o *logos*. Em um mundo tão sem *logos* como o nosso, com tantas manifestações irracionais, comecei a me interessar por Freud – não pela sua psicanálise clínica, mas pela sua metapsicologia. O nosso pensamento consciente não é mais do que uma ponta do *iceberg* de um inconsciente de forças ocultas. Estamos obedecendo a um impulso ou desejo que é profundamente inconsciente, do qual nós não nos apercebemos. Todas as manifestações das nossas paixões, pulsões não desapareceram, eles informam muito do nosso pensamento – e isso está muito presente no estudo do nacionalismo, pois a força deste não está numa lógica teórica sólida, mas no sentimento de identidade, de reconhecimento. São forças que dificilmente podem ser explicadas somente pela razão.

Uma vez que a razão é contestável e em grande parte informada por instintos, o pedestal em que o ser humano se colocou começa a perder força, e a nossa proximidade com os outros seres viventes e com a natureza é muito maior do que a gente pensa. Uma das razões para querer dominar a natureza (algo que vem dos gregos e passa pelo Iluminismo, pelo marxismo, pelo capitalismo...) é acreditar que somos superiores a ela, e com isso poderíamos escravizar os animais e plantas. O cristianismo pega a imagem grega da glorificação da razão e vai dizer que o homem é feito à imagem de Deus. Freud é um caminho interessante para começar a contestar essa hegemonia da razão. O predicado que nos diferencia não é absoluto, também somos assolados por paixões – e a política é um campo onde isso aparece de forma muito veemente, por exemplo, em épocas eleitorais. O interesse em Freud caminha também por trazer uma visão de mundo mais em consonância com o ambientalismo: o domínio da razão humana não seria tão absoluto, pois estamos muito inseridos na natureza. A razão é muito ambígua – criou a *Monalisa*, mas também a bomba atômica. Freud dizia que há coisas impossíveis de se colocar no ser humano, no seu núcleo duro. O máximo que a própria psicanálise poderia fazer é transformar miséria neurótica em infelicidade banal. A civilização é para ele baseada na supressão dos instintos, e a razão serve para coibir, controlar, administrar as paixões.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Em seu artigo Dilemas do Nacionalismo (2003), o senhor mapeia as interpretações do nacionalismo. Um dos contrapontos feitos no texto é entre os autores que têm uma concepção modernista do nacionalismo – ou seja, como um fenômeno recente e deliberado – e aqueles que enfatizam o elemento de ancestralidade – por exemplo, as teorias antropológicas, como a de Clifford Geertz. O senhor acredita que, de alguma maneira, seu interesse recente por Freud tem a ver com a percepção de que existe um elemento mais culturalis-*

ta do nacionalismo que não pode ser explicado simplesmente como um projeto moderno?

Paulo César Nascimento: Sem dúvidas. O Anthony Smith se baseia muito nessa ideia: não se pode entender o nacionalismo sem estudar as raízes históricas e culturais, a ancestralidade. É isso que dá força a ele. Por outro lado, essas manifestações só têm vazão dentro do moderno, da estrutura da modernidade, e é essa a ambiguidade do nacionalismo: é um fenômeno moderno, mas que não pode ser explicado sem esse salto para trás. A força do nacionalismo está na paixão, não na racionalidade, não nas ideias – muitas das quais, aliás, são retrógradas, atávicas, entram em choque com valores universais. Para entender o nacionalismo, é preciso olhar para além do programa. Nesse sentido, há uma outra autora, que também é muito conservadora (ela é muito anti-Rússia e pró-EUA), mas me influenciou muito, que é a Liah Greenfeld. Ela conseguiu pegar um fio da meada no conceito de ressentimento (o qual remonta a Nietzsche e Max Scheler) que acredito que é muito importante para entender, por exemplo, os movimentos identitários. O ressentimento consiste na inversão dos valores. Você troca os valores dominantes do mundo hegemônico em que está inserido – os quais considera inalcançáveis – por valores autóctones. Ou seja, você não se livra do objeto que está contestando, e isso é visível nos movimentos pós-coloniais, os quais só poderiam surgir no Ocidente mesmo. A maioria dos professores pós-coloniais dão aulas na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos... É com o instrumental do pensamento ocidental que esses autores se voltam contra a hegemonia ocidental. O pós-colonialismo é um “neo” anti-imperialismo.

O ressentimento é uma força muito grande nos nacionalismos, especialmente nos países que estiveram sob égide colonial. A reação contra o Império vem sempre no sentido de que “nada que venha dali presta”, pois os verdadeiros valores seriam os autóctones. A Rússia, por exemplo, é um país muito ressentido. Ela, tradicionalmente, sempre teve uma disputa psicológica e intelectual com o Ocidente, pois é um país enorme, com um potencial muito grande de desenvolvimento, mas ao mesmo tempo é um país mergulhado em pobreza, opressão e brutalidade. Quando a elite russa ia para a França ou para Inglaterra, eles notavam essa diferença. É por isso que existe essa divisão na intelectualidade russa entre eslavófilos e ocidentalistas. Estes ficam adorando a França por ser uma sociedade desenvolvida e democrática, enquanto aqueles se voltam de forma ressentida para a ideia de que a verdadeira Rússia não é ocidental, e sim a calcada nos valores do camponês, da espiritualidade da Igreja Ortodoxa, da terra russa. Isso está muito em voga hoje em dia, com o Putin. O Ocidente é encarado

pelos nacionalistas russos como “o mundo que não alcançamos, então vamos desprezar seus valores”. O sociólogo Alexandr Dugin, que é muito influente na Rússia, fala que o Ocidente é materialista, individualista, não tem perspectivas de espiritualidade... Essa postura já vem de muitos séculos.

A crítica marxista também se inseriu nessa ideia. Nela, o Ocidente é reduzido ao capitalismo ocidental. Os nacionalistas diziam que a Rússia tem um papel preponderante no mundo porque Moscou seria a Terceira Roma da espiritualidade através da ortodoxia cristã. O marxismo, a meu ver, se popularizou na Rússia justamente porque ele atendia às duas fontes que os intelectuais russos buscavam: a grandeza de sua pátria (o lado eslavófilo) e o Ocidente moderno que o capitalismo e o socialismo poderiam trazer (afinal, o marxismo é ocidental). Nos primeiros anos, com Lênin, houve uma onda internacionalista, mas logo depois veio o “socialismo em um só país” com Stalin, é a volta à eslavofilia. Anos depois, antes mesmo da queda do comunismo, Gorbatchov, já na primeira frase importante que pronunciou como dirigente, fala em construir uma “casa comum europeia” – ou seja, recolocar a Rússia como país ocidental. Por razões geopolíticas, a Rússia não foi colocada nem se colocou na Europa, e foi até mesmo desdenhada. Com isso, paulatinamente voltou a se encarar como Eurásia.

Me parece que o marxismo na América Latina tem muito disso. O anti-imperialismo americano é muito também uma ideia ressentida, contra um país que, no fundo, “deu certo” em várias áreas. No pensamento social brasileiro, uma ideia que sempre está perpassando os autores é como tirar o Brasil do atraso, como ele pode chegar ao Primeiro Mundo. Alguns argumentam inclusive que o Brasil já era bom e maravilhoso desde o início (por exemplo, Darcy Ribeiro).

Eu peguei o conceito de ressentimento da Liah Greenfeld e comecei a pesquisar isso também em Nietzsche, Scheler e uma psicanalista brasileira, a Maria Rita Kehl, que escreveu um livro interessante sobre o tema (*Ressentimento*, 2004). Ao analisar certos movimentos identitários (por exemplo, nos EUA), é possível notar que muitas vezes o ressentimento vem em paralelo com uma grande vitimização psicológica. Não é que a causa originária desses grupos seja inválida, mas o ressentimento é uma força da qual se deve ter consciência.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Considerando o caráter periférico do pensamento brasileiro, em que medida o conceito de “ressentimento” pode ser uma chave de leitura pertinente para compreender algumas das principais interpretações do Brasil?*

Paulo César Nascimento: A pergunta vem bem a tempo de eu fazer um adendo. Até agora falei muito do ressentimento como algo negativo, como

substituição de valores em reação a um modelo que não larga você e você não consegue se largar dele, e ao não conseguir alcançá-lo você se vitimiza. Um outro aspecto que pode explicar boa parte de certa produção do pensamento social brasileiro é que o ressentimento tem um lado criativo. Essa é uma diferença que eu tenho em relação à Liah Greenfeld. Enquanto ela só vê o lado negativo do ressentimento, do qual não sai nada de bom, a pessoa não consegue se sentir parte do modelo que ela critica etc., para mim na verdade há saída sim, você pode ser criativo e propor algo inédito. No caso do pensamento brasileiro, podemos ver isso em obras como as de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

Freyre parte de uma comparação do Brasil com os Estados Unidos, e o que ressalta nessa comparação é que, mesmo com os EUA sendo uma potência e o Brasil ainda sob o signo do atraso, ambos tinham em comum o passado escravagista. No pensamento de Freyre, a criatividade está no fato de que ele estuda o Brasil Colonial e nota uma diferença muito grande: nós, brasileiros, construímos uma sociedade que mesclou as raças, e com isso temos uma civilização diferente. A escravidão brasileira é de origem maometana, em que o escravo é parte do círculo da família, e não existe aquela cultura protestante que separa racialmente o negro do branco. É um racismo mais flexível, por assim dizer. Não é que não haja racismo, mas ele não é tão excludente. A miscigenação brasileira, mesmo que tenha sido em grande parte através da submissão sexual das escravas, é muito maior que nos EUA. Os críticos podem alegar que Freyre estaria defendendo a escravidão ou o sistema patriarcal, mas a meu ver ele tem uma explicação do Brasil muito criativa e inovadora, até por valorizar a presença do negro e a importância da mestiçagem numa sociedade que queria ser branca. Antes do Freyre ninguém fez isso. Antes se pensava em um Brasil branco, o que é surreal em um país altamente miscigenado. Estou falando tudo isso para realçar que, mesmo procedendo a comparações com outros países e modelos, você pode ser criativo sem necessariamente ser pessimista, vitimizado. No pensamento brasileiro você vê rasgos de criatividade muito grandes.

Sérgio Buarque de Holanda, com a ideia de “homem cordial”, trouxe um aporte explicativo bastante rico: o ser que é muito passional. Ele desvendou um aspecto e colocou isso como uma característica nacional; é uma interpretação, não é um negativismo. Nesses pensadores há sempre uma ideia de como superar o atraso.

Oliveira Viana, embora seja um conservador, faz uma crítica muito válida à descentralização aos moldes ocidentais dos órgãos de poder (por exemplo, como se fez na Inglaterra) ao afirmar que ela pode estar empoderando oligarquias locais. Não é à toa, aliás, que ele apoiou Getúlio Vargas. Quando você vê

as reformas no Brasil, elas são sempre reformas de cima para baixo, de governos autoritários que paradoxalmente impõem uma ordem mais progressista. O poder local é muito mais oligárquico. Esse e outros pensadores iluminaram aspectos do Brasil. O que me parece que impulsiona todos é a ideia de superar o *gap* que o Brasil tem em relação ao progresso.

Voltando para os russos, percebi que aquilo que Lênin e outros queriam era mudar a Rússia, e viam no marxismo o instrumento para tirá-la do atraso. A Rússia estava inferior a outros países, o socialismo seria a redenção dela. O ressentimento, portanto, pode ter criatividade e não só passividade e pessimismo.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Existem autores e obras das ciências sociais brasileiras que merecem uma “releitura” ou “redescobrimto”?*

Paulo César Nascimento: Eu acho que releitura é sempre importante. Nunca dá para você partir de um ponto em que não volta atrás para reler os chamados cânones ou clássicos. Eu sempre falava para meus alunos na UnB: “Vocês querem ser marxistas? Tudo bem. Mas leiam Marx, não vão ficar lendo só o último marxista ‘tchan’” (risos). Se for estudar raça, por exemplo, você tem que estudar como esse tema foi pensado antes. Cada vez que você lê ou relê os clássicos brasileiros com um olhar diferente, você reinterpreta, critica, mas também absorve pontos que você não viu antes. Creio que isso é assim com todos os grandes pensadores, do Brasil e do mundo.

Só para dar um exemplo de releitura de como problemas atuais da democracia podem ser encontrados nos clássicos, eu sempre volto aos gregos. Por exemplo, a análise da crise das democracias contemporâneas – por exemplo, em *Como as Democracias Morrem* (Steven Levitsky & Daniel Ziblatt, 2018) – parte de fenômenos como o crescimento do populismo na direita e na esquerda, a constante incapacidade das instituições democráticas de lidarem com os problemas de seus países, a negligência da população em relação à democracia etc. Aí você lembra de como essa questão já estava colocada numa pólis, numa cidade-estado muito pequena. Eu me lembro do diálogo platônico *O Estadista* (ou *O Político*), no qual Sócrates diz para ser interlocutor: “Como podem exercer política se não sabem nem jogar damas?”. Já está presente em Platão e Aristóteles, ainda que de formas diferentes, a ideia de que é preciso afastar o econômico do político para conter o perigo das massas, tanto de pobres quanto de ricos, que estarão sempre no reino das necessidades e no espaço público colocarão a política a serviço delas. Hoje em dia, isso continua fazendo sentido em uma época com o materialismo mais rasteiro possível, com consumismo crasso como a atual, na

qual um governo bem-sucedido economicamente pode se manter indefinidamente – como ocorre, por exemplo, na China ou em Cingapura.

Eu acho importantíssimo ter sempre um pé no passado, buscar a historicidade de um pensamento, as contradições que teve que enfrentar na sua própria época e cultura para aí você extrair elementos que possam aprofundar a discussão. Acho um erro muito grande você “cortar” o passado. Os estudantes hoje na universidade não sabem nada do passado, é surreal. Parece que nunca tiveram aula de História. Uma coisa que muito me impressionou como professor é que, mesmo numa época com mil bugigangas eletrônicas em que você “fisga” qualquer livro ou informação, os estudantes de graduação não sabem nada de autores que não sejam contemporâneos. Fica faltando historicidade, e a contemporaneidade é evidentemente muito rasa, limitada.

Por exemplo, o conceito muito popular hoje em dia de “lugar de fala” é problemático. O que aconteceu com aquela ideia kantiana de você se colocar no outro para entender, o “pensamento alargado”? Como você vai ter solidariedade com alguém se consegue se colocar no lugar dele? Esse “egocentrismo” vem muito da cultura política norte-americana, na qual você reserva o “lugar de fala” só para a sua “bolha identitária”, seja ela racial, religiosa, de gênero... A consequência política disso é que os temas universais se perdem. Cada grupo só quer “arrancar” o máximo possível das reivindicações de sua própria identidade, só pensa na sua própria “bolha”. É um ressentimento do qual não sai muita criatividade. Tendo a pensar que não é à toa que isso venha de uma sociedade liberal como a dos EUA: é um movimento de liberdade, mas no qual se exagera excessivamente os direitos do indivíduo.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *O Brasil passou por diversas mudanças marcantes desde a redemocratização nos anos 1980. Como o repertório teórico-metodológico dos autores clássicos de nosso Pensamento Político e Social ainda permite entender as questões contemporâneas?*

Paulo César Nascimento: Houve mudanças impressionantes desde a redemocratização. O Brasil dos anos 1960 vivia em outro universo, era mais conservador, mais tradicional, mais católico... Por outro lado, em nosso país as mudanças não são fruto de maturação política ou intelectual, elas vêm aos solavancos. Mas muita coisa se reproduz, não há um processo de modernidade consistente. Ainda há um peso do passado.

Gilberto Freyre, por exemplo, mostra a importância da miscigenação, o que hoje em dia está em voga pelo debate sobre a política de cotas ou quando

se quer pegar a realidade pós-moderna, hiper identitária, binária dos Estados Unidos e aplicar para o contexto brasileiro, uma sociedade muito miscigenada. O que é o “pardo”? O Obama, por exemplo, é filho de uma mãe branca e um pai africano. É um mestiço *par excellence*, mas nos EUA aquela “gota de sangue” africana é o bastante para ele ser considerado negro. Aí você vê um choque do passado com a transformação moderna. A grande maioria da população brasileira é parda, mas qual o estatuto do pardo? Ele vai ser incorporado aos negros ou é um terceiro grupo (como eu acho que deveria ser)? Essa discussão já vem de antes e tem continuidade.

O mesmo ocorre com a discussão sobre a paixão, com o “homem cordial” de Sérgio Buarque. Esse caráter passional não é necessariamente carinhoso. Ele também pode ser violento, pois obedece ao coração. Em uma sociedade como a nossa, que passa por tantas transformações, as paixões vêm à tona, porque muitos não aceitam as mudanças de valores, não aceitam a nova ordem econômica – com concorrência desenfreada e crescente desigualdade –, e isso pode solidificar o caráter passional. Aquilo que era visto como o homem tradicional por Sérgio Buarque pode ser também uma categoria política e até policial e criminal hoje em dia, vide os casos recentes de violência movida por paixão política. Não é o homem tradicional discutindo por questão de honra, ou algo como uma briga de futebol, é uma coisa que vai para o âmbito da eleição.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *O senhor acha que as interpretações de larga escala do Brasil típicas de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. ainda têm lugar no mundo contemporâneo?*

Paulo César Nascimento: Talvez uma diferença nossa com relação aos autores clássicos é que você não vai ter mais uma visão completa do Brasil, um retrato desenhado do país como um todo – por exemplo, um quadro do Brasil Colonial. Serão temas mais recortados. Duvido muito que haja hoje em dia uma obra de fôlego que abarque o Brasil como esses autores abarcavam. Mesmo quando nós voltamos para obras do passado, você vai pegar apenas aspectos, e não a obra como um todo.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Qual o lugar para o senhor do Pensamento Social e Político feito no Brasil dentro do quadro das ciências sociais brasileiras? Caberia apenas leituras históricas, de autores localizados no seu tempo, ou se pode ir além disso e fornecer questões para o debate do presente?*

Paulo César Nascimento: Eu acho que é mais nesse sentido de trazer questões, mesmo que em análises recortadas em vez da obra toda. É preciso ter o aspecto histórico, mas também debater os temas – e é possível até mesmo fazer, por exemplo, uma análise quantitativa, de classe, com uma metodologia mais contemporânea no universo das ciências sociais.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Faz sentido falar em “Brasil”, como uma unidade, em um mundo de identidades fragmentadas?*

Paulo César Nascimento: Quando Aristóteles falava da pólis, ele dizia que aquilo que a “colava” era o sentimento de pertencimento. No Brasil há regiões, classes sociais, raças, culturas muito diferentes. O que “cola” isso tudo é o imaginário da identidade nacional, o que é algo intangível, até mesmo metafísico. Você pode não ter nada a ver com música sertaneja ou samba, mas se ouve sabe que aquilo é brasileiro. Como bem colocou Benedict Anderson, são “comunidades imaginadas”, mas você só imagina isso através dos instrumentos modernos: o mapa do país, a comunicação da língua oficial, a moeda, o símbolo...

Quando as ciências sociais vêm investigar a identidade nacional, muitos acabam se esquecendo que essa “cola” é imaginária. O país existe apesar de todas as divisões de raça, de credo, de cor. Isso se manifesta de forma mais clara na Copa do Mundo. A paixão que o futebol mobiliza nas pessoas pela seleção do seu próprio país é impressionante. Nenhum político, partido ou teoria (liberal, comunista ou o que seja) consegue tal mobilização. Toda vez que uma dessas doutrinas entrou em competição com o nacionalismo, o nacional sempre ganhou. O país para por aquilo que todos vão torcer, há um intervalo nas divergências (por exemplo, entre esquerda e direita). É preciso ser muito “do contra” para torcer por outro país (risos). Nelson Rodrigues, nesse sentido, sempre foi um grande intérprete do Brasil: “a seleção é uma pátria de chuteiras” é uma frase maravilhosa. O dia em que a Copa do Mundo não mobilizar mais ninguém, aí sim é sinal de que a identidade nacional está morrendo. Em uma guerra como essa da Rússia e da Ucrânia isso fica claro. Alguém vai morrer por FMI, pela OMC? Não, você morre pela sua pátria, tamanha é a paixão que o sentimento nacional mobiliza.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Neste momento, o que é o Brasil?*

Paulo César Nascimento: Como dizem os americanos, essa é a pergunta de um milhão de dólares (risos). O Brasil me parece, para dizer uma triviali-

dade, um país sempre em construção. O Brasil se resume, para mim, naquela aspiração de conseguir um lugar ao sol no mundo. Isso significa respeito pelo Brasil, não só pelo samba ou pelo exótico, mas também por problemas sociais já encaminhados, que tenha um peso, uma voz no mundo. Acho que todas as construções do Brasil no pensamento social e político levam para isso. A pessoa que é marxista e que quer a revolução socialista ou um ultraliberal como o Roberto Campos – todos querem ver um Brasil que ainda não existia, cada um quer colocar os instrumentos para o país deslanchar. Os EUA também estão em construção (por exemplo, ainda não resolveram a questão racial), mas lá você tem um passado solidificado para o qual olha e diz: “Já construímos muita coisa”. Os países que hoje influenciam o mundo – França, Inglaterra, EUA... – já têm um acervo histórico de conquistas, de desafios superados que os permite já terem uma base para mais preservar do que inovar. O Brasil ainda me parece ter mais que inovar do que preservar, ainda está tateando essa questão, porque o desenvolvimento econômico ainda é muito por solavancos. A urbanização é impressionante, mas ainda não está muito solidificada.

O Brasil começa a ser admirado enquanto ainda não era Brasil, mas quando parecia ser um éden ambiental, aquela natureza que tanto impressionou os portugueses. É interessante que, com a destruição da natureza nos últimos anos, essa questão esteja voltando também, pois o Brasil precisa resolver como é que vai fazer esse desenvolvimento. Se vai ser um progresso destrutivo ou se vai ser um progresso preservando, resgatando aquela imagem edênica, da natureza exuberante. Na verdade, é isso que os ambientalistas querem recuperar no Brasil. Em 1970, o regime militar brasileiro – mas se fosse um regime socialista na época teria a mesma ideia – desenvolvia desmatando, construindo estradas, abrindo fronteiras... Hoje em dia isso não é mais possível, a não ser de forma ilegal.

O Brasil é sempre uma construção, mas querendo chegar a um ponto em que possa ter um acervo de conquistas: meio-ambiente preservado, infraestrutura econômica, um certo nível de desenvolvimento social...

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *A retórica do “Brasil grande”, segundo Idelber Avelar em Eles em Nós: Retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI (2021), aparece desde os militares até os governos petistas – por exemplo, o discurso nacional-desenvolvimentista que diz que “o futuro é agora”.*

Paulo César Nascimento: Essa concepção do “progresso destruidor” de fato está tanto na esquerda quanto na direita brasileira. Progredir era destruir. Na

URSS, por exemplo, você tinha aquelas hidrelétricas imensas, o rio que desviaram para fertilizar uma terra árida, aquilo como grande conquista do socialismo.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Isso é bem compatível com a perspectiva marxista, que tem uma visão prometeica do ser humano. Nesse sentido, a URSS foi bem coerente com Marx?*

Paulo César Nascimento: Sim, Marx era um iluminista, para ele progresso era indústria. A ideia de progresso hoje em dia está sendo mudada. Os marxistas estão tendo que se adaptar a isso, mas também os liberais e capitalistas. Essa preocupação ambiental não está no pensamento liberal clássico e nem no Iluminismo.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Nordeste (Gilberto Freyre, 1937) traz um olhar ambientalista – por exemplo, a crítica ao latifúndio pelos danos ao solo, mesmo que a perspectiva de Freyre possa ser considerada conservadora. Além disso, A Ideia de Decadência na História do Ocidente (Arthur Herman, 1997), ressalta que o ambientalismo tem suas origens no Romantismo.*

Paulo César Nascimento: Sem dúvidas, porque os românticos – não só os alemães, mas também, por exemplo, os russos – tendiam ao nacionalismo, e para eles a questão da terra (por exemplo, a relação do camponês com o solo) era muito importante. O Romantismo deixou muitas raízes, e uma delas foi parar no nazismo. Um dos problemas da Hannah Arendt é justamente um corte com o passado: quando vai examinar os regimes totalitários em *Origens do Totalitarismo* (1951), ela encaixa tudo dentro de uma crítica à modernidade (na sociedade de massas ninguém pensa; a ideologia substitui o pensamento etc.), quando na verdade tanto no nazismo quanto no stalinismo o passado penetrou bastante, principalmente no caso nazista, com seus elementos românticos.

Aliás, sobre esse peso do passado, o Partido Comunista Chinês consegue se manter mesmo diante das previsões de que, com a criação de uma classe média grande, o regime ia se abrir. Acho difícil ocorrer essa abertura, porque se as pessoas não tiverem tanto interesse na política, vai prevalecer aquela crítica de Platão à democracia, a qual parte da noção de que há uma erupção de desejos mesquinhos que têm que ser controlados pelo sábio – que, no caso chinês, é o Partido.

Kaio Felipe e Mateus Lôbo: *Nesse sentido, então o Partido Comunista Chinês é o “rei filósofo” adaptado ao contexto da China socialista?*

Paulo César Nascimento: Sim, o marxismo é extremamente platônico, principalmente o leninismo. Para Platão tem que existir uma metafísica que vai ditar os rumos da realidade. Quem é que vai ter alcance a esse conhecimento? Não vai ser o carpinteiro, o escravo ou o comerciante, vai ser o filósofo – o qual é como a vanguarda que o Lênin falava. Em *Que Fazer?* (1902) ele é muito sincero: a classe operária por si só não vai muito longe, no máximo vai chegar no nível sindical (como na Inglaterra) e depois vai se corromper, porque o capitalismo tem instrumentos para corrompê-la. Caberia então construir um partido de marxistas que vá de fora para dentro para a classe operária, conduzindo-a ao socialismo. Isso é extremamente platônico: quem vai dirigir é o sábio. Daí você vê que há uma tradição que vai além do marxismo, não é “culpa” dele próprio ser uma ideologia totalitária. André Glusckmann dizia que a Inquisição está na *Bíblia* da mesma forma que o Gulag está no *Capital* – ou seja, certas filosofias seriam inerentemente totalitárias. Oras, o catolicismo tem a ver com Inquisição, mas também com Teologia da Libertação, com os franciscanos dedicados aos pobres, e a social-democracia tem suas origens no marxismo. Por outro lado, é claro que o pensamento marxista-leninista é mais problemático, porque o Partido se coloca como dono da verdade, pois possui o conhecimento do materialismo histórico, quem for contra ele está contra a História, e, portanto, tem que ser fuzilado – é o corolário (risos).

REFERÊNCIAS

- NASCIMENTO, P. C. *et al.* (org.). **A Identidade Nacional em Questão**. São Paulo: Annablume, 2016.
- NASCIMENTO, P. C.; BREA, G.; MILOVIC, M. (org.). **Filosofia ou Política?:** Diálogos com Hannah Arendt. São Paulo: Annablume, 2010.
- NASCIMENTO, P. C.; SOUSA, L. Brazilian National Identity at a Crossroads. **International Journal of Politics, Culture and Society**, New York, v. 19, p. 129-142, 2008.
- NASCIMENTO, P. C. Dilemas do Nacionalismo. **BIB:** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 56, p. 33-53, 2003.

SEÇÃO LIVRE

¿CÓMO ENTENDEMOS LA COMUNICACIÓN EN LA ECONOMÍA SOCIAL? UN ESTUDIO A PARTIR DE LAS PRÁCTICAS DISCURSIVAS DE LOS ACTORES TERRITORIALES DE SAN LUIS, ARGENTINA

Ana Laura HIDALGO¹

RESUMEN: Este artículo se propone presentar cinco dimensiones de la noción de “comunicación”. Las mismas se reconstruyen a partir de las prácticas discursivas de los actores territoriales que desempeñan actividades en la Economía Social (ES), en la provincia de San Luis, Argentina. Las dimensiones propuestas han sido reconocidas de los fragmentos discursivos, siguiendo la categorización temática que propone el estilo sistemático de la Teoría Fundamentada. Por tanto, el trabajo se trata de un estudio territorial que pone en valor de los saberes de los sujetos vinculados con una política pública, y por tanto, procura distanciarse de las miradas normativas a efectos de recuperar los sentidos sociales del espacio social.

PALABRAS CLAVE: Comunicación; economía social; política; territorio; sentidos sociales.

*HOW DO WE UNDERSTAND COMMUNICATION IN THE SOCIAL
ECONOMY? A STUDY BASED ON THE DISCURSIVE PRACTICES
OF THE TERRITORIAL ACTORS OF SAN LUIS, ARGENTINA*

ABSTRACT: *This article aims to present five dimensions of the notion of “communication”. They are reconstructed from the discursive practices of the territorial actors who carry out*

¹ Universidad Nacional de San Luis (UNSL), Departamento de Comunicación, San Luis – Argentina. Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Becaria Postdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6900-5120>. hidalgo.analaura@gmail.com; alhidalgo@email.unsl.edu.ar.

¿Cómo entendemos la comunicación en la economía social? Un estudio a partir de las prácticas discursivas de los actores territoriales de San Luis, Argentina

activities in the Social Economy (SE), in the province of San Luis, Argentina. The proposed dimensions have been recognized from the discussion fragments, following the thematic categorization proposed by the systematic style of Grounded Theory. Therefore, the work is about a territorial study that values the knowledge of the subjects linked to a public policy, and therefore, tries to distance itself from normative views.

KEYWORDS: *Communication; social economy; politics; territory; grounded theory.*

COMO ENTENDEMOS A COMUNICAÇÃO NA ECONOMIA SOCIAL? UM ESTUDO BASEADO NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DOS ATORES TERRITORIAIS DE SAN LUIS, ARGENTINA

RESUMO: *Este artigo tem como objetivo apresentar cinco dimensões da noção de “comunicação”. São reconstruídos a partir das práticas discursivas dos atores territoriais que desenvolvem atividades na Economia Social (SE), na província de San Luis, Argentina. As dimensões propostas foram reconhecidas a partir dos fragmentos da discussão, seguindo a categorização temática proposta pelo estilo sistemático da Teoria Fundamentada nos Dados. Portanto, o trabalho trata de um estudo territorial que valoriza o conhecimento dos sujeitos vinculados a uma política pública e, portanto, busca distanciar-se de visões normativas a fim de resgatar os significados sociais do espaço social.*

PALAVRAS-CHAVE: *Comunicação; economia social; política; território; sentidos sociais.*

Introducción

El Programa Nacional de Microcrédito para la Economía Social (ES) está destinado a trabajadores que desempeñan emprendimientos productivos, comerciales o de servicios de modo asociativo, individual o familiar; es una herramienta especialmente pensada para quienes no cuentan con garantías patrimoniales, de acuerdo con la Ley N° 26.117. Es una política que se inserta en Argentina Trabaja, e intenta generar instancias de organización popular; la Ley prevé un sistema de acompañamiento continuo por parte de los técnicos de los Centro de Referencia (CdR) de cada provincia y de las organizaciones sociales que trabajan en los diversos territorios con las comunidades. En trabajos anteriores, nos detuvimos en un análisis socioestadístico de esta política (HIDALGO, 2015a, 2015b, 2019).

Este trabajo procura reconocer algunas dimensiones de la noción de comunicación en las prácticas discursivas (HAIDAR, 1992) de los diferentes actores que intervienen en la implementación de la política. Esta nueva mirada acerca de la temática propone recuperar las particularidades que emergen del territorio (MADOERY, 2013) mismo de los actores y aproximarse a las tensiones de poder (FOUCAULT, 1999, 2008) que se encarnan en sus prácticas discursivas (MASSEY, 2007). Se considera que esto condiciona en última instancia la posibilidad de realización de los objetivos de la política pública en la medida en que constituyen sus universos cotidianos en los cuales se despliegan sus *haceres* simbólicos y materiales.

En tanto, se propone abordar la reconstrucción de sentidos sociales atribuidos a la noción comunicación que estos actores desempeñan en el territorio en el marco de la mencionada política. Por tanto, no se pretende partir de un concepto de comunicación o modelos establecidos que pudieran ser contrastados con sus *haceres* simbólicos y materiales (visión normativa); sino por el contrario, se parte del reconocimiento de los mismos a efectos de generar teoría a partir de los datos territoriales. En otras palabras, el artículo sistematiza los sentidos que transitan en el espacio social vinculados a la comunicación, sin intención contrastar teóricamente estos y señalando su carácter acotado a este espacio social y a estos actores.

El presente artículo se organiza en tres momentos. En primer lugar, se presentan las decisiones metodológicas; posteriormente, se sistematizan los resultados obtenidos del proceso de análisis de los datos. Finalmente, se enuncian las consideraciones finales de este trabajo y nuevos interrogantes de investigación.

Decisiones metodológicas

Este trabajo es un estudio cualitativo que se inspira en el estilo analítico de la Teoría Fundamentada (TF) desarrollada por B. G. Glaser y A. L. Strauss (1967), que se convirtió en la obra fundante de esta metodología.

Dentro de los estilos que reconoce Vasilachis de Gialdino (2006), se ha seguido en esta investigación el diseño sistemático desarrollado por Strauss y Corbin (1998). El mismo conlleva diversos procedimientos sistemáticos, que permite generar teorías, conceptos, hipótesis y proposiciones partiendo de los datos; por tanto, no busca comprobar supuestos de otras investigaciones. Involucra dos estrategias principales: el método comparativo constante y el muestreo teórico (TAYLOR; BODGAN, 1984).

El muestreo teórico permite descubrir categorías y sus propiedades, para sugerir las interrelaciones dentro de una teoría (SONEIRA, 2006). Por su parte, el procedimiento analítico de comparación constante se preocupa por generar categorías conceptuales, sus propiedades (aspectos significativos de las categorías) y las hipótesis (o relaciones entre ellas). Las propiedades (de las categorías teóricas) no son únicamente causas, sino que pueden ser también condiciones, consecuencias, dimensiones, tipos, procesos, etc. En este sentido, este trabajo presenta las dimensiones fundamentales que se han reconocido.

No se trata de un intento por verificar la universalidad ni la prueba de causas sugeridas u otras propiedades; al no haber prueba, este procedimiento requiere de la saturación de la información. Por tanto, el objetivo no es tanto verificación como la generación de teoría (VALLES, 2000). El investigador comienza con un área de estudio y permite que la teoría irrumpa de los datos (STRAUSS; CORBIN, 1998).

De acuerdo con Corbin (2010), la TF se compone de los conceptos creados a partir de los datos que se agrupan en categorías; el desarrollo de categorías en términos de sus propiedades y dimensiones; y la integración de las categorías y niveles más bajos de conceptos en un marco teórico que ofrece información sobre un fenómeno o una serie de fenómenos y que da pistas para la acción. “Esta integración final es la que lleva los hallazgos de la investigación de la descripción a la teoría” (CORBIN, 2010, p. 17).

Por tanto, en TF no se puede predeterminedar el número de personas que serán entrevistadas o un número de lugares que serán observados; se pretende lograr la saturación de un concepto, buscando desarrollar sus propiedades o dimensiones que incluye además procesos y variaciones. Se desarrollan memos y diagramas que permiten ordenar los datos obtenidos y los conceptos que son construidos. Los datos de la TF se obtienen a partir de las entrevistas, observaciones, documentos, y otras fuentes de información de los datos cualitativos. Por tanto, en el análisis de los datos, tanto la teoría como el análisis de los mismos, entrañan interpretación, pero de un tipo basado en investigación sistemática (STRAUSS; CORBIN, 1998). Corbin llama al acto de analizar como codificación, aquel “proceso analítico por medio del cual los datos son fracturados, conceptualizados e integrados en forma de teoría” (CORBIN, 2010, p. 212).

La base del mismo son los conceptos, que surgen directamente de los datos; se reconoce en ellos diversos tipos, con variados grados de complejidad. Los conceptos más elevados son llamados categorías (grupos de conceptos), los cuales presentan propiedades y dimensiones.

Los actores involucrados en este estudio son los destinatarios de los fondos (trabajadores de la ES); referentes de las organizaciones sociales que descentralizan la implementación de la política en el territorio (responsables de las Organizaciones Administradoras –OA- y de las Organizaciones Ejecutoras –OE-); promotores territoriales; referentes del CdR del Ministerio de Desarrollo Social de la Nación. Las técnicas de recolección de datos utilizadas son de tipo conversacionales (entrevistas en profundidad), observacionales y documentales. Sin embargo en este artículo sólo se incluirán los fragmentos de entrevistas en función del espacio disponible.

La siguiente tabla se propone explicitar una primera clasificación nominal de los instrumentos de recolección de datos. La misma permite fijar criterios desde los cuales leer e interpretar los datos analizados y posibilitan leer los datos desde un lugar de análisis construido.

En la tabla 1 se observa que, de un total de 52 entrevistas, el 61.54% de los entrevistados correspondieron a los destinatarios de los fondos de la ES que dependen de las OA que tienen sus domicilios en San Luis. La diferencia manifiesta se debe a que el grupo de los trabajadores es mayor que los otros identificados. La población determinada para el estudio se presenta en la tabla siguiente.

Tabla 1 – Clasificación nominal de los actores entrevistados

Entrevistas realizadas	Número	Porcentaje
Destinatarios de los fondos de la ES	32	61,54
Promotores territoriales vinculados con las organizaciones de la ES	6	11,54
Referentes de las OA y de las OE	5	9,61
Agentes del CdR del Ministerio de Desarrollo Social (MDS)	4	7,69
Agentes del municipio de la ciudad de San Luis	3	5,77
Agentes del gobierno de la provincia de San Luis	2	3,85
Totales	52	100%

Fuente: Elaboración propia.

El estudio territorial supuso asimismo, 69 observaciones registradas en espacios privados, públicos y semipúblicos y análisis documental de 41 documentos de tipo interno y externo a las OA. Estos datos han sido suprimidos en el presente artículo.

Los datos identificados en las prácticas de los actores se desdoblaron en las diversas categorías que corresponden a las nociones centrales de la pregunta de investigación. Asimismo, los datos recabados fueron acompañados en su interpretación, por las notas del cuaderno de campo correspondiente. Todo esto fue sistematizado a partir del software ATLAS.Ti.

Finalmente, cabe señalar que la creación de categorías y subcategorías no respondió a un criterio por actor sino que, en cambio, se construyeron de acuerdo a las dimensiones que se desprendieron de los fragmentos analizados. Sin embargo, la diferenciación entre actores se incluye en una dimensión que analiza las prácticas en diálogo con la pertenencia institucional. Un estudio comparativo entre las prácticas discursivas de los actores identificados podría aportar en un estudio posterior, a las conclusiones del presente trabajo.

Nociones de “comunicación” socio territoriales de la ES

De acuerdo con los datos obtenidos, y el proceso de análisis regido por las acciones de muestreo teórico y método comparativo constante, los sujetos participantes de este estudio entienden por la comunicación diversas acepciones; las mismas son desagregadas en otros factores que conllevan su contenido. Resaltamos, una vez más, que no es pretensión de este artículo contrastar una teoría preexistente; sino por el contrario, mostrar una tipificación posible de las diversas concepciones de comunicación que circulan socio territorialmente en el hacer de estos actores.

A fin de ejemplificar las subcategorías presentadas en este artículo, se han extraído fragmentos de las entrevistas. Vale mencionar que no se han sido incluidas todas las referencias a las mismas, en razón del espacio disponible.

Las concepciones de comunicación son presentadas en dimensiones yuxtapuestas en el territorio; sólo distinguibles en esta caracterización a fines analíticos.

1. Dimensión de las prácticas y acciones instrumentales

Con frecuencia los actores de la política pública vinculan los momentos de comunicación a una instancia de envío de mensajes o bien de intercambio de los mismos. En esta dimensión subyace el conocido esquema de Shannon y Weaver, también referenciado como la Teoría Matemática de la Comunicación, publicado en 1948.

En este modelo los autores reconocen seis elementos presentes en cualquier proceso comunicativo más allá del contenido del mensaje; ellos son: una fuente,

un transmisor, un canal por el cual circula el mensaje, un receptor, un destino y el ruido entrópico que puede interferir en el proceso. A continuación se exponen las sub subcategorías reconocidas en sus prácticas discursivas, de acuerdo con sus *haceres* simbólicos y materiales.

a. Emisores y receptores

Con frecuencia, los actores manifiestan en sus prácticas discursivas que el momento de la comunicación se asocia a los sujetos que emiten o reciben un mensaje. De este modo, ese intercambio de enunciados es asemejado a la transmisión electrónica que los autores del mencionado modelo predominante en esta dimensión, adjudicaban al envío y recepción de mensajes.

Entonces cuando vos convocás a ese tipo de reuniones, cuando vos decís: tienen la posibilidad de acceder a esto, con estas condiciones, con estas características, sin garantías. Solamente con tu fuerza en bruto y confiar, con toda la capacitación que dábamos (Responsable de la OA).

La comunicación emerge acá implicada con el esfuerzo individual de quienes desean sumarse al Programa. La responsable de la OA enfatizó la idea del vos y el tú reconociendo la importancia de los sujetos en el involucramiento de la propuesta. La convocatoria, descrita así, reposaba en los sujetos de comunicación que “dan” algo. “Las veces que no fui a una reunión, fue porque la responsable de la OA no me avisó con tiempo. Imagínate que yo vivo en el interior, para mí venirme no es de un momento a otro” (Trabajadora ES); “Yo me enteraba entre nosotros, por celular, llamados, visitas. Como podíamos” (Trabajadora ES).

Entre los trabajadores de la ES también resultaba frecuente reposar la responsabilidad de la concurrencia a las reuniones en los propios sujetos emisores o receptores. La importancia de los promotores en la difusión de los mensajes también suele ser destacada por los emprendedores. De este modo, una de ellas describió su modo de involucramiento con el Programa:

Yo me enteré por un hombre; él era promotor y aparte era artesano, estaba con nosotros. Y nos dijo mirá que pueden ir allá y para qué, preguntamos. Y te dan préstamos para comprar material pero tienen que ir y a la capacitación. Y así empezamos (Trabajadora ES).

Teniendo en cuenta la dimensión de las prácticas y acciones instrumentales, se reconoce en ella la existencia de una subcategoría que señala la importancia de la presencia de los sujetos para llevar adelante el proceso de comunicación.

b. Instrumentos de comunicación

Otros de los modos de reconocer las prácticas y las acciones instrumentales de comunicación, hacen referencia a las acciones concretas que permiten el envío de mensajes entre los actores. Estos fragmentos permiten reconocer la centralidad del proceso en el mensaje enviado en los canales por los cuales circula o en la especificidad del soporte mismo.

“Entonces el puerta a puerta, el afiche, el volante, hablar con el almacenero, con el carnicero, con el plomero, con el carpintero, con la peluquera... Eso permitió la comunicación” (Responsable de la OA). Aquí la actora menciona la importancia de las acciones concretas que le permitieron la circulación de los mensajes. Y esos soportes y medios, como necesarios para establecer el proceso de la comunicación; se advierte, por tanto, que no destaca a los sujetos.

“Las reuniones iniciales se llaman convocatorias, que las hacíamos puerta a puerta, golpeábamos, tirábamos un afiche, decíamos que tal día... Dependía de la zona donde estábamos insertos para trabajar” (Responsable de la OA). A diferencia del anterior, aquí aparece un reconocimiento del contexto, que aunque es mencionado al pasar, se le otorga cierta importancia. Se advierte que los actores en estas subcategorías enfatizan la importancia del canal de comunicación, en desmedro del contenido del mensaje o de posibles obstáculos o ruidos en el canal.

c. Obstáculos o ruidos

En cuanto a las dificultades, destacaron que el problema propio de la comunicación está asociado a la escasez de los elementos antes mencionados. Por tanto, los sujetos identifican como un problema de comunicación la insuficiencia de difusión de las acciones realizadas por parte de las instituciones involucradas.

Hay muy poca difusión de las acciones que organiza Nación y el CdR... Debe ser porque le piden muchos requisitos. Pero yo me enteré de casualidad del Programa, creo que mucha gente no participa porque no se entera que existe (Trabajadora ES).

De acuerdo con lo anterior, la baja participación en el Programa responde a una escasa circulación de información y a la cantidad de requisitos solicitados. Por tanto, involucra en el problema de comunicación una circulación de mensajes insuficiente que adjudica a quienes entiende que deberían ser los emisores.

Asimismo, con frecuencia, la baja convocatoria en las acciones referidas al Programa se explicaba por las fallas de las acciones o herramientas de comunicación. Esto también se asoció cuando se consultó sobre las dificultades de vender el producto: “[...] lo que fallaba ahí a veces es la promoción. La gente de ese barrio a veces no tenía gran promoción de que íbamos a estar ese día ahí, ese fin de semana. Entonces, [...] no se enteraban” (Trabajador ES).

En este fragmento, se vinculó la comunicación a las herramientas de promoción. De este modo, reduce su alcance a la difusión de un mensaje convocante a una actividad que se presupone pública o destinada al conjunto de la ciudadanía.

La promoción o difusión de las ferias ha sido escasa para los emprendedores. Para ellos, esa labor estaba en manos del CdR o de las OA que los convocaban. En general, no era asumida como una responsabilidad de los trabajadores.

Nos enterábamos de las ferias como podíamos, si había una feria en el barrio A, entre nosotros nos avisábamos por celular, llamados, visitas. Como podíamos. En general, no definíamos nosotros a donde queríamos hacer las ferias. Nunca lo hacíamos. Nos decían donde se realizaba y allá íbamos (Trabajadora ES).

Muchas de las decisiones acerca de las prácticas de la ES, no recaen en los trabajadores. La ausencia de una periodicidad para realizar estas actividades o un canal de comunicación formal incide en la participación, y por tanto se observa un énfasis en los emisores del proceso de comunicación. De este modo, la identificación oportuna y definición pertinente del público objetivo -dimensión que pone en debate las estrategias y prácticas comunicacionales de carácter participativo-democráticas-, también se revela ausente y sesga la noción de comunicación a una práctica instrumental en la medida en que responde a una desagregación focalizada.

2. Dimensión de la identidad y alteridad

Una segunda dimensión permite caracterizar el contenido de la identidad y de la alteridad; esta subcategoría emergió con mayor fuerza entre los grupos de los trabajadores y los referentes organizacionales vinculados a las OA, quienes mediante sus prácticas discursivas permitieron identificarla con claridad².

a. El *nosotros*

Cuando se les preguntó acerca de la comunicación, un trabajador puntualizó: “¿La comunicación en general? ¿Entre los emprendedores? ¿Entre los diversos actores que intervienen en el Programa? Entre los emprendedores es buena, es buena la comunicación” (Trabajador ES).

El sujeto realiza una diferenciación entre la posición relativa de los emprendedores con respecto a los otros actores de la política. Si bien no es propósito de este trabajo abordar esta diferenciación, se reconoce como un emergente del estudio y sería interesante considerarlo en nuevos trabajos.

Uno de los factores que hacen diferente a este Programa, es lo metodológico. Es totalmente distinto. Porque de alguna manera “te obliga”, -y esto lo pongo entre comillas porque no es que te esté obligando-, sino que la metodología te propone trabajar de a pares, trabajar con otro como yo. Que muchas veces, no tenés la oportunidad de conocer bien a las chicas de antes... (Trabajadora ES).

“Porque además lo metodológico está conllevando también un concepto y una noción de trabajar con el otro, de encuentro con el otro... no es tan instrumental” (Referente del CdR). La metodología del Programa reúne en un grupo solidario a cinco trabajadores con una consigna que permite la construcción del nosotros, aun cuando no sea un grupo homogéneo. Se constituye este agrupamiento como un primer criterio igualador que invita al establecimiento de equipos a partir de su condición de emprendedores, lo que en principio los unifica ante el resto de los actores intervinientes.

² Para el desarrollo de esta dimensión, fueron importantes también las notas de las observaciones realizadas en los espacios públicos, semipúblicos y privados en los cuales se despliegan la implementación de Programa. A efectos de ajustarnos al espacio disponible, no se incluyen sus consideraciones en esta presentación.

Sí, pero no las conocía demasiado. Conocía de “hola, ¿qué tal?” ellas de un puesto y yo desde el otro [...]. O sea, entonces de golpe es como que... Primero, es gente que vos traés a tu lugar, a tu casa... que no es tan sencillo tampoco. Ir todas para una casa, para la otra. Juntarnos, experiencias, situaciones personales que nos iban pasando... O sea, se arma un grupo humano muy bueno, muy bueno. Y eso lo hacen ellos (Trabajador ES).

Acá aparecen comentadas las dificultades de este *nosotros* que se construye a partir de un “ellos”; una instancia externa al grupo que decide quién es parte. En esto, subyace un implícito más profundo: la participación, la responsabilidad, y la corresponsabilidad que es condición de la política.

Sí, es muy importante todo eso. Y eso te hace valorar el trabajo del otro también. Porque viste que a veces uno dice “hay que ponerse en los zapatos del otro”; entonces eso también es importante. Los promotores tenían otro lugar (Trabajadora ES).

“Ajá, y además podíamos realizar aportes al emprendimiento del par [...]. “Qué te parece, esto, lo otro” [...]. Hay una forma de ayuda en cierta forma que nos sirve a todos” (Trabajadora ES).

Aquí el término “otro” aparece como un par; no es ubicado por fuera del nosotros. Ubica en “*otro lugar*” a los sujetos que ejercían labores de promotores. “*Ponerse en el lugar del otro*”, implica también el desplazamiento del sujeto al espacio tiempo del compañero; trasladarse a los lugares en los cuales se despliegan las acciones cotidianas del Programa.

Unos emprendedores que venían de antes que nosotros los tuviéramos y que tenían muchísimas dificultades para sostenerse porque no tenían una mínima posibilidad de acceder a ningún crédito... Totalmente prohibida la entrada a las entidades financieras tradicionales. Les faltan todas las garantías para acceder al crédito en un banco, por ejemplo, en una financiera, no. Ellos venían con dificultades trabajando y costándoles por supuesto sostenerse. Después tenemos otro segmento de gente que en los años 90 se convirtieron en los nuevos pobres, los nuevos pobres de Argentina; gente de clase media, que hasta tenemos algunos con títulos terciarios incompleto o completo que de pronto se vio sin el trabajo, sin posibilidades de acceder a otro trabajo formal me refiero y que tuvieran algunas habilidades o algunas cuestiones en la cabeza de como desenvolverse en la vida para

poder sobrevivir, pensaron en algo para hacer. Entonces, o se dedicaron a la gastronomía, o se dedicaron a lo textil o al tejido, al blanco, o se dedicaron... o pusieron el kiosquito, una fotocopiadora. Esos también fueron nuestros, gente que accedió al microcrédito (Responsable de la OA).

De este modo, la responsable de la OA describe al grupo de sujetos que conforman el sector de los trabajadores. Utiliza la expresión “ellos” para mencionar las características de esas familias que, a pesar de las diversas condiciones y trayectorias por las cuales se habían acercado al Programa, son reunidas en un grupo común de la ES. Los mismos, son presentados desde sus carencias y sus estados de precariedad ante un deber ser que plantea la referente organizacional.

“Y ellos también nos miraban a nosotros y decían, ¿y estos, quiénes son, para quiénes trabajarán, con qué político están, son punteros?” (Responsable de la OA). El *ellos* y el *nosotros* permiten establecer las barreras discursivas de las prácticas sociales y políticas de los sujetos. Un grupo que se define por el nosotros pero que mira al ellos desde su lugar de identidad, reconociendo en esos grupos la alteridad a lo propio. Por otro lado, la referente infiere un posible sentimiento de desconfianza entre los grupos. Quizá también, manifestando el propio hacia quienes define como el *ellos*.

Por su parte, los promotores tienen una utilización del *nosotros* más inclusiva. Hablando de los procesos de ES en América Latina, una promotora referente de una OA, sostuvo:

¿De por qué nosotros no nos pudimos apropiarnos tanto de esta modalidad? Yo creo que han sido... no sé, quizá los momentos históricos en lo económico que hemos vivido, si bien sufrimos una cuestión económica fuerte, hubo piquetes, no fue a nivel nacional. Yo creo que hubo provincias que tampoco estuvieron tan empobrecidas o no sé si supieron organizar. Provincias donde sigue habiendo gobiernos de caudillos en las cuales es imposible organizarse, muy difícil. Entonces a mí me parece que ahí hubo un quiebre y por ahí de esas hambrunas grandes terminan surgiendo algo bueno [...]. Yo creo que nosotros en el 2000 no se pudo hacer. Sí en Buenos Aires, estuvieron los movimientos piqueteros donde las mujeres salieron a cortar calles, laburaron desde lo social, se organizaron en organizaciones sociales, trabajaron con tema de violencia. [...] Y ahí creo que sí se pudo hacer un cambio, pero en las provincias grandes. Pero en las provincias chicas donde están sometidas todavía con políticas autoritarias, mmm... (Promotora).

Desde su posición respecto de la descentralización e implementación del Programa, observamos que los promotores construyen su *nosotros* con otros grados de complejidad que permiten establecer dinámicas de inclusión y exclusión diferentes. Esto será recuperado posteriormente. Pero resulta fundamental para pensar el caso, recuperar la mirada situada que nos propone esta actora; de este modo, lo identitario y lo alterno de la comunicación se debe pensar en cada espacio social sin pretensión de generalizar.

b. El *ellos*

Esta es una subcategoría *in vivo* puesto que es la misma palabra que utilizaron algunos de los participantes para designar un concepto; es una expresión que viene directamente de sus enunciados. En algunos de los fragmentos compartidos anteriormente, se ha manifestado ya su presencia.

Sí, pero igualmente vos seguís en el lazo con ellos [los promotores], viste... Qué sé yo. Fiestas de fin de año, que por ahí nos juntamos en la Fundación, o que nos vemos, o que me piden perfumes, o que mirá que hay tal cosa... No, no. Seguimos con una relación, muy linda, muy linda. Para mí fue muy agradable. Por lo menos el grupo que me tocó a mí de la Fundación Otoño³, que es la que yo conozco, es muy bueno (Trabajadora ES).

En este fragmento se destaca la utilización de la categoría “ellos” para mencionar a quienes no corresponden al grupo de emprendedores, es decir al “nosotros”. En este caso, habla de los promotores como aquellos con quienes se mantiene un vínculo, a pesar de que la frecuencia con la cual se ven no es cotidiana.

El lugar del *ellos* desde los trabajadores, también es constituido como el sitio del saber desde el cual se desplazan los intercambios en términos de capacitación y asesoramiento.

No, no. Siempre la Fundación. Siempre eran ellos. Las capacitaciones venían de parte de la Fundación. Ya te digo: las capacitaciones eran en grupo, casa por casa y también en la Fundación. Creo que íbamos una vez por semana a la Fundación (Trabajador ES).

³ Nombre ficticio.

De acuerdo a los dichos de los emprendedores, ellos no generaban las demandas de los contenidos en los cuales querían ser asesorados. En caso de tener una demanda puntual, recurrían a otras instancias. “Mirá, yo eso lo hice después. En forma particular, me acerqué a la municipalidad y hablé con gente de ahí. [...] Bueno, charlando le conté que yo quería registrar mi marca y todo lo que quería hacer, y me asesoraron” (Trabajadora ES).

Sin embargo, la OA no es el lugar para vehiculizar las dudas y demandas como primer instancia de consulta. Llama la atención también, el carácter individual de la respuesta; ya que la inquietud podría haber sido compartida por otros pares. Por su parte, los referentes de las OA aluden a los emprendedores como el grupo de ellos:

Y llamar a la gran reunión ¿y ellos que tenían de nosotros para creer en nosotros? Porque nosotros... no era que vos decías yo quiero hacer y yo te daba la plata. Era, yo tengo algo... Había gente que decía yo nunca hice nada, pero yo quiero hacerlo y yo sé hacerlo. Pero nunca tuve un emprendimiento y no tengo trabajo y la verdad es que quisiera verlo y confiábamos en esa persona. Y esa persona también confiaba en nosotros, en lo que decíamos. También nos miraban como bicho raro, digamos (Responsable de la OA).

Tanto desde las OA como desde el grupo de emprendedores, aluden al otro como el *ellos*. En esa noción encarnan la alteridad respecto del nosotros que han podido conformar de modo más o menos estable.

Por su parte, los promotores tienen una ubicación en la arquitectura del Programa que les permite situarse de un modo bisagra respecto de las construcciones de identidad y alteridad. Como vimos, su perspectiva es mucho más amplia e inclusiva para designarse como grupo de trabajo. En este sentido, su *ellos* apareció más vinculado a agentes externos que no fueron considerados por los emprendedores o los referentes de las OA.

Paraguay, Brasil, bueno, vos debes saber mejor que yo, son casi los pioneros de lo que es lo que es microcrédito y ESS. Y ellos empiezan al revés, empiezan como bancas comunales donde se van organizando y van poniendo, es medio parecido, solo que no tiene respaldo del Estado. [...] Entonces ellos van sacando el crédito y van devolviendo con la conciencia de que se lo tienen que devolver a otro compañero para que pueda volver. Es una cadena. [...] Acá se hace cargo el Estado de determinadas cues-

tiones, con la ley del 2006. Y de esa manera se puede llegar al territorio, y también porque hay una conciencia social distinta que en Bolivia, no, que en Ecuador, o sea que han vivido procesos económicos muy distintos que en Argentina, a pesar de que el neoliberalismo los reventó, pero sí se han modificado en favor de organizarse de otra manera. Que nosotros no lo tuvimos, entonces el Estado se hace cargo en lugares así donde no hay elementos (Promotora).

Finalmente, se destaca que en los diálogos mantenidos con los emprendedores, los promotores y los referentes de las OA, no emerge el CdR como un actor destacado a ser mencionado. Su rol en las tramas de implementación del Programa no es visibilizado como necesario para el funcionamiento de la dinámica cotidiana.

c. Dinámicas de inclusión/exclusión

En el *ellos* se reconoce un desplazamiento del lugar de control por parte de los trabajadores:

O sea que lo primero no era que te daban el dinero. Sino que también tenían que poder cumplir con esto. [...] Era necesario pasar eso. Y era como si aprobaras... No era, “vení así te doy y después charlamos”. Cosa que me parece espectacular. Porque no es limpio que te dijeran “tomé el crédito y después vemos”. No, ellos te capacitan y ven si estás apto o no. Que puede ser que uno crea que es así, y no es así (Trabajador ES).

Ellos es quien decide quién puede acceder al derecho del emprendimiento propio, financiado con recursos del Estado. Por lo general, el origen de los fondos no aparece visualizado en las entrevistas de los emprendedores, quienes en sus dichos manifiestan el imaginario de que el dinero proviene de las OA, y ahí descansa la decisión de otorgar el crédito. “Por algo hay que arrancar [...] Y viste ellos me ayudaron” (Trabajadora ES); “Creo que terminan siendo selectivos, sino no hay modo de sostenerlo” (Trabajador ES).

Ellos tienen un lugar determinante en las dinámicas de inclusión/exclusión ya que seleccionan a quienes otorgar créditos; por tanto, en *ellos* descansan también el agradecimiento de los trabajadores. El “*ellos me ayudaron*” da cuenta de que es considerado un favor para la emprendedora, y no como su derecho.

Todo fue antes del primer préstamo; nos conocieron; les parecimos un grupo potable, que podíamos andar. Y bueno, y nos enseñaron muchísimo [...] porque es muy difícil, es muy difícil. Yo soy la mayor de todas [...] Y bueno, estábamos todas ahí queriendo seguir adelante pero, no es fácil, no es nada fácil (Trabajadora ES).

La figura de la ayuda también está acompañada para esta emprendedora por las capacidades del *nosotros*. Tenían ciertas características que les permitían acceder al beneficio, condiciones con las cuales podría conducir los fondos a un fin exitoso en términos de recrédito en el marco del Programa. “Yo creo que la poca difusión de Nación y del CdR debe ser por muchos requisitos. Son selectivos. No trabajan con todos” (Trabajador ES).

El grupo del *nosotros* considera reunir condiciones para poder incluirse en el Programa. En este sentido, aparecen en sus declaraciones una cierta selectividad, toda vez que consideran que no cualquiera puede ser parte. Asimismo, subyace a estas palabras que una mayor difusión de la participación en el Programa, podría implicar una mayor masividad de trabajadores, pero como “no es para cualquiera” la circulación de la información es reducida.

De este modo, los actores revelan tramas de poder que se constituyen en gran parte por sobre las características que se adjudican a las subcategorías de *nosotros* y *ellos*.

Y con esa palabra empeñada una gran cuota de confianza; de *nosotros* hacia *ellos*, y de *ellos* hacia *nosotros*. Porque vos pensás qué tenían *ellos* para creer en *nosotros*, cuando *nosotros* íbamos como organización y hacíamos reuniones grupales, hacíamos las convocatorias (Responsable de OA).

La responsable de la OA se adjudica en sus dichos el ser el filtro de entrada y salida a la dimensión del *nosotros/ellos*. De este modo, esa posibilidad de poder decidir reside en las OA territoriales a las cuales los propios emprendedores agradecen como posibilidad o ayuda a crecer. Sobre esta cuestión volveremos posteriormente, puesto que contribuye una recurrencia en el trabajo de campo⁴.

⁴ Asimismo, en las observaciones realizadas en las reuniones desempeñadas en los salones barriales los emprendedores para hacer uso de la palabra, miraban primero al promotor o referente de la OA o de la OE antes de emitir una opinión. Eso se sostuvo incluso cuando la pregunta era dirigida a ellos mismos. Del mismo modo, los encuentros que se mantuvieron a solas con los emprendedores fueron mediados de alguna manera por estos mismos actores. En determinadas circunstancias, los emprendedores consultaban referencias sobre el trabajo realizado o el

3. Dimensión vincular y motivacional

En esta dimensión se trabajan fundamentalmente los aspectos de las emociones que manifiestan los actores de la política en relación con la comunicación. Se clasifican en tres subcategorías, cada una de las cuales presentan diferentes componentes.

a. Lazos

En este caso, también se trata de una subcategoría *in vivo* extraída del fragmento discursivo de los actores. La comunicación también ha sido definida en términos de “lazos”:

Los lazos del Banquito, con la gente del Banquito, son súper cordiales. Llegamos a tener un lazo más allá del crédito, o sea corramos el crédito de lado que ya pasó, y sin embargo el lazo que ha quedado es muy bueno. En caso de que cualquiera necesite algo, podemos charlar con ellos y preguntarles. O sea, son gente macanuda, por lo menos la gente que nos tocó a nosotros. ¿La conoces a la señora I.A.? (Trabajadora ES).

“Sí, es divina esa señora. S.A., E., también; no sé con quién estuviste, personas muy buenas. Gente amorosa” (Trabajadora ES). Hay una alusión emocional explícita en estos fragmentos al mencionar a una referente de la OA. El *lazo* que se ha establecido es entre personas, no con la organización o con el CdR. Esto permite inferir que ante la ausencia de la referente, el anclaje perteneciente a este *lazo* podría carecer de la misma estabilidad en la relación.

En realidad, mi familia que es muy chiquita, siempre me apoyaron en todo; nunca tuve problema de que me tiraran las cosas para atrás. Mi marido el primero, es un sol. Nosotros nos casamos el 23 de mayo de este año. (risas). Sí, después de treinta y pico de años de vivir juntos nos casamos. [...] Y bueno, él siempre. Mi marido me apoyó en todo, en todo. Y ahora él está a la par mía, y trabaja conmigo. O sea, está interiorizado en todo lo que yo hago (Trabajadora ES).

sentido de la toma de entrevistas a sus referentes por parte de la investigadora. Esto fue registrado en el cuaderno de campo correspondiente.

“En mi caso no, porque saben que yo antes de meterme en algo, siempre fui muy cautelosa. No soy de meterme así con los ojos cerrados” (Trabajadora ES). La referencia a las familias también resulta importante. En estos casos, no aparecen ajenos a los procesos y *lazos* establecidos. Se podría señalar que la comunicación con las familias en términos de *lazos* alude a una esfera interior, mientras que con los referentes de las OA y de las OE se despliegan en un ámbito exterior.

Con respecto a los *lazos* entre los emprendedores y los promotores, los primeros expresaron:

A nosotras las promotoras, en su momento nos ayudaron, eran las que venían a las reuniones, las que nos explicaban; teníamos un cuadernillo que llenar, ejercicios que hacer, nos ayudaron un montón. Y bueno, cuando necesitan algo nos avisan. Hubo muchas veces que hubo ferias en diferentes escuelas y nos llaman para participar. Otras chicas de otros grupos siguen participando. La verdad que en mi caso personal ya está digamos; estamos un poco con mi esposo medios cansados de andar para un lado y para el otro, y entonces es como que bajamos un poco los desniveles y estamos yendo sólo a una feria y vendemos en forma particular; nada más (Trabajadora ES).

De lo anterior se infiere que no son permanentes una vez que no se han establecido nuevos vínculos con las OE o las OA. En ningún caso, los emprendedores expresaron que los promotores eran referentes de las organizaciones. Su figura aparece como desplazada hacia una esfera ajena a la misma, y más próximo al nosotros. Varios trabajadores destacaron su rol más técnico vinculado a ciertas capacitaciones y no demuestran un aspecto emocional hacia su presencia.

Un entrevistado dijo: “Antes íbamos a todas las ferias que nos invitaban, a todos lados. Ya ahora después de seis años, es como que dijimos, bueno...” (Trabajador ES).

Porque tiene la persona, el emprendedor crea un vínculo primero con el promotor, después con la organización. Y entonces ya después él se siente comprometido de tal forma de que vos le pedís “hoy tenemos que ir a una feria”, y va a ir. Ya sabe porqué vos lo acompañaste. [...] Claro. De que ellos vieron de que vos los acompañaste, los ayudaste y bueno, y ellos crecieron y que gracias a lo que... a toda esa ayuda, ellos por ejemplo han

llegado, muchos han llegado por ejemplo a tener su propio negocio. [...] Entonces han crecido con el Banquito (Promotora).

Por otra parte, se reconoce que los *lazos* no son estables; se presentan en los dichos de los emprendedores como instancias dinámicas en las cuales su permanencia no es resultado de una inercia. Por el contrario, se demuestra un cierto desgaste al paso del tiempo. Esto será recuperado posteriormente.

Así iniciamos. El Banquito Popular de la Buena Fe era, no créditos individuales, eran créditos con garantías solidarias; formación de cinco personas; cada uno con su proyecto; cada uno con su proyecto que debía ser reconocido y aceptado por el resto del grupo. La garantía solidaria consistente básicamente en que si yo no te podía pagar, el grupo respondía por vos, y después vos le devolvías al grupo (Responsable de la OA).

Por otra parte, la misma metodología conlleva establecer lazos necesariamente, aunque estos sólo sean en términos formales. La condición de posibilidad para acceder al microcrédito implicaba el agrupamiento con pares que pasaban a conformar un *nosotros*, más o menos estable. La garantía solidaria como parte del método no es un factor negociable; la adjetivación no resulta menor, puesto que presupone una adhesión o apoyo a las causas o intereses ajenos pero que, además, subyace una situación de compromiso. De este modo, el *lazo* establecido desde la metodología misma del Programa es uno que se asume solidario; la siguiente subcategoría aporta otro aspecto en este sentido.

b. Mística e imaginarios locales

En esta subcategoría se incluyen las referencias implicadas a la comunicación como momento de vínculo o que pretende conseguir la unión o el contacto con otros pero de un modo que recrea los imaginarios locales sobre el Programa. Aparecen también las idealizaciones que se tejen en el territorio sobre los modos de desplegarse la implementación. No resulta menor que los emprendedores aludan a la OA como “Banquito”, haciendo referencia a la Red de Bancos de la Buena Fe⁵. Vale mencionar en la provincia de San Luis la intervención de esta Red es anterior a la sanción de la Ley 26117; por lo cual los sujetos tienen una apropiación considerable con ese término.

⁵ También llamados “Banquito Popular de la Buena Fe”.

“A mí me cambió la vida haber conocido el Banquito, el Banquito cambió a mi familia y cambió a mi barrio” (Trabajadora ES). Los actores depositan en esta denominación una esfera de significaciones que exceden los propósitos del Programa. Los alcances del Banquito alcanzan a los actores, se replican a las familias, y se traducen en el barrio. Esta posibilidad de magnanimidad de las acciones colectivas se asoció con frecuencia al “Banquito”, como un actor territorial más que también desempeña un rol en las instancias de implementación de la política.

Los niveles de idealización, también aparecen referidos acerca de las OA y las OE que tiene a su cargo la administración de la implementación del Programa. “Además, en el Banquito el grupo humano para mí es magnífico. Es un grupo humano espectacular, muy cálido, muy contenedor, [...] yo me sentí muy cómoda” (Trabajadora ES). El Banquito aparece como depósito de todos los adjetivos positivos que los emprendedores adjudican a la política. No hay en él aparente contradicción y sus miembros conllevan todas las cualidades de honestidad y responsabilidad.

Mirá yo ahora estoy vinculada pero no con créditos. Sigo vinculada en tanto que si necesitan algo me avisan; o si hay alguna reunión entonces me llaman y si puedo voy... Pero ya créditos no. Yo saqué dos. [...] Y yo ya después no (Trabajadora ES).

En estos dichos, se puede advertir que la vinculación que los sujetos establecen con el Programa excede lo monetario. Esta persona expresa que la mística de la colaboración que se deposita en la Red a la cual pertenece sigue intacta, y que es recreada en nuevos espacios toda vez que sea convocada. Pero esta mística no es extensible a otros miembros de la Red. En cuanto a la vinculación con otros emprendedores, ellos sostuvieron:

Pero con los otros emprendedores, más allá de tu grupo, más o menos [...] Cada vez que yo voy a una reunión. La reunión es entre todos, y sí, nos saludamos, es muy cordial. Pero no tengo relación con muchos, viste. No, la verdad es que no. Porque al no seguir en grupo; nuestro grupo se disolvió. Pero todas seguimos, seguimos siendo empresarias; unas pequeñas empresarias y emprendedoras. Y seguimos en contacto con el grupo (Trabajadora ES).

En estos dichos se aclaran las lealtades; los emprendedores tienen mayor referencia hacia ciertos sujetos de las OA y de las OE; pero no con sus pares. El trato es cordial, pero no hay una identificación sustantiva con el colectivo de pertenencia. Una vez que los grupos solidarios se han desintegrado en el territorio, no quedan inmutables los vínculos. Pero por otro lado, el método de la política permite conformar pequeños grupos que establecen una unidad, y al interior de la misma se dan los *lazos* de solidaridad; no es extensible para el resto.

Primero es juntar el grupo, nos juntamos con una promotora y ver qué queríamos hacer cada una, primero. Entonces ahí nos ofrecen ellos cuáles son los pasos a seguir y a qué podemos acceder. Primero había un crédito que no recuerdo cuánto era; después de ese crédito, si lo terminas, pasas a otro. Y así sucesivamente. Esos créditos te los dan sin interés, y los vas pagando por mes. Y con ese crédito ellos van recaudando para poder darle un crédito a otra persona; o sea, por eso es el Banquito de la Buena Fe (Trabajadora ES).

Con estas palabras la emprendedora explica la metodología del Programa, haciendo referencia a los pasos pautados para acceder al financiamiento. Otros entrevistados, mencionaron: “Eso estaba muy claro; siempre lo supimos. “Tu pago va a ser para un emprendedor que quizá no lo conozcas nunca, posiblemente. Pero el dinero que te damos a vos viene de alguien” ” (Trabajador ES); “Por eso se llama de la Buena Fe; porque tenés que tener fe de lo que te están explicando y en lo que uno va a hacer. Viste, siempre fueron muy claros desde el principio” (Trabajador ES).

La referencia recurrente al “siempre lo supimos” es una instancia simbólica fuerte, que de algún modo procuraba comprometer el cumplimiento de las cuotas pactadas, en la medida en que era necesario para la continuidad del Programa.

“La verdad es que te sentís orgullosa de todo esto [señala la fotografía], poder decir que es absolutamente mío y que en cada una de esas fragancias hay algo que me perteneció” (Trabajadora ES). “Sí, es que si haces bien las cosas vas a andar bien; pero si te equivocas la gente te lo hace saber. Entonces, las cosas las tenés que hacer bien si querés seguir en esto. En esto, y en lo que quieras” (Trabajador ES). El orgullo que se expresan en estos dichos, demuestra un grado de involucramiento en las actividades evidente. En ellos se crean los imaginarios locales sobre la mirada del consumidor y en su propio trabajo. La presencia del creador en sus productos, da cuenta de un grado de misticismo que permitiría conectarse con los consumidores, quienes podrían -de algún modo- hacerle saber

si se ha equivocado. Esta idea supone una imagen del consumidor y del supuesto “aura” del producto, que pareciera permanecer inmutable en la evidencia del involucramiento del trabajar en el proceso.

Asimismo, también el Programa desprende en el territorio limitaciones con respecto a los imaginarios e idiosincrasias locales:

Yo creo que con la Ley de Microcrédito hay un tema cultural serio que dificulta, por lo menos en San Luis, se visualiza, me parece que en otras, sé que en otras partes del país no ha sido fácil pero se ha logrado, es el tema del trabajo colectivo, digamos. La asociatividad como una herramienta muy válida para lograr el crecimiento de los emprendimientos (Responsable de OA).

La referente de la OA reconoce como una limitante el modo de vida del territorio. Ella llama a este aspecto, como un tema cultural, en el cual reconoce que la asociatividad no resulta ser el modo de trabajo más característico de la zona. Y el Programa propone la conformación de grupos solidarios necesariamente para poder acceder al beneficio.

Nosotros teníamos uno de los lemas del Banco Popular de la Buena Fe, era la palabra que se empeñaba se cumplía. Y eso cuando nos llegó a nosotros, dijimos no nos va a pagar nadie, a dónde vamos con la palabra empeñada en un país que estaba en bancarrota, donde la palabra ya no tiene sentido, sino que es documento uno, documento dos, documento tres; que aun así también fracasan, en cuanto al logro del objetivo de cobrar. Y bueno, nos costó mucho a nosotros como organización. Eso supuso muchas instancias de capacitación con la gente de Buenos Aires y siempre la organización tenía la posibilidad de decir, nosotros no aceptamos. No aceptamos porque no lo creemos posible. Y la verdad es que nosotros dijimos sí aceptamos. A pesar de todos los prejuicios que nosotros teníamos, dijimos que sí aceptábamos (Responsable de OA).

La propuesta metodológica del Programa causó disonancia no sólo en los emprendedores, sino también en los mismos referentes de las OA. La necesidad de conformar grupos solidarios en un país que venía de atravesar la Crisis del 2001, con altos índices de desocupación y desigualdad social, implicaba cierta desconfianza. La referente demuestra con su actitud corporal, sentirse orgullosa de haber creído y haberse arriesgado a pesar del clima social que debían afrontar.

También el modo en que lo narra está cargado de una mística que recrea los imaginarios y los relatos sobre la situación social y política del país, más allá de la veracidad de los acontecimientos históricos mencionados. Esta idea también se recrea en el siguiente fragmento:

¿Por qué sigo en esto? Por lo mismo, porque creo que me conformo con que el mensaje llegue aunque sea a uno, y que ese uno sienta la necesidad de poderlo transmitir a otros; que lo va a transmitir a muchos más y que en esos muchos más, a lo mejor va a haber uno quizá. Y eso... (Responsable OA).

c. Expectativas

Se incluyen en este apartado las intenciones de escenarios futuros que expresan los actores de la política. Se trata de situaciones esperadas como expresiones de deseo enunciadas que funcionan en la dimensión motivacional y vincular.

Lo recomiendo. Se lo recomendaría a cualquier persona que quiera empezar. Porque te vuelvo a decir, no es fácil empezar. No es fácil empezar y a veces no tenés gente al lado que te pueda asesorar tal cual, con una visión – como te podría decir-, con una visión fría, si le querés llamar. Porque por ahí tu familia, tus amigos te asesoran de otra forma, desde el sentimiento. Pero vos necesitás una visión fría que te explique claramente los pro y los contra de las cosas que vos querés hacer (Trabajador ES).

Los emprendedores manifiestan sus expectativas de formación con respecto al emprendimiento; lo llaman asesoramiento con una visión fría en oposición a la mirada de la familia que no sería experta sobre esos temas. De este modo, las expectativas acerca del asesoramiento experto sobre las trayectorias del emprendimiento no implican necesariamente vínculos cálidos, asociando el saber a relaciones de poder. Sus intereses expresan una palabra certera y clara sobre la factibilidad del proyecto.

Claro, es diferente cuando [...] sos empleada en algún lugar. [...] O sea, vos estas trabajando con el otro, pero no sos responsable total: o sea, está el dueño o el jefe, o el que sea, y vos estás más abajo. Pero en esto, vos sos dueño, jefe, empleado... sos todo. Entonces es complicado, te tienen que

guiar al principio, para que no te desestabilices con lo que querés hacer. Entonces, bueno, todo eso te lo dan ellos (Trabajadora ES).

Eso que es dado por parte de las OA es esa posibilidad de ser responsable total, asignando roles en diversos aspectos de la ejecución del proyecto. La delimitación de tareas no es clara, en la medida que el emprendedor debe poder desempeñarse en todos esos ámbitos. La trabajadora concluye diciendo: *“te tienen que guiar”*; admite que sin ese acompañamiento el desempeño de las tareas no es sencillo.

Esto también forma parte de las expectativas o aquello que es esperado por parte de los emprendedores en la comunicación como práctica social; un cambio en su relación laboral sintiéndose protagonistas de las decisiones que toman en referencia a su fuerza de trabajo.

4. Dimensión institucional

En esta dimensión se consideran las relaciones entre las diversas organizaciones que se encuentran involucradas en la implementación del Programa. En otro trabajo, nos detuvimos en la confección de mapa de actores (HIDALGO, 2019).

a. Organizaciones Administradoras (OA)

Este estudio analiza dos de las OA que trabajan en San Luis. Si bien no es propósito de este artículo la comparación entre ambas, por la diversidad en sus identidades y culturas no ha sido posible trabajar esta subcategoría de modo unificado. Ambas OA llevan adelante lógicas diferenciadas y se destacan diferentes nociones acerca de la comunicación. No queremos señalar que sean antagónicas, sino que constituyen identidades diferenciadas. Utilizaremos nombres ficticios para aludir a las organizaciones implicadas en este estudio.

En la Fundación Primavera⁶ se destaca el rol más bien técnico que ha desarrollado en el territorio; por su parte, Otoño⁷ ha priorizado otro tipo de vínculo con el emprendedor y con el promotor. Una de las referentes del CdR, hablando de las responsables de las distintas OA, lo reconoce del siguiente modo:

⁶ Nombre ficticio.

⁷ Nombre ficticio.

Ella tiene otra organización que es “Primavera”. También tiene un perfil, por ahí un perfil cómo lo diría, IA tiene más lo humano de la contención, es más como la mamá gallina que protege a los pollitos. RI que es docente también, pero RI es más técnica, más técnica. Junto con la gente de ella. [...] MSCC ha sido mejor organizado y llevado adelante por “Primavera” que por “Otoño”. Si vos me decís que emprendedores vos ves más contenidos, y yo te voy a decir “Otoño” más que “Primavera”. Lo que no quiere decir que no estén contenidos, sino que te digo de perfiles y de objetivos totalmente distintos. “Primavera” controla lo que gastan, les hacen las liquidaciones de Ingresos Brutos, los acompañan... De “Otoño”, la liquidación de Ingresos Brutos es todo un tema, les cuesta... Ahora, vos ves lo humano en ellos y están continuamente juntándose, que llevando, que presentando, que organizando, que yendo para allá, que para acá, en cuestiones sociales y demás. Por eso, son perfiles (Referente del CdR).

La diversidad en los perfiles que señala la referente del CdR, se evidencia en las lógicas de las reuniones y en cada actividad desplegada en el territorio. Cada OA desarrolla diversos grados de participación en la toma de decisiones en sus actividades colectivas. A continuación profundizaremos en algunos aspectos que resultan sobresalientes de la lógica institucional que despliegan territorialmente estos actores.

Me llama la atención la relación entre las distintas organizaciones... porque tengo entendido que son varias las organizaciones que descentralizan el Programa; hay otras que intervienen con otras metodologías... Pero ni siquiera sé donde funcionan (Trabajador ES).

“Mira, sí, hay otra gente, hay otras formas de las cuales no tengo mucha referencia; yo sé que las hay. Pero no tengo mucha referencia” (Trabajadora ES). El desconocimiento que manifiestan los emprendedores respecto de las acciones que llevan adelante otras organizaciones vinculadas al mismo Programa en el cual ellos se desempeñan, permite pensar el grado de fragmentación que caracteriza su implementación. La atomización de los trabajadores de acuerdo a su Grupo Solidario, a su OE o a su OA –en última instancia-, no permite una conciencia de grupo que trascienda lo meramente inmediato. Llama la atención que, además, ambos actores expresaron no saber en qué lugar se encuentra las otras OA.

Así, los mismos referentes de las OA asumen diversos grados de responsabilidad en la ejecución del Programa. Sobre la posibilidad de creación de una

marca colectiva por parte de los emprendedores de una misma OA, la referente expresó: “Y los emprendedores es muy probable que también visualicen que desde la organización hemos padecido de herramientas como para generar eso” (Responsable de la OA).

La referente asume la responsabilidad de no haber podido generar la marca colectiva como una iniciativa que pudiera fortalecer los emprendimientos, las redes y la cooperación entre actores. Pero también tiene que ver con el sitio de poder en el cual se asumen como organización, puesto que esa labor conlleva para esta actora de la OA una carga individual sobre la institución frente a los promotores, emprendedores, y el mismo CdR. Este aspecto también tiene que ver con las expectativas que como OA tenían respecto de la implementación del Programa.

Del mismo modo, otra responsable de la OA describe las características de descentralización del Programa en la provincia de la siguiente manera:

Básicamente, esta administradora cuando vos, cuando hablamos la primera vez nosotros teníamos más territorio, pero después por decisión del Ministerio y por un problema de plata destinada a las diferentes operadoras, la crisis política en los territorios con los intendentes, que cómo puede ser que una organización no gubernamental maneje tanta plata que yo como intendente... (risas). Eso existe. Entonces en vez de pelear diez bancos que los teníamos distribuidos en más territorio de la provincia, nos quedamos con cinco. Y en realidad, los diez que teníamos, teníamos en La Toma, teníamos Lujan, teníamos Merlo, teníamos San Luis, San Luis la ciudad, teníamos como dos en La Toma, dos en San Luis, Merlo, Luján y todo circuito chico turístico; Carolina, Paso Grande, Los Siete Cajones, Potrero, El Volcán, todo lo que es el circuito turístico. Esos fueron los diez primeros. Los cinco que nos quedamos fueron: nos quedamos con Merlo, -muy buen banco-; nos quedamos con Merlo, nos quedamos con San Luis, en San Luis tenemos dos organizaciones que trabajan, nos quedamos con todo el circuito chico: Potrero, Volcán, Trapiche, Carolina, Río Grande, Siete Cajones (Responsable de la OA).

El cambio en la constitución de la arquitectura de esta OA es adjudicado a relaciones de poder que la referente infiere entre las autoridades municipales del territorio involucrado y las organizaciones. Sin embargo, esto no ha podido ser comprobado en esta investigación, a pesar de que resulta un comentario recurrente entre emprendedores y miembros de las OA. Asimismo, esto pudo

ser registrado en las notas de las reuniones privadas efectuadas entre las OA y las OE estudiadas.

Por otra parte, se observa que si bien la decisión del recorte de la organización parece no haber recaído en la misma, la OA desempeñó un papel activo en la definición de con qué localidades seguir trabajando. Esto fue advertido más claramente en las reuniones realizadas en espacios semi-públicos y privados. Así, en sus comentarios se destaca la recurrencia del “*nos quedamos*”, también como un fuerte contenido personal sobre la estructura de la organización.

Se destaca asimismo la responsabilidad y el nivel de involucramiento que describe la referente con las unidades territoriales que descentralizan la implementación, a las cuales llama “bancos”. Esto permite señalar que en general los actores territoriales no aluden a los mismos como OE, tal como señala la reglamentación vigente. Por tanto, se infiere que no existe una apropiación del Programa tal como se ha diseñado en la Ley 26.117. La referente siguió hablando de este modo:

El resto lo asumió otra organización. Porque qué hizo el Ministerio; para que a la Fundación Primavera no le llegaran cinco millones de pesos, dijo le vamos a dar lo mismo que te dimos en la operatoria anterior, pero te vamos a reducir a cinco los bancos. Y entonces, vamos a abrir a una de estas organizaciones que vos tenías entre todos los diez bancos, se va a convertir en administradora y a eso le damos el resto. Entonces, repartían la moneda digamos, entonces nosotros en vez de estar manejando cinco millones de pesos manejamos dos millones quinientos, una cosa así. Por una cuestión y un criterio más político, supongo que también tuvo que ver alguna cuestión de tipo político con el CdR (Responsable de la OA).

Se suma en esta explicación una posible interferencia del CdR en la modificación de la arquitectura del Programa. A pesar de que en reiteradas oportunidades, los referentes de las OA y los emprendedores desconocen el papel del CdR en la dinámica del Programa; le adjudican niveles de decisión respecto de esta acción concreta.

Sí. A nosotros nos conviene, porque manejar diez bancos no sabes lo que es eso. Manejar diez bancos... Además vos pensá que nosotros estamos manejando diez bancos en realidad la administración y la mirada de todo, está en una o dos personas. El resto son los ejecutores en el territorio, pero vos cuando tenés un problema tenés que salir a resolverlo. Y el problema

de plata lo manejas vos... [...] Y en cinco, digamos es más o menos la misma cantidad de plata un poco más, pero tenés menos ejecutores. O sea que tenés menos, más capacidad de observación porque es más chiquito el escenario. Entonces te permite también estar más en contacto con los locales (Responsable OA).

La responsable de la OA realiza una diferenciación importante en su relato; algunos son meros ejecutores en el territorio, mientras que otros son quienes tienen la mirada de todo. Ese lugar recae en los referentes de las OA entre los cuales se involucra; esto se visualizó más claramente en sus gestos corporales.

Se identifica, nuevamente, el grado de responsabilidad que la referente ha desarrollado en torno al Programa. Siente que es quien debe dar cuenta de la descentralización de la implementación del mismo en el territorio en el cual se encuentran las OE que dependen de la OA de la cual es responsable. Evidencia su mirada hacia la administración y su lógica de trabajo colectivo, en la cual parece no haber una instancia de toma de decisión participativa. Una o dos personas, que realizan la observancia de “todo”, toman la responsabilidad de la ejecución pero también se hacen cargo de qué decisiones se van a encarar en el territorio.

b. Municipalidad de la ciudad de San Luis

Por su parte, respecto del Gobierno local de San Luis, los emprendedores sostuvieron:

Lo que sí, nos conectamos por ahí con gente de la municipalidad, que tiene que ver en cierta forma con el Banquito también, porque es nacional. Entonces viste, la parte municipal de acá tiene que ver con la gestión nacional que está en este momento, entonces es como que todo es una red de relación. Y sí a veces yo he venido a cursos acá a la municipalidad para pequeñas Pymes, y eso también tiene que ver con el Banquito, porque ellos dan nuestros nombres, servimos como referentes... entonces está muy bueno (Trabajadora ES).

La relación con la municipalidad aparece más frecuentada por los emprendedores, pero con un carácter individual. Si bien la emprendedora hace referencia a una “red”, ella admite haber tomado esos cursos de modo individual. Toma por sentado que, al compartir partido político el gobierno local con el nacional⁸,

⁸ Al momento de realizar la entrevista; las nuevas autoridades asumieron el 11 de diciembre de 2019.

la relación debe ser y es más fluida. La emprendedora siente una relación más cercana y familiar con la municipalidad por la pertenencia a un mismo partido político, lo que tiñe al proyecto de una afiliación partidaria.

Otra referencia a la pertinencia partidaria, aparece en los dichos de una de las promotoras entrevistadas. Se la consultó acerca de si habían podido trabajar con municipios de los lugares en los cuales se implementa el Programa, y sostuvo:

No, no hemos podido trabajar. No, por una cuestión política. Porque como el microcrédito es un programa nacional ellos están... no se han podido sentarse a charlar. Hemos podido charlar con una intendenta, que bueno fue GC, la que destituyeron. [...] la verdad es que no se ha podido hacer mucho (Promotora).

La provincia de San Luis se caracteriza por conservar el mismo partido gobernante desde el retorno de la democracia en Argentina; se evidencia una trama de poder que condiciona la ejecución de trabajos articulado con los municipios opositores; sobre esto volveremos en la próxima subcategoría. Por otra parte, una de las referentes del CdR, describió de este modo las relaciones iniciales con los municipios:

Con esta cosa de la modalidad de gestión que se descentraliza mediante organizaciones o los municipios, esto también costó muchísimo. Por ahí íbamos a los municipios, te sentabas, te ponías a ver cuál era la situación y que tenías para darme... Es esa la lectura y la propuesta cuando nosotros le decíamos, no el armar, empezar, no había por dónde empezar porque había que armar un plan integrado que vos decías este tipo de emprendimiento que van a financiar, qué otro apoyo va a recibir de otros sectores de la comunidad, cómo vamos a hacer, qué compromisos, ¿cómo vamos a hacer para sostenerlo? Como experiencia para pensar, específicamente nosotros entendemos la red política así, no hay criterios comunes, con prácticamente cero equipos técnicos, entonces tendrán que controlar... Se me ocurre que podría haber habido como distintas claves de lectura, entre nosotros y ellos. Sí, ellos esperaban que bajara hecho, más resuelta la cosa... (Referente CdR).

Los aparentes lugares de lectura diversos dan cuenta de la multiplicidad de perspectivas que atraviesan la implementación de la política. No es menor su

señalamiento, si se recupera la anticipación de sentido de este trabajo; esta pluralidad de puntos de vista que cada uno de los actores desarrolla en el territorio en la ejecución de una política que conlleva estos diversos niveles de descentralización, condiciona el grado de realización de los objetivos sus objetivos.

Otra de las referentes que se desempeña en todo lo relativo al Monotributo Social Costo Cero (MSCC), pudo señalar una relación directa con el municipio en estos términos:

[...] o sea mi cabeza está pensando en esto; que si el municipio me manda, si hay negocitos que van al área de comercio, y me los mandan por acá. Sostener vínculos con otros organismos, con otros municipios, con organizaciones, que identifican emprendedores que van queriendo hacer emprendimientos y le transmitan a la AFIP para gente que ellos ven que van por la AFIP y no pueden pagarlo o tienen asignación, los identifican y me los mandan... (Referente del CdR).

Esta relación se plantea de modo fluido y claro entre el municipio y la labor que tiene asignada esta trabajadora. Aquellos que son identificados por parte del municipio, son derivados a esta actora que se desempeña específicamente en el registro de MSCC. En la subcategoría CdR, volveremos sobre su labor específica.

c. Gobierno de la provincia de San Luis

Hemos podido identificar que la inexistencia de este vínculo está naturalizada por parte de los actores del Programa. Durante las entrevistas no fue cuestionada su ausencia debido a la pertenencia a diferentes grupos políticos, tal como ha sido mencionado anteriormente. Subyace una noción de política partidaria que no permite pensar la implementación del Programa por fuera de las afiliaciones.

De este modo, la mirada sobre el Gobierno de la provincia queda relativizada en su ausencia para con el acompañamiento a los emprendedores y las exenciones impositivas que debieran acompañar las actividades de la ES. Una de las referentes del CdR, sostuvo:

Vos me decís del Estado provincial; el Plan de Inclusión no ha podido a actividades productivas reales o integrarlos al mercado laboral, no han podido; de las clases vulnerables. Entonces la verdad que esta provincia

ser un emprendedor, y emprendedor por cuenta propia, hay que ser muy guapo. Porque no tenés los recursos. Si no es a través del municipio aquí en capital, porque en otros municipios, olvidate, olvidate. Ni siquiera Villa Mercedes, ni siquiera Villa Mercedes que tiene los recursos, que otros municipios grandes lo hacen. Merlo menos, tampoco. No se financian, no tienen capacidad... O sea, crear las áreas específicas para promocionar con plata al emprendedor. No le destinan dinero a eso. Es más, y no le destinan ningún tipo de beneficio, es más yo te estoy hablando de eso porque nosotros buscamos el tema del acompañamiento con ordenanzas municipales; es más no existen ordenanzas municipales en relación a los emprendedores⁹. O sea que ven al emprendedor, ni siquiera como a alguien a acompañar, a ver crecer, a fortalecer, a que aparezca como plantitas, como flores... Sino que si se aparecen por su cuenta, ver que les puedo sacar de impuesto para fortalecerme como municipio porque lo ven a los fines de recaudar impuesto; lo ven como un sujeto más; “y le cobro esto, le cobro lo otro”. No le dan ningún tipo de ni beneficio, ni acompañamiento, ni siquiera en lo impositivo, es decir, una rebaja, nada, nada. Entonces, no hay acompañamiento, no se los tiene en cuenta. Y la mirada que hay sobre eso, es a los fines de únicamente de mirarlos como objeto de apropiación de bienes o recursos para engrosar el patrimonio de rentas, Ingresos brutos, de tasas municipales (Referente CdR).

La referente, mirando el conjunto de municipios que conforman la provincia, advierte que no existe un reconocimiento de derechos a los trabajadores de la ES. Ella parte de realizar una comparación con la política social por excelencia de la provincia de San Luis, el Plan de Inclusión Social¹⁰. Advierte en su trayectoria la imposibilidad del mismo para poder insertar en el mercado de trabajo a los sujetos. Por otra parte, la invisibilidad de los actores de la ES se replica al interior de los municipios, quienes en sus ordenanzas municipales desconocen su importancia para el desarrollo de las economías regionales y locales.

Porque no está, porque me parece que está muy desvalorizado el artesano, el trabajador por cuenta propia, no es un modelo que se acompañe y se promueva de alguna manera desde el Estado provincial. Que se promueva en todos los sentidos, impositivamente, con políticas específicas. Si

⁹ Al momento de realizar esta entrevista.

¹⁰ Para una comprensión de esta propuesta de política pública, ver Seveso Zanín (2015).

vos me decís, y ¿qué líneas tenés en mente? Yo alguna vez discutí porque “Jóvenes y Nuevas Empresas”¹¹, pero ¿qué pobre? Los de “Jóvenes y Nuevas Empresas” son jóvenes que están pudiendo poner un bien, porque primero que es un préstamo; no es algo que te dan que no sea retornable. Es un préstamo [...] que vas a tener que pagar. Segundo, tenés que poder embargar algo. Tenés que tener un padre que te dé o el título de propiedad de la casa, o del auto y, o te va mal, te decomisan las herramientas, que es la última modalidad que largaron. Con anterioridad tenían que poner un bien mueble o inmueble como garantía; imagináte que esas cosas nosotros no. Es otra lógica; por ende no cualquier joven va a poder ingresar (Referente CdR).

Esta referente hace hincapié en el sujeto que es reconocido por otra de las políticas que ha impulsado el Gobierno provincial recientemente. Está enfocada a jóvenes que conformando un grupo, puedan acceder a créditos blandos para desarrollar una pequeña empresa. La referente señala que la lógica del mismo no se diferencia de los circuitos de préstamo convencionales, ya que implica que los sujetos accedan a una hipoteca. Con lo cual, deben contar con garantías patrimoniales mínimas (propias o ajenas) para poder participar. Este filtro se constituye en una barrera clara y determinista que no posibilita que todos los interesados puedan ingresar.¹²

d. Centro de Referencia (CdR). Ministerio de Desarrollo Social (MDS)

La relación con el CdR sufre los embates de la preexistencia en el territorio del Programa. Esto se reconoció por parte de las OA, OE y por parte del mismo CdR.

“No hemos podido trabajar así como en red con el CdR...” (Trabajadora ES). Admiten que no han podido trabajar colaborativamente. Otro emprendedor consultado sobre este vínculo, sostuvo:

No, no, todavía no. No sé. Sí, también dependen de Nación. La verdad es que no sé a dónde apuntan ellos. No sé, quizá es un poco como el

¹¹ Otro de los programas sociales impulsados por el Gobierno de San Luis; sin continuidad en la actualidad.

¹² Vale mencionar que en la lógica de este Programa provincial, los emprendimientos que son financiados deben atravesar diversas etapas de factibilidad del proyecto presentado, que son eliminatorias. La provincia designó oportunamente equipos técnicos específicos que atienden y asesoran los emprendimientos.

Gobierno de acá que apunta un poco más a los jóvenes, a los nuevos jóvenes emprendedores, a otro grupo de gente, no sé en realidad. No tengo idea (Trabajador ES).

El lugar del CdR en la implementación del Programa aparece deslucido y poco claro. Los emprendedores admiten un desconocimiento sobre las funciones que son asignadas a este ente nacional. Cuando el trabajador hace referencia al “gobierno de acá”, se refiere al Gobierno de la provincia; por tanto, equipara el involucramiento de una y otra institución admitiendo su ausencia y no reclamando una participación mayor de esta.

Los emprendedores en muchos casos no reconocen las tareas y funciones del CdR en la implementación del Programa; en algunos casos, no saben dónde se encuentra su lugar físico. La gran mayoría de los entrevistados, sostuvo que nunca ha ido a su establecimiento, desconocen su función y los roles en la dinámica de la política pública.

Vale mencionar que esta invisibilización relativa del CdR –en parte- se debe a que en San Luis, el organismo no tiene un referente claro de ES designado, sino que quienes actúan referidos al Programa se vinculan desde las tareas a las que han sido nombrados. De este modo lo explica una trabajadora del CdR:

Mirá, yo no soy referente de microcrédito en la provincia. Porque a diferencia de otras provincias por lo general se designa un técnico [...]. En Cuyo tenemos tanto La Rioja y San Juan, como referentes de MSCC y como referente a cargo de lo que es Microcrédito, específicamente. Tanto yo como las referentes de Mendoza, nos vinculamos indirectamente a Microcrédito pero, a ver, no tenemos como una definición específica y un rol de vínculo directo. Sino que nuestra vinculación es a partir de lo que es el MSCC específicamente, y a partir de lo que es un poco la función del CdR de esta cuestión polivalente de lo que estamos en ES y con el asesoramiento del MSCC. No hay muchos técnicos, entonces, bueno a mí me toca puesto que de paso me vinculo por el tema del MSCC entonces se me asigna esta otra función (Referente del CdR).

Así, desde su designación en MSCC, ha desarrollado un vínculo con los emprendedores, con las OA y las OE. En mayor medida se la reconoce por sus capacitaciones respecto al MSCC, pero no su pertenencia institucional. Una de las referentes de la OA, afirmó:

Hemos trabajado mucho con organismos nacionales, trabajamos mucho con el CdR de la ciudad de San Luis. Donde está... básicamente con una chica con el tema del MSCC, que nos exigen a nosotros que todos los emprendedores que tengamos tienen que ser monotributistas (Responsable de OA).

En sus palabras, limita el accionar del CdR a lo referente al MSCC. Habla de una exigencia por parte del organismo nacional, y no como un derecho para los trabajadores de la ES. Asimismo, se destaca que el vínculo establecido relacionado con este tema, es con una mujer en particular. Otra responsable de las OA indicó respecto del vínculo con el CdR:

Pero ha dependido siempre del perfil del articulador. O sea, cuanta voluntad tiene el articulador del CdR para acercarse a las organizaciones o no. Porque ahí también está todo el tema, indudablemente de los celos. Claro, las organizaciones que son intocables. Y nosotros pobres infelices que no tenemos ni para comprarnos una resma y allá están manejando... Bueno. Por ejemplo, tuvimos experiencias muy buenas, y tuvimos experiencias que no. Yo hoy, no conozco la articuladora del CdR de San Luis. No la conozco, ni sé quién es, nunca se presentó, nunca nos llamó. Nunca. ¿Qué está haciendo? Seguramente que está haciendo algo, seguramente que está haciendo [...].El trabajo depende de quién esté comandando. En general, nosotros hemos sido siempre muy abiertos a cada una de las convocatorias que hemos recibido de donde fuere. Hemos estado... (Responsable de OA).

Hace una incorporación interesante, al mencionar el perfil del articulador de turno en el CdR. Ahí ella posiciona la tarea del acercamiento con las OA y las OE que descentralizan la implementación del Programa. Deja por sentado que habría una cuestión de celos en su proximidad más o menos clara, que se la adjudica a la cuestión presupuestaria que se afecta. Así, dice que desconoce quién es actualmente y qué está haciendo. Ella se permite el lugar de la sospecha, un grado de control y de observancia de las acciones del CdR, que no le resulta clara. Y finalmente, para esta actora el trabajo depende de quién lo manda; de este modo, la identidad del articulador condicionaría el trabajo de los técnicos del CdR con las organizaciones. Esta referente pone un acento importante en los grados jerárquicos de toma de decisión, que ya han sido mencionados en la subcategoría OA. Finalmente, se reconoce la labor del CdR como una instancia de control:

El CdR tenía una gran duda acá. [...] Yo creo que tenían una gran duda de qué es, lo que enloquece entre comillas, es el dinero. Entonces la fantasía que hay, quizás, en algunos sectores fuera de las organizaciones, es “estos les están mandando guita, y dónde está la guita. Ellos dicen que tienen tres mil emprendedores, dos mil quinientos, cuatro mil... Que han dado tres millones de pesos, cinco millones de pesos, ¿dónde están?” (Responsable de OA).

Se reconoce un grado de desconfianza acerca del acercamiento de los actores del CdR. Ella parte de inferir la pregunta acerca de los destinos de los fondos involucrados en la implementación del Programa. Sin embargo, tenemos que señalar que ninguno de los referentes consultados del CdR manifestó abiertamente esta preocupación.

Refiriéndose a su vínculo con los actores del Programa, la referente del CdR más reconocida por emprendedores y responsables de las OA, explicó:

Cuando yo empecé con el MSCC no inscribí a nadie. ¿Sabés qué? Yo me tuve que sumar a la mesa de ES a la fuerza y ponerme a disposición de los otros compañeros para ayudar a pensar cómo financiábamos emprendedores, primero. Cómo generábamos primero emprendedores para que luego yo los pueda inscribir. Entonces, yo estoy jodida. Porque dentro de la línea, yo estoy al final. O sea que yo estoy de brazos cruzados esperando a que los otros me generaran, que el microcrédito genere emprendedores... Por eso yo tengo que estar como atenta porque mi función no es identificar o ver las posibilidades, acompañar, financiar... Entonces, ¿qué es lo que hice yo? Me metí en toda la lógica. Entonces me metí en la mesa en donde identificábamos las posibilidades, mirábamos las organizaciones, hacíamos el proyecto, veíamos si nos financiaban, si nos salía... (Referente del CdR).

Se reconoce que la actora ha desarrollado un lugar en la trayectoria de la implementación del Programa que no le fue dado. Ella describe su involucramiento como una acción trabajosa y que, en parte, no es propia de su rol en el CdR. Otra de las trabajadoras del CdR, analizando su lugar en la implementación del Programa y su lectura, señaló:

Digamos esto es, en lo personal, mi lectura, cuando decís bueno si algo no se trabaja simultáneamente por atribuirle ciertos significados a estas

prácticas que resultan nuevas, lo asociativo no tiene disposición social en un emprendimiento de tipo capitalista. Digamos, a mi entender, desde el Ministerio cuando se empieza a trabajar faltó un desarrollo conceptual, que es de cuando nos formaron: “no es para pobres, no es economía de pobres”. Pero nunca nos dijeron por la positiva, que sí era. O sea es como que quedaba un bache, bueno... a ver todos aquellos que no acceden al banco, que no ahí también hay una franja que no accede al banco y tampoco a esto, quedaban afuera de los dos lados... Esos eran, los que no entraban en otro lado (Referente CdR).

La actora señala que el carácter asociativo que se intenta impulsar en el territorio, resulta disonante con un proyecto capitalista. Por tanto, en una economía de mercado con estas particularidades resulta un obstáculo promover un carácter asociativo con disposición social. Así, ella señala como debilidad del Ministerio la capacitación sobre las características de la ES, puesto que se definió por la negativa pero nunca se avanzó en el contenido propio de la propuesta. Finalmente, los define como aquellos que quedaban afuera de todos lados, los excluidos del sistema al cual se los quería insertar con el Programa. Otro de los trabajadores del CdR, señaló:

Yo creo que aquello que no hemos podido lograr nosotros, difícilmente se lo podemos pedir a los emprendedores. Lo que ellos sí han podido es como poder salir de afuera de cada una de las problemáticas individuales y poder socializar las problemáticas que tienen en común varios y poder ver eso. Pero lo que no hemos podido es dar el salto cualitativo de ir por más. De decir, bueno a ver cómo podemos mejorar esto y poder sostenerlo en el tiempo. Y yo creo que también no se ha dado porque hemos fallado nosotros. Yo creo que los organismos a ser tan compleja la realidad con la que nosotros trabajamos; no solamente necesitamos de un ministerio, un área, necesitamos de lo local, más lo específicamente programático de distintas pertenencias, municipios, nación, provincia... [...] Siempre yo siento que nos falta algo; por ahí nos acompaña el municipio, pero la provincia no nos acompaña o por ahí nos acompaña, pero la organización se nos cae... Esto es lo que yo, me parece que no hemos podido de alguna manera generar una instancia de red. ¿Sí? Todos nodos que de alguna manera estén conteniendo. Siento que cuando fortalecemos este nodo de acá, se nos afloja el otro y se nos vino la red al suelo. Esto es lo que... yo creo que podría haber sido de otra manera. Siento que hemos

avanzado, hemos avanzado muchísimo pero en cuestiones que por ahí no son medibles, ¿sí? O son medibles pero en capacidad, en fortalezas, en esto de satisfactores... (Referente CdR).

Reconoce las limitaciones que como actor individual el CdR reconoce en el territorio, por eso destaca la necesidad del trabajo en red con otros actores que acompañen el abordaje de las problemáticas sociales. Resulta interesante esta mirada sobre la propia institución de la cual forma parte, porque permite visualizar sus propios límites respecto de los propósitos que como organismo del Estado se les asigna. Sin embargo, él apunta que han podido avanzar en cuestiones que no son medibles o cuantificables estadísticamente. Respecto de esto, otra actora del CdR dijo: “[...] todas las instancias de evaluación están centralizadas en Buenos Aires” (Referente CdR).

Con esto, se señalan diversos desplazamientos de los sitios de control entre los diversos actores del Programa. Por un lado, no existe personal técnico calificado en el CdR de la provincia afectado directamente a la ES. Esto conlleva que otros profesionales que tienen asignadas otras labores, se desempeñen también en lo referente al Programa. Por otro lado, los trabajadores del CdR encuentran limitaciones en su accionar que podrían pensarse de modo ascendente y descendente en la cadena de implementación. Hacia abajo, se encuentran las OA que limitan su involucramiento en la cotidianeidad puesto que se ha desarrollado una mirada hacia ellos como agente externo de control. A su vez, el CdR reconoce un límite ascendente, cuando reconocen que en Buenos Aires se encuentra la última instancia de evaluación centralizada.

Se destaca finalmente que el imaginario acerca de las instancias de control se desplaza en los diversos actores hacia la cadena de mando superior, que presuponen una observancia hacia las tareas que ejecutan esos actores. Sin embargo, sólo se han podido reconocer dicha labor en las OA quienes se adjudican esa tarea y quienes explicitaron los mecanismos implementados para llevarla adelante.

5. Dimensión de los silencios

La noción de comunicación es también construida no sólo a partir de lo hecho o dicho, sino también a partir de la dimensión que se denominaron “silencios”. Hace referencia a la ausencia de palabras en el fragmento discursivo trabajado ante la pregunta de la investigadora. En ocasiones, las preguntas fueron eludidas a partir de diversas estrategias que son presentadas como

subcategorías de este apartado. Los silencios son las pausas en el discurso del sujeto que permiten entender aquello no dicho; resultan fundamentales para la percepción e interpretación de los actores. Los silencios también permiten establecer la distancia entre los enunciados, de acuerdo a esto permite determinar en qué momento se debe cesar su interpretación para ceder paso a otras prácticas discursivas.

De este modo, el silencio puede usarse para recrear una amplia gama de sensaciones y sentimientos, tales como la alegría, la timidez, la indecisión, el enojo, el rencor, el cansancio, los disgustos, etc. Estos usos son menos evidentes pero resultan fundamentales para una interpretación profunda de los mismos. Aunque no fueron recurrentes, pudieron ser organizados en diversos grupos.

a. Lo evitado

En este punto se incluyen las estrategias que utilizan los actores para evitar las respuestas. Se considera que esto es sintomático de otros factores que están incidiendo en la complejidad de los condicionantes del territorio.

Para ejemplificar esta subcategoría, se recurre a fragmentos de las entrevistas que permiten ilustrar las evasiones inconscientes de los sujetos. Los mismos respetan la sangría utilizada para las citas textuales; la palabra de los entrevistados y de la investigadora aparece indicada en forma de diálogo.

Investigadora: -“¿Consideras que el apoyo económico que recibiste fue significativo? ¿En qué aspectos?”-

Trabajadora de la ES: -“Mirá, este es mi puesto ahora en Potrero [muestra una foto]. No sé si se ve. Ves, eso es lo que tengo en Potrero, se ve ahí una foto. ¿Ves? Yo preparo todas esas cosas-” (Trabajadora ES).

Uno de los temas más evitados es la consideración de los montos otorgados. En este caso, cuando se les preguntó acerca de su apreciación sobre los créditos, la emprendedora prefiere desviar la conversación hacia su punto de venta. Su silencio en este caso, implica que no quiere expresar su grado de conformidad respecto del mismo. Sus gestos corporales que fueron registrados en el cuaderno de campo, permiten inferir que su apreciación no es positiva. En otros casos, los emprendedores manifestaron en las asambleas su disconformidad respecto de los montos otorgados.

b. Lo no dicho

Como se mencionó anteriormente, los emprendedores posicionan en los promotores, en las OA y en las OE la toma de decisión para poder acceder al Programa. Por tanto, se identificó que no aparecen el CdR ni el Estado -en última instancia-, como actores predominantes de estas dinámicas.

La omisión del Estado en sus dichos merece un párrafo aparte. Su ausencia no es inocente, puesto que los emprendedores agradecen pertenecer al nosotros, y esto permite visibilizar que no consideran la pertenencia como un derecho, y el Estado como actor al cual peticionar los mismos.

c. Lo deseado

El lugar del deseo también es algo callado en las prácticas discursivas de estos actores. Sin embargo, se puede reconocer en sus acciones que anhelan poder salir del Programa, ya que en algunos casos lo consideran como una transición hacia una situación más estable.

“Porque en realidad yo con lo que había sacado ya me había afianzado y no lo necesitaba. Entonces, le deje lugar a que se lo pasaran a otro” (Trabajador ES). De este modo, el emprendedor ubica la situación de pertenencia del nosotros como transitoria hacia un afianzamiento en el cual no dependería de la “ayuda” que implica. Este punto es abordado de modo central en otro trabajo que explora las expresiones de las desigualdades sociales situadas en el caso propuesto (HIDALGO, 2019). El deseo de poder crecer, de modificar su situación ha estado latente en sus preocupaciones, en sus sentimientos, y en sus silencios.

Por otro lado, también el deseo se manifiesta en su proyección hacia sus hijos. Como pudo ser confirmado en un estudio anterior, muchas emprendedoras son jefas de hogar a cargo de sus familias (HIDALGO, 2014, 2015b). En ellas se pudo visibilizar también la cuestión del deseo encarnada en sus hijos; en ocasiones callaban ante la presencia de ellos. En varias oportunidades les pidieron a sus hijos que se fueran para poder hablar “tranquilas” con la investigadora.

También en este aspecto de la dimensión de los silencios, se advierten diversos grados de silenciamientos que vinculan a los actores entre sí. En ciertas oportunidades, se advirtió que el deseo de salir del Programa es callado por los emprendedores hacia las OA y las OE.

Por su parte, en las OA se advirtió en sus prácticas discursivas ciertas manifestaciones de deseo de control y toma de decisiones en sus acciones y

modos de llevar la metodología adelante, que no se condicen con la voluntad de emancipación de los trabajadores de la ES. Esto fue en parte ilustrado en la subcategoría “Dimensión institucional”.

Consideraciones finales y recapitulaciones

La noción de comunicación ha sido desagregada en cinco dimensiones. La subcategoría de las prácticas y las acciones de comunicación, se desagrega en los actores del proceso, como son los emisores y los receptores; las acciones de comunicación, como aquellos instrumentos que son implementados para dar continuidad al proceso de comunicación; y los obstáculos o ruidos que alteran el proceso. Puede reconocerse que esta dimensión de las prácticas y acciones de comunicación recrea una visión lineal del proceso de comunicativo. Sin embargo, nos pareció un modo de aproximarnos al proceso que permitiría posteriormente, sumar mayor complejidad a la noción.

La segunda dimensión, aborda las relaciones entre la identidad y la alteridad constitutivas de la comunicación. Esta permite establecer el contenido del nosotros; el contenido del *ellos*; y las relaciones de inclusión/exclusión. En las prácticas discursivas, se pudo reconocer que el nosotros se define en oposición a un ellos más o menos identificable. Consecuentemente, estas permiten establecer las dinámicas en las relaciones inclusión/exclusión que se presentan como dinámicas e históricas. Esto implica pensar que las dinámicas se organizan en círculos de pertenencia concéntricos que definen los niveles de profundización de las mismas.

Así, en los discursos acerca del *nosotros* y el *ellos*, se definen rasgos, características y valores que permiten distinguir a ambos entre sí y en relación a un otro. De modo preponderante, se reconoce un modo de enunciarse por oposición permanente, nombrándose en diferenciación alterna. Sin embargo, también se considera como un proceso relacional ya que a pesar de que abundaron las referencias a definirse en “oposición a”, en algunos casos se pudo reconocer una afirmación respecto del grupo de pertenencia.

Pero al mismo tiempo, facilitó que emergiera una conciencia -aunque fragmentaria-, de sus miembros. El carácter fragmentario hace referencia a que no se ha podido reconocer una única conciencia como rasgo identitario entre los actores; algunos manifestaron una vocación transformadora, otros en cambio presentaron una conciencia más normativizada. Más allá de estas diferencias presentadas en este sentido, resultó fundamental para el proceso la posibilidad de que puedan nombrarse a sí mismos y no dejarse mencionar por otros.

En la dimensión vincular y motivacional de la comunicación se consideran los lazos, mística e imaginarios locales, y las expectativas. Estas subcategorías nos posicionan ante el señalamiento que la comunicación, para estos actores territoriales, conlleva la posibilidad de otros mundos posibles. La riqueza de esta dimensión nos supuso superar la instrumentalización de la comunicación, en tanto que la sitúa como inherente a los procesos sociales que suponen las prácticas de la ES.

La dimensión institucional reconoce a cada uno de los actores como sujetos intervinientes en diversas organizaciones, cada una de las cuales con prácticas concretas de ser y hacer en el marco del Programa. De este modo, la subcategoría fue trabajada identificando las organizaciones que nuclean y son conformadas por los actores de la política pública. En esta categoría se profundizan las dinámicas de inclusión/exclusión toda vez que circula ciertas fuentes legitimadas para dar información sobre el otro y relaciones de poder social (MASSEY, 2007) particulares. Estos procesos permiten una profundización de los imaginarios identificados anteriormente.

Finalmente, la dimensión de los silencios recrea lo evitado, lo no dicho y lo deseado. Su emergencia es significativa pensando en las prácticas discursivas como fragmentos de un gran discurso de los actores que hace parte de su cotidianidad. Esos silencios permiten inferir que se remite a la posibilidad de la interdiscursividad que se plantea en las prácticas discursivas de los sujetos; a sus deseos, a sus miedos, a sus ilusiones.

La complejidad de los sentidos acerca de la “comunicación” permitió desplegar una diversidad de categorías y sub subcategorías que se aproximan a la polisemia de este término. Si bien no es la única construcción teórica posible que permitan confeccionar los datos obtenidos, consideramos que el andamiaje obtenido permite generar una mirada situada de las relaciones sociales que establece la política.

Por otra parte, cabe señalar que las diversas dimensiones establecidas permiten abordar la noción desde cinco diversas aristas. Cada una de ellas arroja una lectura diferenciada de las prácticas discursivas de los actores. Pero al mismo tiempo, la profundización de cada una permite abordar aspectos que pudieran, *a priori*, relacionarse con otras de las dimensiones. Esto permite considerar que, en su profundización, cada una de las dimensiones permite ser una entrada para abordar un núcleo duro de análisis al cual pudiera accederse por medio de cualquiera de las claves de lectura propuestas.

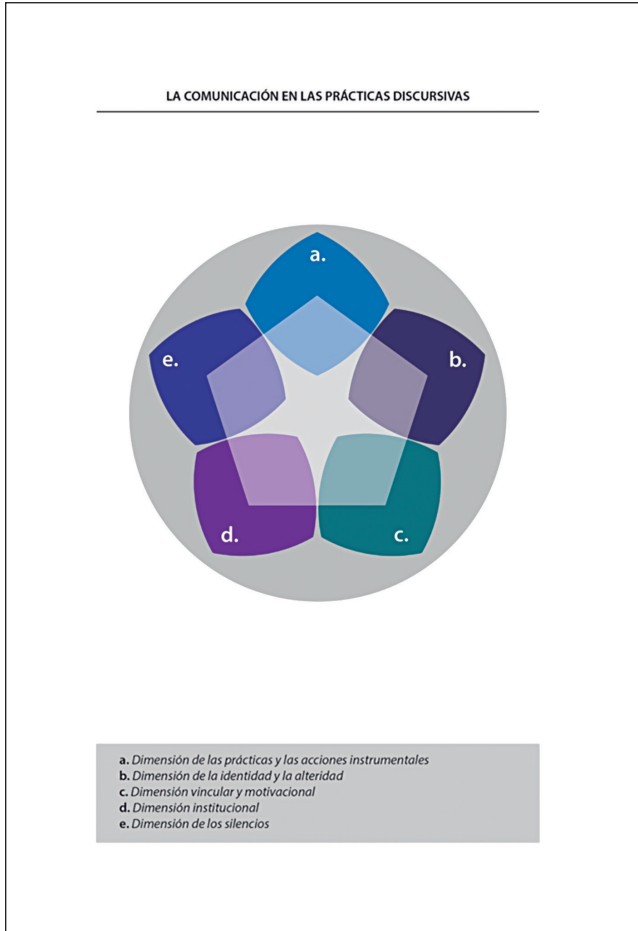
En este orden de cosas, las dimensiones –como categorías– se desagregan en subcategorías que describen particularidades de cada una de ellas. Posibilitan

desplegar las ideas y llevarlas a un grado de mayor profundización de la teoría. De este modo, siguiendo los momentos analíticos de la TE, se desarrollan diversos grados de abstracción de las nociones. Asimismo, las subcategorías permiten especificar las mismas, en la medida en que podemos concretar alcances o significaciones peculiares de las ideas situándolas en un escenario socio histórico de producción e interpretación de las mismas.

No es propósito de este artículo contrastar teóricamente la construcción propuesta; sino en cambio generar una sistematicidad que permita comprender las prácticas discursivas de modo comprensivo y no normativo en un espacio social particular y acotado.

La noción de la comunicación, de este modo, devela la trama de las relaciones de poder entre los sujetos. Esto tiene que ver con las tramas microestructurales que permiten establecer diversos horizontes de interpretación para las mismas prácticas; y, por otra parte, nutre la posibilidad de una comprensión crítica de la politicidad de la vida cotidiana.

Figura 1 – La comunicación en las prácticas discursivas



Fuente: Elaboración propia.

REFERENCIAS

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Ley 26.117, del 21 de julio de 2006. Establécese la promoción y regulación del microcrédito, a fin de estimular el desarrollo integral de las personas, los grupos de escasos recursos y el fortalecimiento institucional de organizaciones no lucrativas de la sociedad civil que colaboren en el cumplimiento de las políticas sociales. **InfoLEG**, Buenos Aires, 21-jul-2006. Disponible en: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/115000-119999/118062/norma.htm>. Acceso en: 17 oct. 2022.

CORBIN, J. La investigación en la Teoría Fundamentada como un medio para generar conocimiento profesional. *En*: BÉRNARD CALVA, S. (coord.). **La Teoría Fundamentada: una metodología cualitativa**. Aguascalientes, México: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2010. p. 13-54.

FOUCAULT, M. **El poder psiquiátrico**: Curso en el Collège de France: 1973-1974. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

FOUCAULT, M. La verdad y las formas jurídicas. *En*: FOUCAULT, M. **Estrategias de poder: Obras esenciales**. Barcelona: Paidós, 1999. v.2. p. 169-282.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research**. London: Aldine Transaction, 1967.

H Aidar, J. Las materialidades discursivas: un problema interdisciplinario. **Alfa**, São Paulo, v.36, p. 139-147, 1992.

HIDALGO, A. L. **Expresiones de las desigualdades sociales situadas en las concepciones de comunicación y desarrollo**: un estudio multiescalar de las prácticas de la Economía Social (ES) en San Luis (2012-2017). 2019. 350p. Asesor: Dr. Guillermo Mastrini. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) - Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Ciudad de Buenos Aires, 2019.

HIDALGO, A. Una mirada sociodemográfica a los emprendedores de la Economía Social y Solidaria en San Luis: Reflexiones sobre el perfil de los sujetos de derecho vinculados al Programa Nacional de Microcrédito. **Revista de Extensión Universitaria**, Santa Fé, v. 5, n. 5, p. 204-211, 2015a.

HIDALGO, A. L. Economía social y requerimientos familiares. Algunas tensiones en su articulación en la implementación de la CONAMI en la ciudad de San Luis. **Revista De Prácticas y Discursos**, Corrientes, v.5, n. 5, p. 1-22, 2015b.

HIDALGO, A. L. **Análisis de la Implementación de CONAMI en la ciudad de San Luis**: Aproximaciones a las problemáticas de la ejecución de Políticas Sociales. 2014. 115p. Asesor: Dr. Enrique Elorza. Disertación (Especialización en Gestión Social) – Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2014.

MADOERY, O. Tres tesis para una re-interpretación política del desarrollo. **Revista Temas y Debates**, Rosario, v.17, n. 26, p. 13-37, 2013.

MASSEY, D. **Geometrías del poder y la conceptualización del espacio**. Conferencia dictada en la Universidad Central de Venezuela. Caracas, 2007.

SEVESO ZANIN, E. **Sensibilidad y pobreza:** Acerca de las clases medias, las políticas de asistencia y seguridad (San Luis 2004-2010). Rosario: Editorial Puño y Letra, 2015.

SONEIRA, A. J. La “Teoría Fundamentada de los datos” de Glaser y Strauss. *En:* VASILACHIS, I. (coord.). **Estrategias de Investigación Cualitativa.** Barcelona: Editorial Gedisa, 2006. p. 153-174.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Fundamentos de Investigación Cualitativa:** Técnicas y procedimientos para desarrollar Teoría Enraizada. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 1998.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación.** Buenos Aires: Paidós Básica, 1984.

VALLES, M. La grounded theory y el análisis cualitativo asistido por ordenador. *En:* GARCÍA FERRANDO, M.; IBÁÑEZ, J.; ALVIRA, F. **El análisis de la realidad social:** Métodos y técnicas de investigación. Madrid: Alianza Editorial, 2000. p. 575-604.

VASILACHIS DE GIALDINO, I. **Estrategias de investigación cualitativa.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2006.

Recibido em: 15 de outubro de 2021.

Aprovado em: 01º de abril de 2022.

A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL E A DIFÍCIL SAÍDA PELA ESQUERDA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA LUTA COM O MTST-SP¹

Philippe SCERB²

RESUMO: Em diferentes países, lideranças reacionárias têm aparecido como única alternativa possível à crise da democracia liberal. Este trabalho pretende contribuir para a compreensão dos limites de uma estratégia de transformação radicalmente democrática que conte com a adesão dos trabalhadores mais pobres na periferia do capitalismo, o que é feito por meio de uma pesquisa de inspiração etnográfica junto ao MTST-SP, um movimento eficaz na mobilização popular pela luta por direitos sociais. No entanto, a pesquisa descrita a seguir revela como ao mesmo tempo em que desestabiliza a ordem ao organizar trabalhadores atomizados, é na acomodação com o sistema político e econômico que o MTST pode avançar. A interpretação dessa relação ambígua com a ordem ajuda a entender os constrangimentos de uma ação política fundada na participação ativa de camadas populares hostis ao conflito com instituições e valores estabelecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Crise da democracia; conservadorismo popular; representação; movimentos sociais; MTST.

THE CRISIS OF LIBERAL DEMOCRACY AND THE DIFFICULT EXIT FROM THE LEFT: AN ANALYSIS BASED ON THE STRUGGLE WITH THE MTST-SP

ABSTRACT: *In different countries, reactionary leaderships have appeared as the only possible alternative to the crisis of liberal democracy. This work intends to contribute to the*

¹ Esta pesquisa contou com financiamento do CNPq.

² Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo – SP – Brasil. Doutor em Ciência Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0224-1302>. pscerb@gmail.com.

understanding of the limits of a radically democratic transformation strategy that counts on the adhesion of the poorest workers on the periphery of capitalism. This is done through an ethnographically inspired research with the MTST-SP, a strong social movement in popular mobilization for the struggle for social rights. However, the research described below reveals how, while destabilizing the establishment by organizing atomized workers, it is in accommodation with the political and economic system that the MTST can advance. The interpretation of this ambiguous relationship between the MTST and the establishment helps to understand the constraints of a political action based on the active participation of popular layers hostile to the conflict with established institutions and values.

KEYWORDS: *Democracy Crisis; popular conservatism; representation; social movements; MTST.*

Introdução

A força político-ideológica que mais tem se beneficiado da crise por que passa a democracia liberal é a extrema-direita. Em diferentes países, discursos e lideranças de corte nacionalista e reacionário despontam como única alternativa possível a um sistema tido como incapaz de representar interesses e expectativas de pessoas comuns, desconfiadas de práticas e instituições políticas tradicionais. Não é descabido pensar, porém, que o atual interregno também abre margem para a recuperação de um *etos* radicalmente democrático à esquerda (FRASER, 2020). De um lado, porque os programas de lideranças reacionárias não resolvem os problemas que as levaram ao poder - notadamente, a crescente desigualdade social, a precarização e a escassez de trabalho e renda e a perspectiva disseminada de pauperização - e inauguram outras disfunções materiais e simbólicas. Daí, o enfraquecimento provável de forças que, em parte, não entregam o que prometeram e, quando o fazem, não alteram o sentimento de mal-estar de seu eleitorado com a simples opressão de grupos subalternos. De outro lado, porque a alternativa mais óbvia para a esquerda, a saber, de se ater aos princípios da democracia liberal frente aos riscos do populismo de direita, cujos limites não demoram a aparecer, apenas reforça os elementos que estão na origem de sua ascensão. Em outras palavras, na medida em que a ordem em crise não é despojada de suas contradições, a esquerda que aposta na sua defesa perde qualquer distinção em relação à direita convencional e tende à irrelevância (MOUFFE, 2015), o que só faz alimentar contramovimentos, progressistas e reacionários, atraídos pela esperança, mais ou menos vaga, de transformação.

Nos últimos anos, temos observado a ascensão de uma série de movimentos que apontam para a recuperação de um horizonte radicalmente democrático. Poderíamos falar aqui do ciclo de protestos que, no início da última década, tomou ruas e praças de cidades como Madri, Nova York, São Paulo e Istanbul. Mas também de iniciativas político-partidárias, com laços pelo menos indiretos com essas manifestações destituíntes. Como foi o caso do partido grego Syriza, do espanhol Podemos, da Frente Ampla chilena, da França Insubmissa e de movimentos internos a partidos tradicionais e liderados por Jeremy Corbyn, na Inglaterra, e Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, nos Estados Unidos.

No entanto, o caráter episódico dos grandes protestos e o insucesso recorrente, embora variado, dessas ofensivas eleitorais têm fortalecido uma postura mais prudente do campo progressista, uma certa acomodação com os valores e instituições da democracia liberal em sua face pós-democrática, para usar o termo de Colin Crouch (2000), supostamente apta a resistir aos ataques do populismo de direita. Uma opção justificada do ponto de vista político e normativo, mas que, ao recusar propor uma alternativa substantiva a uma ordem em crise, tende a aprofundar a sua decomposição.

Este artigo se propõe a analisar, justamente, as tensões e os limites de uma estratégia política que se pretenda popular e radicalmente progressista em seus meios, já que apoiada na rearticulação dos cada vez mais apartados mundos social e político, e em seus fins, pois comprometida com a instituição de uma sociedade profundamente igualitária. O que é feito, para o caso brasileiro, a partir de uma observação participante da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em São Paulo, entre 2017 e 2020.

Um observador externo enxerga, sobretudo, potência na ação do MTST. De fato, sua capacidade de mobilização das camadas mais pobres das periferias das grandes cidades, geralmente atomizados pelas relações de produção em que estão inseridas e em um contexto de precária organização dos trabalhadores, é notável. Os importantes processos de luta conduzidos pelo movimento, a quantidade razoável de conquistas e a projeção da frente Povo Sem Medo e de Guilherme Boulos como atores centrais no cenário progressista brasileiro só reforçam a impressão de uma organização robusta, popular e radical.

Contudo, a análise que se segue pretende apontar para alguns dos estrangulamentos que se apresentam ao desenvolvimento de uma alternativa substantiva à ordem apoiada na organização e na participação dos trabalhadores mais pobres, geralmente na informalidade e que receberam de Paul Singer (1981) o nome de subproletariado, e que têm, via de regra, preferências conservadoras (SINGER, 2012). Desse modo, o consentimento da base social do movimento

com retórica, tática e estratégia instituintes deve ser nuançado e colocado em perspectiva. A luta a priori radical, nos âmbitos prático e discursivo, se deve a um imperativo de sobrevivência – ou de ampliação das possibilidades de vida, nos termos de Gago (2018) – que não é incompatível com um horizonte conformado ao poder instituído. Antes de promover a aspiração a uma espécie de autogoverno, o processo contemporâneo de desdemocratização (STREECK, 2017) tem levado os dominados a, no máximo, mostrar a uma ordem que não vislumbram destruir ou dirigir como querem ser governados (CHATTERJEE, 2004). O que fazem, aparentemente, por meio do conflito aberto e direto, mas que na realidade é política e simbolicamente mediado por variadas instituições e pela natureza em boa medida conservadora das representações e das aspirações populares.

A partir da luta do MTST, tentarei mostrar como a possibilidade de avançar na direção da soberania popular em um país que se debate com uma crise que o aprofundamento da pós-democracia já mostrou ser incapaz de superar passa, à esquerda, pela conexão difícil entre ataque e acomodação à ordem. A organização e as dinâmicas sociais que se desenrolam no cotidiano, bem como as narrativas empregadas pela direção e pela base do movimento consistem em um rico material para a análise de seus limites e de seu potencial. Este artigo se concentra, portanto, na primeira dessas duas dimensões. Ou seja, na face ambígua, para não dizer conservadora, de uma luta pela transformação estrutural das relações sociais, econômicas e políticas. As dificuldades encontradas para a conformação de um movimento instituinte no MTST servem, aqui, para ilustrar os desafios de uma esquerda que se pretenda radical na crítica à ordem liberal. Logo, se a própria base do movimento, formada por pessoas cujas privações materiais levaram a contrariar um arcabouço normativo fortemente arraigado nas camadas populares a ponto de participar de uma “invasão de terra”, já revela o apelo restrito de uma ação política radicalmente democrática, podemos deduzir a realidade fora dela.

A relação que o movimento, informado pela visão de mundo de sua base social, estabelece com a ordem é mais ambivalente do que se costuma imaginar, pois se essa ordem é responsável pelas mazelas que o trabalhador periférico vive no dia a dia, é nela que ele deposita, por um lado, boa parte de suas expectativas de mudanças, melhorias e, em última instância, sobrevivência e, por outro lado, sentimentos de pertencimento e amparo. Daí parte da força de um populismo de direita atrelado à preservação de velhas hierarquias e tradições. Assim, a segurança do passado, em que pese sua dimensão arcaica e desigual, se faz mais muitas vezes mais atraente, aos olhos de camadas médias e também populares, do

que a incerteza de um presente que anuncia um futuro de privações materiais e simbólicas. Em suma, um projeto que vá contra a ordem, nos termos colocados pela esquerda contemporânea, tem poucas chances de contar com o apoio da maioria dos trabalhadores na periferia.

É isso que pretendemos mostrar a partir de um trabalho de inspiração etnográfica e que assume a perspectiva de uma construção parcial, situada e normativamente comprometida do conhecimento (HARAWAY, 1988). A seguir, desenvolvemos, por meio de episódios vividos diretamente e conversas recorrentes com membros do MTST, cinco afetos conservadores presentes na base do movimento e ligados à aversão ao conflito e ao apreço pela autoridade, pelas normas estabelecidas, pela tradição cultural e pela meritocracia. A partir deles, podemos pensar os limites e as brechas de uma relação ambígua entre trabalhadores e uma ordem que eles não almejam governar ou transformar, mas à qual são impelidos a recorrer e pressionar para ampliar suas possibilidades de sobrevivência.

Vai ter bomba?

As negociações do MTST com os órgãos públicos costumam avançar, essencialmente, por meio de manifestações populares cujo destino é a sede oficial do interlocutor em questão. O relato a seguir é de um dos inúmeros atos do movimento por moradia popular que o autor acompanhou nos últimos anos.

Eu nunca participara de um ato com um clima tão pesado. O atraso entre a hora marcada e a saída da marcha é normal. Mas naquele dia de setembro de 2019, havia algo estranho na demora. Desde a concentração, às 14 horas, já haviam se passado quase duas horas e tínhamos poucos sinais de que o ato começaria a andar. Mesmo sem falar com os dirigentes à frente das negociações com o governo do estado, sabia que algo não corria bem e talvez por isso sentia no ar a impaciência de boa parte dos coordenadores e dos acampados que esperavam ao lado da estação São Paulo Morumbi do metrô.

Finalmente partimos, por volta das 16h30, em direção ao Palácio dos Bandeirantes. A orientação era para que o ato avançasse lentamente. O que fez com que chegássemos à frente do estádio do Morumbi às 17h15. Alguns meses antes, também havíamos parado por ali. Uma comissão subira em direção ao Palácio e não muito tempo depois voltara com uma boa notícia para alguns milhares de pessoas que a esperavam com tranquilidade e paciência. Dessa vez, porém, ninguém sentou à sombra das árvores. Ficáramos ocupando a rua até que o governo destacasse um interlocutor de peso para negociar com o

movimento. Não aceitaríamos uma reunião com um subordinado sem poder de decisão.

As pessoas, já cansadas depois de tanto tempo em pé, já não se animavam a cantar nossos gritos de ordem. Nesse momento, todos sabiam que alguma coisa estava errada, que aquele ato demoraria mais do que se imaginou. Depois de meia hora de espera, finalmente uma boa notícia: seríamos recebidos pelo secretário de habitação. Imediatamente, um sentimento de alívio se despejou sobre a massa e substituiu a apreensão que reinava até então. A normalidade se instalou e agora se viam acampados e coordenadores comprando e vendendo pipoca, água e refrigerante, sentados em qualquer apoio que servisse de banco.

Mas já era noite quando, de novo, o clima mudou. Chegara para o dirigente responsável pela condução do ato a notícia de que a negociação não avançara e que os representantes do governo não demonstravam nenhuma disposição em flexibilizar sua intransigência. A saída seria organizar o povo e ensaiar um avanço no sentido do Palácio. Acelerado, mas com a segurança de quem sabia o que estava fazendo, G.³, militante experimentado, convocou as pessoas para voltar à rua e retomar o ato. Muitos correram para a dianteira da manifestação. A tensão e o medo frente à barreira da tropa de choque formada a poucas centenas de metros se impunham. Despreparados para o confronto, estávamos em clara desvantagem. Mas a adrenalina do conflito e a convicção da legitimidade de nossa reivindicação eram suficientes para motivar os homens e as mulheres que se posicionavam na linha de frente, assim como a necessidade de fazer as negociações avançarem movia aqueles que nos seguiam. A maioria dos acampados, porém, não se deixava contagiar pelo espírito de guerra que movia a minoria e, apática e receosa, permanecia distante da frente do grupo, quando não fora dele.

Depois de ficarmos parados durante quinze minutos, passamos a avançar a passos rápidos. Nesse exato momento, foram disparadas as primeiras bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Enquanto pouco mais de cem pessoas resistiam, o restante corria, desesperadamente, para trás. E assim que outras bombas caíram, agora à frente dos que ali ainda permaneciam, ninguém mais resistiu. A passos rápidos, mas sinuosos pelo efeito do gás, voltamos na direção de nossos companheiros. Muitos deles já deitados, sentados, tossindo, chorando.

Cerca de trinta minutos depois, a comissão voltou para anunciar em assembleia que, graças à disposição em resistir de todos que estavam ali, as negociações avançaram. “Do palácio, eles ouviram a bomba e perceberam que

³ Para evitar a exposição dos militantes do MTST citados neste artigo, as referências a eles se darão por meio das iniciais de seus nomes.

o MTST não iria sossegar sem uma resposta”, disse J. Mas caso o governo não atendesse às reivindicações na reunião agendada para aquela semana, um novo ato teria que ser convocado. “Afinal, é só na força, na pressão, que nós asseguramos os nossos direitos”, concluiu J.

Voltando para casa, já na plataforma do metrô, encontrei alguns acampados da ocupação *Marielle Vive*, que àquela altura já acompanhava de perto há um ano e meio. Conversando com uma parte deles, uma senhora presente em quase todos os atos e assembleias, claramente assustada, me disse: “eu não volto no próximo. Tá louco.”

Com efeito, um outro ato foi chamado para duas semanas depois com os mesmos pontos de concentração e destino. Ele foi muito menor que o anterior. Nos dias que o antecederam, por volta de dez coordenadores e acampados me procuraram para perguntar se dessa vez teria bomba. O clima foi tenso desde o início e muitas pessoas subiram as ruas nas imediações do palácio para “se esconder” em caso de possível confronto. A chuva inesperada ainda agravou a impressão de esvaziamento e fez com que poucas centenas de pessoas permanecessem devidamente posicionadas para o eventual embate com a polícia. Mas, felizmente para quase todos que estavam ali, ele não foi necessário. A negociação avançou e todos puderam voltar para casa com a sensação de dever cumprido e a certeza de que haviam dado mais um passo na direção de sua moradia.

*

Em *Os sentidos do Lulismo*, André Singer (2012) mostrou como o sucesso eleitoral dos governos petistas decorreu, em boa medida, do seu caráter conservador. A mudança incremental da ordem, avessa ao conflito, não atendia apenas aos interesses das elites econômicas. O estrato mais pobre da população também seria hostil a qualquer processo que tivesse como meio a instabilidade da ordem social. O que não se devia apenas ao apego das camadas populares a símbolos e práticas tradicionais. Mas a uma variável eminentemente material na medida em que o subproletariado, à margem das relações formais de produção, tem sua renda prejudicada pelo acirramento da luta de classes. O considerável universo de trabalhadores informais e por conta própria no Brasil é prejudicado por processos acentuados de conflito entre o capital e o trabalho. Diferentemente dos trabalhadores fabris, as relações de produção em que estão inseridos não os forjam para o confronto. Luta, no léxico e no imaginário do subproletariado, não significa enfrentar um sistema de exploração e seus representantes políticos, mas o esforço diário pela sobrevivência.

É curioso pensar, aliás, que a principal experiência de um governo progressista no Brasil só tenha sido possível em função de sua face conservadora, no sentido de uma prudência destinada não só a garantir a tolerância das frações burguesas a alguma redistribuição. Mas também, e talvez sobretudo, porque os trabalhadores mais pobres não desejavam o conflito e foram favorecidos por uma acomodação relativamente progressista com a ordem. Não por acaso, analistas como o próprio Singer (2018) atribuem o desgaste do PT no governo federal à radicalização política e econômica ensaiada por Dilma.

Embora constituam o setor mais vulnerável da sociedade, os trabalhadores mais pobres não estão necessariamente inclinados a uma ação política destituente ou instituinte. Pelo contrário, é na interlocução direta ou indireta com o poder estabelecido e na convivência difícil com a ordem que eles encontram meios para expandir suas possibilidades de sobrevivência. No caso do MTST, é evidente para a sua base que apenas a organização e a pressão sobre os governos eleitos é capaz de fazer avançar a demanda pela moradia. No entanto, isso não significa a subversão das normas que regulam as relações políticas, econômicas e sociais e, menos ainda, processos violentos que colocam em risco sua integridade física e moral. São as próprias autoridades constituídas a quem se recorre para resolver um problema, o que se manifesta na preferência por uma ação mediada, em que um representante mais capaz, mais preparado, defende seus interesses, ou pelo menos parte deles, perante o poder.

Cumprir notar como o próprio Lula percebeu rapidamente os limites de um discurso e de um programa de enfrentamento radical com a ordem e as elites. Inclusive no que diz respeito à dimensão descritiva da representação política. Em *A lógica da diferença*, Margaret Keck (1991) comenta que Lula e parte do PT compreenderam que os trabalhadores não queriam, necessariamente, votar em outros trabalhadores, como sugeria o slogan do partido no início de sua trajetória. Parte do resultado eleitoral decepcionante em 1982 foi atribuída ao fato de que a apresentação dos candidatos petistas como trabalhadores, iguais aos eleitores, não surtiu efeito positivo. Segundo Lula, o trabalhador queria em posições de poder político alguém melhor, não igual a ele. Por mais críticos que os eleitores fossem do sistema e da classe política, eles ainda consideravam que certas pessoas, dotadas de determinados títulos, deveriam governar.

O PT, portanto, ao mesmo tempo em que projetava o princípio da participação direta, por meio de sindicatos, movimentos sociais, comunidades eclesiais de base e da ampliação de mecanismos institucionais no seio do Estado, não abria mão do valor da representação política no seu sentido mais próprio. A saber, como mostrou Manin (1997), a representação como o méto-

do de seleção dos melhores, de uma elite que, por motivos diversos, seria mais preparada para governar e agir por dentro das regras instituídas. Embora no caso petista o título se referisse menos a condições de classe e mais à capacidade política, ele permanecia presente junto a camadas marcadas por um profundo sentimento de inferioridade. Com efeito, a desigualdade social que perdura no Brasil tem efeitos políticos de grande relevância para além daqueles mais conhecidos. A falta de autoestima dos trabalhadores mais pobres é evidente e limita não apenas o seu envolvimento nos espaços de poder, mas também a própria ideia de que eles podem e devem ser representados por um igual. Mais do que transformar o sistema substancialmente e com suas próprias mãos, os trabalhadores de hoje preferem alguém capaz de reformá-lo sem que isso implique grandes abalos a uma ordem que, querendo ou não, ainda permite a sua sobrevivência.

Este lado é do Guilherme

Em um domingo ensolarado de junho de 2017, fui a Povo Sem Medo de Guarulhos e tive meu primeiro contato com uma “novinha”. A ocupação existia há uma semana e fiquei impressionado com a quantidade de gente que ia e vinha carregando lona, madeira, enxadas, martelos, comida... Para mim, tudo era muito confuso, mas a militância lidava com naturalidade e aparentava uma paz impossível em meio àquele caos. Mesmo que não conhecessem ninguém ali, seus gestos revelavam a confiança de quem controlava a situação.

Pela brigada de formação, tínhamos sido chamados para ajudar em tarefas organizativas. Lá chegando, fomos orientados a definir o perímetro de cada G (as ocupações do MTST são divididas em grupos, chamados informalmente de “Gs”) de forma a abarcar 200 barracos e numerar aqueles em condições aceitáveis.

Eu estava no MTST há menos de três meses, não conhecia quase ninguém na militância e não tinha nenhuma experiência em ocupações. Aquele ambiente e aquelas pessoas representavam uma realidade completamente distinta da minha e era simplesmente impossível me sentir à vontade, pois não dominava os códigos políticos e sociais do espaço em que me encontrava. No entanto, a tudo isso se contrapunha o respeito que recebia dos novos acampados, simplesmente porque eu tinha uma lata de tinta em uma das mãos e um pincel na outra. À autoridade que eu encarnava naquele momento pedia-se a aprovação e o reconhecimento que, como havia sido dito em assembleia, seria atestado pela numeração dos barracos – a identidade de cada uma daquelas pessoas perante o movimento.

“Assim tá bom?”; “Marca aqui?”; “O que quer dizer isso?”; “São esses dois, tá?”; “Eu não recebi o número ainda” foram algumas das inúmeras interpelações que me fizeram ao longo daquela manhã. E além da lata de tinta na mão, minha forma de me vestir, de andar e de falar demonstravam que eu não estava lá pelo mesmo motivo que eles. Eu simbolizava, querendo ou não, a autoridade responsável por tudo aquilo e que, naquele instante, representava a expectativa daquelas pessoas de ter uma casa digna ou, simplesmente, de fugir do aluguel.

*

Na primeira vez em que estive no condomínio João Cândido, construído a partir da luta do MTST na cidade de Taboão da Serra, uma moradora, antiga acampada do movimento, me apresentou o espaço. Aparentando muito orgulho, ela apontou para os prédios que formam o conjunto e disse: “Aquele lado é do Paulo Felix [liderança do Movimento Sem Teto de Taboão] e este lado é do Guilherme [Boulos]”.

*

Se voltarmos a Lula, podemos notar que sua popularidade entre os mais pobres carrega uma importante valorização do poder estatal. Os avanços promovidos por seus mandatos são atribuídos ao próprio governante e, marginalmente, ao programa implementado por ele e às condições estruturais que encontrou. A memória nostálgica que envolve os governos Lula tem em sua figura um referente máximo e pouco de participação popular. Embora conselhos e conferências criados e expandidos durante as gestões federais petistas tenham ampliado a participação política, eles se restringiram, via de regra, a movimentos organizados e tiveram limitado alcance sobre a população como um todo. Os repertórios cooperativos de interação entre Estado e sociedade que predominaram na relação entre movimentos sociais e os governos federais petistas descritos por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) reverberaram pouco entre as camadas populares e diferem daquilo que vislumbram iniciativas como a do MTST, que correm também por fora e contra o Estado, inclusive como lastro de legitimidade para a representação.

De todo modo, a experiência política recente mais apreciada pelos trabalhadores tem uma dimensão eminentemente representativa, em que o povo, mais ou menos organizado, teve um papel quase irrelevante - a não ser no que diz respeito ao esforço individual necessário para “subir de vida”. Reforça-se, assim,

a impressão de que a única forma de ação política efetiva é o voto, a despeito de seu caráter pontual e irrisório num universo de milhões de eleitores e da descon-fiança generalizada nos atores políticos.

O apreço pela autoridade que se enxerga na avaliação positiva dos governos Lula está presente também na forma como os acampados do MTST se relacionam com ele. O movimento despontou como ator expressivo na esquerda em meio a um ciclo global de protestos que colocava em xeque as formas tradicionais de ação política. A ocupação espontânea de praças, a eclosão de movimentos horizontais e a emergência de partidos comprometidos com a mais ampla participação cidadã sinalizavam uma transformação dos atores e da prática política convencional. Estruturas verticais deveriam dar espaço a formas mais fluidas de organização, mecanismos horizontais de tomada de decisão e que tivessem a autonomia dos agentes como princípio fundador (GRAEBER, 2015). Tudo o que o MTST não é – e não exatamente em função de um ímpeto autoritário de sua direção. Na realidade, a organização heterônoma do movimento e pouco participativa de suas diferentes instâncias deliberativas decorrem muito mais, de um lado, da preferência da base em não se envolver ativamente nas decisões coletivas e, de outro, por uma confiança, aliada a uma disseminada insegurança pessoal da militância intermediária, nos seus dirigentes. Em boa medida, poderíamos dizer que há um apreço pela concentração do poder e da responsabilidade que conduz a uma certa acomodação com uma estrutura vertical de organização.

O mesmo sentimento de trabalhadores que não votaram no PT em 1982, por aspirarem a representantes “melhores” e “mais preparados” que eles, preside a relação da base com a direção do MTST – e tem uma forte dimensão pragmática. Nesse sentido, Guilherme Boulos é sempre perguntado a respeito da legitimidade que tem, com origem na classe média alta de São Paulo, para dirigir um movimento formado pela camada mais pobre da sociedade. Questiona-se sua qualidade de representante máximo de um grupo com o qual não partilha a condição mesma que o articula. Geralmente, essas perguntas vêm carregadas da impressão de que os sem-teto não aceitariam uma representação pouco descritiva, para usar o conceito de Pitkin (1984)⁴.

Contudo, assim como os trabalhadores dos anos 80 não queriam indicar outros trabalhadores para os governos e os poderes legislativos, os sem-teto de hoje não querem, via de regra, sem-teto representando-os junto a esses mesmos poderes. Por razões um tanto óbvias e que remontam ao estigma que essa população carrega quanto à sua qualificação e à ausência de qualquer título

⁴ Segundo a autora, uma das dimensões da relação de representação e que pode aumentar a sua qualidade diz respeito à eventual semelhança de atributos entre o representantes e os representados.

que justifique reivindicações perante autoridades instituídas, mesmo que seja um direito assegurado pelo arcabouço legal. Mas há também uma avaliação pragmática de que alguém mais parecido com os ocupantes do poder terá mais chance de êxito. Pessoas como Guilherme Boulos, que compartilham códigos, vocabulário e repertório cultural com os que controlam o poder estabelecido, gozam de mais confiança do que pessoas que poderiam compartilhar um teto de lona com qualquer acampado numa ocupação do MTST. Uma confiança que se desdobra, aliás, para as tarefas políticas mais diversas, como conduzir uma assembleia, liderar um ato e organizar o dia a dia de uma ocupação. Há casos notáveis de quadros políticos que entraram no movimento a partir da luta pela moradia. Contudo, o processo para que eles adquiram credibilidade e respeito da base é muito mais longo e árduo do que o percorrido por alguém com atributos típicos das classes médias.

A ausência de uma dimensão descritiva na representação popular é, portanto, muito menos tensa do que se costuma imaginar. E aqui podemos pensar no trabalho de Ernesto Laclau (2013) sobre a compreensão da política a partir da relação que se estabelece entre uma massa heterogênea e um líder, responsável por articular em torno de sua figura e do povo como significante vazio demandas desconexas de maneira a conferir responsividade à representação. Fenômeno fundamental, de fato, para atender aos interesses de grupos subalternos, mas que acaba por outorgar ao líder quase um monopólio sobre o poder, que esvazia da política sua incontornável dimensão instituinte (CASTORIADIS, 1990). Profundas transformações sociais são possíveis por meio da representação e diversas experiências históricas demonstram isso, mas mesmo que o representante esteja sujeito à necessidade de articular demandas vindas de baixo, é ele quem tece e elabora, desde cima, a cadeia de equivalências que dá sentido à sua ação.

A representação, como já foi dito, carrega a ideia de que alguém mais qualificado defende melhor os meus interesses do que eu mesmo. Se a crise de representação nos países desenvolvidos e em certos setores das sociedades periféricas responde, como notou Runciman (2019), à percepção de que já não há uma diferença expressiva de aptidões entre as elites políticas e os cidadãos comuns, ela permanece desmedida na realidade brasileira. Entre as camadas populares, a rejeição à ordem e aos atores convencionais não encontra na representação o seu problema fundamental.

Cumpram também notar que a organização hierárquica do MTST enfrenta menos resistência do que sugere a noção, razoavelmente difundida, de um esgotamento de instituições políticas tradicionais, que concentram o poder e são impermeáveis à participação. O que não se explica somente pela preferência por

uma direção ou uma elite mais preparada para defender os interesses do grupo. Mas também pela ausência de recursos materiais, tempo e vontade para participar de processos de tomada de decisão e assumir tarefas políticas. Como dito acima, a imensa maioria da base do MTST não tem interesse em engajar-se em instâncias deliberativas, sejam elas coordenações territoriais e de ocupação, sejam suas mais altas esferas políticas, como as coordenações estaduais e nacional. Seu objetivo imediato - a casa - passa ao largo de um envolvimento mais amplo com a organização e não carece do que tem a dizer sobre os destinos do movimento.

Mesmo entre a militância advinda da base, poucos vislumbram participar ativamente da tomada de decisões políticas. Muitos chegam a permanecer longos períodos em diversos coletivos sem que assumam responsabilidades maiores. É muito comum, por exemplo, que um coordenador passe anos no MTST apenas registrando a presença de acampados em lutas e assembleias e participando de reuniões sem contestar de maneira contundente qualquer encaminhamento sugerido por seus dirigentes, o que pode ser interpretado de ângulos diferentes e revela uma série de coisas. Primeiro, uma confiança quase irrestrita na direção do movimento e em sua forma de operar. Segundo, uma insegurança fortemente informada pelo papel que essas pessoas costumam desempenhar em uma sociedade marcada por desigualdades excepcionais. Elas não são formadas, afinal, nos ambientes escolar, familiar e profissional, para tomar decisões e assumir posições de liderança, mas são ensinadas e se acostumam, no dia a dia, a acatar e obedecer regras.

Michael Hardt e Antonio Negri (2016), analisando os efeitos de transformações no modo de produção capitalista à imagem do paralelo estabelecido por Lênin entre a estrutura vertical do partido de vanguarda e as relações fabris de produção, concluíram que a economia pós-industrial estimularia as pessoas a superar vínculos de subordinação e a desenvolver ímpetus de criação nos terrenos econômico e político, o que pode ser, ao menos em parte, verdadeiro para o centro do capitalismo. Mas que, caso se observe, é irrisório na sua periferia. Em países como o Brasil, a evolução do capitalismo não tem reservado exatamente aos trabalhadores mais pobres a aptidão e o gosto pela construção de soluções coletivas e a participação na vida pública. É a necessidade que os têm, por vezes, empurrado para uma relação ambígua com saídas pragmáticas, que guardam uma relação contingente com a política.

Por fim, não podemos ignorar, como diversos autores já notaram (PLOTKE, 1997), que a ampliação dos mecanismos formais e informais de participação não significa, necessariamente, mais igualdade, na medida em que a participação política exige recursos desigualmente distribuídos. No MTST,

acampados muito presentes não se tornam coordenadores porque, desempregados, não têm “dinheiro sobrando”. Para não falar da quantidade inumerável de atividades e atos de que coordenadores não podem participar por falta de recursos, por não ter com quem deixar os pais ou os filhos, por ter de fazer um bico etc.

Fazer parte da coordenação, muitas vezes, é menos uma forma de participar e incidir sobre as decisões coletivas do movimento e mais uma maneira de alcançar um título e um reconhecimento que essas pessoas, cujo valor não é reconhecido nos ambientes público e privado, não encontram fora dele. O MTST acaba consistindo em um espaço de acolhimento e que também lhes permite adquirir alguma autoridade. Uma autoridade tanto moral, perante acampados exclusivamente preocupados com seu interesse individual pela casa, quanto política, perante acampados que devem respeitar orientações que a coordenação transmite.

Vi que era organizado, que não tinha bagunça

O respeito, por parte da base do movimento, aos poderes instituídos dentro dele se manifesta também no apreço difundido pelas normas que regulam práticas e indivíduos em uma ocupação. Ao perguntar para qualquer acampado os motivos que o levaram a permanecer na luta dentro do terreno, é muito provável que, antes de comentar a confiança na conquista da casa própria, ele aponte para a organização da ocupação. Acostumadas a invasões de terreno organizadas espontaneamente pela comunidade do entorno ou por outros atores periféricos, como o crime organizado, as pessoas entram numa ocupação do MTST esperando o mesmo *modus operandi*. A saber, uma corrida pela separação de lotes, o pagamento regular de uma determinada quantia cujo destino ninguém conhece, a sobreposição confusa de atores, uma comunicação precária com as lideranças, a pronta instalação de pontos de venda de droga e relações pessoais mediadas pela força física. Elas se surpreendem, porém, ao perceber que em uma ocupação do MTST não há lote, todos os barracos devem ter o mesmo tamanho, não se cobra nada, há assembleias regulares para garantir a comunicação entre lideranças e acampados, o terreno é dividido em grupos, representados por uma coordenação eleita e não é permitida a venda de drogas. Assim como as condutas são fortemente reguladas: é proibido o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, episódios de violência são punidos com advertência ou expulsão e qualquer comércio sem autorização do setor de organização do MTST é proibido.

É evidente a correlação entre o rigor das normas dentro da ocupação e a confiança dos acampados no movimento. O que se manifesta em inúmeros relatos, mas também na aprovação desse conjunto de regras em assembleia, invariavelmente por aclamação. A ocupação opera no imaginário das pessoas como um tipo de espaço excepcional em que normas são respeitadas, em contraste com uma realidade externa pautada pelo crime, pela desordem, pela lei do mais forte. O setor de organização funciona quase como o Estado que não se faz presente, pelo menos da maneira que se espera, do lado de fora. A ocupação é menos um território de autogoverno e livre de coerção e mais um espaço devidamente regulado por uma autoridade que detém o monopólio legítimo não só do uso da força, mas também dos padrões de comportamento.

Considerando a possibilidade de contestação e transformação da ordem como critério fundamental para uma política radicalmente democrática, é interessante pensar que o cerceamento dessa liberdade e a valorização dos limites à transformação são impostos, sobremaneira, desde baixo. São os próprios acampados que reforçam a concentração da autoridade nas lideranças. Uma autoridade que não só é bem-vinda como é uma espécie de condição para a existência da ocupação e do próprio MTST. Sem ela, não haveria confiança suficiente para o tipo de organização e luta proposto pelo movimento.

A demonstração mais nítida, no seio do MTST, do apreço do subproletariado pela ordem diz respeito à narrativa que justifica moralmente sua estratégia. Novos acampados e coordenadores sempre questionam a legitimidade de um método de luta que passa pela ocupação de propriedades privadas. No senso comum, do qual são vítimas pelo julgamento de amigos, vizinhos e familiares, nossas ocupações não passam de uma forma de “tomar o que é dos outros”, prática típica de “vagabundos que não querem trabalhar”. Frente a essas acusações, das quais eles geralmente não conseguem escapar, o movimento recorre a um argumento infalível: a lei. É com base no artigo 5º da Constituição Federal, citado em demasia em formações e assembleias, e a previsão da função social da propriedade, que se justifica a entrada em terrenos ociosos. Ao fazer isso, não estamos “tomando o que é dos outros”, dizemos, “estamos simplesmente fazendo com que a lei seja cumprida, exigindo que o poder público desaproprie aquela área, indenize o proprietário e construa moradias populares”. Ou seja, a narrativa usada se apoia na estima da base pela lei, pela constituição e pela propriedade privada. Não estamos tirando nada de ninguém e tampouco atacando o direito à propriedade. É dessa maneira, mobilizando um senso comum legalista e conservador, que um movimento crítico da ordem liberal organiza a luta social e política dos sem-teto (FIERRO, 2019).

Mas esse apreço pela ordem e pelo Estado que se observa entre as camadas populares decorre do fato de que ele não é percebido apenas como uma entidade autoritária, a serviço das classes dominantes, que oprime direitos e organizações dos trabalhadores ou então cuja função é meramente disciplinar comportamentos desviantes. O Estado se presta também à assistência e à proteção dos indivíduos. A despeito da precariedade relativa de bens e serviços públicos, é com o Estado que os mais pobres contam para lidar com a maioria de suas carências. A ordem, em boa parte assegurada pelo Estado, é estimada e romper com ela significa um risco para os trabalhadores mais pobres. Além de encontrarem nela e nos seus representantes junto ao poder instituído o pertencimento a algo maior, a ordem oferece aos de baixo uma série de vantagens que a ruptura ameaça.

Como disse Bourdieu (2012), os dominados podem recorrer à saída, à exclusão, à dissidência, à secessão ou ao protesto como maneiras de estarem no sistema. A forma como a alternativa é muitas vezes colocada ignora, porém, que os governados enfrentam custos de secessão ligados à perda de ganhos com a ordem, nunca inexistentes, por mais ínfimos que sejam. Geralmente, eles preferem forçar, pela ameaça de secessão, os governantes a fazerem concessões, como também notou Chatterjee (2004). Exatamente o que fazem os acampados do MTST, organizados em função da necessidade de escapar do aluguel, mas pouco afeitos à supressão das autoridades constituídas e ao autogoverno. É por meio de uma reivindicação junto a elas, que reconhece sua legitimidade e seu poder, que eles pretendem satisfazer suas necessidades. Sem que isso implique a interrupção da ordem ou sua superação por uma democracia substantiva, em que a participação dos cidadãos não seja eclipsada por uma representação que lhes reserva momentos esporádicos e limitados de influência sobre o poder instituído.

A relação com o Estado e suas instituições políticas e de representação se coloca como um imperativo de ampliação das possibilidades de sobrevivência, no sentido do que Gago (2018) chamou de pragmatismo vitalista para tratar das relações econômicas, mas cuja ideia poderíamos transpor para as relações políticas. Ao votar, interagir com poderes estabelecidos, partidos, eleitos e candidatos dos mais variados tipos, as pessoas colocam de lado a desconfiança nessas autoridades para buscar objetivos muito concretos. Diversas vezes, presenciei visitas de deputados, vereadores e candidatos em ocupações do MTST sem que isso significasse um incômodo para acampados descrentes da política institucional. Para elas, afinal, sua presença indicava a força do movimento junto ao Estado e sua real capacidade de alcançar suas reivindicações. Ao fazer um ato em direção à sede da prefeitura ou do governo do estado e trazer seus representantes para

falar aos acampados, o objetivo do movimento é menos atacar o poder e mais mostrar a força que tem de fazê-lo agir em seu favor. A relação é de conflito em relação ao Estado e à ordem, mas são eles que, em última instância, podem resolver os problemas dos governados. É com eles que os últimos podem contar no fim do dia.

Deus abençoe

Em 10 de março de 2019, o MTST-SP organizou, em Taboão da Serra, um seminário sobre a luta das mulheres e da população LGBT. A primeira atividade do dia tinha como objetivo questionar estereótipos de gênero e a consequente discriminação. E., que conduzia o debate, perguntou em determinado momento por que um menino que sai com diferentes meninas é elogiado enquanto uma menina que faz o mesmo é vítima de severo julgamento. Sua intenção era discutir a opressão decorrente de nossa cultura machista e, de fato, as pessoas que estavam ali se sensibilizaram com a provocação. Sentada atrás de mim, porém, uma coordenadora sussurrou em voz baixa, mas em tom suficientemente alto para que alguém a escutasse: “menino não traz filho pra casa”.

*

É interessante pensar sobre o significado da palavra esquerda hoje em dia. É verdade que ela ainda faz referência a um campo que defende a igualdade social e a soberania popular. De algum tempo para cá, no entanto, sua apreensão corriqueira é mais sinuosa, pois na medida em que os programas econômicos de partidos progressistas evoluíram em direção à direita, lhes restou buscar alguma distinção em relação aos conservadores no âmbito dos costumes (LILLA, 2018; PIKETTY, 2019). O que rendeu bons frutos eleitorais em diversos momentos e países e reconfigurou a clivagem que hoje organiza a disputa política. Com efeito, questões ligadas à igualdade simbólica pautam boa parte do debate contemporâneo, em detrimento dos conflitos de ordem distributiva – a despeito de não haver fronteira estanque e real entre eles. É evidente que a disputa material não desapareceu e continua a orientar ações coletivas, mas ela já não parece mais capaz de organizar o espectro político em que se espalham forças políticas como ocorreu ao longo do século XX.

No Brasil, partidos como o PT ainda preservam uma identidade associada à justiça social. Embora tenha feito concessões em seu programa original, não está fora de seu horizonte uma sociedade menos desigual, com serviços públicos

universais e um Estado capaz de regular o mercado e redistribuir seus excedentes, o que é percebido por trabalhadores nostálgicos do progresso material dos governos petistas. No entanto, o PT não evoca uma alternativa fundamental aos governos que ele sucedeu ou antecedeu. A popularidade de Lula se sustenta muito mais na memória de um momento de bem-estar e esperança do que propriamente em uma política apoiada numa clivagem de classe ou que oponha o povo às elites econômicas – até pela natureza conciliadora do lulismo.

Também em países periféricos como o Brasil, portanto, a oposição esquerda-direita passou a fazer alusão a visões de mundo divergentes em relação aos costumes e às identidades. Algo que é continuamente reforçado por ambos os lados, que devem recorrer a algum antagonismo para justificar sua existência. Com cada vez mais frequência, partidos de esquerda colocam no centro de seu programa bandeiras como o feminismo e o antirracismo. Em contrapartida, é notável o acirramento da retórica conservadora por parte de uma direita que, durante algum tempo, cultivou valores liberais.

Ao abraçar as pautas chamadas identitárias como recurso para se distinguir da direita em meio à acomodação com a agenda neoliberal, o campo progressista assumiu uma face que desperta, porém, desconfiança nos mais pobres. É evidente que há diferentes maneiras de incorporar as legítimas reivindicações desses grupos à identidade política de esquerda. As dimensões machista, homofóbica, racista de nossa cultura resultam, afinal, em violência, discriminação e opressão para a maioria dos trabalhadores. Contudo, predomina no campo progressista um tipo de discurso e de prática que tende a afastar essas pessoas.

Primeiro, cumpre notar algo pouco discutido pela literatura. A saber, o incômodo das camadas populares com uma narrativa que divide e reforça a condição de subalterno. Polletta (1998), analisando movimentos feministas, mostrou como discursos organizados em torno da posição de vítima tiveram pouca capacidade de mobilização nos Estados Unidos. No MTST, pude perceber o apelo restrito de enunciados que, a princípio, corroboram as diferenças. Talvez como um mecanismo de defesa frente às discriminações de toda sorte, boa parte dos trabalhadores mais pobres se agarra a um ideal de igualdade aparentemente questionado pelas políticas identitárias. Em diversas formações e conversas, senti um considerável incômodo com a ideia de que as diferenças devam ser reconhecidas e tratadas de forma específica. Nesse mesmo sentido, é significativa a recusa em aderir a uma lógica e um vocabulário que sugerem colocar determinados grupos numa posição de submissão. O reflexo, aqui, é recusar mais uma camada de dominação a uma vida já repleta de carências simbólicas e materiais.

Como notou Dubet (2020, p. 71), diante do desprezo, os indivíduos se sentem tentados a se considerar vítimas. Mas essa posição não estaria isenta de ambivalências e tampouco é fácil de assumir. Haveria uma certa recusa a se fechar dentro

[...] do status de vítima e das atribuições que isso implica – porque eu não sou ‘somente’ mulher, ‘somente’ pobre, ‘somente’ minoria, etc. Além disso, não sinto necessariamente vontade de me identificar com o coletivo ao qual a queixa me associa.

A posição de vítima seria ainda percebida como uma renúncia à dignidade e à capacidade de ação. Ao assumir o status de vítima, afirma Dubet (2020, p. 72), “considero que eu não sou mais o senhor da minha vida” e dou a impressão de que estou submetido a um determinado destino. Estudos e entrevistas têm mostrado que as pessoas se sentem discriminadas por determinados atributos e características, mas são raras aquelas que se reconhecem nos movimentos feministas, por exemplo. Da mesma maneira que outros tipos de minoria, que se sentiriam

[...] afastadas dos movimentos que falam em seu nome, especialmente porque elas se recusam a ser associadas a identidades coletivas e porque desconfiam de líderes que lhes parecem distantes e autoproclamados. Em geral, todos têm a impressão de que a individualização das desigualdades escapa dos processos de representação política e social (DUBET, 2020, p. 79).

Em segundo lugar, a agenda liberal no plano dos costumes pode ser antagonista em relação a valores sensíveis a amplos setores do subproletariado. Estruturas coletivas que Michael Hardt e Antonio Negri (2016) consideram corromper a lógica do comum, como a família, são eminentemente caras a setores populares. Com a degeneração contemporânea da esfera pública, reforça-se a procura por amparo em círculos privados de socialização. Quando a esquerda assume como principal parâmetro de sua identidade uma postura liberal no plano dos costumes, ela esbarra em limites importantes para se fazer ouvida e respeitada por trabalhadores que encontram na família e na religião aquilo que antes puderam encontrar em sindicatos, associações e partidos. Por mais urgente que seja a luta contra todo tipo de discriminação, sua conexão com a cultura e a realidade popular não é nada mecânica. A mãe que teme ver sua filha voltar

grávida para casa está às vezes mais sujeita a aderir ao discurso fundamentalista religioso, que veta relações sexuais antes do casamento, do que ao discurso emancipatório de corte feminista.

Eatwell e Goodwin (2020) explicam parte do desempenho ruim dos populistas de esquerda em relação aos reacionários pela sua incapacidade de dialogar com reivindicações dos governados que devem ser consideradas legítimas. Demandas muitas vezes enraizadas em inquietudes subjetivas ligadas, por exemplo, a mudanças étnicas e à destruição de suas identidades e modos de vida. Para os autores, os trabalhadores não estão simplesmente reagindo a suas circunstâncias econômicas ao votar na extrema-direita e muitos deles são “instintivamente conservadores em termos sociais e jamais concordarão com as seções culturalmente mais liberais da centro-esquerda”. Guilluy (2014), por sua vez, discute os efeitos daquilo que ele enxerga como o medo universal do devir minoritário. Enquanto a esquerda metropolitana do Norte condena a suposta xenofobia dos setores populares da província, mas expandem as fronteiras invisíveis que os separam das demais camadas sociais, caberia aos últimos a convivência tensa e difícil com o outro fruto da imigração. Em meio à hegemonia moral do multiculturalismo, operários e empregados de uma classe média em declínio veem sua identidade ameaçada conforme seus padrões culturais deixam de ser a referência para os novos cidadãos.

No Brasil, poderíamos traçar um paralelo com a questão da segurança pública. Jovens progressistas dos centros urbanos evitam, em larga medida, a relevância do problema e contestam as respostas mais difundidas entre classes populares cujo reflexo mecânico é combater a violência na mesma moeda. Outro campo que organiza a clivagem cultural entre o *etos* progressista dominante e a maioria dos trabalhadores é a religião. Forças que se pretendam populares não podem, afinal, negligenciar a centralidade que valores associados à imagem da família patriarcal e à religião cristã, sobretudo em sua versão pentecostal, têm na vida dos mais pobres.

Em 2018, o chamado kit gay foi tema de acalorados debates com militantes inseguros sobre a melhor forma de defender Fernando Haddad no segundo turno das eleições presidenciais. A solução encontrada pelo setor de formação do MTST foi, muitas vezes, recorrer à face humana e solidária de Jesus Cristo para desqualificar Bolsonaro como insensível e violento. Grupos de acampados no *Whatsapp*, assembleias e reuniões de coordenação são repletos de referências religiosas. O que não significa, necessariamente, uma concessão conservadora, mas revela os limites de uma narrativa de enfrentamento aos princípios cristãos mais correntes.

São urgentes, inclusive do ponto de vista dos interesses das camadas populares, medidas acerca da opressão sofrida por grupos discriminados. Os termos do debate e as propostas mais veiculadas, contudo, ora se chocam com valores profundamente enraizados, ora esbarram em registros cognitivos pouco interessados em absorvê-los. No MTST, ou na política em geral, os governados buscam, sobretudo, respostas a problemas de ordem material que enfrentam no dia a dia. O acolhimento e o pertencimento a algo maior é encontrado, corriqueiramente, nas igrejas. Pois mais do que oferecer um conforto espiritual frente a uma realidade cada vez mais marcada por privações, elas ainda tecem redes objetivas de proteção, com a distribuição de ajuda de variados tipos e com a ativação de contatos que servem para descolar pequenos bicos e oportunidades profissionais.

Por outro lado, poderíamos dizer que sem distinção econômica, o conservadorismo comum às camadas populares pode adquirir uma face política. Ao abandonar um discurso e uma identidade de classe, parte importante da esquerda perdeu a confiança do povo, cuja representação ficou em aberto (FRANK, 2007). Evangélicos sensíveis à pauta dos costumes, por exemplo, podem acabar referendando um programa inteiramente conservador, inclusive em termos distributivos.

Vai ter lista?

Como já mostrou a literatura e revelam diariamente as manifestações de lideranças evangélicas, o (neo)pentecostalismo ainda tem contribuído para o desenvolvimento, entre as camadas populares, do que Dardot e Laval (2016) chamaram de subjetividade neoliberal. Por meio da teologia da prosperidade, instiga-se entre os fiéis o valor do empreendedorismo, de uma iniciativa individual prenhe de riscos e de um mercado desprovido dos entraves estatais à concorrência e ao pleno desenvolvimento do progresso individual (MARIANO, 2014).

Mas não é apenas o pastor, seu discurso e a rede de proteção construída a partir da frequência da igreja que favorecem a disseminação de uma visão de mundo neoliberal entre os mais pobres. As próprias transformações no modo de produção capitalista e seus desdobramentos de ordem política e social, discutidos nos capítulos anteriores, têm difundido a imagem edulcorada de uma sociedade feita de indivíduos autônomos, que não dependem de patrões ou do governo. É evidente que, de um lado, se impõem os constrangimentos do excesso de trabalho, da renda baixa e da ausência de regulação estatal sobre relações informais

e uberizadas. No entanto, de outro, a ideia de pagar menos impostos e de não ter patrão é atraente aos olhos de pessoas desiludidas com a oferta precária de trabalho estável e bem remunerado e com um Estado atravessado por esquemas de corrupção e ineficaz na provisão de serviços públicos.

Não podemos ignorar que as transformações do modo de produção e seus efeitos subjetivos chegaram às periferias urbanas do Brasil. Como notou Feltran (2011), até meados dos anos 80, a estabilidade da família e do trabalho organizava dinâmicas sociais e aspirações individuais. Direta ou indiretamente apoiadas em sindicatos e movimentos sociais, ações coletivas eram correntes e, a despeito de valores tradicionais e conservadores, davam sentido progressista ao exercício da política entre as camadas populares. Os jovens nascidos a partir dos anos 90, no entanto, se deparam com outra realidade, marcada por crises, desemprego estrutural, pressão pelo consumo, oportunidades vinculadas ao crime e famílias desestruturadas. No plano do trabalho, a identidade coletiva cede espaço à imagem do empreendedor, à competição, à individuação.

O processo já descrito de individualização de pessoas desprendidas de vínculos tradicionais de classe, mesmo que sobreposto a dinâmicas típicas dos bairros populares, alcança também as classes trabalhadoras brasileiras. A individualização da desigualdade, nos termos de Beck (2010), ou a fragmentação do sistema de desigualdades, para usar a expressão de Dubet (2020), faz com que também aqui problemas sistêmicos sejam percebidos como fracassos individuais. No lugar de desafios individuais inscritos dentro de desafios coletivos, surge uma escala fina e sutil do prestígio associado ao consumo, pelo qual cada um deve se distinguir do vizinho como dos membros de outras classes (DUBET, 2020).

Os valores conservadores do subproletariado, ligados à centralidade que a família e a religião ocupam em suas vidas, se articulam com uma relação menos conflituosa do que se intuiria com o discurso neoliberal. Com efeito, noções como o esforço individual e a meritocracia estão profundamente presentes na forma como o MTST se organiza e constrói a narrativa que justifica o engajamento e a luta. Na medida em que o avanço das negociações relativas à moradia é resultado direto da mobilização, a base consente tranquilamente com o critério da participação em atos e assembleias para a distribuição dos apartamentos conquistados. Questionamentos, de um ponto de vista ético e progressista, poderiam ser feitos. Como, afinal, um movimento de esquerda, fundado em princípios como a solidariedade, apoia sua organização no registro da meritocracia e ignora a distribuição desigual da vulnerabilidade e das possibilidades de participação?

Sem esse critério, porém, o MTST, sob a forma que o conhecemos, não seria possível. Não simplesmente porque suas assembleias e atos seriam esvaziados, mas porque o controle da participação atesta, antes de tudo, a justiça do movimento, cujo lastro meritocrático obedece a normas reconhecidas e valorizadas pela sua base. A mesma confiança despertada pela organização da ocupação é nutrida pela convicção de que, diferentemente do mundo real, em que interesses pessoais e espúrios mediam as relações sociais, no MTST vigora a impessoalidade e cada um faz por merecer a sua recompensa. É como se o movimento realizasse a modernidade liberal que o Brasil falhou em alcançar. No movimento, a luta é coletiva e apenas com a mobilização popular a conquista da casa se faz possível. Contudo, ela é feita do esforço individual de cada um que o compõe. O neoliberalismo vindo de baixo de que fala Gago (2018) é uma dimensão crucial para entender como a base do MTST se relaciona com seus direitos e com a luta política. Da mesma maneira que suas possibilidades de sobrevivência são determinadas pelo trabalho e o sucesso individual, a política deve ser um espaço mediado pelo esforço de cada um.

Em sua dissertação sobre os efeitos positivos da participação no movimento para pessoas com sintomas de depressão, Guilherme Boulos (2017) destaca, grosso modo, o contraponto que uma ocupação representa em relação a uma vida marcada pela atomização. Ao se deparar com um espaço em que tudo decorre da cooperação e da solidariedade, um acampado questiona a lógica e a régua individual pela qual organizava e percebia sua vida. A resposta à individualização das desigualdades é evidente e tem o potencial inquestionável de deslocar as paixões tristes de que fala Dubet para o registro esperançoso e potente da ação coletiva. Boulos (2017) aponta igualmente para os efeitos subjetivos positivos da participação efetiva, do protagonismo de membros do MTST em tarefas ligadas a ele em contraposição a uma vida anterior de pouco reconhecimento social e autoestima. É comum que coordenadoras encontrem, pela primeira vez nas suas vidas, o respeito de seus pares por incumbências e iniciativas assumidas dentro ou fora da ocupação.

Para além dos efeitos emancipadores, individuais e coletivos, dessa face do movimento, porém, é interessante notar sua compatibilidade com o espírito do tempo – ou a nova razão do mundo, para usar a expressão de Dardot e Laval (2016). É justamente pela métrica do desempenho individual e do reconhecimento que decorre do sucesso de suas ações que esses indivíduos se veem realizados. Não quero negar a vocação coletiva do repertório e da organização do MTST, tampouco negligenciar o potencial transformador da utilização de uma característica própria da subjetividade neoliberal para um objetivo político

maior. Cumpre simplesmente notar que o engajamento e a participação mais destacados de um militante do MTST é, em boa parte, resultado dos benefícios que o mercado não lhe pode oferecer e o reconhecimento que alcança é proporcional ao seu esforço individual. O crescimento acelerado do movimento nos últimos anos, aliás, se deve a uma lógica de atuação que em muito se assemelha a uma verdadeira corporação.

Conclusão

Ao me aproximar do MTST, em 2017, e notar sua iminente investida eleitoral, me interessou a ideia de entender as dificuldades que ele encontraria para conciliar as ações políticas parlamentar e extraparlamentar. A lei de ferro das oligarquias se aplicaria, afinal, a mais uma tentativa de articular as dimensões instituinte e instituída do poder, tão cara a uma perspectiva substantiva de democracia? Que mecanismos e práticas o movimento adotaria para evitar a cooptação pela ordem? Eram perguntas que eu me fazia entusiasmado com a possibilidade de presenciar, de perto, o ressurgimento de uma força de esquerda popular e radical depois da acomodação lulista.

No entanto, o cotidiano do movimento e o contato intenso com a sua base me fizeram notar que o desafio que ele enfrenta é anterior e de caráter não apenas político, mas tem profundas dimensões antropológica e sociológica. Pois as pessoas não entram e tampouco permanecem no MTST para subverter a ordem capitalista e o Estado pós-democrático. Elas o fazem movidas por cálculos pragmáticos de sobrevivência e não têm no horizonte o autogoverno, mas simplesmente a possibilidade de fazer com que suas necessidades sejam atendidas pelos governantes. É pela ordem, embora numa relação de conflito e cooperação com ela, que as aspirações vitalistas do subproletariado são atendidas. O sentido da pergunta que se impõe a pesquisadores e militantes diz respeito, portanto, à viabilidade de um discurso e de uma prática política que sejam, ao mesmo tempo, radicais o suficiente para dar conta do colapso da ordem liberal e capazes de levar em conta o apreço e a dependência que os trabalhadores têm em relação a ela. Um desafio do tamanho do seu objetivo e que passa pela compreensão das incontornáveis tensões entre a adesão popular a valores e poderes estabelecidos e sua atual incapacidade de atender às necessidades materiais e simbólicas das pessoas comuns. As contradições seguem produzindo transformações sobre a realidade, contudo seus sentidos nem sempre são os mais auspiciosos.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v.57, n.2, p.325-357, 2014.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra comunidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOULOS, G. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo**. 2017. 124f. Orientador: Francisco Lotufo Neto. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BOURDIEU, P. **Sur l'État**: cours au Collège de France 1989-1992. Paris: Seuil, 2012.
- CASTORIADIS, C. **Le monde morcelé**. Paris: Seuil, 1990.
- CHATTERJEE, P. **The politics of the governed**: reflections on popular politics in most of the world. New York: Columbia University Press, 2004.
- CROUCH, C. **Coping with post-democracy**. London: Fabian Society, 2000.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUBET, F. **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.
- EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Nacional-populismo**: a revolta contra a democracia liberal. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.
- FIERRO, A. Revolutionary Politics of Social Rights?: An Ethnographic Account of the Homeless Workers' Movement in São Paulo. **Millenium**, London, v.47, n.3, p.398-416, 2019.
- FRANK, T. **Pourquoi les pauvres votent à droite**. Marselha: Agone, 2007.
- FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GAGO, V. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.

- GRAEBER, D. **Um projeto de democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- GUILLOY, C. **La France périphérique**: Comment on a sacrifié les classes populaires. Paris: Flammarion, 2014.
- HARAWAY, D. Situated knowledges: the Science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, Maryland, v.14, n.3, p.575-599, 1988.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-Estar Comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- KECK, M. **A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.
- LACLAU, E. **A Razão Populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LILLA, M. **A mente naufragada**: sobre o espírito reacionário. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MARIANO, R. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- PIKETTY, T. **Capital et idéologie**. Paris: Seuil, 2019.
- PITKIN, H. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1984.
- PLOTKE, D. Representation is democracy. **Constellations**, Berlim, v.4, n.1, p.19-34, 1997.
- POLLETTA, F. "It Was Like a Fever..." Narrative and Identity in Social Protest. **Social Problems**, Oxford, v.45, n.2, p.137-159, 1998.
- RUNCIMAN, D. **How democracy ends**. London: Profile Books, 2019.
- SINGER, A. **O lulismo em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, P. **Dominação e desigualdade**: Estrutura de classes e repartição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- STREECK, W. **How will capitalism end?**. London: Verso, 2017.

Recebido em: 06 de outubro de 2021.

Aprovado em: 20 de abril de 2022.

ADVERSIDADES DO TRABALHO DOCENTE EM *HOME OFFICE* NO PERÍODO DA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Maria Solange Melo de SOUSA¹
Daniel Rodrigues Silva Luz NETO²
Juanice Pereira Santos SILVA³

RESUMO: O artigo apresenta uma discussão a respeito da dinâmica docente enfrentada pelos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal. Analisou-se o trabalho remoto com as suas diversas características e o seu impacto na aprendizagem dos discentes. O objetivo é compreender como esses profissionais têm organizado suas atividades pedagógicas diante das adversidades impostas pelo novo Coronavírus. A metodologia utilizada se constitui de análise documental, leituras bibliográficas e produção de informações empíricas adquiridas por meio de entrevistas semiestruturadas. Concluiu-se que a realidade imposta pela pandemia mostrou que há fragilidades

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF – Brasil. Doutoranda e mestre em Geografia. Especialista em EaD, Graduada em Geografia. Professora aposentada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e professora/tutora no curso de Licenciatura em Geografia a Distância - UnB (GEA/EaD). Membro do Grupo de Pesquisa, Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores de Geografia (GEAF/UnB) e do Grupo de Formação de Professores (NEPEG/UFG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4362-7845>. solangemelosousa@gmail.com.

² Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF – Brasil. Doutorando e mestre em Geografia. Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professor da Educação Básica, professor/tutor no curso de Licenciatura em Geografia a Distância - UnB (GEA/EaD). Membro do Grupo de Pesquisa, Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores de Geografia (GEAF/UnB); do Grupo Fundamentos Teóricos e Ensino de Geografia e do Grupo de Trabalho Temas e Conteúdos no Ensino de Geografia (NEPEG/UFG); e do Grupo Investigadores Iberoamericanos en Educación Geográfica (IEEG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6326-4906>. danieltableiro1@gmail.com.

³ Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF – Brasil. Doutoranda e mestre em Geografia. Especialista em Educação Ambiental, Graduação em Ciências Biológicas. Professora Especialista em educação especial e inclusiva da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Membro do Grupo de Pesquisa, Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores de Geografia (GEAF/UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6411-0669>. juanice.ahss@yahoo.com.br.

com o uso das tecnologias digitais por parte dos docentes e discentes, bem como a precariedade nas condições tecnológicas da rede pública de ensino. Além disso nota-se também necessidade de se ressignificar o lugar escola diante do mundo técnico-científico-informacional e, por fim, entendeu-se que o ensino remoto afetou o processo de aprendizagem dos estudantes das escolas públicas do Distrito Federal.

PALAVRAS-CHAVES: Aprendizagem; COVID-19; docentes; pandemia; trabalho remoto.

*ADVERSITIES OF TEACHING WORK IN HOME OFFICE
IN THE PERIOD OF PANDEMIC: AN ANALYSIS OF
PUBLIC EDUCATION IN THE FEDERAL DISTRICT*

ABSTRACT: *The article discusses the teacher dynamics faced by teachers in the public school system of the Federal District. The text analyzes the remote work with its various characteristics and its impact on the students' learning. The objective is to understand how these professionals have organized their pedagogical activities in the face of adversities imposed by the new Coronavirus. The methodology used consists of documentary analysis, bibliographic readings and production of empirical information acquired through semi-structured interviews. It was concluded that the reality imposed by the pandemic showed the digital weaknesses of teachers and students, the precarious technological conditions of the public school system, the need to resignify the school place before the technical-scientific-informational world and, finally, it was understood that remote teaching affected the learning process of students from public remote teaching affected the learning process of students from public schools in the Federal District.*

KEYWORDS: *Apprenticeship; COVID-19; teachers; pandemic; remote work.*

Introdução

A rotina de trabalho docente em *home office* das escolas públicas do Distrito Federal é marcada por adversidades desde que se iniciou a pandemia tendo sido as aulas presenciais suspensas e retomadas de forma remota. Com isso, as dificuldades e os entraves para o desenvolvimento do trabalho pedagógico se tornaram mais intensos. Diante desse entendimento, é preciso considerar

que em ambiente que não se vivenciava a pandemia, os limites das condições objetivas cotidianas decorrentes da falta de recursos didáticos, da precariedade na infraestrutura do ambiente escolar, das lacunas na formação inicial/continuada, da perda de direitos salariais na carreira e da falta de apoio do poder público e, de certa forma, da própria sociedade já comprometiam o trabalho docente em sala de aula.

As aulas remotas fizeram manifestar outras adversidades que não eram tão visíveis para a sociedade, mostrando as dificuldades do professor em utilizar as novas tecnologias. Além dos entraves enfrentados para o uso dessa metodologia de ensino, em ambiente de *home office*, há excesso de jornada de trabalho. Desse modo, a partir do contexto apresentado, o artigo mostra como a pandemia da Covid-19 tem impactado no trabalho docente dos professores das escolas públicas. As discussões tentam compreender como os professores têm desenvolvido as suas aulas diante das adversidades impostas pelo momento vivenciado pela humanidade.

O recorte espacial da investigação é o Distrito Federal, em virtude de os proponentes morarem nesse território, o que facilitou a produção das informações empíricas. Para obter as informações, foram realizados procedimentos bibliográfico e de campo. Na primeira etapa, realizou-se a pesquisa documental e bibliográfica para a construção do escopo teórico que fundamenta a investigação científica.

Na segunda etapa, foi feita a pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com professores da rede pública do Distrito Federal. Como critério de escolha dos discentes, definiu-se que eles deveriam ser professores efetivos/temporários que atuavam na rede pública de ensino do Distrito Federal durante a pandemia da covid-19 na modalidade de ensino remoto.

Diante disso, para a compreensão da realidade imposta aos professores devido a pandemia e que trabalham de forma remota, a pesquisa utilizou os relatos de seis profissionais atuantes em sala de aula nas etapas do Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação Profissional e Tecnológica. A produção de informações em todas as etapas e modalidades se justifica para que as discussões sejam mais consistentes, uma vez que abrange a realidade dos professores das escolas públicas no universo da educação básica.

Na primeira parte do texto, está apresentada a contextualização da organização do trabalho pedagógico das escolas públicas. No segundo momento, apresentaremos os relatos dos professores para que se possa analisar as adversidades enfrentadas por esses profissionais que estão atuando de forma remota.

Na sequência, foram discutidos os impactos da pandemia no trabalho docente dos professores que trabalham na educação básica do Distrito Federal e analisada a tentativa de se estabelecer uma nova reconfiguração espacial do lugar escola para que as aulas se desenvolvam sem maiores prejuízos educacionais para os estudantes.

A organização do trabalho pedagógico das escolas públicas do Distrito Federal antes da pandemia da Covid-19

Segundo dados da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2019a) a rede pública de ensino do Distrito Federal é constituída por 686 unidades de ensino que atendem a todas as etapas e modalidades da educação básica. No total, são atendidos 460.475 estudantes, desde a educação infantil até o ensino médio e demais modalidades como ensino especial, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino profissionalizante (DISTRITO FEDERAL, 2019a).

Em relação aos servidores da SEEDF, a carreira magistério é composta por 25.975 professores efetivos e 9.817 professores temporários, a carreira assistência conta com 8.813 servidores que exercem, por exemplo, funções de orientação educacional, psicólogos, pedagogos e técnicos administrativos, os profissionais estão lotados pelas unidades de ensino da Secretaria (DISTRITO FEDERAL, 2019b)

As unidades de ensino do Distrito Federal, ao contrário de outras Unidades da Federação possuem certa autonomia na Gestão escolar. No Distrito Federal, a Lei de nº 4.751/2012, estabeleceu a Gestão Democrática nas escolas públicas, assim expressa:

O processo de participação de todos os segmentos da comunidade escolar reforça a ideia de que a gestão democrática está para além da eleição de diretor ou de equipe de gestão, implica na participação da comunidade escolar, na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de diretor e vice-diretor da unidade escolar (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 114).

Silva, Costa e Freire (2020) consideram que a implantação da Lei da Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF, representou um avanço na busca pela democratização da educação, garantindo, entre outros aspectos, a escolha dos gestores por eleição. Apesar da escolha dos gestores não ser o prin-

cial objetivo da Lei nº 4.751/2012, a autonomia administrativa e pedagógica que as instituições de ensino adquiram, permitiu a gestão compartilhada entre o gestor e a comunidade escolar.

Sousa (2019, p. 65) argumenta que “a lei de Gestão Democrática representou uma grande conquista para as unidades de ensino do Distrito Federal, no entanto ainda há grandes problemas a serem superados [...]”. Para a autora, as escolas têm que conviver com atrasos no repasse de verbas públicas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)⁴ e do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF)⁵ e há “precariedade na estrutura física, falta de recursos pedagógico e tecnológicos, além da carência de servidores para atender as demandas de pessoal nas rotinas educacionais cotidianas” (SOUSA, 2019, p. 65).

A rede pública de ensino do Distrito Federal possui uma grande estrutura de profissionais para atender as demandas da educação da Unidade da Federação. No que diz respeito à equipe gestora, o Projeto Político Pedagógico Carlos Mota⁶ (DISTRITO FEDERAL, 2012) estabelece que a formação da equipe gestora é constituída por diretor, vice-diretor, supervisor pedagógico, supervisor administrativo e secretário.

No entanto, dependendo do número de alunos matriculados, a equipe pode ter uma baixa no quantitativo de profissionais e há escolas que não contam com um ou os dois supervisores, dificultando assim o trabalho pedagógico. A equipe gestora conta ainda com o apoio de coordenadores pedagógico que são escolhidos, por meio de eleição, pelo segmento dos professores no início de cada ano letivo.

A SEEDF conta também com equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem, que é composta por pedagogos e psicólogos. Segundo Sousa (2019), esses profissionais não são fixos nas escolas e atuam de forma itinerante, atendendo as várias escolas das várias Regionais de Ensino das Regiões Administrativas⁷ do Distrito Federal. Segundo o PPP Carlos Mota (DISTRITO FEDERAL, 2012), esses profissionais atuam numa perspectiva multidisciplinar atendendo às variáveis que constituem a realidade escolar e podem interferir no desempenho pedagógico do estudante.

⁴ Verba da União.

⁵ Verba estadual.

⁶ PPP Carlos Mota: Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota das Escolas Públicas do Distrito Federal.

⁷ Regiões Administrativa (RA) são as subdivisões territoriais do Distrito Federal para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>. Acesso em: 13 out. 2022.

As unidades de ensino, geralmente, disponibilizam o Serviço de Orientação Pedagógica (SOE), sendo o orientador educacional o profissional que trabalha em parceria com a equipe gestora e dá suporte ao corpo docente, com foco no desenvolvimento do educando. Ele também estabelece parcerias internas e externas de profissionais e empresas, cujo objetivo, segundo o PPP Carlos Mota (DISTRITO FEDERAL, 2012) é “tecer uma rede social e interinstitucional que colabore com o desenvolvimento integral do estudante” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 97).

Em períodos sem a pandemia que acometeu o mundo, os problemas enfrentados pelas escolas públicas são grandes, conforme afirma Sousa (2019):

Apesar de toda essa estrutura de pessoal proposta pelo PPP da Secretaria de Educação, na prática, nem sempre ela é eficaz e atende de maneira satisfatória [...] muitas escolas não possuem supervisor pedagógico ou administrativo, algumas delas não conta com nenhum dos dois; há poucos pedagogos e psicólogos para atender a demanda das várias regionais de ensino (SOUSA, 2019, p. 66).

Antes da pandemia, os professores contavam com horários específicos na escola, ou em casa, para dedicar-se ao planejamento e demais atividades pedagógicas, são as chamadas “coordenações pedagógicas”, que representa uma grande conquista para os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O espaço refere-se ao local que a escola disponibiliza para o trabalho individual e coletivo do corpo docente. Nas reuniões pedagógicas, os professores definem o trabalho coletivo e discutem as ações necessárias para que se desenvolvam práticas que busquem a qualidade da aprendizagem, motivem a permanência do estudante na escola, evitando assim a evasão; sensibilizem o aluno quanto a importância na formação escolar plena, sendo ela: a aprendizagem de qualidade, a capacitação para o trabalho; a preparação para o ensino superior e a formação cidadã (SOUSA, 2019, p. 67).

Desde que foi estabelecido o ensino remoto nas instituições públicas no Distrito Federal, a SEEDF preserva a mesma dinâmica de trabalho do formato presencial, porém de forma remota. As reuniões semanais permanecem obedecendo os horários e os dias determinados para a realização das coordenações pedagógicas.

O trabalho docente da rede pública de ensino em tempos de pandemia

A estrutura do trabalho docente descrito no tópico anterior que era desenvolvido nas escolas vem sofrendo alterações e os professores precisam se adequar às contradições vivenciadas na comunidade escolar. A pandemia impôs ainda mais restrições à educação, e o ensino remoto tem sido o método mais viável para realização das aulas, pois o distanciamento social se fez necessário pelo fato do Covid-19 ser um vírus mortal e que se difunde muito rápido em condições de aglomeração social.

É importante destacar que ensino remoto não é educação à distância. Em relação à primeira, é uma condição momentânea, em que alunos e professores estão em ambientes diferentes, mas desenvolvem uma comunicação e interação em tempo real, ou seja, as atividades acontecem de forma síncrona e assíncrona com o uso de ferramentas tecnológicas e à distância. Behar (2020) explica que é remoto porque há distanciamento geográfico entre professores e alunos e as atividades são mediadas por meio da internet.

Quanto à modalidade de ensino a distância, as atividades pedagógicas podem acontecer, de forma síncrona, mas elas se desenvolvem, principalmente, no modelo assíncrono – não há necessidade de interação entre estudante e professor em tempo real – para que o aluno tenha autonomia de tempo e espaço em os seus estudos. Para Behar (2020), na modalidade de educação a distância, a mediação didático-pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem é realizada com tutores e professores que promovem atividades educativas em lugares e tempos diversos e a metodologia utiliza meios tecnológicos de informação e comunicação. Desse modo, para fazer entender o trabalho docente em tempo de pandemia, analisa-se o relato de seis professores da rede pública de ensino dos Distrito Federal contemplando as etapas e modalidades da educação básica, exceto a educação infantil, são elas: Ensino Fundamental Anos Iniciais; Ensino Fundamental Anos Finais; Ensino Médio; Ensino Especial e Educação Profissional e Tecnológica. Os docentes responderam as seguintes questões problematizadoras: i) tempo efetivo/contrato temporário de exercício na SEEDF; ii) modalidade de ensino; iii) quais as séries que atuam; iv) quais as principais dificuldades enfrentadas no trabalho remoto para a sua prática docente; v) como as aulas remotas tem impactado na aprendizagem dos alunos vi) como o professor avalia a sua carga de trabalho atuando em home office; vii) se o professor considera que a SEEDF tem dado o apoio necessário para o desenvolvimento

de sua prática docente; e, por fim, o professor teve a liberdade de fazer outros comentários que considerasse necessários.

A professora A atua no Ensino Fundamental Anos Iniciais, trabalha com o segundo ano e exerce cargo efetivo na SEEDF há 24 anos. Segundo relatos da docente as principais dificuldades enfrentadas no trabalho remoto são a dificuldade de acesso à internet por parte da maioria dos alunos, a falta de acompanhamento da família, a pouca experiência com a informática, tanto dos alunos quanto dos professores e o estresse provocado pelo excesso de trabalho.

A professora A argumenta que as crianças necessitam de acompanhamento pedagógico para a realização das atividades e nem sempre o tem, o que ocasiona baixo rendimento, além disso, os estudantes não conseguem se concentrar por muito tempo na frente do computador. No que diz respeito à carga horária, ela considera excessiva, cansativa e com muitas cobranças, acarretando abalo psicológico. Para a docente, a SEEDF não tem dado apoio suficiente, pois não oferece internet para alunos e professores e os equipamentos necessários para a realização do trabalho pedagógico.

O relato da docente mostra quão importante é a mediação pedagógica do professor na construção dos conhecimentos científicos, pois o ensino remoto e as dificuldades dos pais em auxiliar os seus filhos nas atividades escolares causam perda no quesito aprendizagem-desenvolvimento. Para Vygotsky (2009), o sujeito adulto tem o papel central de trabalhar com a Zona de Desenvolvimento Iminente, que é aquilo que o aluno já sabe aliado ao potencial a ser alcançado com ajuda de outro. E ao ser construído esse potencial com a aquisição da aprendizagem, promove-se o desenvolvimento do educando.

O professor B é regente no Ensino Fundamental anos Finais e trabalha em regime de contrato temporário há três anos na SEEDF, ao ser entrevistado ele considerou que as dificuldades encontradas no ensino remoto foram as limitações de acesso à internet, a falta de contato presencial entre professor/aluno para facilitar as orientações para a realização das atividades e, por isso, muitos alunos deixam de entregar. Para o professor B, isso impacta de forma negativa na aprendizagem do aluno, mas considera que o ensino remoto é uma possibilidade em tempos de pandemia; logo, apesar dos prejuízos na aprendizagem essa forma de ensino se configura como uma alternativa necessária.

Quanto à carga horária de trabalho, ela se torna maior, apesar do seu contrato ser de vinte horas, o tempo que o docente disponibiliza é bem maior, pois é preciso buscar recursos tecnológicos e planejar aulas utilizando as novas tecnologias e esse excesso de trabalho acaba adoecendo o professor. Ele considera que a SEEDF tem dado apoio, por meio de treinamentos e apoio por parte da

gestão e coordenação pedagógica da escola. Com isso, apesar das limitações, o ensino remoto tem seus aspectos positivos e deixará um legado parcialmente exitoso como a experiência com as plataformas digitais e, também é possível que esteja antecipando um modelo educacional do futuro.

Desse modo, a título de exemplificação do potencial das novas ferramentas digitais, Luz Neto (2019) propõe o uso do aplicativo *Google Earth* como uma alternativa didático-pedagógica para que os alunos possam realizar análises sobre a realidade e construir conhecimentos científicos. Assim, aplicativos como esse permitem até realizar um trabalho de campo de modo virtual por meio da navegação no ciberespaço em diferentes locais e lugares do mundo.

A professora C trabalha com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), é docente efetiva do quadro da Secretaria há trinta anos e atende as turmas do segundo segmentos, no sétimo e oitavo ano. No ano de 2021, ela pontuou como principal dificuldade a baixa adesão de alunos às aulas nas plataformas digitais, porque os *softwares* utilizados para essas aulas representam um problema sério, pois em sua grande maioria, são desenvolvidos para funcionar em computador, mas os alunos utilizam o celular para acessar os conteúdos. Além disso, os alunos muitas vezes não têm tal acesso.

Em 2020, as principais dificuldades eram o pouco conhecimento das novas ferramentas tecnológicas. Para os alunos que já usam as novas ferramentas tecnológicas, a atual metodologia tem sido interessante e inovadora para a aprendizagem, mas o encontro presencial também é importante, principalmente em algumas disciplinas que os discentes apresentam dificuldades e não conseguem estudar sozinhos, sendo que a dificuldade é mais perceptível ainda para os estudantes da EJA. De acordo com professora C a carga de trabalho aumentou muito, é preciso participar de muitas atividades *on-line* e fazer a produção de materiais para o ambiente virtual e para alunos que não tem acesso à internet. Na medida do possível, ela considera que a SEEDF tem dado apoio. No início da pandemia foram ofertados cursos de formação e no decorrer do ano letivo, tem sido realizada muitas *lives* para o suporte pedagógico aos professores.

A professora D que atua na Educação Inclusiva no Centro de Ensino Especial em tempo integral, está no quadro efetivo da SEEDF há vinte e três anos. Ela argumenta que a maior dificuldade à sua prática docente no ensino remoto é a falta de retorno das atividades proposta, recorrentes do pouco acesso dos estudantes à internet e das limitações no que diz respeito ao conhecimento pedagógico e, também, pela falta de domínio das ferramentas digitais pela família.

Segundo a docente, as aulas remotas têm impactado negativamente no desempenho dos alunos, porque eles não têm paciência para assistir as aulas e nem responder as atividades, não conseguem dar um retorno em tempo hábil, devido a limitação cognitiva. Os professores produzem material, mas os alunos não entram nessa conexão e necessitam do apoio da família que, por sua vez, também se deparam com as dificuldades em utilizar os meios virtuais de ensino. O tempo de trabalho é totalmente integral, pois, quando finaliza os trabalhos de acompanhamento na plataforma, tem que produzir novos materiais, mesmo depois da carga horária comprida e o mais frustrante para ela é que os alunos não estão correspondendo de forma satisfatória.

A professora D relatou ainda que a SEEDF tem produzido muito recursos pedagógicos para apoio e acompanhamento dos professores nas aulas remotas, tem promovido *lives* para as orientações do trabalho burocrático do profissional que está em *home office*. No entanto, a instituição não disponibiliza as ferramentas necessárias para o trabalho remoto como, por exemplo, computador, internet e impressora. Segundo a docente, o trabalho pedagógico trouxe impacto no emocional do professor porque nem todos os alunos correspondem ao esforço desenvolvido no trabalho pedagógico, *hackers* e pais atrapalham na plataforma e há insegurança quando a saúde mental do docente, uma vez que no Brasil a educação não é prioridade. Dessa maneira, em sua opinião, é provável que alguns segmentos da sociedade responsabilizem os professores pelos prejuízos pedagógicos.

A professora E que trabalha com o Ensino Médio e é professora efetiva do quadro da SEEDF há 20 anos, também descreveu como principal dificuldade pedagógica no ano de 2020 e 2021 a baixa participação dos alunos nas plataformas digitais. Para ela, que atua nas três séries do ensino médio, a gravidade é maior porque é nessa etapa da educação básica que os jovens estão se preparando para disputar uma vaga nas universidades públicas e privadas ou tentando concluir os estudos para entrar no mercado de trabalho.

A docente considera que a metodologia de semestralidade adotada nas escolas de Ensino Médio do Distrito Federal também afetou a qualidade do ensino. Na semestralidade, um bloco de disciplinas é trabalhado no primeiro semestre e outro no segundo semestre. Quando a pandemia se iniciou no primeiro semestre de 2020, as adversidades impostas pela Covid-19 como, por exemplo, a falta de estrutura tecnológica e a ausência de capacitação dos professores para trabalhar de forma remota, comprometeram a carga horária de todos os componentes curriculares das três séries, provocando prejuízos pedagógicos irreversíveis.

A docente também destacou problemas já relatados pelos outros professores. A ausência de *softwares* adequados para as aulas, por serem desenvolvidos para funcionar em computadores e não para celular, ferramenta acessível à maioria dos discentes; falta de acesso à internet; pouco conhecimento das novas ferramentas tecnológicas tanto pelos docentes quanto pelos discentes; apesar do uso das novas ferramentas tecnológicas ser inovadora para a aprendizagem, no ensino médio o encontro presencial é necessário para uma educação de qualidade.

A profissional também considera que a carga de trabalho aumentou muito e argumenta que é preciso participar de muitas atividades *on-line* e produzir materiais para o ambiente virtual que serão ofertados para alunos que não tem acesso à internet. Quanto ao apoio dado pela SEEDF ela compartilha da opinião dos professores dizendo que no início da pandemia foram ofertados cursos de formação e, no decorrer do ano letivo, tem sido realizada muitas *lives* para o suporte pedagógico dos professores.

A pesquisa também traz relatos de uma professora F que atua há cinco anos na Educação Profissional, como contratada em regime temporário. A docente relatou que a pandemia impactou em sua vida profissional porque o seu contrato de trabalho foi rompido, uma vez que o campo de estágio dos alunos foi cancelado e a quantidade de professores para atender os alunos matriculados em escolas profissionais é limitado, não sendo necessário o professor temporário para atender a demanda. Desde o início do ano letivo de 2020 ela está desempregada e buscando oportunidades de emprego na iniciativa privada na sua área de formação acadêmica, apesar de ter feito complementação pedagógica para atuar no ensino profissionalizante, o seu curso é de bacharelado e não de licenciatura.

A análise do impacto da pandemia no trabalho docente e a tentativa de reconfiguração espacial do lugar escola

No período da pandemia as adversidades vivenciadas nas escolas públicas se tornaram ainda mais perceptíveis e os professores precisam criar estratégias para que o seu trabalho pedagógico possa fluir de forma eficaz. Nesse sentido, Santos (1994, p. 121) argumenta que “para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos” e a pandemia é uma realidade atual.

Por isso, longe da ambição, que, aliás, escapa à nossa competência de fornecer um formulário de técnicas de ensino ou um programa pedagógico acabado, preferimos empreender uma tentativa de reconhecimento

dos aspectos principais de nossa época, alinhando fatos e problemas que caracterizam e que, por isso mesmo, devem fazer parte de um plano de estudos que levem em conta a modernidade, sua realidade concreta e sua existência sistêmica [...] (SANTOS, 1994, p. 121).

Partindo da compreensão de que é na escola que se desenvolve a aprendizagem e se constrói conhecimento, ela também é o lugar em que os alunos compartilham vivências, emoções e experiências que os tornam sujeitos preparados para viver em sociedade, a ausência da junção desses elementos torna esse espaço um “não lugar”. Um “não lugar” é um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, relações e história [...]” (BAUMAN, 2000, p. 131).

Além disso, há dificuldades quanto a integração entre o corpo discente e docente para a formação simbólica de identidade que é possível no ambiente escolar. Para Menezes (2015, p. 61), “a educação não deve se resumir na mera transmissão de informações, mas deve desenvolver e formar a pessoa para integrá-la a uma cultura, a uma tradição e a estilos de vida de uma sociedade [...]”.

Sendo assim, pelas considerações apresentadas pelos professores, a maior preocupação deles ainda é com o trabalho para desenvolver com os estudantes os conteúdos previstos, o qual tem a sua importância como recurso e meio pedagógico para a construção do conhecimento. Dessa forma, ao se utilizar o conteúdo pelo conteúdo, o professor não constrói conhecimento, tampouco forma os estudantes para suas práticas sociais cotidianas.

A partir da abordagem tratada nos parágrafos anteriores e ao considerar os relatos dos professores, percebe-se que os alunos estão sentindo o impacto desse novo modelo de educação, pois a ausência de um lugar físico provocou a dificuldade de adaptação com a metodologia implantada no ensino remoto e os alunos não alcançaram a disciplina para desenvolver as suas atribuições como, por exemplo, participar das aulas, realizar as atividades propostas e cumprir os prazos estabelecidos pelos professores para entregar as tarefas. Por isso, é possível observar que há preocupação dos docentes quanto a evasão escolar.

Com a finalização do primeiro semestre letivo de 2021, o professor que trabalha com os alunos do Ensino Fundamental Anos Finais disse que durante a realização do conselho de classe, os seus colegas de escola ficaram muito preocupados com a quantidade de estudantes que não entregaram as atividades e nem participaram das aulas nas plataformas. Em tempos não pandêmicos, isso configuraria abandono ou evasão escolar, no entanto a SEEDF estabeleceu por meio da Portaria de nº 132 de 03/06/2020 a presença indireta.

Estará implementada a funcionalidade da presença indireta (PI) para diferenciar da presença [...], distinguindo, assim, atividades pedagógicas não presenciais da atividade pedagógicas presenciais. Atendem-se que enquanto perdurarem as atividades pedagógicas não presenciais, considerar-se-á a presença padrão, a (presença indireta-PI), mesma orientação, também valerá para o Diário e Classe, em seu formato impresso (DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 14).

Dessa forma, apesar de não configurar evasão escolar, a não participação dos alunos nas atividades propostas pelas escolas estão comprometendo o desempenho escolar desses estudantes uma vez que:

A aferição da frequência durante a realização das atividades pedagógicas não presenciais, dar-se-á mediante a execução das tarefas realizadas nas Plataformas e ou aquelas apresentadas pelos(as) estudantes por meio de material impresso, obedecendo a carga horária semanal de cada componente curricular (DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 14).

A ausência dos estudantes nas plataformas digitais disponibilizadas para eles e a não realização das atividades remotas precisa ser analisadas e mostra que a preocupação dos professores se justifica, uma vez que a vida escolar dos estudantes e o trabalho docente está de fato sendo afetado e os prejuízos decorrentes desse período pandêmico podem ser longo.

Aliada às outras instâncias da sociedade, a escola tem um papel central, pois a função é possibilitar aos alunos construir conhecimento que os empodere (YOUNG, 2007). Mas, na ausência física do lugar (escola), são necessárias novas formas de reconfiguração espacial daquele local e no período técnico-científico-informacional em que a tecnologia é a marca da nova realidade (SANTOS, 2014) é possível acreditar na junção entre técnica, ciência e informação, que são as bases do mundo contemporâneo na pós-modernidade, para criar formas alternativas que atendam à demanda de um novo ambiente para o processo de ensino e aprendizagem.

O comportamento dos estudantes diante da realidade criada pela pandemia afeta também a forma com a qual o professor desempenha o seu trabalho. Entende-se que a dinâmica imposta ao professor de ter que se reinventar na sua prática docente trouxe grandes desafios quando ele teve que deixar o ambiente de sala de aula sendo que a maioria desses profissionais não estavam capacitados para nova realidade imposta pela Covid-19, porque “as análises voltadas para

à educação estiveram presas a sua relação com a escola” (MENEZES, 2015, p. 61), e isso fica claro quando se observa os relatos dos professores entrevistados.

Portanto, há emergência para a expansão do espaço cibernético conectado às novas tecnologias (TIC), que é um dos aspectos de destaque no período técnico-científico-informacional. Para Lévy (2010, p. 17), “o ciberespaço é um meio de comunicação possibilitado pela interconexão mundial por computadores”. Dessa forma, o autor deixa claro que o ciberespaço é constituído por infraestrutura material (cabos, aparelhos), circulação de informação (mensagens, hipertextos) e os seres humanos (emissor e receptor).

No entanto, para que ciberespaço seja eficiente, atenda às necessidades mínimas dos estudantes e o processo educacional seja eficiente, é necessário revolucionar a capacidade tecnológica das escolas nesses locais, onde a deficiência e escassez de TIC são significativas, como pode ser observado no relato dos professores. Há carência de ferramentas tecnológicas, falta de acesso à rede de internet banda larga e a maioria dos estudantes não estão preparados para o estudo remoto.

Outro aspecto também constatado na fala dos professores é a desvalorização da carreira docente e da educação. Como foi dito pela professora que atua no Ensino Especial que a educação não é prioridade no Brasil. Para Castellar (2019), a desvalorização dos professores afeta a autoestima desses profissionais. De acordo com autora, corrobora para isso também a renumeração inferior em relação a outras categorias com o mesmo nível de formação. Assim, o sentimento de injustiça é recorrente entre esses profissionais e a luta por reconhecimento é urgente.

Cabe ressaltar que o excesso de trabalho docente, o cansaço e os problemas psicológicos mencionados pelos profissionais da educação, não são somente decorrentes do período da pandemia. Mas, ela escancarou esses problemas na carreira e nas práticas docentes. Castellar (2019, p. 8) ratifica essa constatação, uma vez que para a autora:

Individualmente, o mérito decorrente da dedicação, dos sacrifícios envolvidos no exercício da função de professor é de extrema importância para o profissional, principalmente para aquele que não vê a docência como uma vocação, mas como um trabalho que exige empenho e merece reconhecimento, principalmente porque o desgaste físico e emocional é significativo, além da dedicação, sendo destinadas horas para estudo e preparação de aulas, correções de avaliações, planejamentos, inclusive fora do horário de trabalho. A valorização, por vezes, se dá com melhores remunerações,

mas, também, pela maneira como o professor se coloca como um intelectual, aquele que domina um conhecimento e contribui para a formação científica e cidadã dos estudantes.

Dessa forma, as renúncias cotidianas, os desgastes físicos e emocionais e a dedicação além da carga horária a qual se submetem alguns professores mostra parte da realidade da prática educativa, mesmo antes da pandemia. A pandemia apenas maximizou essas questões aliadas a outros fatores como a própria perda dos corpos (amigos, parentes, desconhecidos). Nesse sentido, Castellar (2019) destaca alguns pontos da pauta relevante para a carreira e prática docente, em primeiro lugar, a tomar consciência sobre a sua realidade de maneira crítica-reflexiva e, em segundo lugar, lutar com sentido de grupo social em prol de equidade e justiça salarial na carreira docente.

Assim, destaca-se também, além de melhores remunerações, mais investimento na intelectualidade. Quanto ao último, considera-se central, pois ao investir na intelectualidade, o professor pode construir ferramentas de transformação da realidade na qual ele vive e adquirir o empoderamento de se posicionar diante do coletivo, favorecer a união e a coesão de outros docentes como um grupo de sujeitos sociais que lutam pelos seus direitos, dentre eles, a conquista de salários melhores e a dignidade humana.

A escola como espaço físico, em tempos de pandemia, teve seu sentido de lugar ressignificado na medida em que o ciberespaço passou a ter sido a única viabilidade para proteção dos corpos diante do vírus da Covid-19. Porém a escola como espaço concreto não perdeu seu papel de importância e significação para os educandos nas escolas públicas brasileiras.

Portanto, ao ressignificar o seu sentido de lugar, o ciberespaço pode contribuir para a escola ganhar uma nova conotação, não por ser mais atraente para a geração de jovens do terceiro milênio, mas sim pelo fato de ser a alternativa viável. A pandemia da Covid-19 tem a possibilidade de mostrar se de fato os novos meios de comunicação (internet, redes sociais) podem ser um referencial na construção do conhecimento, tendo o professor como mediador de um novo modelo educacional.

Diante do exposto, entende-se que o Brasil é formado por múltiplas realidades: de um lado a escola como espaço de construção de conhecimentos científicos em interação entre os corpos, de outro, um espaço de socialização e convivência multicultural e, por fim, um espaço que cumpre algumas funções sociais de mantenedor do cumprimento de ações cidadãs, como: combater os diversos tipos de violência às quais os seus alunos são submetidos (física, sexual,

moral); sensibilizar quanto à importância de enfrentar as discriminações contra a mulher; o racismo e a sexofobia; além disso, muitas vezes é o espaço em que crianças e jovens matam a sua fome, pois o Brasil é um país onde milhares de pessoas não tem como se alimentar e isso se intensificou no contexto da pandemia. É a partir dessa compreensão que a pesquisa conclui que o Brasil é um país de realidades plurais.

Considerações finais

As discussões apresentam como resultado a existência de dificuldades quanto ao uso das novas ferramentas digitais por parte dos professores e dos alunos, sendo que as escolas não estão equipadas para a realidade tecnológica do século XXI e os sujeitos que compõem as comunidades escolares da rede pública não têm acesso às condições necessárias para o desenvolvimento da educação remota (*softwares* e computadores mais avançados, *smartfones* conectados à internet banda larga).

Ao analisar os relatos dos professores, entende-se que o ensino remoto como foi estruturado pela rede pública de ensino não é viável, ele não cumpriu os objetivos educacionais e irá deixar muitas lacunas quanto aos resultados de aprendizagem dos estudantes para serem reconstruídos por alguns anos.

Em relação à carga de trabalho, o *home office* aumentou a carga horária desses profissionais e isso tem impactado em sua saúde mental. aliado a isso, a pouca participação dos alunos na realização das atividades propostas e a ausência da participação dos pais e responsáveis colaboram para o baixo desempenho na aprendizagem dos alunos.

Na perspectiva dos docentes, apesar dos desafios enfrentados com o ensino remoto, os profissionais consideram que sem ele e o aporte das novas tecnologias, no contexto de pandemia da Covid-19, os problemas seriam maiores. Nesse sentido, as TIC são ferramentas potenciais para que se possa ensinar e aprender.

Para os professores entrevistados, o apoio da SEEDF não foi satisfatório por não atender todas as demandas necessárias nesse momento adverso. Mas, a experiência deixou alguns aprendizados, dentre eles o fato de que as tecnologias que foram usadas no ensino remoto não são o fim em si mesmo, mas por elas serem flexíveis podem ser utilizadas de forma híbrida no ensino público da SEEDF e entre outros espaços educativos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BEHAR, P. A. O ensino remoto emergencial e educação a distância. **Ufrgs.br**, Porto Alegre, 6 jul. 2020. Coronavírus. Disponível em: www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/. Acesso em: 28 jun./2021.

CASTELLAR, S. M. V. Raciocínio geográfico e a Teoria do Reconhecimento na formação do professor de Geografia. **Revista Signos Geográficos**, Goiânia, v. 1, p. 20-20, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações à rede pública de ensino para registro das atividades pedagógicas não presenciais**. Brasília, 2020. Disponível em: https://cdn.sinprodf.org.br/portal/uploads/2020/07/10222558/Orienta%C3%A7%C3%B5es-%C3%A0-rede-p%C3%BAblica-de-ensino-para-o-registro-das-atividades-pedag%C3%B3gicas-n%C3%A3o-presenciais_VF.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Escolas e estudantes**. 2019a. Disponível em: www.educacao.df.gov.br/escolas-e-estudantes/. Acesso em: 26 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Servidores**, 2019b. Disponível em: www.educacao.df.gov.br/servidores-3/. Acesso em: 26 abr. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Político Pedagógico das Escolas Públicas do DF**: Carlos Mota. Brasília, 2012. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/projeto-politico-pedagogico-ppp-professor-carlos-motta-distrito-federal,5900c5d8-bfcb-44e0-b8fa-473565cf8a9f>. Acesso em: 13 out. 2022.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

LUZ NETO, D. R. S. Projeto nós propomos no ensino de geografia: alternativas de análise territorial no ensino de geografia por meio das novas tecnologias. **Revista Educação Geográfica em Foco**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, jul. 2019.

MENEZES, P. K. de. O ensino de Geografia e o lugar de vivência do jovem escolar: uma articulação necessária à compreensão das práticas espaciais do aluno. *In*: CAVALCANTI, L. de S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. (org.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Ed. PUC, 2015. p. 53-70.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: EdUSP, 1994.

SILVA, R. M.; COSTA, A. S. F.; FREIRE, L. K. M. Formação continuada de gestores de escolas públicas do distrito federal: fundamentos teóricos e metodológicos. **Revista Educação Básica em Foco**, Brasília, v.1, n.3, out./dez. 2020.

SOUSA, M. S. M. de. **A escola e seus jovens: lugar de controvérsias e perspectivas**. Uma análise do CED 04, Taguatinga – Distrito Federal. 2019. 138p. Orientadora: Marília Luíza Peluso. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Recebido em: 16 de setembro de 2021.

Aprovado em: 14 de março de 2022.

AS ESPADAS-DE-OGUM QUE SONHAM ONÇAS-FANTASMA: OU *HABITABILIDADES DE RESPOSTA, ENRAIZAMENTOS CONCEITUAIS*

Rafael Ribeiro VISCONTI¹
Rodrigo Quintella MESSINA²

RESUMO: Com o intuito de responder aos constrangimentos socioambientais (im)postos pelo Antropoceno e por meio das “artes de atentividade” dos estudos multiespécies, procuramos desacelerar diante da ruína da antiga ponte do Jaguaré que transpõe o rio Pinheiros, na cidade de São Paulo. A partir dessa hesitação, tomamos emprestado dois conceitos: o primeiro, trabalhado por Donna Haraway, que se refere às habilidades de resposta (*response-ability*) e o segundo, trabalhado pela antropóloga Anna Tsing, que se refere às habitabilidades (*liveability*). Propusemos emaranhá-los e rearranjá-los de maneira a produzir um terceiro conceito: as habitabilidades de resposta (*respons-live-ability*), isto é, a capacidade das habitabilidades cultivarem respostas possíveis às questões emergentes no tempo das catástrofes. A hipótese é de que as ressurgências das ruínas da antiga ponte do Jaguaré guardem e cultivem respostas, através das habitabilidades multiespécies, para os vestígios de infraestruturas industriais postas pelas exigências produtivas da cidade de São Paulo

PALAVRAS-CHAVE: Antropoceno; ruínas; multiespécies; domesticação; intervenção.

*THE SWORDS OF OGUM THAT DREAM PHANTOM JAGUARS:
OR RESPONS-LIVE-ABILITY, CONCEPTUAL ROOTS*

ABSTRACT: *In order to respond to the socio-environmental constraints (im)posed by the Anthropocene and through the “arts of attentiveness” of multispecies studies, we seek to slow*

¹ Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo – SP – Brasil. Mestrando em Culturas e Identidades Brasileiras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2439-3702>. rafaelribeirov@usp.br.

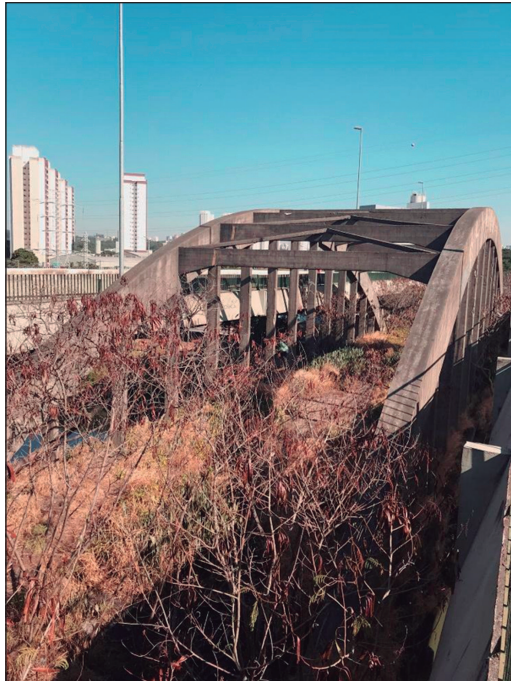
² Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo – SP – Brasil. Mestrando em Culturas e Identidades Brasileiras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9424-8231>. roqmessina@usp.br.

*As espadas-de-ogum que sonham onças-fantasma: ou
habitabilidades de resposta, enraizamentos conceituais*

down before the ruin of the old Jaguaré bridge that crosses the Pinheiros River, in the city of São Paulo. From this hesitation, we borrowed two concepts: the first, worked by Donna Haraway, which refers to responsiveness skills (response-ability) and the second, worked by anthropologist Anna Tsing, which refers to liveability. We proposed to tangle them and rearrange them in order to produce a third concept: the response-live-ability, that is, the capacity of the habitability to cultivate possible responses to emerging issues in the time of catastrophes. The hypothesis is that the resurgence of the ruins of the old Jaguaré bridge guard and cultivate responses, through multispecies habitability, to the vestiges of industrial infrastructure posed by the productive demands of the city of São Paulo.

KEYWORDS: *Anthropocene; ruins; multispecies; domestication; intervention.*

Figura 1 – Antiga Ponte do Jaguaré



Fonte: Foto realizada pelos autores.

Introdução

Antes diríamos que se trata de uma ponte abandonada, porém seria uma maneira de enfatizar, desde já, uma abordagem antropocêntrica que procuramos desvencilhar. Como se, à medida em que não há um cuidado ou uso humano, as coisas adquirissem caráter de abandono. Não parece ser esse o caso, a partir do momento em que consideramos que aquilo que chamamos de ruínas é tomado por outras habitabilidades não-humanas que, à sua maneira, fazem vingar determinado artefato construído pelo fazer humano.

Não é difícil encontrar ruínas nas cidades, isso porque mesmo uma construção nova pode nascer em ruínas. Mas o que talvez seja difícil de encontrar nas cidades são instantes para prestar atenção, pois estamos quase sempre no fluxo da urbis que não pode parar, desacelerar, hesitar. Ali, sobre a ponte podada, amputada, que antes atravessava o rio contaminado, e sobre a qual coabitam roedores, insetos e espécies de plantas exóticas como leucenas (*Leucaena leucocephala*), espadas-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata*) e o capim-gordura (*Melinis minutiflora*), presenciamos a paisagem multiespécies, ativa, vigorosa, ressurgindo-com e respondendo à perturbação humana. É um novo ecossistema que surge em resposta às diversas camadas de alteração da paisagem que acompanha nossa espécie: de um rio que foi retificado, da ponte decepada que já não serve mais, de espécies de plantas que acompanham a ocupação e colonização humana ao redor do planeta, de um “nós” que cada vez mais precisa incluir o não-humano, ou melhor, os não-humanos. Essa sempre foi uma história de coevolução, coabitação, codependência. E está aí seu monumento, em meio a uma das maiores manchas urbanas do mundo.

A partir dessa hesitação, tomamos emprestado dois conceitos: o primeiro, trabalhado por Donna Haraway (2016), refere-se às habilidades de resposta (*response-ability*) e o segundo, trabalhado pela antropóloga Anna Tsing (2019), refere-se às habitabilidades (*liveability*). Propusemos emaranhá-los e rearranjá-los de maneira a produzir um terceiro conceito: as habitabilidades de resposta (*respons-live-ability*), isto é, a capacidade das habitabilidades cultivarem respostas possíveis às questões emergentes no tempo das catástrofes. A hipótese é de que as ressurgências das ruínas da antiga ponte do Jaguaré guardem e cultivem respostas, através das habitabilidades multiespécies, para os vestígios de infraestruturas industriais postas pelas exigências produtivas da cidade de São Paulo.

Se é assim, através de uma intervenção artístico-arquitetônica nas ruínas da antiga ponte do Jaguaré que transpõe o rio Pinheiros, propomos ressurgir-com essas outras habitabilidades para, quem sabe, potencializar aquela ressurgência

multiespécies e cultivar uma resposta possível aos constrangimentos socioambientais postos pelo Antropoceno. Através de montagens digitais que entremeiam o texto, ilustramos o que propomos por meio dessa ação. Sobre a ponte, criaríamos dezenas de pilhas de cal. Com a chuva, essas pilhas escorrem em caminhos brancos, e daí, atingem a terra, adubando-a, desaparecendo e impulsionando o verde.

Para além de descrever as plantas, insetos, peixes, roedores, o concreto, o rio contaminado, a cal a ser introduzida, como podemos pensar as relações que ressurgem entres esses seres que agora habitam esse pedaço de ponte? Essa é a pergunta que nos orienta, e é com ela que retornamos à ponte para observar, e quem sabe, intervir.

Nesse momento, partiremos de um mergulho nas provocações de Anna Tsing para pensar processos de domesticação, em especial o conceito de *cultivo não-intencional* proposto pela autora (TSING, 2018) e que parece descrever bem as relações que encontramos na antiga ponte. Será importante questionar o próprio conceito de *domesticação* na antropologia social, acompanhando a revisão de Carlos Sautchuk (2018). A partir daí, com Van Dooren (2012), vamos poder refletir sobre a evolução e/ou domesticação de cada uma das espécies de plantas encontradas sobre a ponte, algumas consideradas daninhas e introduzidas sem intenção, outras consideradas úteis pelo ser humano em algum momento e trazidas para o Brasil como alimento, ou por seu uso religioso e ornamental.

E, por mais que venhamos observando de perto as mudanças da vegetação sobre a ponte ao longo das estações do ano, é incerto se já conseguimos ouvir esses seres que ali habitam e fazem mundo. Com Gagliano e Grimonprez (2015), vamos poder tentar decodificar a linguagem dessas plantas, e, com nossa intervenção, buscar um diálogo multiespécies.

Então, buscando respirar em meio ao fluxo de veículos e conceitos desestabilizantes, partimos para esse (re)mergulho arriscado, refletindo sobre nossos modos de intervir no mundo.

Artes da Atentividade

Há momentos em que nossos olhos parecem querer ver à nossa revelia. Raras vezes nos damos conta dessa autonomia da visão, mas se pararmos para pensar naquele instante não intencional, ele pode ser um convite para prestarmos a atenção em alguma coisa. É o caso do fragmento da antiga ponte do Jaguaré na marginal do rio Pinheiros, na cidade de São Paulo.

Segundo o químico brasileiro Ralph Mennucci Giesbrecht (2011), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, essa ponte, hoje decepada, foi construída em 1938 durante as obras de retificação do rio Pinheiros, entre as décadas de 1930 e 1950. O objetivo era fazer ligações estratégicas entre as malhas viárias, facilitando a mobilidade entre a periferia industrial e o centro residencial e de serviços. No caso da ponte em questão, sua localização procurava uma ligação com o então construído Complexo Industrial Jaguaré que pretendia ser - como a maioria dos parques industriais - “o mais moderno e completo do País”. Esse complexo funcionou durante décadas como um polo de produção de óleos refinados, a ponto de em 1972 demandar a construção de duas novas pontes sobre o rio Pinheiros para atender a demanda de transporte para a região, levando à destruição parcial da antiga ponte do Jaguaré, agora fragmentada e sem uso viário.

Propomos neste trabalho fazer esse exercício de desaceleração de maneira a prestar atenção nesse fragmento da antiga ponte do Jaguaré, agora em ruínas. A arte de prestar atenção ou a “arte de atentividade”, proposta por Thom van Dooren, Eben Kirksey e Ursula Münster (2016), em um artigo chamado *Estudos Multiespécies: cultivando artes de atentividade*, tem sido recorrida por várias disciplinas como possível metodologia para se levar a sério a agência de não-humanos no processo de composição das chamadas “paisagens multiespécies”. Num primeiro momento, pode-se imaginar que o ato de prestar atenção se trataria de uma simples observação estável em que há um sujeito (aquele que olha) e um objeto (aquele que é olhado) e, a partir dessa relação distante e separada, aquele sujeito poderia tomar nota e descrever pacificamente aquilo que é olhado. No entanto, para a arte de atentividade, ocorre o contrário, o sujeito e o objeto se dissolvem entre si, de modo que ambos, sem deixarem de manter suas diferenças, passam a agir um com o outro de maneira instável, imprevisível e implicada.

Em seu artigo em contribuição para os estudos multiespécies, esses autores pensam essa arte da seguinte maneira:

Essa atentividade é uma proposição de duas partes: uma prática de conhecer o outro em sua particularidade íntima e, ao mesmo tempo, uma prática de aprender como se poderia melhor responder ao outro, como se poderia trabalhar para cultivar mundos de florescimento mútuo. Em suma, as artes da atentividade nos recordam que o conhecimento e a vida estão profundamente enredados; que prestar atenção pode e deve ser a base para elaborar melhores possibilidades de vida compartilhada (VAN DOOREN; KIRKSEY; MÜNSTER, 2016, p. 52).

Nesse trabalho, após hesitar diante de uma ruína, procuramos exercitar tal atentividade de modo a conhecer a particularidade íntima das outras formas de vida que habitam esse fragmento da antiga ponte do Jaguaré, bem como aprender a melhor respondê-los. Dessa maneira, por meio de nossas pesquisas e práticas artístico-arquitetônicas, propomos uma reflexão de como poderíamos trabalhar para “cultivar mundos de florescimento mútuo”.

Habitabilidades de respostas

Como bem elucidou a filósofa da ciência Isabelle Stengers (2015), quando se refere aos constrangimentos socioambientais pelos quais estamos passando, como as emergências climáticas e o aumento da segregação e desigualdade social, vivemos no “Tempo das Catástrofes” (STENGERS, 2015). E não se trata de uma crise, pois ela não é transitória como se um dia fosse passar, mas sim, como complementa outro filósofo da ciência, Bruno Latour, trata-se de “uma mutação ecológica duradoura e irreversível” (LATOURE, 2020, p.1). Tais mudanças já não podem ser vistas como resultado de um movimento “natural” do Planeta Terra mas, pelo contrário, são mudanças de origem antrópica que fazem da espécie humana não apenas um “agente biológico”, mas uma “força geológica” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014). Tal característica da espécie humana enquanto agente transformador é própria da nova época geológica conhecida como Antropoceno (CHAKRABARTY, 2013). Quando um modo hegemônico de habitar o planeta é capaz de ameaçar ou não criar condições que permitam diferentes modos de existência, humana e não-humana, ele precisa ser questionado. E quando dizemos que procuramos “cultivar mundos de florescimento mútuo”, estamos procurando responder a esse modo hegemônico através de habitabilidades que elaborem outras “possibilidades de vida compartilhada” (VAN DOOREN; KIRKSEY; MÜNSTER, 2016, p.47). Então, como responder a esses constrangimentos socioambientais com outras habitabilidades possíveis?

Já que procuramos encontrar maneiras de exercitar habitabilidades que respondem aos constrangimentos socioambientais, nos parece oportuno tecer dois conceitos. O primeiro é o termo “response-ability”, trabalhado pela bióloga, pensadora e escritora americana Donna Haraway (2016); e o segundo é o termo “habitabilidade” (*liveability*) trabalhado pela antropóloga Anna Tsing (2019). A noção de “response-ability” pode ser encontrada em uma série de autoras feministas como Karen Barad (2007), Vinciane Despret (2016) e Donna Haraway (2016), cada qual à sua maneira, porém tecendo relações entre si. O termo é uma

espécie de neologismo que parte da palavra *responsibility*, responsabilidade no inglês, mas a fragmenta em *response-ability*, ou seja, a habilidade ou capacidade de responder. Mas, como explica Haraway (2015, p. 232) em entrevista para Martha Kenney, não se trata da habilidade de responder a “algum tipo de exigência feita a você pelo mundo, por um sistema ético ou por um compromisso político. *Response-ability* não é algo para o qual se responde, como se já estivesse lá”. Ao contrário, “é o cultivo da habilidade de resposta no contexto de viver e morrer em mundos possíveis, com os outros.” Trata-se, portanto, de “cultivar” uma habilidade de responder coletivamente, de fazer-com (*making with*). Não se trata de resolver um problema, como por exemplo pretendem os “responsáveis”, mas, ao contrário, trata-se de “ficar com o problema” e, por isso, cultivar constantemente “aquilo que ainda não é, mas pode ser” (HARAWAY, 2015), ou seja, cultivar os mundos possíveis. Em suma, trata-se de co-compor mundos possíveis.

Essa co-composição de mundos possíveis é baseada no que os pesquisadores Vivienne Bozalek e Michalinos Zembylas (2017) chamaram de “ontologia relacional”. Segundo eles, em artigo para a Universidade da África do Sul:

A habilidade de responder não é vista apenas como de exclusividade humana, mas também como uma habilidade relacional pela qual os humanos e mais-que-humanos são co-constituídos através de relações comuns. Uma ontologia relacional, na qual a *response-ability* é baseada, sustenta que entidades ou indivíduos não pré-existem suas relações - eles surgem e são tornados hábeis por meio de relacionamentos multidirecionais (BOZALEK; ZEMBYLAS, 2017, p. 64).

Essas relações multidirecionais são próprias das “paisagens multiespécies” estudadas pela antropóloga americana Anna Tsing. Segundo a qual “é preciso o reconhecimento de que os seres humanos são incapazes de sobreviver sem outras espécies. Somos seres dentro de teias ecológicas e não fora delas” (TSING, 2019, p. 94). Essas “teias ecológicas” são justamente as paisagens multiespécies das quais fazemos parte, seja rompendo ou tecendo relações. As paisagens, portanto, não são um pano de fundo onde acontecem as ações humanas. Pelo contrário, segundo Tsing, elas são “práticas espacializadas de habitabilidade” e, mais especificamente, “habitabilidades multiespécies”, constituída de um emaranhado de relações, assembleias multiespecíficas. Mas o Antropoceno assinala “novos terrores”, justamente, na “falta de habitabilidades”. Por isso, se nos preocupamos com a habitabilidade, segundo a autora, temos que descobrir “como tornar as paisagens animadas, protagonistas de nossas histórias” (TSING, 2019, p.94).

Poderíamos dizer, portanto, que a noção de “habitabilidade” se refere às condições necessárias para que os diferentes modos de vida, na/da/com a terra, sejam possíveis. E se o Antropoceno chama atenção, justamente, para os constrangimentos socioambientais que suprem essas condições, é preciso “levar a sério as questões de habitabilidade” (TSING, 2019, p.204). Com isso, partindo do exercício de Haraway que fragmenta uma palavra (*responsibility*) e acopla outra (*ability*) a fim de gerar efeitos que possam contribuir para uma determinada reflexão, propomos fragmentar os termos *response-ability* e *habitabilidade* de modo a fabricarmos um possível terceiro termo *response-live-ability*, de maneira a podermos pensar junto acerca das habitabilidades que respondem aos constrangimentos socioambientais postos no Antropoceno. *Response-live-ability* seria, portanto, a possível capacidade das habitabilidades responderem às questões emergentes no Antropoceno.

As espada-de-ogum que sonham onças-fantasmas

Figura 2 – Plantas sobre a ponte



Fonte: Foto realizada pelos autores.

Tomaremos as ruínas da antiga ponte do Jaguaré como um possível exemplo. Esse resto da antiga ponte do Jaguaré foi deixada de pé, ignorada entre as duas novas pontes construídas. Os poucos pedestres que se arriscam a atravessar as novas pontes poderão observar, se atentos, essa vigorosa plataforma multiespécies que ali ressurgiu. O tamanho das árvores parece improvável. Como, se parece haver ali apenas uma fina camada de terra? E as demais plantas, como teriam chegado ali em cima? Um jardim cultivado não-intencionalmente, especularemos como.

Não podemos deixar de atentar para o nome da ponte: Jaguaré. Como muitas outras localidades da cidade de São Paulo, e do Brasil, os nomes indígenas testemunham um passado que as cidades insistem em negar, esconder ou mesmo apagar. Mas os nomes e os próprios indígenas que habitam as cidades re-existem, insistem e persistem em outras habitabilidades que coexistem e ressurgem no espaço urbano. De origem tupi-guarani, o termo *jaguaré*, que designava um ribeirão que cruzava a região, pode significar “o lugar onde existem onças”, remetendo, portanto, aos felinos que habitavam esse território. Onde estão essas onças ou mesmo esse ribeirão? Relações podadas, assim como a ponte. Mas elas ressurgem, como fantasmas.

Sob a ponte, o rio lodoso segue seu caminho lentamente, com seus microrganismos, alguns poucos peixes e roedores e as diversas espécies de plantas ruderais, resistentes. Um rio em ruínas, à qual a cidade deu as costas. Mas também um rio cheio de vida. Das formas de vida que proliferam e regozijam-se nos destroços humanos. E são mesmo essas as novas paisagens do globo.

Sobre a ponte, o jardim improvável de leucenas (*Leucaena leucocephala*), espadas-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata*) e capim-gordura (*Melinis minutiflora*), que interagem entre si e com o concreto que ganha agência como extensão do humano. O capim-gordura (*Melinis minutiflora*) pode ter sido o primeiro a chegar por ali, por ter suas sementes carregadas pelo vento. As anemocóricas, as plantas cujas sementes se dispersam (ou são dispersadas) pela força dos ventos são as mais comumente encontradas em ambientes como esse, como várias espécies de capins e plantas ruderais como o dente-de-leão, que voam e colonizam áreas inacessíveis para as plantas que caminham, ou navegam. A partir do estabelecimento do capim-gordura, que cresce rápido e tem um ciclo de vida curto, é possível que matéria orgânica tenha começado a se acumular sobre a ponte, iniciando o processo de criação de solo essencial para a formação desse verdejante jardim suspenso. Originalmente trazido das estepes africanas, espalhou-se rapidamente nos biomas brasileiros. Foi muito utilizado como forrageira em pastagens no Brasil até meados da década de 1970, tanto na pecuária de corte,

quanto na leiteira. É adaptado a baixa fertilidade do solo, resistente a pragas e bastante agressivo, considerado invasor em muitos ecossistemas brasileiros. Em São Paulo, habita terrenos baldios e ruínas vivas como essa.

É possível, então, que o capim-gordura tenha cultivado as leucenas, criando as condições para sua germinação. As leucenas, árvores nativas da América Central, chegaram ao Brasil como plantas de crescimento rápido para alimentação de gado e logo multiplicaram-se pelos biomas locais, chegando a atingir até 3 metros de altura no primeiro ano. Na década de 1970, quando foi introduzida no Brasil através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como uma grande promessa no campo, toneladas de suas sementes foram enviadas Brasil afora juntamente com a edição comemorativa dos dez anos da Revista Globo Rural (DRUMOND *et al.*, 2010). Poderosa agência dessa planta, conseguindo introduzir-se em meios de logística pouco usuais para espécies vegetais.

Suas flores são como pompons brancos, que logo se transformam em vagens cheias de sementes. Por serem resistentes à seca e por produzirem milhares de sementes a cada ano em formato de pequenos discos marrons, rapidamente espalham-se e dominam os espaços onde vivem. Trazidas para serem cultivadas como forragem, feralizaram-se, escaparam de seus desígnios e hoje podem ser vistas em locais muito distantes de onde eram desejadas pelos humanos. Aqui evitaremos os termos *invasora*, *daninha*, *praga*, muitas vezes associados à essa espécie: são termos acusatórios, discriminatórios, embora de certa forma também destaquem sua desobediência, sua insistência e resiliência que se opõem aos esforços humanos de extirpá-las. Mas são plantas como as outras, são seres como os outros. E ali, nesse pedaço de ponte, dominam. Crescem vigorosas sobre uma nesga de terra, germinam em cada fresta no concreto. É quase impossível entender onde se escondem suas raízes e de que se alimentam para alcançar assim tantos metros de altura. E suas copas, vivas, verdes, as vemos por cima. Estão lá embaixo, suas copas, seus troncos e suas raízes, por crescerem sobre um resto de ponte que é mais baixo que as pontes vizinhas que as ladeiam e por onde caminhamos. Não é assim tão comum observar uma árvore por cima. Parte da reverência humana às árvores se dá em função de sua escala, por serem algumas vezes maiores que o corpo humano. Então, essa visada, por cima, torna esse jardim da perturbação ainda mais interessante, mais estranho.

Paradoxalmente, é também uma planta melhoradora de solos e recuperadora de áreas degradadas. Como todas leguminosas, as raízes da espécie associam-se simbioticamente com bactérias do gênero *Rhizobium*, que fixam nitrogênio no solo e também com fungos do gênero *Mycorrhizae*, que viabilizam a utilização do fósforo não disponível para a maioria das outras plantas (DRUMOND *et al.*,

2010). Se chegaram ali através de um leitor da Revista Globo Rural não sabemos, mas podemos dizer que as leucenas têm ali um papel de planta pioneira criadora-de-mundos: nitrogênio e fósforo são os principais minerais necessários para o desenvolvimento vegetal.

Seu papel de fixadora de nutrientes no solo provavelmente está criando condições de desenvolvimento para outras espécies vegetais que ali habitam, como suas também improváveis vizinhas: as espadas-de-são-jorge. Como subiram ali, e se proliferaram? Em geral, multiplicam-se por estacas, indício de que teriam chegado ali por mãos humanas: mãos humanas que de longe foram trazidas. Mas chamá-las espada-de-são-jorge denuncia nossa origem cristã, pois essa espécie navegou, cruzando o Atlântico com os escravizados trazidos da África, que a cultivam em função de seus poderes místicos. Aqui, em terras católicas, forçosamente foi rebatizada com o nome de um santo tolerado pelo colonizador e sua fé dominante. A espada-de-são-jorge era, e ainda é, chamada de espada-de-ogum nas religiões afro-brasileiras. É uma planta que traz proteção, utilizada em muitos rituais do candomblé, por exemplo. Sobre esse nasgo de ponte onde caminhavam as onças, tendo trilhado esse longo caminho entre continentes, com que sonharão essas espadas-de-ogum?

São elas plantas resistentes, como as leucenas, mas que apresentam menor resistência a solos áridos. E ali coabitam, coexistem. Estranho vê-las juntas. É o cruzamento das histórias humanas e vegetais, do cultivo humano de plantas que servem a propósitos distintos: plantas que alimentam o corpo, plantas que alimentam a alma. Ambas consideradas como possíveis pragas se deixadas sem manejo, e difíceis de controlar. Sincretismo vegetal.

E toda essa paisagem cultivada sobre uma estrutura de concreto aparente, sujeita aos processos que degradam sua estrutura. Diversos fatores, aos poucos, vão corroendo essa sólida base: chuvas ácidas, crescimentos de fungos, temperatura, concentração de CO₂ na atmosfera e as sementes que encontram caminho em sua porosidade para germinar e empurrar suas paredes. Estranhamente, ali, o construído, e não o natural, parece constituir o pano de fundo para uma história de vidas que se entrelaçam. Quem sabe se para as plantas, a ponte é natureza, e suas ações e cocriações, cultura?

Escapando à domesticação

Anna Tsing, em seu artigo “*Nine provocations for the study of domestication*”, publicado em 2018 no livro *Domestication gone wild: politics and practices of multispecies relations*, aponta como o termo *domesticação* explica apenas

uma pequena parte das relações multiespécies. Mas por que então o termo vem sendo usado tão amplamente de forma a abarcar quase todas as relações entre humanos e não-humanos? Aqui, acompanhando Tsing, vamos começar pensando a domesticação como a relação marcada pelo controle humano sobre outras espécies, ainda que não-intencional, de forma que esses organismos vão sendo alterados para servir aos interesses humanos. E, assim, Anna Tsing enfatiza como não podemos deixar de pensar as relações de domesticação como uma das ferramentas do *progresso*. Não que os primeiros processos de domesticação tenham surgido em função da expansão da *civilização*, mas que o estado e a colonização se apropriaram desses processos para apoiar seu avanço, deixando na sombra outras relações interespecíficas não tão marcadas por essas hierarquização e controle.

E Anna Tsing (2018) segue, em seu texto publicado ao final desse livro, que busca desestabilizar os conceitos de domesticação, espalhando suas sementes-pensamento na esperança de que encontrem terreno fértil para germinar. Ela descreve relações entre humanos e animais muito mais amenas que as que hoje patrocinamos em escala industrial, lembrando seus tempos de pesquisa etnográfica na Indonésia nos anos 1980-90. Ali, por exemplo, os nativos das Montanhas Meratus constroem pequenos ninhos sobre bambus para que aves similares às nossas atuais galinhas choquem seus ovos. Depois de nascidos, os pintinhos são alimentados pelos humanos até que consigam encontrar seu próprio alimento na floresta que os rodeia. Em geral as aves voltam toda noite para dormir nos ninhos construídos ao redor das casas dos nativos, até que estejam grandes o suficiente para serem comidas por seus semi-criadores humanos.

Seria essa uma relação de domesticação? Anna Tsing acredita que não, uma vez que essas são relações marginais, relações que não se espalharam pelo mundo, alterando sua história através do avanço do Estado, da civilização e do progresso. Então, para Anna Tsing, as relações de domesticação explicam apenas uma parte específica das relações entre humanos, plantas e animais, especialmente aquelas ligadas à política econômica global: pensemos em cavalos, porcos, galinhas, vacas, cana-de-açúcar, trigo, eucaliptos, capim-braquiária, e outras espécies que o impulso colonial foi acoplando como suas armas. São essas relações que Anna Tsing pensa como de domesticação, um conceito bastante limitado que se aplicaria a pouquíssimas espécies, àquelas que foi possível transformar em unidades iguais, mercadorias, para ganhar a escala que essas *plantations* monoculturais exigiam. É a domesticação como a industrialização dessas espécies, já que a diversidade atrapalha o impulso do capital e da mecanização do agronegócio.

E as demais formas de relações entre humanos e não-humanos, como pensá-las? Anna Tsing mostra esperança nas relações de *cultivo não-intencional*, buscando cunhar um termo que defina relações interespecíficas sem que uma espécie controle a outra. Relações mútuas de cultivo: eu cultivo você, você me cultiva. Sua pesquisa com os *satoyama* e *matsutakes* no Japão ilustram bem seu raciocínio. Diversos grupos de voluntários no interior do Japão trabalham para regenerar os *satoyama*, paisagens do Japão rural que incluem os bosques manejados, campos de arroz e seus jardins, apreciados por sua beleza. Esses grupos defendem que as pessoas não se limitem a admirar a natureza à distância, mas que se dediquem a trabalhos úteis, que intervenham para produzir boas relações com o meio ambiente. As ações desses grupos, manejando essas paisagens abandonadas para restaurar os *satoyama*, beneficiam os *matsutake*, cogumelos que surgem nesses bosques e que são bastante apreciados como iguarias pelos japoneses. Os voluntários não têm a intenção de *produzir matsutake*, mas seu trabalho acaba criando condições para que essas formas de vida floresçam, daí seu cultivo não-intencional.

Voltando à nossa ponte, será que podemos pensar esse jardim de leucenas, capins e espadas-de-são-jorge como cultivos não-intencionais? Parece-nos que sim. Depois de utilizarem seus veículos-humanos e não-humanos para viajarem pelo mundo, essas espécies encontraram maneiras de conviver com as pessoas e seu rastro de destruição, assim como o fazem as bactérias, fungos, plantas e animais que resistem no Rio Pinheiros, mais abaixo. É o que Anna Tsing busca pensar com o novo termo “domesticação-come-regeneração” (*domestication-as-rewilding*), que ela propõe que tornemos uma revolução, a Revolução de Acomodação das Relações Multiespécies (*Cospecies Accommodation Revolution*), que ajudaria a mitigar o rastro das ruínas capitalistas.

Mas então, como escolher o que cultivar? Se, ao existirmos, estamos sempre cocriando mundos, estamos sempre cultivando algo, intencionalmente ou não. Nossas ações, ao prejudicarem uma espécie, criam espaços para outras. Nesse rastro destrutivo do capitalismo industrial, no qual nos inserimos e fazemos parte, proliferam os cultivos não intencionais das espécies companheiras que aprenderam a viver nas ruínas.

Otimista ou não, Anna Tsing aponta uma direção, arriscada, que desejamos seguir com nossas pilhas de cal.

Como responder a um punhado de pólen?

Figura 3 – Simulação da intervenção



Fonte: Fotomontagem realizada pelos autores.

Gagliano e Grimonprez (2015) propõem uma abertura nas formas como reconhecemos a linguagem, afastando-nos de pensar a comunicação como uma característica sobretudo humana, de forma que possamos tentar ouvir os vegetais. Mas as plantas falam? Talvez formular a pergunta dessa maneira nos tenha trazido à atual *surdez* vegetal da sociedade industrial-ocidental. Falar, essa sim talvez a forma mais humana de linguagem, não é a forma preferida das plantas para se comunicar. Ainda que nós falemos com as plantas, e elas *escutem* (JOÃO, 2020), suas respostas parecem vir de outras maneiras.

O que seria uma tentativa não-antropocêntrica de escutar as plantas? Ou, no nosso caso em questão, da ponte sobre o Rio Pinheiros, de escutar *essas* plantas?

Gagliano e Grimonprez (2015) partem da definição de linguagem como uma “atividade criadora de sentidos” (*meaning-making activity*) para nos ajudar a aguçar nossos sentidos e tentar superar nossa surdez. Dessa forma, poderíamos

buscar uma comunicação muito mais ampla que a verbal com outros seres, quem sabe ouvindo através de gestos, aromas, formas, declarações químicas e cores gritantes. Os insetos certamente entendem bem essa comunicação, usada pelas plantas para repelir ou atrair essas espécies. Talvez o caminho seja aprender com as abelhas...?

Ana Mumbuca (2020, p. 12) nos ensina: “Dentre os insetos, somos abelhas Tataíra, Abreu, Arapuá, Mumbuca, entre outras. Somos fazedoras de mel, somos polinizadoras do planeta e nosso jeito de existir faz nascer frutos que alimentam as vidas”. E com Primavesi (2016), em seus contos agroecológicos escritos em linguagem não-acadêmica, podemos buscar compreender os diálogos entre flores e abelhas:

Já de longe sentiram um perfume quase anestesiante, e logo enxergaram um mar de flores brancas, o laranjal para que foram dirigidas. Zumbi se sentiu algo atordoada. Pousou numa flor, que parecia de cera transparente e perguntou polidamente: – Por favor, me dá um pouco de seu néctar? A flor riu (PRIMAVESI, 2016, p. 23).

Em tempos pandêmicos, também é tempo de fazer alianças, segue Mumbuca (2020). E a aliança com as abelhas é certamente essencial para nossa sobrevivência. As abelhas poderiam talvez atuar como intérpretes-tradutoras, estreitando essa divisão entre as plantas e a cosmologia ocidental-industrial. Mas talvez não seja tentando ser abelhas ou ouvir as abelhas que vamos conseguir ouvir essas leucenas, capins e espadas-de-são-jorge. Não queremos aqui *decodificar* as plantas, mas sim *intuir-com* as plantas, e em São Paulo, infelizmente, as abelhas cada vez mais rareiam. Não se trata, ademais, de tentar ler objetivamente os códigos químicos exalados por essas plantas, buscando uma certa partitura emitida por cada espécie. O significado emerge da interação, depende também de quem ouve. A mensagem é, então, bilateral, sempre uma relação entre dois ou mais organismos (GAGLIANO; GRIMONPREZ, 2015).

Então o que ouvimos ao caminhar pela ponte podada? Em um olhar mais aproximado nesse verdejante jardim, notamos o amarelado nas folhas das espadas. Sinal de falta de nutrientes? Não surpreenderia, o solo da cidade de São Paulo tende a ser bastante ácido naturalmente, e sobre a ponte podemos supor que tenha se tornado ainda mais inóspito, contendo poucos dos minerais necessários ao ciclo de vida de uma planta. E sobre as espadas, os pompons brancos das leucenas, suas flores. Há pólen no ar. Parecem estar florindo meses antes da época prevista para sua espécie, indicando algum estresse, que leva a planta

a florir, frutificar e produzir sementes antes do tempo para tentar garantir sua continuidade através de seus descendentes. Ouvimos, intuímos. Então, como responder a um punhado de pólen?

É preciso vacilar, hesitar é importante. Ficar com o problema e intervir?

Tudo é intervenção

As relações animistas, indígenas, extra-modernas com o mundo não são necessariamente harmônicas e equilibradas. Como o discurso ecológico às vezes pressupõe. São relações arriscadas, complicadas, a predação e a vida na floresta não é nada fácil. E elas são baseadas na intervenção constante sobre o mundo. Só que a partir de uma ideia de intervenção drasticamente diferente da nossa. O entendimento dessas outras perspectivas nos complexifica, nos apresenta desafios para pensar os nossos modos de intervir no mundo. De fazer outro futuro e de pensar em outro futuro possível (CANÇADO; COSTA; SILVA, 2020).

Como intervir, para as práticas artístico-arquitetônicas, se tornou pergunta fundamental na medida em que nos damos conta de que boa parte de nossas intervenções contribuem para aquele modo hegemônico de habitar o planeta. Mas não se trata, no entanto, de deixar de intervir e salvaguardar as relações como se fossem relíquias intocáveis, peças de museus.

Ao longo dos últimos meses estivemos visitando e observando esse espaço, essa moldura de concreto amputado e seu jardim multiespécies e multi-histórias. E pesquisamos como poderíamos ali intervir, no contexto de nossos estudos ao redor das discussões do Antropoceno na Antropologia e a partir das nossas práticas artísticas e arquitetônicas. Desejávamos realizar uma intervenção sutil, entre tantas camadas de intervenções que já foram feitas ali, não só pelos humanos, mas por todas as espécies que coabitam e cocriam aquele espaço.

Como apoiar essa ressurgência multiespécies? Como ressurgir-com e se dissolver nas relações, assim como propõe aquela arte de atentividade? Nossa pesquisa nos levou à cal, esse pó branco de pedra calcária moída. Em si, a cal já provém de um acúmulo de vida, de camadas sobre camadas de microrganismos, como algas, fungos e bactérias, sedimentadas como rochas em ambientes marinhos. Esse pó é importante insumo utilizado na correção e adubação de solos para cultivo de plantas. E essa mesma cal é amplamente utilizada na construção civil, como principal composto do cimento e do concreto. É o pó que forma a

ponte e que adubará e fortalecerá as plantas que ali já estão. Rocha do acúmulo e indutora de vida. Ao invés de buscar reverter e “civilizar” o que se tornou aquele espaço, celebramos a contaminação, e desejamos acelerar e apoiar o processo de dominância das espécies chamadas daninhas, sagazes invasoras, estimulando a biodiversidade multiespécies. Se as plantas se comunicam com o não-verbal, damos uma resposta não-verbal, mantendo espaço para os imprevistos.

Sobre a ponte, criaríamos dezenas de pilhas de cal, cada uma com cerca de meio metro de altura, alvas, brancas, que, por um momento, dariam cor à ponte. Uma mancha, uma contaminação, mais uma. Com a chuva, essas pilhas escorreriam em caminhos brancos, e daí, atingiriam a terra, adubando-a, desaparecendo e impulsionando o verde. Uma intervenção simbólica e efêmera, que permanecerá apenas como imagens e, talvez, nos floemas e xilemas dessa paisagem do Antropoceno. Assim indicamos e celebramos essas vidas, invasoras, com as quais desejamos coabitar e coevoluir.

Aprender a viver no Antropoceno é saber ver ali não as ruínas indesejáveis, locais de abandono, mas perceber ali as relações de cooperação entre humanos e não-humanos que criam refúgios, paisagens novamente habitáveis. Ainda que sejam essas paisagens contaminadas pelo fazer humano, que, sem intenção, cooperam e colaboram com as espécies que frutificam em seus destroços. São esses os ecossistemas que verdejam nos rastros da indústria, da urbanização, do capitalismo. São as ressurgências urbanas. Não são cultivados, cultivam-se, feralizam-se, misturam-se. Alimentam-se dos destroços, dos solos ácidos e contaminados e misturados com o entulho que é o legado humano. O que propomos aqui é saber ver e celebrar ali a potência das ressurgências para então exercitar a prática de ressurgir-com elas.

Nada está definido, os caminhos ainda são capazes de se bifurcar e seguimos abertos para as instabilidades. Afinal, não podemos prever para onde a escuta, a ruína e as pilhas de cal irão nos levar, mas podemos tentar compor com elas e todos os outros agentes lá presentes. Seguimos em processo.

REFERÊNCIAS

BARAD, K. **Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning**. Durham: Duke University Press, 2007.

BOZALEK, V.; ZEMBYLAS, M. Towards a response-able pedagogy across higher education institutions in post-apartheid South Africa: an ethico-political analysis. **Education as change**, Pretoria, v. 21, n. 2, p. 62-85, 2017. Disponível em: <http://>

www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1947-94172017000200005.
Acesso em: 10 mar. 2021.

CANÇADO, W.; COSTA, A.; SILVA, F. S. **Intrusão de Gaia e a Incompletude do Antropoceno [Conversas Cósmicas 2]**. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (42 min). Publicado pelo canal Associação de Pesquisas e Práticas em Humanidades. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wCP--pM43-Y&t=2437s&abchannel=Associa%C3%A7%C3%A3odePesquisasePr%C3%A1ticasemHumanidades>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CHAKRABARTY, D. O clima da história: quatro teses. **Sopro**, [S.l.], n. 91, p. 4-22, 2013. Disponível em: <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir?:** Ensaio sobre os medos e os fins. 2. ed. Florianópolis: Cultura e Barbárie e Instituto Socioambiental, 2014.

DESPRET, V. **What Would Animals Say if We Asked the Right Questions?.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

DRUMOND, M. A.; RIBASKI, J.; SÁ, I. B.; NASCIMENTO, C. E. de S.; OLIVEIRA, V. R. de. Espécies arbóreas exóticas de uso múltiplo para o Semiárido brasileiro. In: EMBRAPA. **Base de Dados da Pesquisa Agropecuária (BDPA)**. Brasília, 2010. p.245-274. Disponível em: www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/862023/especies-arboreas-exoticas-de-uso-multiplo-para-o-semiarido-brasileiro. Acesso em: 10 mar. 2021.

GAGLIANO, M.; GRIMONPREZ, M. Breaking the Silence-Language and the Making of Meaning in Plants. **Ecopsychology**, New Rochelle, NY, v. 7, n. 3, p. 145–151, 2015. Disponível em: www.liebertpub.com/doi/10.1089/eco.2015.0023. Acesso em: 10 mar. 2021.

GIESBRECHT, R. M. A ponte do Jaguaré e um pouco de sua história. **Blog do Ralph Giesbrecht**, São Paulo, 21 nov. 2011. Disponível em: <http://blogdogiesbrecht.blogspot.com/2011/11/ponte-do-jaguare-e-um-pouco-de-sua.html>. Acesso em: 11 mar. 2021.

HARAWAY, D. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. London: Duke University Press, 2016.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene: Donna Haraway in conversation with Martha Kenney. In: DAVIS, H.; TURPIN, E. (ed.). **Art in the Anthropocene: encounters among aesthetics, politics, environments and**

epistemologies. London: Open Humanities Press, 2015. p.229-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4374766/mod_resource/content/0/HARAWAY_interview_Anthropocene_capitalocene_chthulhucene.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

JOÃO, I. As plantas ouvem a nossa voz: cantos e cuidados rituais kaiowá. *In*: OLIVEIRA, J. C. de. *et al.* (org.). **Vozes Vegetais**: diversidade, contra-domesticação, feminismo e histórias da floresta. São Paulo: UBU, 2020. p.301-312.

LATOUR, B. **Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré- crise**. Tradução de Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Ed. N-1, 2020. (Série Pandemia Crítica 008). Disponível em: http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20-PORTUGAIS_2.pdf. Acesso em: 08 mar. 2021.

MUMBUCA, A. **O voo das abelhas da terra**. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2020. (Caderno de Leituras, n.117, Série Intempestiva). Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno117/>. Acesso em: 08 mar. 2021.

PRIMAVESI, A. M. **A Convenção Dos Ventos**: Agroecologia em Contos. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SAUTCHUK, C. E. Os antropólogos e a domesticação. Derivações de ressurgências de um conceito. *In*: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (org.). **Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2018. p. 85-108. Disponível em: www.academia.edu/37068586/Os_antrop%C3%B3logos_e_a_domestica%C3%A7%C3%A3o_deriva%C3%A7%C3%B5es_e_ressurg%C3%A2ncias_de_um_conceito_In_Pol%C3%ADticas_Etnogr%C3%A1ficas_. Acesso em: 08 mar. 2021.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TSING, A. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TSING, A. Nine provocations for the study of domestication. *In*: SWANSON, H. A.; LIEN, M. E.; WEEN, G. B. (org.). **Domestication gone wild**: politics and practices of multispecies relations. Durham: Duke University Press, 2018. p. 231-251.

VAN DOOREN, T. Wild Seed, Domesticated Seed: Companion species and the emergence of agriculture. **Philosophy, Activism, Nature**, Clayton, Austrália, v. 9, p. 22-28, 2012. Disponível em: https://bridges.monash.edu/articles/journal_contribution/Wild_seed_domestic_seed_companion_species_and_the_emergence_of_agriculture/4308413/1. Acesso em: 07 mar. 2021.

*As espadas-de-ogum que sonham onças-fantasma: ou
habitabilidades de resposta, enraizamentos conceituais*

VAN DOOREN, T.; KIRKSEY, E.; MÜNSTER, U. Estudos multiespécies: cultivando artes de atentividade. Tradução de Susana Oliveira Dias. **Clima Com Cultura Científica**, Campinas, ano 3, n. 7, p. 39-66, 2016. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/estudos-multiespecies-cultivando-artes-de-atentividade/>. Acesso em: 07 mar. 2021.

Recebido em: 04 de fevereiro de 2022.

Aprovado em: 16 de maio de 2022

AS RUAS AINDA EM CHAMAS: CINEMA E A LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM SÃO PAULO

Armando MANOEL NETO¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar quatro curtas-metragens produzidos na cidade de São Paulo em meados da década de 2010. A partir deles, se segue uma discussão sobre as relações entre os processos de significação de experiências pessoais dos criadores e o momento sócio-histórico que envolvia as produções em sua criação. A metodologia utilizada foi a de análise fílmica (ADAMATTI, 2020), operando em sinergia com sociologia do cinema proposta por Pierre Sorlin (1985). Trata-se de um trabalho que revela os documentários e os filmes ficcionais em seus formatos discursivos, ou seja, como representações artísticas que traduzem preocupações sensíveis á temática urbana e os ecos dos eventos políticos de 2013 na cidade. Seguimos assim no intuito de compreender o engajamento e a criação dos jovens realizadores em temas do pensamento político e social e como isso se manifesta no cinema autoral contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: cinema; política; curta-metragem; direitos humanos; cidades.

THE STREETS THAT REMAINS IN FLAMES: CINEMA AND THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO THE CITY IN SÃO PAULO

ABSTRACT: *This article aims to analyze four short films produced in the city of São Paulo in the mid-2010s. Based on them, follows the discussions on the relationships between the processes of establish meanings by the creators in their personal experiences and the socio-cultural moment that involved the productions in their creation. The methodology used was the film analysis (ADAMATTI, 2020), operating in synergy with the sociology of cinema proposed by Pierre Sorlin (1985). It is a work that reveals documentaries and fictional films*

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Mestre em Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8770-4681>. armando.manoel.neto@gmail.com.

in their discursive formats, that is, as artistic representations that translate sensitive concerns about urban themes and the echoes of the political events of 2013 in the city. We continue in this way in order to understand the engagement and creation of young filmmakers as themes of political and social thought, and how all of this is manifested in contemporary authorial cinema.

KEYWORDS: *cinema; politics; short films; human rights; city.*

Amostragem e análise fílmica

No ano de 2016 foram entregues uma série de obras em formato curta-metragem pelos alunos e alunas do curso técnico em Produção de Áudio e Vídeo da Escola Técnica Estadual Jornalista Roberto Marinho, na região sul da cidade de São Paulo. Isso ocorre semestralmente desde a fundação da escola. A criação, produção e finalização de uma obra completa e autoral, na forma de um trabalho de conclusão de curso, na maioria das vezes em grupos, se dá como etapa final – e quase ritualística – para os estudantes que buscam o diploma, e a obtenção do título de técnico em produção audiovisual. Tal ritual perpassa também os currículos e projetos pedagógicos de diversos cursos e oficinas de educação em cinema e audiovisual Brasil afora. De forma mais técnica ou mais experimental, em grandes cidades ou no interior dos estados, os filmes, e as possibilidade de realização cinematográfica e audiovisual em contextos educacionais já é uma realidade entre os jovens e outros públicos diversos². Na cidade de São Paulo, há ainda marcas acentuadas dessas possibilidades de criação e realização, com algumas oportunidades únicas. Há, por exemplo, a oportunidade ofertada pela ETEC Jornalista Roberto Marinho, escola do Centro Paula Souza que oferece ensino técnico de forma pública e gratuita.

Diante deste universo, propomos uma análise das obras “Concervantes” (2016), dirigido por Giba Freitas; “Raízes que levo” (2016), dirigido por Bruno Filardi; “Á beira” (2016), dirigido por Gláucia Shiva; e “Oldstock” (2016), dirigido por Demétrio Zanini³. Sugerimos uma abordagem baseada na sociologia

² Existem hoje no Brasil diversas ações educacionais envolvendo a prática do audiovisual e o cinema em espaços e experiências institucionais (Cursos universitários, escolas técnicas, como ETEC e Pronatec); mobilizadas pelas organizações de sociedade civil (LabKumã, Vídeo nas Aldeias, Instituto Criar, Cinema Nosso) que se relacionam com o estado pelos mecanismos de editais e programas.

³ Estas obras podem ser consultadas diretamente no acervo físico dos TCCs na ETEC Jornalista Roberto Marinho, na Av. Jornalista Roberto Marinho, nº80 - Cidade Monções, São Paulo - SP, CEP: 04576-000.

do cinema de Sorlin (1985) e Menezes (2017), que considera desvendar, pela “análise interna” dos filmes, os mecanismos e as condições de interpretação de sociedade que orientam os recortes de mundo expressos de maneira clara ou, muitas vezes de maneira sutil, nas obras (MENEZES, 2017).

Nessa perspectiva, é fundamental organizar as obras em torno de amostras, ou seja, em listas de filmes. Os três documentários e a ficção aqui selecionados representam bem o desafio de construir um objeto de estudo que possibilita averiguar se um problema, do qual decorre uma hipótese, que, uma vez levantada em um dos filmes, teria expressão nos outros. Trata-se de um trabalho que visa perceber quais são as questões que se colocam como socialmente disseminadas em certa época ou certo período (MENEZES, 2017). Para Sorlin (1985), as relações possíveis entre diferentes e variados filmes, de determinada época e lugar, seriam um fator que permitiria que construções teóricas dessem conta dos entendimentos sociológicos em torno da criação e produção, além da exibição e aceitação deles.

Assim, filmes não se tornam objeto de análise por se constituírem essencialmente por uma história, nem tampouco por ser uma duplicação do “real” em celulose ou meio digital. O que mais interessa são as interações sociais que os levaram a se constituir como obras, ou seja, os processos pelos quais os criadores operam uma seleção de certos objetos, escolhidos em detrimento de outros, e que depois, por uma redistribuição e uma reorganização indicam de alguma forma os elementos tomados do universo ambiente de uma configuração social, que por certos aspectos evoca o meio do qual partiu. Assim, os filmes podem ser pensados como traduções imaginárias, seja de ideias e discursos, seja de fatos ou fenômenos, que, sobretudo, fazem refletir sobre o caráter construtivo das imagens em nossa sociedade.

O que não quer dizer que seja fundamental a mobilização de uma imensa quantidade de filmes para se entender um *estilo*, uma época, ou era cinematográfica. As listas não precisam ser exaustivamente longas e preenchidas por todos os filmes de uma era. Isso de certa forma privaria a análise de detalhes e de profundidade. Em nossa amostra, todos os filmes selecionados se relacionam por terem sido entregues ao final de 2016 como trabalhos de conclusão de curso dos estudantes da ETEC. São obras que advém, portanto, de um contexto educacional, formal e institucionalizado. Diante delas, organizadas enquanto uma lista, empenhamos também a análise fílmica particularizada e direcionada.

Em sua definição mais ampla, a análise é um tipo de discurso sobre os filmes, realizado a partir de um olhar analítico que, diferente da avaliação e

atribuição de juízos de valor próprios à crítica cinematográfica, ao contrário, busca produzir conhecimento. O analista, assim, “propõe-se descrever meticulosamente seu objeto de estudo, decompor os elementos pertinentes da obra”. Se analisar é também teorizar, tomando-se à obra como ponto de partida, “não existem senão análises singulares, inteiramente adequadas no seu método, extensão e objeto, ao filme particular de que se ocupam. (ADAMATTI; UCHÔA, 2020, p. 291).

Em termos de análise fílmica, as resultantes aqui propostas sugerem um *estilo* de fazer filmes da década de 2010. Neste caso específico, observamos filmes não comerciais, estudantis ou amadores, o que poderia indicar um “estilo menor”, talvez por estar mais contextualizado. Porém, como observamos a seguir, o desejo de cinema comunicado por estes jovens realizadores se integra muito a um estilo consagrado pelos filmes do cinema comercial nacional e os documentários premiados na década. Portanto, as expectativas em buscar ao menos manifestações desse estilo seguem.

O primeiro passo para a compreensão da composição de um filme é determinar sua estrutura organizacional, as técnicas proeminentes e seu papel no efeito geral da obra. Buscando encontrar o padrão técnico audiovisual, na sequência o analista propõe funções para à recorrências observadas. A partir destas etapas, o pesquisador pode observar como se dão as escolhas técnicas em sistemas fílmicos inteiros, através destes princípios de regularidade, seja de um cineasta, conjunto de realizadores ou de um período histórico. (ADAMATTI; UCHÔA, 2020, p. 295).

Pensar sobre o *estilo*, é pensar que quando assistimos um filme imediatamente ou em reflexões posteriores somos levados em pensamento para outros filmes que já assistimos antes. Quando assistimos filmes sempre corremos o risco de nos lembrar de outros filmes presentes em nossa memória. Esse aspecto imanente das imagens, neste caso, é o que nos transporta imediatamente do nível do cinema amador ao cinema *mainstream* do premiado “Aquarius” (2016) de Kléber Mendonça Filho, ou ao universo documentário de “Limpam com Fogo”, ou à animação “O Menino e o mundo”. Estes filmes falam da cidade, mesmo não falando diretamente dela. Eles não apenas acontecem nas cidades, digamos assim. E, assim, se os filmes contaminam uns aos outros, e eles se contaminam por meio dessa realidade representacional da memória que construímos e configuramos toda vez que vivenciamos estas experiências audiovisuais. Trata-se

de um processo de educação visual da memória por meio das relações com as *imagens agentes*, proposta por Almeida (1999). As imagens sempre andam juntas. E, juntos, os filmes desta época constroem essa ideia do que é a cidade, do que ela deveria ser, das pessoas e suas vidas, da especulação imobiliária, da rua, das calçadas, e do direito à cidade. Cada filme tem sua forma, interesse, ponto de vista e orçamento.

Além disso, os filmes aqui analisados, em dado momento, já tendo sido decompostos e investigados por dentro, acabaram por solicitar que outros aspectos investigativos fossem adicionados ao processo de sua compreensão enquanto portadores desse estilo. Não basta apenas mencionar a influência da memória e da história do cinema que se construía na época, mas também dos aspectos que sejam “capazes de articular forma artística ao contexto e aos componentes sociais” (ADAMATTI; UCHÔA, 2020, p. 299) envoltos em sua realização. Se couber pensar um conteúdo inerente a estes filmes (a ideia de cidade, por exemplo) que se viu representada na construção histórica e social das obras, este, enquanto discurso, só se faz por meio da forma, ou seja, das próprias obras. Cada um deles será abordado tendo em conta os temas que eles, por assim dizer, fazem pensar.

Nesse sentido é importante ter em mente que a proposta de sociologia do cinema aqui exercitada não se confunde com uma sociologia ou antropologia urbana, ou da cidade. Afinal, são campos teórica e metodologicamente diferenciados em suas bases. Ainda que as cidades emergem como fundamento imaginário, na forma de imagens manifestas nas obras, o que nos interessa neste artigo são, antes de tudo, a condição de representação destas cidades na forma de cinema e os processos pelos quais estas representações se constituem como tal. Trata-se, aqui, de um estudo sobre formas imaginativas, sobre processos da imaginação e da memória. Processos, portanto, interpessoais, intersubjetivos que se materializaram na forma destes filmes. Assim, na leitura que se segue propomos um olhar para um processo sociológico no qual se constroem e reconstroem as experiências de pessoas e grupos.

O foco deste artigo são as imagens, a memória em imaginação, e as práticas sociais filmados e montados como artefatos audiovisuais. Se sobre a cidade ou outras formas, o que nos interessa é menos a resultante imagética do que os processos específicos pelos quais eles podem ser constituídos. É um processo analítico que, evidentemente, se volta para a escrita sobre estes filmes, também tendo em conta sua própria autoria. A pergunta que se segue não é se é possível ver a cidade ou não, mas como um discurso trans-fílmico, um estilo (BORDWELL, 2013 *apud* ADAMATTI; UCHÔA, 2020), se manifesta em formas capilares do

universo profissional da criação e produção fílmica. Alguns filmes, podem, por exemplo, ser assistidos por outros analistas e revelarem outros temas. Isto não significa menosprezar um “conteúdo” das obras. Pelo contrário, será preciso evidenciá-los, a partir de uma descrição densa, para posteriormente emergir um entendimento. O alerta é que não se pode confundir uma proposta de estudo do cinema e do campo das representações sociais do pensamento com pretensões de análises urbanas que implicam, inclusive, outros caminhos metodológicos, como por exemplo, o uso da etnografia, bibliografia específica, etc. São os filmes, sendo assistidos por uma abordagem multidisciplinar, que envolve também escrita, leitura e imaginação que pode revelar as cidades contemporâneas brasileiras, a partir de um olhar artístico e do relato.

Nos filmes aqui analisados é a partir dos relatos e olhares que emergem as formas de representação da cidade. Entendemo-las aqui como manifestações de formas específicas e definidas do pensamento social e político dos jovens. Estes que, ao realizarem filmes no contexto específico do TCC para o curso de Produção de Áudio e Vídeo, evocam e constroem à sua maneira um debate sobre o “direito à cidade”. Trata-se de um campo consolidado teoricamente como “horizonte de luta no seio dos movimentos sociais a partir do questionamento sobre o modo como se realiza a vida urbana” (CARLOS, 2020, p. 354). Porém, sem se fazer valer do campo teórico e acadêmico, os filmes aqui analisados manifestam também práticas potentes enquanto leituras sobre a realidade nacional. Afinal eles também se debruçam sobre as diversas formas pelas quais se realiza a vida urbana, em seus projetos e leituras, na São Paulo pós-acontecimentos de 2013, onde as ruas ainda continuam em chamas.

Para a autora o espaço é produto, condição e obra da realização da vida humana (CARLOS, 2020). Nesse sentido, a cidade e as imagens da cidade surgem como trabalho materializado ao longo de um processo histórico, assim constituído pelos múltiplos processos de objetivação dos sujeitos em seus processos e experiências de vida de vida. A natureza da cidade é, sobretudo, social. E o direito à cidade, como será discutido a frente, se manifesta por meio dos diretores e diretoras. De pessoas, portanto, vivendo e construindo em suas experiências e obras, em suas relações e estruturas, diferentes e possíveis compreensões sobre o que é o direito à cidade. Trata-se, aqui, de estabelecer como problema investigativo possíveis caminhos para entender a produção cinematográfica brasileira dos anos 2010, contribuindo, assim, para o entendimento do meio cinematográfico contemporâneo. Centralmente, nosso foco serão as capilaridades dos movimentos e do pensamento social contemporâneo inspirado em Lefebvre e relido por Uchôa (2018) em suas análises.

“Concervantes” (2016): a cidade que se esconde como narrativa

“Concervantes” (2016) assume em sua cena de abertura a concepção de um filme baseado em memórias, em relatos de experiências vivenciadas, que agora são contados por alguém. As palavras são transformadas pela narrativa em verdades a serem relatadas. Verdades que, em breve, se tornarão imagens cinematográficas. A narrativa do Dom Quixote de La Mancha de Miguel de Cervantes se transforma, assim, em curta-metragem. Mais recente, urbano, moderno talvez. Trata-se de uma entrevista de um personagem que não conhecemos. Ele olha e se dirige para a câmera. Ele vai nos contar o filme. Mesmo com toda a aceitação desse contexto fílmico, dessa direção direta para com a câmera, não se trata de um documentário. Esta primeira cena pretende emular essa *mise-en-scène* documental que aparece no filme em diversos momentos. Há personagens, cenários, movimentos e cortes de câmera ensaiados. No decorrer do filme fica claro ser deliberadamente uma obra de ficção.

Porém, chama atenção um recurso documental que o diretor e a equipe constroem enquanto narrativa imagética, quase que paralela à narrativa central dos personagens Zé, Cebola e Vera. Este recurso aparece na cena da mulher de classe média em seu apartamento, e no diretor da ONG que ajuda os jovens. “Concervantes” (2016) é o único filme da nossa amostra que não é documentário. As perguntas feitas para este filme em particular se dirigem justamente para o recurso documental espalhado pela obra. Estes *inserts* constroem um ambiente humano e urbano no filme. Eles são pano de fundo para história, aparentemente se relacionando pouco com ela, mas dando uma camada de entendimento mais profundo, principalmente sobre o lugar no qual se desenrola a narrativa, e as pessoas que por ali habitam ou transitam.

Os tais *inserts* de relatos documentais consistem em entrevistas nas quais as pessoas fazem falas para o filme, e não no filme, “de dentro” do roteiro, como é composto de modo geral o tempo fílmico desta obra ficcional. Tais falas expressam opiniões duras acerca da realidade social, principalmente no sentido de invocar uma espécie de fascismo popular, que corre a boca do povo. É a cidade, os jovens e os corpos que são disputados nestas falas. Há perigo nas palavras. Muito porque elas nos fazem acreditar numa verdade, que é verdade do mundo, mas não em filme (ou será que é?). Este é um dos incômodos trazidos à tona por estas imagens agentes (ALMEIDA, 2010) – falo aqui do *close* no jovem de camisa azul que, intencionalmente, é cinematografado para esconder sua face, assimilando essa forma de mostrar culpados que a televisão desenvolveu com tarjas e efeitos sonoros. As imagens destas sequências de entrevistas se tornam

tão insuportáveis que tendemos, e buscamos nos minutos que se seguem, a tentar deixar de acreditar nelas. E o filme causa isso, concede este caminho. E nos liberta. No decorrer da narrativa, concluímos que estes *inserts* são ficcionais, no sentido de realização, o filme faz sua passagem para obra cinematográfica, ou seja, ele é construído no processo de se tornar uma obra audiovisual (MENEZES, 2017), utilizando de uma mistura de recursos audiovisuais. É triste e cômico ao mesmo tempo. Esses *inserts* nos enganam porque tiram da zona de conforto a verdade documental, e da liberdade poética do ficcional.

Estas estratégias de construção interna, especialmente por meio dos *inserts* “documentais”, nos permitem observar o “Concervantes” (2016), analiticamente falando, como habitando a categoria do falso-documentário⁴. A obra apresenta uma espécie de subversão cômica – numa linguagem que corresponde ao termo internacional em língua inglesa *mockumentary*, pensando em uma interpretação de forma literal –, tamanha a proliferação de exageros e marcas de um “bom senso” popularizado, bastante desigual e carregado de preconceito e ignorância. As cenas aqui destacadas vêm em determinado tempo do filme, “quebrando” a narrativa e a estética proposta para nos lembrar de que “independente das imagens do documentário serem falsas ou não, a tese poderia ser verdadeira, ou pelo menos convincente” (MACHADO, 2011, p. 13). O que se vê é o uso de tal recurso de forma não disciplinada, de um jeito de se pensar as estratégias dos documentários brincando com ela, buscando limites de linguagem e nos jogos de percepção que exigem uma ação frente à imagem.

O filme foi construído em estúdio – o que é perceptível no barraco de Zé e Cebola –, em contraposição ao lixão – onde Vera toma banho. Os *inserts* documentários da mulher de classe média adicionam o elemento que nos faz entender a cidade sendo construída nessa triangulação. O filme acontece numa favela, ambiente que, nesta narrativa, é ainda preenchido pela violência na vida

⁴ Bill Nichols (2009) sugere uma classificação para o gênero documentário que abarca seis subgêneros: expositivo, poético, participativo, observacional, reflexivo e performático. Cada um deles opera com base em convenções que lhe são específicas. Nossas expectativas nos levam a pensar tais subgêneros como *tipos ideais* – no sentido weberiano do termo – mais do que modelos reais. Qualquer categoria analítica, e este é o caso, se for aplicada aos filmes, encontrará desajustes. Em meados dos anos 2000, o pesquisador Arlindo Machado (2011) – em meio aos debates sobre uma expansão que em alguns casos configura até mesmo a superação do conceito de documentário para este autor – sugere alguns formatos que sugerem “desvios”, no sentido de um hibridismo ou de indefinição categórica, das formas tradicionais. Muito pelas “contaminações” estéticas, técnicas e éticas até então separadas nos gêneros documentário e ficção. Entendemos essas novas classificações da mesma forma, como *tipos ideais* eficazes para pensarmos algumas obras, e não como categorias absolutas que domesticam as obras. Machado (2011) define, assim, o documentário híbrido (que questiona justamente a pureza de cada uma das categorias definida anteriormente), o falso documentário (que tem a “cara” do documentário, mas é ficção), o meta documentário (que denuncia a ilusão documental e testa os limites do gênero num sentido muito ético), a animação documental e o documentário *machinima* (muito relacionados às formas de produção gráficas, virtuais e digitais de novas tecnologias).

dos jovens e pelas manifestações religiosas que moralmente perturbam os personagens. Ela é vista de dentro e de fora, em movimentos que vão e voltam para os personagens. Não se trata de um filme sobre a realidade urbana, mas é impossível não notar como o tema do direito à moradia digna se faz presente. Vera e Zé disputam um banheiro coletivo. Em outra cena, o barraco é invadido à noite, porque falta segurança. A mulher de sua sacada só pensa em mandar matar todo mundo. É a cidade que se coloca como disputa ao fundo da narrativa em diversos pontos chave dessa obra. Não qualquer cidade, mas a cidade da desigualdade, da violência urbana, que é negada como direito.

“Raízes que levo” (2016): os filmes e os encontros

Este filme persegue o depoimento de Jean Denis, que se apresenta como imigrante do Haiti no Brasil. O encontro da equipe com Jean ocorre por ocasião de uma gravação de um clipe na praça da Sé, por motivo externo, como nos é explicado pelo narrador em *voice off*. É esta voz que nos joga direto para um documentário no estilo cinema verdade. Jean percebe o racismo como pessoa negra no Brasil e fala disso na abertura do filme. Corte. A tela fica escura, o discurso de Jean é substituído intempestivamente pela voz em *off* novamente. O diretor Bruno Filardi narra o episódio da interrupção pelo “pessoal da feira do rolo”⁵, que passa a hostilizar Jean com falas xenófobas, acusando-o de roubar seus empregos, e a equipe, pelo ato de filmar a atividade. A fala busca construir uma contradição entre o discurso de Jean e o que aconteceu durante as gravações. O clima de verdade documental é intensamente explorado.

De repente, a cidade interrompe o filme! A câmera é abaixada, mas não desligada. “O clima tá tenso – mandaram avisar que vão queimar o centro”, a música “Convoque seu Buda” (2014) do rapper Criolo vem imediatamente à mente quando Bruno se defende, “É clipe de Rap chapa! Relaxa”. Essa abertura inicial, tensa, dialogada, entre equipe personagem e coadjuvantes é seguida das falas sobre o interesse na questão da imigração haitiana, e seus diversos atores. Voltamos para Jean, que, agora em sua casa, encerra um arco inicial do filme. Há nesses primeiros minutos uma concepção claramente expositiva, que enfrenta uma questão ética para se fazer existir. Esse é o problema central: gravar audiovisual numa metrópole, na rua, ao vivo e interagindo com as pessoas em suas vidas cotidianas, buscando construir um discurso e imagens sobre o que tudo isso

⁵ A feira do rolo remete a uma reunião de vendedores de bugigangas e produtos muitas vezes de forma ilícita e totalmente volátil. Não se trata de um lugar, mas de um fenômeno que acontece em diversas localidades da cidade.

representa num espaço muito específico como o centro de São Paulo. A cidade não interrompeu o filme. Ela o invadiu. Se fez filme em “Raízes que levo”.

E isso fica mais claro ainda quando não somos imediatamente apresentados àquilo que seria o diálogo com Jean em sua casa. Não acontece! Só vemos os *inserts* dele em sua casa, mas não suas falas, ou voz em som direto. É pela montagem que o conhecemos. O filme volta para a Praça da Sé. O diretor quer agora entrevistar as pessoas para saber o que elas achavam do acontecido com a equipe naquele episódio. Esses *inserts* de entrevista ficam vagos – nem sequer ouvimos as pessoas, que apenas ilustram a narração. O bloco é então subitamente interrompido. Um telefonema aparece na narrativa, e então a equipe vai até à casa do Jean. Uma espécie de dramatização é eficazmente construída com esse segundo arco de mudanças. O filme parece insistir nesta linguagem. De repente não estamos mais no centro, mas na periferia da cidade. Tudo muito corajosamente construído com a câmera à mão.

É quase na metade do filme que nos encontramos com Jean em sua casa, falando sobre si, sobre saudades, sobre o Haiti, rap, família, nas mesmas sequências já apresentadas. Suas falas são intercaladas com a fala de Dona Xica, que recebe a equipe no imóvel que aluga para Jean. O filme faz uma triangulação entre Jean e a equipe, e da equipe com Dona Xica, quando falam da sopa. Jean não está presente nesta parte da conversa. Corte. Jean cozinha a sopa no fogo e fala de seus entendimentos políticos e culturais. Ele conversa com o diretor enquanto é observado por dois planos que se alternam, um lateral com uma sorte de paleta de cores rosas, outro em *contra-plongée*, que, aliado a uma captação de áudio impecável, sintetiza o pouco do Jean que o filme conseguiu construir até aqui. Finalmente o filme entrega uma cena central para o entendimento desta obra: a equipe de produção jantando com Jean em sua casa. Esta cena é emblemática porque revela que não se trata de um filme sobre Jean, o imigrante Haitiano somente, mas da relação da equipe com esse personagem. “Raízes que levo” é uma frase que aparece sendo dita pelo diretor, não por Jean. Os problemas na Praça da Sé são vividos pela equipe e por Jean em sua relação, que vai se aprofundando, mesmo que esses dois lados só se encontrem via telefonemas.

O filme perde um pouco o aspecto expositivo, mas passa a se construir de modo mais participativo (NICHOLS, 2009) principalmente pelo modo e por sua organização temporal. Vemos uma última ligação do diretor para Jean, seguida de mais momentos em sua casa, daquele primeiro momento. A conversa triangulada com Dona Xica também revela essa não linearidade narrativa em torno da sopa que leva a cena final.

Nesta obra a cidade invadiu o filme. Ela invade as experiências de Jean como da equipe num momento de encontro audiovisual. A prática documental exercida no filme, da filmagem em campo, leva a pensarmos sobre a câmera em sua potência como catalisadora de relações (GONÇALVES, 2008) – e não um impeditivo condicional e estético para as imagens resultantes da interação cineasta e aqueles que são filmados. Neste filme, é o espaço destas interações que ganha destaque principalmente na abertura quando estabelece os questionamentos possíveis e impossíveis na cidade. Muitos aspectos se atravessam – e só se atravessam – porque acontecem na Praça da Sé, esse lugar de intenso fluxo de pessoas na parte central da maior cidade do país.

A relação entre estudantes de cursos de audiovisual (que não se escondem atrás das câmeras) gravando um clipe e uma pessoa querendo dar seu depoimento enquanto imigrante são moduladas por esse encontro na cidade, ou melhor com a cidade. A intervenção da feira do rolo, a viagem de carro para a periferia – os deslocamentos em São Paulo são de fato equivalentes aos *road movies* como o filme sugere –, ou a inquilina dando detalhes das idas de Jean à igreja no bairro da Luz surgem diversas vezes no filme. Esta é a ideia de cidade que é trazida a frente nesta obra: a cidade como personagem do filme, que se faz como protagonista de um lado porque como espaço, é facilitadora dos encontros. Mas também como antagonista, porque impõe regras, violência e perigo para aqueles que rompem seus limites espaciais como invasores. É na luta pela cidade que tanto Jean quanto a equipe se encontram nesse filme do qual são os personagens principais. Jean quer seu espaço digno enquanto imigrante e pessoa negra, e a equipe quer poder filmar seu clipe de rap numa praça. Desse encontro nasce o filme.

“À beira” (2016): cidadãos da cidade, cidadãos da calçada

Este filme começa com um plano emblemático para este ensaio. Através do vidro de uma estação de metrô, na cidade de São Paulo, figuras humanas descem as escadas rolantes, entrando e saindo. O vidro também reflete o lado de fora, as ruas, carros e pessoas do outro lado. Tudo se mistura visualmente, colocando-nos frente a uma crônica visual da cidade. Se observarmos novamente nossa lista de filmes, é a cidade que delinea os movimentos centrais da obra, o reflexo no espelho logo na abertura, a fusão entre pessoas e a urbe dirige uma inteligibilidade fundamental para este documentário, mesmo que o tema em si seja outro. Um personagem homem irrompe nas sequências iniciais, ele caminha inquieto pelas ruas enquanto a câmera o acompanha de perto. Uma segunda personagem

também se apresenta ao fazer um gesto de sinal da cruz cristã, ela está sentada no último banco de um ônibus. É dia, ela anda pelas ruas e é acompanhada pela câmera. Nos dois casos eles são filmados por uma câmera em *contra-plongée*. O som remete a uma produção original de ruídos que, misturados aos sons da cidade, afetam e chamam a atenção da audição, tão acostumada à ojeriza que os modelos audiovisuais padronizados impõem a qualquer tipo de ruído que se apresente em captações de áudio.

A entrevista com Walter Carvalho marca o centro gravitacional do filme. Essa consideração se dá em relação a três eixos: 1) em relação à sua minutagem, mais extensa do que a concedida à personagem Ana Valéria; 2) quanto ao seu formato, quase que uma entrevista em plano-sequência, sem cortes e edição, permitindo o balanço da câmera e os desfoques, e a participação dos insights de Waltinho, que desafiam o olhar espectador para uma disputa aberta entre transparência naturalística e opacidade cinematográfica; e 3) em relação ao próprio personagem, consciente da câmera⁶, que inclusive chama a atenção para o que deve ser mostrado e interage com esse outro grande personagem que é a cidade: a rua, outros personagens passantes e o cheiro de maconha.

A solução para os créditos aparece nos momentos finais do filme (em contraposição ao rompimento imagético e de linguagem que estamos acostumados – tela preta em que os créditos “sobem”) em uma sequência de cartelas textuais, que começa acompanhando os dois personagens Ana Valéria e Walter Carvalho. A sensação é que o filme se volta para si, incluindo a produção executiva nas sequências imagéticas e sonoras através dessas cartelas que cobrem a imagem. Sugiro a opacidade de Ismail Xavier (2005) para pensar de fato como o filme se mostra filme.

Segundo João Moreira Salles (2005), os documentários não são consequências de um tema, mas uma forma de se relacionar com aquele tema. Assim, o sentido de se propor um entendimento documentário sobre um filme não reside na “coisa” sobre a qual ele discursa. O que interessa mais, talvez, é o “como” o filme a aborda. Assim, esta obra nos convida a pensar que os documentários não são exatamente sobre os outros, mas sobre como documentaristas mostram os

⁶ Aspectos do documentário participativo, diria Nichols (2009). “Quando assistimos a documentários participativos, esperamos testemunhar o mundo histórico da maneira pela qual ele é representado por alguém que se engaja nele ativamente, e não por alguém que o observa discretamente, ou o reconfigura poeticamente, ou monta argumentativamente esse mundo. [...] Esse estilo de filmar é o que Rouch e Morin chamaram de *cinéma vérité* [...], como “cinema verdade”, a ideia enfatiza a verdade de um encontro e não a verdade absoluta e não manipulada. Vemos como cineasta e pessoas que representam seu tema negociam um relacionamento, como interação, que formas de poder e controle entram em jogo, que níveis de revelações e relações nascem dessa forma específica de encontro.” (NICHOLS, 2009, p. 155).

outros. A representação de qualquer coisa é a criação de outra coisa. No caso, essa outra coisa criada são os personagens de Walter Carvalho e Ana Valéria Mariotto. Aqui identificamos o processo em que uma pessoa é transformada em personagem. O que nos indica, segundo Salles (2005), uma reflexão possível: a natureza do documentário não é estética, nem epistemológica, mas ética. Um documentário é todo filme cujo diretor tenha uma responsabilidade ética com seus personagens. Fazer documentário não significa o que se pode fazer com o mundo, mas, muito mais, o que não se pode fazer com um personagem.

Existem três personagens que podem ser demarcados no filme: Walter, Ana Valéria e a cidade de São Paulo. Esta última “personagem” se faz presente principalmente nas pessoas, muitas e anônimas, mas vivas e fazendo seus muitos movimentos. Impossível não pensar nos olhares que são lançados para São Paulo neste filme. Vemos os ônibus, os carros, as escadas do metrô, as ruas, as vitrines e os semáforos. Praticamente até a metade do filme a distribuição entre estes três entes ocupam de forma equilibrada o tempo fílmico. Entre Walter, Ana Valéria e a cidade, vamos às imagens de um ao outro, e depois para o terceiro, depois voltamos, em ordens diferentes, mas distribuindo igualmente o tempo na tela e suas sensações.

O relógio do Conjunto Nacional na Avenida Paulista marca 9 graus, é noite no filme quando este se fecha em Walter e Valéria, inclusive na proposta de plano fechado em *close* nos rostos. Faz frio na rua, Valter esfrega as mãos. Daí sim somos arrebatados, inclusive pelos discursos destes dois personagens para o tema da luta manicomial proposto pelo documentário. Até aqui – primeiro pelo título da obra, “À beira”, como expressão que evoca uma exclusão de algo central; e, segundo, pela contraposição deste discurso do título às imagens da região mais central da capital – é possível pensar que estes dois personagens estão envolvidos em diferentes situações, porém que em comum revelam as perspectivas de uma vida de exclusão. No caso, a especificidade se dá de forma mais visual, pelo menos enquanto narrativa, como uma exclusão da cidade, ou, pelo menos, na cidade. É somente a partir daí ser possível ver Walter e Ana Valéria como personagens que expressam o discurso da luta antimanicomial do filme. O *close* e a introspecção finalmente rompem com a cidade para construir essa visão muito íntima, que fica perceptível na escolha pelos planos próximos. Mesmo quando Valter cumprimenta alguém que passa pela cidade não vemos este outro. Resulta que este filme luta a toda hora com esta visão ampliada para tentar focar nas personagens, passar da cidade para o íntimo, o subjetivo. Seria isto possível?

Afinal, o filme é sobre Walter e Ana Valéria em suas lutas. Mas que presente e ousada se faz a urbe quando Walter diz: “Sair da rua é fácil, difícil é sair da

gente” – assumindo que ele mesmo ali faz uma reflexão de sua caminhada. Valter parece ter incorporado a cidade, como os reflexos do metrô do vidro parecem ter incorporado as pessoas. Cidade e humano se confundem nas falas. Valter olha para o espectador, que, ali na hora, é a câmera e pede “Foca a rua ali”. É ele quem devolve a voz à cidade. “Cidadãos da cidade. Cidadãos da Calçada.”

“Oldstock” (2016): os grupos e classes

Filme de carros que se apresenta a princípio como documentário observativo, mas que absorve algumas características do documentário poético em alguns momentos – os modelos puros são sempre impossíveis. Para Bill Nichols (2009), o que chamamos de documentário não é uma reprodução, mas uma representação de algum aspecto do mundo histórico-social que compartilhamos. Ele é um argumento sobre o mundo que pressupõe uma perspectiva assumida. No modo observacional o espectador é tido como observador ideal. Este formato pressupõe a não-intervenção, a invisibilidade da equipe, planos de sequências naturalistas e muitas vezes som sincrônico, sem música. A montagem de imagens de carros, motores e cenas de corridas em sinergia com uma narração exegética parece ir em direção a personagens que compõem esse universo. Mas não vai, não a princípio. Nesse sentido, a ausência da imagem visual destes narradores, que perpassam todo o filme em presença auditiva, contribuem para uma percepção mais acurada do tema, que são os carros, mais especificamente Ford Opalas, de diferentes anos e modelos.

Um universo é criado em torno deste automóvel pelas vozes, masculinas e femininas, que narram, inclusive de diversos pontos de vista, suas relações com ele. A ânsia de uma imagem visual dos narradores exige um esforço reflexivo do espectador para ser superada. E é quando ela é finalmente superada que o filme nos entrega a imagem numa espécie de epílogo reconfortante. Esta obra se constitui como narrativa cinematográfica sobre a corrida chamada “Oldstock”, em torno da qual os entusiastas do Opala se organizam, competem e, podemos pensar, se constituem enquanto grupo social. Um primeiro bloco narrativo se encarrega de construir uma preparação para a corrida, a voz narra o treino de pilotos, ao passo que as imagens são de mecânicos testando motores e apertando parafusos. O segundo bloco se constitui da corrida de fato, e aqui podemos identificar uma preocupação estética muito voltada aos moldes do formato esporte Fórmula Truck, inclusive este “êxito” televisivo que estas modalidades alcançam é citado, de forma crítica, em uma das falas do filme. Os criadores exploraram ângulos do circuito de Interlagos e acoplaram câmeras nos carros de modo muito

familiar aos que a televisão mostra. Já um terceiro bloco narrativo cuida do pós-prova, a entrega dos troféus e declarações sobre as percepções daquele universo. Este bloco final, que revela enfim os narradores, encerra a obra.

A história dos carros, em algum momento, também revela uma disputa com a cidade – que pode ser exemplificada na história da prefeitura que guincha os carros insistentemente. Esta fala, adulta e feminina, parece entregar um recorte de classe, que permeia o interesse específico nos carros dessas muitas vozes que ouvimos no filme. Ela, neste momento, não permite ao espectador um questionamento sobre a legalidade no uso desse espaço público da cidade. É a história do carro e nela a prefeitura surge como antagonista, a vilã. Em outro momento, a mesma voz revela também que, por trás das pessoas que se confundem em discursos com os carros, há uma gama de falas profissionalizadas, tanto no sentido de representar mecânicos e empresários dos carros, quanto no sentido de um reconhecimento de direitos em suas muitas possibilidades, inclusive como privilégios (caso do carro guinchado pela prefeitura), ou como possibilidade progressista, como a de uma mulher que é a piloto na de sua equipe.

Realizar pesquisas que se pretendem análises fílmicas exige que se perceba que as práticas de investigar e re-imaginar os filmes faz surgir significações particulares e múltiplas, que são muitas vezes inesperadas. Isso varia de acordo com cada obra e com as relações traçadas entre elas. Penso que neste caso é importante valorizar a estética escolhida dos carros falantes. Esconder as pessoas impede que a obra crie personagens, ao passo que mostra que mesmo esta ideia de carro falante neste sentido pode estar equivocada – é, antes de tudo, uma hipótese interpretativa. Nem mesmo os carros se identificam com suas vozes, parecendo mais um jogo aleatório. Então neste sentido o filme não tem personagens, o que o torna bastante diferente em termos de linguagem, mas que nos afasta da figura da personagem central, tão cara às narrativas burguesas herdadas e ressignificadas pelo cinema (BAZIN, 2018). Assim, não faria sentido pensar na cidade em termos de personagens como proposto anteriormente.

Porém, o que se configura é um grupo. Aparentemente, os tempos de fala são distribuídos de forma democrática entre os participantes. O que este filme faz pensar é justamente como a ideia de grupo remete a uma ideia de classe. Principalmente porque neste filme este grupo não é construído como um grupo específico, poderíamos pensar próximos, ou conhecidos, mas como grupo que se relaciona por um interesse. É um interesse de classe, como bem de consumo, empresarial, das equipes esportivas, que justamente configuram muito mais a ideia de classe do que de grupo homogêneo. De qualquer forma, o recorte é impreciso em seus limites, mas ajuda a pensar: sem um personagem central,

tendo falas distribuídas, é natural que pensamos no filme como discurso coletivo. O *habitus* e os *ethos* ali compartilhado – que gira em torno dos carros, bens de consumo – revelam o recorte de classe.

Mas, em termos de obra, como em um quadro geral, o filme permite entrever também a relação do grupo com o espaço único, de equipamento cultural público do autódromo de Interlagos. Viajamos neste filme para outro espaço na cidade de São Paulo. Um espaço que é, por sua vez, no jogo de espelhos cinematográfico, construído como espaço que também informa o grupo como classe. Média, média alta talvez, mas marcadamente diferentes enquanto classe de Valter, e os “cidadãos das calçadas”, e Jean e os imigrantes haitianos do centro. O autódromo de Interlagos revela aqui outra cidade, e, conseqüentemente, outras pessoas, de outras classes sociais. Entre estas pessoas a disputa pelo espaço da cidade é constantemente vencida, já tendo sido inclusive pacificada enquanto arquitetura direcionada, especificamente para a corrida de carros. Um espaço disciplinado, ou pacificado, por enquanto, em seus usos sociais. O autódromo é mundialmente conhecido, necessário e importante para a economia da cidade. O filme mostra o grupo que ocupa este espaço. E eles são todas pessoas brancas, em sua maioria homens, numa faixa bastante adulta. Eles aparecem somente no final do filme. Sendo impossível relacionar as falas – que acontecem durante grande parte do tempo fílmico – às pessoas que aparecem por alguns segundos no final.

Cidades, território e cinematografia nos anos 2010

Dos filmes da amostra indicada percebe-se uma preocupação que dialoga diretamente com as condições locais de produção: a cidade de São Paulo. Esta cidade surge enquanto metrópole e experiência a ser significada pela narrativa cinematográfica, seja como favela, autódromo, rua e calçadas ou feira do rolo. Para além do determinismo geográfico, aparecem nestas obras uma preocupação específica dentro das possibilidades inumeráveis que a maior cidade da América do Sul poderia oferecer como tema cinematográfico: a luta pela moradia digna, ou, vista do outro lado, os problemas da exclusão territorial impostos pelas lógicas de especulação imobiliária às pessoas, em suas mais diversas e perversas formas. Temas os quais agrupamos e chamaremos de temática do direito à cidade, pensando nos termos de Lefebvre (UCHÔA, 2018). Buscamos discutir, por meio destas obras, que são menores em termos de audiência e alcance – pois se trata de filmes não comerciais – um discurso potente sobre o contexto político e social na cidade de São Paulo. Mostrar as formas e representações da realização da vida urbana, como estes curta metragens fazem, é evidenciar a força simbólica

significada e significante da história do cinema e do audiovisual em meados dos anos 2010.

Fábio Raddi Uchôa (2018) nos indica alguns caminhos para pensar como o direito à cidade aparece em outras obras do cinema do meio da década de 2010. O autor cita a animação “O menino e o mundo (2013)” de Alê Abreu e propõe um viés de análise interna e ao mesmo tempo interpretativa do filme. Neste percurso, são mapeados três passos inter-relacionados, como ele mesmo explica. O primeiro diz respeito às configurações do confronto campo e cidade na obra, no qual o autor toma os estudos sobre a questão de Jean Claude Bernardet, e a visão sociológica negativa da cidade forjada no cinema dos anos 1960-70. O segundo passo trata do empenho do estilo indireto livre⁷, categoria de Pasolini e das influências do gênero musical na narrativa fílmica que são construídas pelo diretor Alê Abreu em seu filme. O terceiro aspecto – e este nos interessa mais, analiticamente falando – consiste na “interpretação de tais traços, inserindo-se ‘O menino e o mundo’ entre outros discursos que, coincidentemente, retomam a noção do direito à cidade, no contexto dos eventos de junho de 2013” (UCHÔA, 2018, p. 2).

Os filmes aqui analisados são, de certa forma, também afluentes dessa coincidência que o autor aponta. Ora, basta pensar que os diretores e produtores eram, na época das produções, estudantes. Jovens em sua maioria, muito provavelmente integrantes de grupos relacionados com tantos outros que tiveram ampla participação nas manifestações nas ruas em junho de 2013. Interessava a estes grupos estudantis o passe livre estudantil, por exemplo. Esta era uma das pautas de luta. É intrínseca, portanto, a relação entre ser estudante numa cidade em luta por questões estudantis. Evidentemente que estas marcas seriam manifestas enquanto imagens de um contexto efervescente em torno do *direito a cidade*.

O que Uchôa sinaliza é um encontro, coexistências entre formas de viver a cidade como experiência. Inclusive como experiência cinematográfica “unindo as heranças de uma visão sociologicamente negativa e as possibilidades utópicas” (UCHÔA, 2018, p. 3), no bojo dos debates sobre o direito à cidade em 2013. Por possibilidades utópicas podemos entender o urbano como possibilidade de realização da humanização constantemente represada pela experiência da cidade. Há aqui uma inspiração vinda de *O direito à cidade*, obra de Lefebvre na qual o autor nos sinaliza o embate complexo e contraditório entre os termos atribuídos

⁷ “O termo é originalmente pensado na literatura, para casos nos quais o narrador apropria-se da linguagem do personagem, gerando ambiguidades de enunciação, que serão tomadas por Pasolini como coexistências de estilo, classes ou estruturas sociais. Pelo estudo dos polos em jogo, em cada caso particular, seria possível identificar a transposição de tensões próprias ao contexto histórico de cada obra.” (UCHÔA, 2018, p. 7). Fica como nota pela objetividade explicativa dada ao conceito.

ao urbano. De um lado, há a cidade como obra, com valor de uso, de ocupação de praças, ruas e monumentos pelo encontro e pela festa; de outro, a cidade como produto, industrial sobretudo, valor de troca, pensada de acordo com a racionalidade do capital e do mercado (LEFVEBRE, 1991 *apud* UCHÔA, 2018). É na reivindicação do urbano, no embate entre a cidade *obra* e cidade *produto*, que reside a potência do estilo fílmico naquele contexto histórico do pós 2013 – tanto em “O menino e o mundo” quanto nas obras aqui analisadas. Além disso,

De maneira não gratuita, no contexto da produção do filme de Abreu, identifica-se um conjunto de discursos, escritos e audiovisuais, que retomam a noção de direito à cidade, à luz das assim chamadas jornadas de junho de 2013. O menino e o mundo (2013), vale assim destacar, em nenhum momento refere-se explicitamente às jornadas. A retomada de tais discursos, porém, possibilita aproximações conceituais, bem como a identificação de singularidades. (UCHÔA, 2018, p. 3).

Da mesma forma, nenhuma das obras aqui analisadas faz menção explícita às jornadas de junho de 2013. Ainda assim, o tema do direito à cidade é visível na fala de Waltinho em “À beira”, ou nos *inserts* à senhora de meia idade em “Concervantes”, que se incomoda com a favela que se instalou nos arredores. O que não é o filme “Raízes que levo”, senão a história de Jean Denis, o imigrante haitiano no Brasil que gentilmente oferece uma sopa aos produtores do filme, movido por um profundo e sensível desejo desse direito à cidade. Que potente é o documentário: invadido pela cidade, pelo ser humano que ali há, é que nela se torna em imagem! O cinema de coragem de Jean Rouch em “Caçada ao leão com arco” (1965), e de Coutinho em “Santa Marta: duas semanas no morro” (1987) são, também, perigosos, desfocados e mesmo violentos. Talvez porque revelam tanto das coisas que muitas vezes não queremos ver. É nisso, talvez, que estes filmes destoam dessa grande sina historicista que as jornadas de 2013 parecem indicar. O direito à cidade, a visualidade que tal tema ganha em nossa era, não pode ser confundida com luta das jornadas de junho de 2013 apenas. Estes filmes vêm para nos mostrar que a luta é também de Jean Denis, de Walter, de Ana Valéria, Dona Xica, do Cebola. Trata-se de um tema que, no cinema nacional da época, em diferentes escalas e formatos, foi habitado por um estilo de luta, do direito pela cidade. Desde “Limpam com fogo” a “Aquarius”. Do “O menino e o mundo” a “Raízes que levo”, “Concervantes”, “À beira”.

Até mesmo os outros filmes que aqui citamos dessa amostra, mesmo talvez por uma lógica de contraposição, também confirmam de alguma maneira nossa sugestão. Em “Oldstock” não há uma luta, uma disputa clara pela cidade, pois trata de cidade já pacificada, aparelho público. O autódromo é um elemento natural do filme, o que faz com que os personagens apontem muito mais os usos dele sem, por exemplo, pensar se algum dia ele seria talvez privatizado ou demolido. Em São Paulo isso acontece com os aparelhos públicos. Por isso mesmo, o efeito do filme neste sentido é valorizar a cidade, não disputar o direito, mas conservá-lo, em sua importância de classe talvez, ou arquitetônica, como política pública, motor comercial, enfim.

Neste cinema que vamos chamar de estudantil, o direito à cidade equivale ao potencial de resistência, em termos de grupos humanos organizados, e à presença do cinegrafista como parte constituinte de tal ação (UCHÔA, 2018). Talvez o que muda são os grupos organizados: há em nossa mostra uma preocupação maior com as pessoas em lutas muitas vezes solitárias, o que é sugerido pela faceta mais individual, intimista e particular dos personagens. As jornadas na rua se deram como experiência política presencial e corpórea. Enquanto talvez as resultantes imaginativas daqueles dias focaram muito mais nas pessoas que lutam pela cidade. Estes filmes imaginam uma cidade de pessoas, e pessoas numa cidade, e não só desse direito à cidade conceitual e talvez até mesmo abstrato no sentido jurídico, ou de política pública, de se possuir ou não por parte de um grupo como parecia ser uma reivindicação do MPL. Estas pessoas parecem não possuir esse direito. O problema do documentário pensando neste momento imediatamente *a posteriori* das jornadas de 2013, é de um direito à cidade em crise, que se desfalece e está sendo segurado por um fio para não desabar, como em “Era o Hotel Cambridge” (2017) (que não à toa também guia a um final documental). Estes filmes são sobre moradores de calçadas, não grandes grupos organizados nas avenidas. Falar de um abriu caminho para falar do outro, que é também um outro de classe (BERNARDET, 2003), mas que coincidentemente também luta pela cidade – e desse encontro vem estes filmes.

É fundamental para este estudo pensar que “as imagens do povo não podem ser consideradas sua expressão, e sim a manifestação da relação que se estabelece nos filmes entre os cineastas e o povo” (BERNARDET, 2003, p. 9). talvez essa relação seja mais opaca, utilizando aqui as noções de Xavier (2005) em “Raízes que levo”, mas ela sem dúvida perpassa todas as outras obras. Nesse sentido, é importante salientar que a construção da cidade – e de uma representação fílmica do direito à cidade, como estes filmes sugerem –, envolve a “renegociação da partilha, reinscrição incessante dos lugares de poder e autori-

dade, explicitando, nas estratégias fílmicas, o fosso entre mundos, mas também permitindo que mundos comuns sejam imaginados e fabricados com as imagens” (PIPANO, 2021, p. 344).

Um último aspecto deste estudo remete aos desafios e perspectivas da pesquisa histórica em cinema na era digital. Sorlin (1985) apontava certos “problemas” quando se empenhava à análise de filmes com pouco sucesso de público, característica inerente ao cinema não comercial. Segundo este autor, tal proposta poderia incorrer num afastamento de uma relação social que o filme deveria estabelecer com seu ambiente, digamos assim. Corria-se, bem sabemos, de se falar de filmes que ninguém havia assistido. Tal situação passa por uma revisão em nossos tempos. O cinema digital hoje apresenta uma série de alternativas de exibição, simplesmente inexistentes na era de Sorlin. Se as telas grandes eram ocupadas apenas por grandes obras, e os cineclubes se encarregaram do resto, hoje a internet propicia um acesso ampliado a obras que usualmente não ocupariam tais lugares de exibição.

De certa forma, o aspecto fundamental que essas novas formas de acesso, e o entendimento de um cinema amador ou estudantil (não comercial, em suma), permitem é o de se repensar as potências do cinema e da imagem como projeto de conhecimento e de experiência histórica. O que fica evidente é um movimento de deslocamento e descentramento que estes filmes sugerem. Ou seja, mesmo se tratando de um tema que já foi trabalhado em outras instâncias acadêmicas ou cinematográficas, é possível também os assistir, com a devida distância temporal e analítica, como leituras e manifestações do pensamento social e político naquele contexto. Se nos tempos das películas ou *vídeo tapes* o acesso às cópias dificultava a análise, hoje, com a internet, muitos mergulhos e navegações no sentido da exposição e fruição são possíveis. A participação do jovem na construção do pensamento social e político dos lugares, sejam cidades ou em relação ao país, é extremamente sensível. Isso sem contar as possibilidades de criação e realização, que no fundo tornam os realizadores dos filmes aqui descritos como uma espécie de historiadores amadores. Ou seja, como pessoas que deixaram suas representações históricas sobre a época em artefatos materializados na forma de filmes. Mesmo que o compromisso, digamos assim, tenha sido em relação a uma proposta audiovisual, e não acadêmica, o valor de interseção para os entendimentos políticos e sociais de um determinado lugar e tempo têm seu valor. Assim (e talvez por isso mesmo) com grande potencial para criar entendimentos acerca da realidade social nos idos dos anos 2010. O crescente interesse pelo estudo de filmes não comerciais, aqui representado pelos filmes estudantis, vem na esteira de se pensar as produções em cinema e audiovisual fora de um

eixo até então sobrecarregado pelo peso do público, do orçamento e da bilheteria. Esse cinema em processo de formação não deixa de ser cinema, pois retém olhares e subjetividades, que em certos aspectos se oferece muito mais à análise social do que os grandes títulos repetitivos e ultra comerciais dos *blockbusters*. É contra esse esgotamento que avançamos. É para os outros cinemas que olhamos, inclusive aquele que está se formando.

Nos alinhamos à proposta de leitura de Uchôa (2018), em sua inspiração lefebvriana, e sugerimos mais uma camada de entendimentos: a da cidade e do direto a cidade sendo pensados e remontados enquanto discursos e representações audiovisuais dos jovens que viveram as cidades em seus tempos. Trata-se de colher os discursos das capilaridades pela cidade afora, tanto como espaço quanto discurso. Não foram etnógrafos, sociólogos ou historiadores da cidade que construíram estas imagens e as obras como um todo. Foram jovens, atravessando um processo de formação em cinema, muito característico enquanto espaço de construção do pensamento social sobre a cidade.

[...] os jovens experimentam uma empatia feita não só de facilidade para relacionar-se com as tecnologias audiovisuais e informáticas, mas também de cumplicidade expressiva: é em seus relatos e imagens, em suas sonoridades, fragmentações e velocidades que eles encontram seu idioma e seu ritmo. Pois, frente às culturas letradas, ligadas à língua e ao território, as eletrônicas, audiovisuais, musicais, ultrapassam essa limitação, produzindo comunidades hermenêuticas que respondem a novos modos de perceber e narrar a identidade. Identidades de temporalidades menos extensas, mais precárias, mas também mais flexíveis, capazes de amalgamar e fazer conviver ingredientes de universos culturais muito diversos. (MARTÍN-BARBERO, 1998, p. 58).

O conhecimento, nestes casos formativos de cinema, se dá como processo que prevê a condição de reelaborar, remontar e reorganizar o que os grupos assimilam em suas experiências. Um domínio técnico e da linguagem cinematográfica possibilita que os criadores não sejam meros reprodutores, mas desenvolvam a capacidade de elaboração de novas linguagens. Este é um caminho possível para reconhecer, trazer à superfície o que ainda é virtual, e, como diria Martín-Barbero, o que, na sociedade, está ainda mal desenhado, com contornos borrados dentro de uma formação social e momento histórico. É nesse sentido que pensamos a construção possível de mais preenchimentos de sentido, mais pensamentos sociais sistematizados sobre o que é e como se manifesta o direito

à cidade, com foco no cinema estudantil pós manifestações urbanas de 2013 em São Paulo.

REFERÊNCIAS

- ADAMATTI, M.; UCHÔA, F. Cinema, estilo e análise fílmica. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 22, n. 40, jan./jun. 2020, p. 289-308.
- ALMEIDA, M. J. A. A educação visual da memória: Imagens agentes do cinema e da televisão. **Pró-posições**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 9-25, 29 jul. 1999.
- BAZIN, A. **O que é o cinema?** São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- BERNARDET, J. C. **Cineastas e imagens do povo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o direito à cidade. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 349-369, 2020.
- GONÇALVES, M. A. **O real imaginado: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- MACHADO, A. Novos territórios do documentário. DOC On-line n. 11, 2011. Disponível em: http://www.doc.ubi.pt/11/dossier_arlindo_machado.pdf. Acesso em: 07 jul. 2022.
- MARTÍN-BARBERO, J. Cidade virtual: novos cenários da comunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v.11, p.53-67, 1998.
- MENEZES, P. Sociologia e cinema - aproximações teórico-metodológicas. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 12, p. 17-36, 2017.
- NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papirus Editora, 2009.
- PIPANO, I. Saber que o outro me pensa: comentários sobre estética e política do documentário e educação. *In*: LEITE, C.; OMELCZUK, F.; REZENDE, L. A. (org.) **Cinema-Educação: políticas e poéticas**. Macaé: Ed. NUPEM, 2021. p.329-352.
- SALLES, J. M. A dificuldade do documentário. *In*: MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; CAIUBY NOVAES, S. (org.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 2005. p. 57-72.
- SORLIN, P. **Sociologia del cine: la apertura para la historia de mañana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

UCHOA, F. O menino e o mundo (2013) de Alê Abreu: campo-cidade, estilo indireto livre e o direito à cidade. **E-Compós**, [S. l.], v. 21, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1419>. Acesso em: 7 jul. 2022.

XAVIER, I. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Filmes:

À BEIRA. Direção: Gláucia Shiva. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (20 min).

A CIDADE É UMA SÓ. Direção: Adirley Queiroz. [S. l.: *Vitrine Filmes*], 2013. 1 vídeo (73 min).

AQUARIUS. Direção: Kléber Mendonça Filho. [S. l.: *Vitrine Filmes*], 2016. 1 vídeo.

CONCERVANTES. Direção: Giba Freitas. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (15 min). <https://www.youtube.com/watch?feature=youtu.be&v=IZs02sHwPUs&app=desktop>

ERA O HOTEL CAMBRIDGE. Direção: Eliana Caffé. [S. l.: *Vitrine Filmes*], 2017. 1 vídeo (93 min).

LA CHASSE AU LION À L'ARC. Direção: Jean Rouch. [S. l.: s. n.], 1965. 1 vídeo (88 min).

LIMPAM COM FOGO. Direção: Rafael Crespo, Conrado Ferrato e César Vieira. [S. l.]: A.H.F, 2016. 1 vídeo (85 min).

OLDSTOCK. Direção: Demétrio Zanini. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (17 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EWxITuFX34Y&feature=youtu.be>. Acesso em: 12 set. 2022.

RAÍZES QUE LEVO. Direção: Bruno Filarde. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo

Recebido em: 05 de novembro de 2021.

Aprovado em: 02 de maio de 2022.

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275
e-mail: laboratorioeditorial.fclar@unesp.br
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



